

fascista, de discurso autoritário e conservador e de ode às ditaduras militares, afeito a métodos de silenciamento popular, colocamos questões profundas relacionadas a um debate teórico e político que, ao parecer, ainda não se findou: o que significa o avanço desses governos na disputa dos sentidos da democracia e os desafios postos à construção de um projeto político popular em um contexto de crise de hegemonia?

Os capítulos que compõem o livro apontam a uma reflexão teórica, de método e política com visões a responder a estas indagações, como também interpretar, caracterizar e aprofundar, à luz da teoria crítica, as complexidades dessa crise democrática e de hegemonia na América Latina. A apreensão do conceito de hegemonia, no sentido atribuído por Gramsci, amplia-se no livro, ao articular, em uma perspectiva histórica, os desafios que atravessam a ávida busca de um consenso que permita construir uma direção política vinculada a uma concepção comum de democracia e de outro projeto societário. A análise crítica da crise de hegemonia perpassa a interpretação dialética das nossas contradições sócio-históricas, das problemáticas irresolutas nos sinuosos caminhos de construção democrática, caracterizados por uma disputa hegemônica com bifurcações, convergências e divergências no confronto das estatalidades.

Nesse sentido, esperamos que este livro sobre a crise de hegemonia e suas manifestações concretas seja uma contribuição imprescindível no diálogo com leitoras e leitores atentos às instabilidades, conflitos e câmbios recorrentes na história política da América Latina no século XXI.

LIA PINHEIRO BARBOSA

Doutora em Estudos Latino-Americanos pela UNAM. Docente da Universidade Estadual do Ceará, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE)

A atualidade do pensamento de Antônio Gramsci, importante comunista sardo é incontestável. As análises refinadas por ele no entendimento do Estado ampliado são essenciais para traçar um quadro crítico analítico da realidade latino-americana, reflexões expressas nos quinze ensaios elaborados no livro organizado por Joana Coutinho e Lucio Oliver.

Há uma necessidade premente em desvelarmos as particularidades de nossa inserção no contexto mundial, à luz de categorias analíticas estruturais, vinculadas à mais funda tradição crítico-marxista, e, assim explicitar as contradições sócio-históricas que atravessam as relações entre Estado e sociedade civil, face a um contexto de avanço da extrema direita, de exacerbação do conservadorismo e recomposição e reorganização das resistências e forças sociais. Desafios problematizados na imprescindível publicação que se apresenta.

GLÁUCIA LELIS ALVES

Escola de Serviço Social | UFRJ



Problemas teóricos do Estado Integral na América Latina



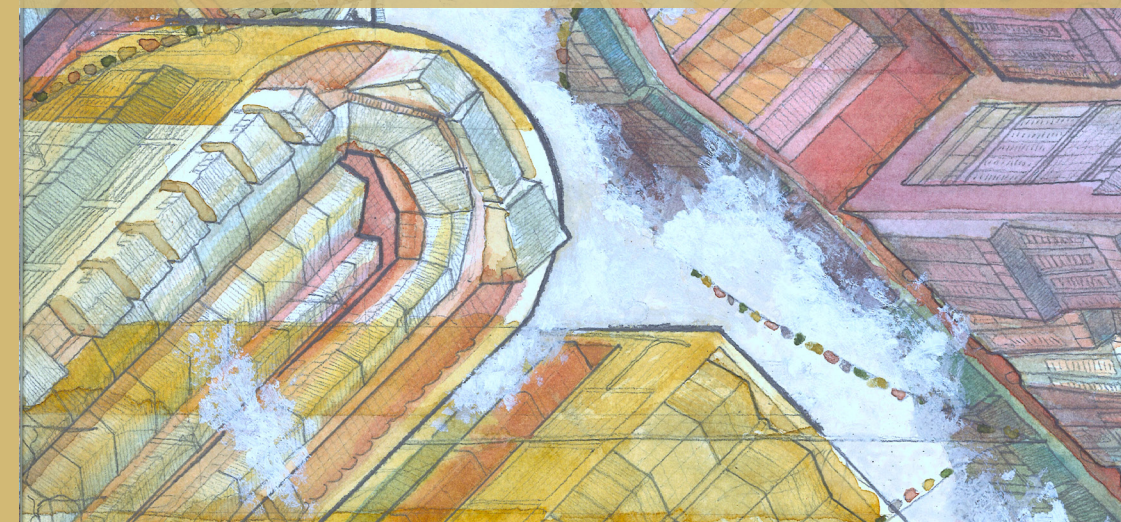
LUTAS ANTICAPITAL

Problemas teóricos do Estado Integral na América Latina:

forças em tensão e crise

Organizadores

Joana A. Coutinho | Lucio Oliver Costilla



O livro que a leitora e o leitor têm em mãos apresenta o resultado de uma pesquisa de fôlego, realizada em âmbito regional, para situar questões relacionadas com a disputa de forças e projetos políticos no contexto da crise de hegemonia na América Latina no século XXI. As contribuições teóricas e metodológicas derivam de uma análise crítica e dialética dos acontecimentos histórico-políticos ocorridos na transição dos séculos, com o intuito de identificar os elementos que estruturam a noção de crise na contemporaneidade, bem como as possibilidades de sua superação dentro do campo democrático e em um horizonte de emancipação social.

A ebulição política popular que marca o final do século passado, articulada por um crisol de resistências que denunciavam as persistências do colonialismo político e cultural, dos impactos do neoliberalismo e do capitalismo por espoliação em escala global e de uma crise de hegemonia, conduziu a um cenário de esperança democrática, especialmente no novo século, marcado pela emergência de governos progressistas eleitos pelo voto popular, momento propício a uma ampliação do Estado, na vindicação de sua dimensão pública, sobretudo na esfera dos direitos e de uma participação democrática de caráter popular.

Entretanto, as próprias contradições nacionais abriram espaço para uma crise de hegemonia. A onda de golpes políticos e de uma ofensiva imperialista, iniciada em 2006, em Honduras, desembocou em instabilidades, conflitos, disputa de forças e dificuldades de direção política, sobretudo nos países sob governos progressistas, culminando, por um lado, na instauração de governos de extrema direita e, de outro, em uma reação popular, espontânea e/ou organizada, em que as ruas foram ocupadas por protestos massivos em diferentes países. A chegada da extrema direita ao poder, com forte apelo

**Problemas teóricos do Estado
Integral na América Latina:
forças em tensão e crise**

Organizadores

**Joana A. Coutinho (UFMA/Brasil)
Lucio Oliver Costilla (UNAM/México)**

Joana A. Coutinho
Lucio Oliver Costilla
Organizadores

**Problemas teóricos do Estado Integral
na América Latina:
forças em tensão e crise**

Apoio:



1ª edição
LUTAS ANTICAPITAL
Marília/SP – 2023

Editora LUTAS ANTICAPITAL

Editor: Julio Hideyshi Okumura

Conselho Editorial: Andrés Ruggeri (Universidad de Buenos Aires - Argentina), Bruna Vasconcellos (UFABC), Candido Giraldez Vieitez (UNESP), Claudia Sabia (UNESP), Dario Azzellini (Cornell University - Estados Unidos), Êdi Benini (UFT), Fabiana de Cássia Rodrigues (UNICAMP), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Julio Cesar Torres (UNESP), Lais Fraga (UNICAMP), Mariana da Rocha Corrêa Silva, Mauricio Sardá de Faria (UFRPE), Neusa Maria Dal Ri (UNESP), Paulo Alves de Lima Filho (FATEC), Renato Dagnino (UNICAMP), Rogério Fernandes Macedo (UFVJM), Tania Brabo (UNESP).

Projeto Gráfico e Diagramação: Mariana da Rocha Corrêa Silva e Renata Tahan Novaes

Capa: Andrés Oliver

Impressão: Renovagraf

P962 Problemas teóricos do Estado integral na América Latina: forças em tensão e crise / Joana A. Coutinho, Lucio Oliver Costilla (org.). – Marília : Lutas Anticapital, 2023.
435 p.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-53104-89-5

1. Estado. 2. Sociedade civil. 3. Democracia. 4. Direitos sociais. 5. Autoritarismo. I. Coutinho, Joana A. II. Costilla, Lucio Oliver. III. Título.

CDD 320.11

Ficha elaborada por André Sávio Craveiro Bueno
CBR 8/8211 FFC – UNESP – Marília

1ª edição: maio de 2023.

Editora Lutas Anticapital

Marília –SP

editora@lutasanticapital.com.br

www.lutasanticapital.com.br

Agradecimentos

Este livro não poderia ter sido publicado no Brasil sem o apoio da Fundação e Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão — FAPEMA— e a participação no Brasil do corpo de pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão; da Universidade Federal do Ceará e Universidade Estadual do Ceará. Ao corpo de professores que embora não sejam tradutores profissionais esforçaram-se para traduzirem para o português brasileiro a versão em espanhol: Lucio Fernando Oliver Costilla; Lia Pinheiro Barbosa; Joana A Coutinho; Guillermo Johnson e André Lima Souza.

Sumário

Prefácio <i>Lincoln Secco</i>	9
Introdução <i>Lucio Oliver</i>	13

PARTE I: ESTADO E CRISES

Crítica às contribuições teóricas de Hegel sobre o estado ético-político moderno.....	37
<i>Lucio Oliver</i>	

Hegemonia e Crise de Hegemonia na relação Estado/Sociedade Civil: vias analíticas para pensar o poder.....	69
<i>Alba Maria Pinho de Carvalho, Eliana Costa Guerra e Carlos Américo Leite Moreira</i>	

O fascismo nos Cadernos do Cárcere: aproximações para um estudo histórico-político.....	111
<i>Francesca Savoia</i>	

Fascismo ou autoritarismo? o processo de fascistização no Brasil.....	159
<i>Joana A. Coutinho</i>	

Desfazendo o Estado: prefigurações do político em tempos de colapso.....	177
<i>Márgara Millán e Daniel Inclán</i>	

PARTE II: HEGEMONIA POLÍTICA E BLOCOS DO PODER

Apontamentos sobre democracia e hegemonia na América Latina nos alvares da terceira década do século XXI.....	199
<i>Guillermo Alfredo Johnson</i>	

Decifrando o núcleo de formações aparentes e abigarradas: a constituição oligárquica do poder.....	217
<i>Patrick Illmer</i>	

O caráter abigarrado da disputa hegemônica e a crise orgânica no Brasil: notas para debater os problemas históricos e as perspectivas de superação.....239
Lia Pinheiro Barbosa

Domínio e Hegemonia no Brasil: problematizando disputas e estratégias da burguesia e das classes subalternas.....265
Elda Maria Freire Maciel, Leila Maria Passos de Souza Bezerra, Márcio de Souza Porto e Maria Cristina de Queiroz Nobre

Venezuela: crise orgânica e disputas pela sociedade rentista.....293
Lorena Fréitez Mendoza e Damellys López Heredia

PARTE III: HEGEMONIA CIVIL E SENTIDO COMUM

O espectro da sociedade civil.....323
Robert Quintero

Movimento feminista e poder na Argentina.....355
Laura Palma

O sentido comum no tabuleiro da esquerda uruguaia.....377
Susana Dominzain e Itzel Ibarгойen

O momento militar: pensar a relação Estado-Crime organizado-Sociedade civil no México.....397
Pilar Godínez Mejía

Sociedade civil e crise orgânica do Estado no Chile no ciclo 2006-2020.....415
Cristian Jamett, Alexander Pérez, Victoria Cornejo e Jean Samit

Prefácio

*Lincoln Secco*¹

A associação/dissociação Estado - Sociedade Civil é um recurso metodológico que abriu múltiplas perspectivas analíticas nas ciências sociais. O livro ***Problemas Teóricos do Estado Integral na América Latina: Forças em Tensão e Crise*** reúne 15 contribuições importantes de pesquisadoras e pesquisadores sobre diversos temas relacionados ao Estado. Este aparece aqui não só como conjunto restrito de aparatos jurídico repressivos e administrativos; e nem apenas como resultante de um campo de forças sociais, mas também como criador de conformismo social; o consenso não pertence somente à sociedade civil, porque o Estado não é só coercitivo, mas produtor do consenso. Por outro lado, a sociedade civil pode ser o espaço de certa coerção, especialmente em momentos de crise.

Em Marx o Estado já era entendido como relação social de dominação e não apenas pela sua manifestação empírica num conjunto de instituições. Mas é a

¹ Lincoln Secco é graduado em História e mestre e doutor em História Econômica na Universidade de São Paulo (USP). É professor livre docente do departamento de História da USP e autor de *A Revolução dos Cravos* (2003), *Caio Prado Júnior e o sentido da Revolução* (2008) e *História do PT* (2023, 6 edição), dentre outros livros e artigos publicados no Brasil e no exterior.

Gramsci que devemos a ampliação do conceito de Estado.

Gramsci foi o pensador de uma encruzilhada da história do capitalismo em que as classes dominantes precisavam enfrentar os desafios da revolução através do que Fernando Sarti Ferreira chamou de contrarrevolução produtiva em seu estudo acerca do movimento operário argentino dos anos 1920². Mas Gramsci pensou aquela fase de mudança a partir da Itália, ou seja, do ângulo de uma sociedade de capitalismo retardatário, de um território desagregado e da crise do estado integral. Dessa maneira, ele é muito menos o intérprete do capitalismo maduro do que de um ocidente incompleto assemelhado às sociedades latino-americanas, como propôs Juan Carlos Portantiero em seu célebre livro *Los Usos de Gramsci*. Sem perder de vista a imensa heterogeneidade dos países de Nossa América, formamos sociedades complexas, porém desarticuladas: um Ocidente diferenciado e problemático.

Sendo assim, Gramsci é também um “pensador latino-americano” e isso explica sua permanente e rica recepção entre nós. Os novos aportes dos estudos filológicos sobre os *Cadernos do Cárcere* têm dado ênfase às relações de força, às tensões da política e da economia e às disputas de hegemonia mais que a um sistema hegemônico estático.

A América Latina atravessa uma crise de hegemonia que envolve a readaptação do Estado as presentes necessidades do capitalismo periférico e às reconfigurações contínuas da *sociedad abigarrada* de que falava René Zavaleta. Sociedade marcada por justa-

²Ferreira, Fernando Sarti. *A contrarrevolução produtiva*. São Paulo: Maria Antonia, 2022.

posições de relações assimétricas e atravessada por várias temporalidades.

Este livro marca um novo tempo latino-americano de crise orgânica e impasses culturais e econômicos impostos pelo neoliberalismo, mas também de experiências progressistas não só no poder especificamente político quanto no conjunto em que Estado e Sociedade Civil se interpenetram. A crise exige as suas intérpretes. Não por acaso, a maioria das contribuições deste livro foi escrita por mulheres, o que revela uma dentre muitas mudanças no panorama intelectual latino-americano.

Introdução

Lucio Oliver¹

Este livro² é um conjunto de quinze contribuições teóricas sobre diversas questões urgentes do Estado, entendidas de forma abrangente. São questões relacionadas à disputa de forças e projetos na atual

¹ Lucio Fernando Oliver Costilla, Doutor em Sociologia, professor titular C em tempo integral da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) Membro do Sistema Nacional de Pesquisadores (SNI), com distinção de nível III. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos e da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM. Autor de diversos livros sobre acumulação de capital e Estado integral na América Latina e em alguns países da região, elaborados com base no pensamento social histórico crítico. Responsável pelo Projeto PAPIIT IN307719 da UNAM, no qual se inclui este livro, projeto intitulado "As sociedades civis latino-americanas na crise de Estado da América Latina Perspectivas teóricas e análises concretas".

² O projeto PAPIIT que produziu este livro, está sendo realizado por um grupo de professores e alunos da UNAM no México, da UFC e da UECe do Ceará, da UFMA do Maranhão, da UFRGN do Rio Grande do Norte do Brasil, com a colaboração de professores universitários de diferentes universidades da América Latina (da Guatemala, da Colômbia, da Argentina, do Uruguai, de Chile, da Bolívia, do Equador, e da Venezuela). Os recursos de apoio à realização de eventos e publicação foram disponibilizados, após concurso, pela Direção-Geral de Assuntos Acadêmicos do Pessoal da UNAM e, na edição brasileira em português, pela Editora Lutas Anticapital. Agradecemos também ao grupo de assistentes de pesquisa do projeto, formado por Denih Monsivais, Fabricio Bahena, Verónica Teneria, Hector Martínez e Izcoatl Moctezuma pela participação na organização e edição deste livro.

situação de crise de hegemonia na América Latina. Foi realizada para esclarecer e com o intuito de aprofundar e complexificar de nossa região, com horizontes universais, as concepções teóricas e metódicas para compreender a crise e suas alternativas de avanço político democrático e emancipação social. Suponho que escrever detalhes sobre a crise em suas manifestações concretas não seja necessário para um leitor atento à instabilidade, aos conflitos e às recorrentes mudanças que vive a região latino-americana desde 2013.

O conceito de Estado é utilizado como teorizou na época o político e intelectual italiano Antônio Gramsci, como um *somatório e articulação orgânica* da sociedade política e da sociedade civil, em termos de poder:

na noção geral de Estado há elementos que deve ser redirecionado para a noção de sociedade civil (no sentido, pode-se dizer, que Estado = sociedade civil + sociedade política, ou seja, hegemonia blindada da coerção (GRAMSCI, A, 2000, Caderno 6, &88).

Os autores do livro tratam também do Estado como forma política da relação do capital, que no âmbito das instituições e das relações políticas fetichizadas pela reificação mercantil expressa e ao mesmo tempo oculta, as relações sociais e econômicas que lhe dão vida.

Um aspecto que recebeu atenção central no livro é o da teorização da disputa de forças e projetos. Na sociedade civil, em termos da busca por grupos sociais de unificar a vontade coletiva da maioria em termos de conformidade social. Por isso, o conceito de sociedade civil refere-se tanto à expressão da diversidade de

formas de existência da sociedade como forma econômica e social, quanto como espaço plural de direitos, liberdades, ideologias e organizações, e também, sobretudo, como um fenômeno de realização da *relação da sociedade com o Estado*. Nesse sentido, a noção de sociedade civil é entendida como o âmbito de uma vontade coletiva unificada baseada na influência e representação ideológica, cultural e política dos principais agrupamentos sociais e seus intelectuais, que se empenham em se tornar expressão, representação ideológica e configuração hegemônica das grandes massas.

A noção de Estado integral tem justamente essa amplitude: refere-se tanto ao Estado em sentido estrito (instituições de domínio, administração, representação e direção política e jurídica do público) quanto ao Estado entendido em sentido amplo. Isto é, como uma relação orgânica de poder na sociedade, como afirmação histórica total de uma forma produtiva, bem como mediação e somatória da sociedade política e da sociedade civil, que articula história e projeto, domínio e hegemonia, cultura e política, pensamento e atividade social, massas e instituições.

Nossa teorização e metodologia sobre o Estado difere da noção liberal democrática clássica da ciência política contemporânea que estabelece uma diferenciação rígida de sistema e classe política com respeito à sociedade e considera que a política é totalmente autônoma em relação à economia e à sociedade. A perspectiva de Gramsci, ao contrário, faz da sociedade civil um referente político ativo e histórico central do Estado, ao mesmo tempo que a considera uma expressão complexa do movimento orgânico do capitalismo moderno. Isso abre caminhos analíticos extraordinários para

estudar especificamente a crise de hegemonia em nossas sociedades.

Um elemento fundamental do conceito de Estado integral é, sem dúvida, a questão da hegemonia. Nos vários capítulos, o Estado é teoricamente tratado como veículo ou modo de construção e afirmação do poder político como hegemonia, ou seja, como o conjunto de elementos teóricos e práticos com que se exerce a supremacia e se afirmam os diferentes projetos histórico-sociais. Mesmos que buscam unir os determinados blocos históricos nacionais, em seu entrelaçamento com as relações mundiais, conseguindo para isso a aceitação e o consenso da sociedade (Gramsci, 2000, C. 15, prgf.10). A hegemonia é também *uma relação* que constrói e mantém a supremacia econômica, política e ideológica de um grupo social na sociedade; portanto, constitui um fenômeno de direção política e cultural.

Ao mesmo tempo, tem sua correlação na existência da subalternidade de diferentes forças histórico-políticas populares nessa direção, nas esferas em que ocorre a ideologia como política. Por isso, hegemonia tem a ver tanto com instituições quanto com processos sociais e relações intelectuais, com a conquista epocal e conjuntural de uma certa capacidade de dirigir projetos nacionais; as concepções de mundo que dão origem à identidade variável entre dirigentes e dirigidos, nas quais as forças dirigentes dos Estados coroam sua supremacia nas relações econômicas, políticas e culturais em nível nacional e global. Daí a importância do conceito de subalternidade, que indica precisamente a submissão político-ideológica das massas à hegemonia do Estado, ao projeto capitalista e ao projeto nacional de cada formação social, bem como este conceito lança luz sobre a importância das forças populares desenvolver

um processo político ideológico de *autonomia política e ideológica* que extrapole a hegemonia instituída e gere a possibilidade de uma nova força histórico-política disputar e conquistar, com outra concepção coletiva, os rumos do Estado e da sociedade.

A globalização em curso tende a enfraquecer os Estados-nação históricos em sua capacidade de estabelecer coesão social e em termos da hegemonia alcançada pelos grupos capitalistas dominantes nas sociedades latino-americanas. A rigor, não existe mais uma burguesia nacional com capacidade de liderança histórica. Nas últimas décadas, a dominação aberta de forças transnacionalizadas tende a prevalecer cada vez mais, com o uso dominante da violência institucional, por meio da figura de estados recorrentes e prolongados de exceção.

O problema da atual crise orgânica em nossa região tem sua história e suas peculiaridades atuais ligadas à afirmação mundial da globalização e do capitalismo transnacional: surge da realidade do final do século XX quando foi afirmado todo um sistema de “Estados capitalistas periféricos de concorrência”. A sua função foi enfraquecer o caráter representativo interno dos estados das periferias, de forma a impor a priorização da valorização do capital mundial corporativo e financeiro, acentuar a superexploração dos trabalhadores, o extrativismo e a expropriação de territórios, recursos e comunidades, consolidar a subalternidade política ideológica das massas, e a fragmentação, precariedade e desorganização dos trabalhadores e da sociedade. Este novo domínio universal foi imposto como uma reordenação capitalista desigual e bárbara, excluindo a participação política das maiorias populares e dos estados periféricos. A renovação do Estado e a atualização das relações de trabalho a partir de novas

formas produtivas e inovadoras, conceitos científicos, técnicos e de comunicação, tiveram esse viés opressor e alienante para nossas sociedades e instituições.

Na encruzilhada dos séculos e na primeira década do presente (1994-2013), o descontentamento social, a resistência e as lutas políticas de comunidades, movimentos sociais e políticos estouraram na América Latina, o que mostrou que tal globalização oligárquica não era o paraíso igualitário do fim prometido da história, mas um fenômeno contraditório, desigual, excluindo participação política das majorias, e bárbaro.

Hoje a característica que mais se destaca na situação atual do Estado integral na América Latina é que ele vive uma profunda crise de hegemonia. Quando falamos em crise, referimo-nos à *falta de correspondência entre as aspirações da maioria da sociedade civil e as instituições e definições políticas dos grupos dirigentes da sociedade política*, que traduzem a falta de consenso nos campos e nas decisões oficiais do Estado, assim também o projeto de nação e sua orientação social e política. Daí a urgência de desvendar coletivamente a análise da situação sob o método da teoria histórico-crítica: desvendar o movimento orgânico e a conjuntura das estruturas, relações, instituições e formas sociais e estatais. Com a vantagem de que *na crise* surgem laços importantes e aspectos outrora ocultos das relações sociais que os constituem, à vista de todos aqueles que se dispõem a apreciá-los, mas que na situação anterior se apresentavam de forma transfigurada, tal como Zavaleta levanta sobre disso em seu texto sobre, "Formações aparentes em Marx" (Zavaleta, 2009). Hoje a crise evidencia um *equilíbrio catastrófico* entre as diferentes forças histórico-políticas em luta, que se refere às limitações dos projetos político-culturais

de *todos* os grupos dirigentes nacionais e regionais, cujas concepções e políticas - seus objetivos de pequena política - revelam-se incapazes de dar origem a uma nova situação qualitativamente nova que faça avançar as sociedades. A extrema direita insiste em manter os Estados de concorrência, com autoridade, sem considerar que eles não têm possibilidade porque não se instalam em verdadeiras revoluções passivas que realmente puxam e incluem as massas para uma situação de capitalismo moderno superior. Por outro lado, os governos de esquerda não consideram ainda como característica distintiva de suas políticas o avanço da sociedade por meio do aprofundamento da democracia, da abertura do poder popular e do enfrentamento de problemas estruturais e históricos.

No entanto, a oposição de projetos diferentes e contrários na sociedade, que se apresenta como um equilíbrio catastrófico de forças, não significa que possa ser equiparado em termos de forças e projetos, pois os interesses, relações políticas e objetivos que eles abrigam e afirmam são radicalmente opostos: são vetores de ação social e política opostas. Por um lado, estão os projetos de transnacionalização da ordem capitalista e do Estado (KAN, 2020) que se baseiam na ratificação das políticas de ajuste, a forma de acumulação financeira, o modelo extrativista e o domínio das elites, que levaram à crise política atual e que hoje tende às propostas autoritárias dos Estados de exceção baseadas na defesa extrema de um domínio capitalista em declínio. O debate sobre a revolução passiva que acompanha a reflexão sobre esses projetos é importante nesse sentido, pois se trata de avaliar as reais possibilidades da extrema direita de impor um regime de autoritarismo de massas na atual fase do capitalismo

latino-americano e baseado na aventureira política de projetos reativos diante da explosão de descontentamento das massas. Nos capítulos encontram-se diferentes concepções deste fenômeno da revolução passiva, mas não é intenção dos autores deste livro padronizá-las em uma única concepção, pois justamente se trata de possibilitar diferentes aspectos atuais de análise da crise do Estado.

Por outro lado, existem projetos democráticos populares que, ao mesmo tempo que criticam o Estado contemporâneo, propõem variantes do progressismo baseadas na concepção da *real politik* (política real). Alguns desses projetos populares lutam pela transformação do Estado elitista, vertical e patriarcal para propor de novo o conteúdo ético político histórico original da política, o aprofundamento dos direitos e liberdades, a autonomia relativa do público; reafirmam as instituições democráticas, as políticas populares, formas sociais de economia popular, controle social da reitoria do Estado e estratégias alternativas de hegemonia.

Mas ambos os projetos, o autoritário ultradireitista do capitalismo neoliberal e o projeto de aprofundamento da democracia popular, como grandes objetivos políticos, até agora não se mostraram capazes de *reconstruir* ou enfrentar a hegemonia do capital ou, pelo contrário, *superá-la* quando for o caso. Quanto aos projetos democráticos dos atuais governos progressistas, não existem definições claras destes em curso para abrir caminhos alternativos, abrir-se a uma transformação autônoma da sociedade civil em seu sentido, constituir um poder popular organizado e consciente, resolver as contradições de nossos países e praticamente questionar capitalismo dependentes, colonialismos internos, Estados de compromisso e culturas

patriarcais cheias de colonialidade. Nelas, revela-se a importância de uma concepção de Estado que vá além do funcionamento e relevância dos sistemas e mediações políticas baseadas na cidadania formal e na reprodução capitalista. No livro estamos interessados numa perspectiva de crítica e de desconstrução do Estado que nos permita ver o que se passa na sociedade, nas classes, nas comunidades e nos indivíduos, tanto na sua condição económica, social como nas suas expectativas e respostas organizacionais, políticas e culturais, entendidas como entidades atuantes, capazes de, mesmo em condições *subalternas*, levantar a questão de sua *autonomia política* para acompanhar governos sem se subalternizar a eles, e ao mesmo tempo criticar a relação de correspondência ou divergência entre os objetivos políticos dos projetos e as concepções e necessidades da sociedade civil majoritária.

A crise orgânica do Estado na região estava latente e se manifestou de forma concentrada na primeira década do século em um feixe de expressões diversas e às vezes de sinais opostos de ação coletiva de massa, que deu origem a rebeliões destituíntes, governos progressistas e Estados de contra-insurgência e exceção permanente; em alguns lugares e circunstâncias, também ocorreu uma mistura heterogênea dessas expressões (DAGNINO et al, 2006). As lutas de classes, populistas, comunitárias, de identidade e movimentos sociais locais se cruzaram com o surgimento de aventuras golpistas de extrema direita. Todos esses fenômenos têm a ver com a resistência das maiorias ao propósito das oligarquias dominantes de impor a continuidade do projeto de dominação e hegemonia global e ao mesmo tempo são o resultado da ativação das massas na tentativa de aprofundar a democracia.

Todos os capítulos incluídos no livro buscam teorizar aspectos da atual crise do Estado, a partir de seus próprios ângulos, que estão arraigados na experiência e no conhecimento acumulado de seus autores, que vivem e trabalham em outros países que não a América Latina. Se vários capítulos do livro partem de experiências nacionais ou aludem a situações próprias desses países, não é para fazer “estudos de caso”, mas porque a teoria, além de horizontes universais, tem raízes e questões sociais e nacionais que constituem a ligação da crítica racional com o real histórico concreto a partir do qual se parte, para depois recuperar e reconstruir as abstrações (sentido deste livro), para depois voltar ao concreto histórico social.

A maioria dos capítulos deste livro é inspirada e apoiada pelas contribuições de Antonio Gramsci e René Zavaleta, dois grandes teóricos clássicos radicais de países periféricos e seus movimentos políticos e sociais populares. O critério que levou a buscar aprofundar suas concepções, conceitos e contribuições foi a convicção de sua riqueza teórica e analítica para o pensamento histórico crítico latino-americano. Com plena liberdade aqueles que incluíram outros pensamentos e autores puderam fazê-lo. E quem se aprofundou em Gramsci e Zavaleta o fez com a consciência de que seu pensamento é aberto, e tem diferentes interpretações possíveis, além de se basear em processos e situações histórico-políticas específicas e não em um conjunto de verdades abstratas e uniformes. Cada um os interpretou e utilizou em seu capítulo como bem os entendeu e de acordo com as necessidades que a elaboração particular dos vários problemas do Estado integral exigia.

Outros autores clássicos da teoria social crítica europeia e latino-americana também foram recorridos, mas não como forma de afirmar uma certa corrente de pensamento em oposição a outras -mesmo quando os autores não negam sua atribuição a certas concepções e teorizações-, mas como herança e plataforma teórica para “pensar o pensamento” e desenvolver a teoria social sobre acontecimentos reais em seu processo histórico-político e presente, fenômenos que não admitem uma única e sempre já conhecida fonte de referência, análise e interpretação. Ao contrário, exigem estar abertos para gerar rupturas do que costuma ser considerado um pensamento adequado e politicamente correto. Até mesmo o pressuposto do trabalho é que a dimensão extraordinária da crise obriga a um esforço redobrado para produzir um pensamento novo e firme, embora situado como uma continuidade crítica das contribuições anteriores mencionadas. Os autores deste livro constataram o sentimento cinzento de desilusão e pessimismo face à crise orgânica do Estado e a sua correlação em termos de tempos de crise civilizacional, que há tempos se vem manifestando no mundo. Como diz Filippo Burzio na referência do caderno 1, § 76, dos Cadernos da prisão (GRAMSCI, 2000), procuramos ser os demiurgos dos deuses: "hic res tua agitur".

Hoje, sete anos se passaram desde que o último ciclo de governos progressistas definhou e a crise de hegemonia no subcontinente se aprofundou³. Hoje

³ Enfocando como pontos de ruptura simbólicos podemos elencar alguns momentos recentes após este ciclo: os protestos sociais milionários no Brasil em 2013, o impeachment da presidente Dilma, a ilegal e politizada causa (lawfare) contra Lula e a eleição de um projeto fascista naquele mesmo país, além do crise política, o golpe de estado e a conseqüente recuperação de um regime democrático popular na

encontramos novas figuras e projetos que se posicionam em formas e localizações político-ideológicas opostas e conflitantes no que diz respeito às relações sociais de superexploração, opressão, subordinação e subalternidade das massas; gritante realidade de contradições e conflitos sociais. Mas é preciso dizer que as novas cifras e projetos ainda mostram as insuficiências das propostas de projetos e do compromisso resultante quanto à adesão ativa real das massas. Isso também fica evidente nos Estados onde a democracia foi restaurada e na demanda da sociedade por uma proposta antineoliberal, cujas novas formas com traços democráticos nacional-populares mostram maior atividade e dinâmica nas sociedades civis. Sem, no entanto, alguns desses Estados ser portadores de algo mais do que a administração progressiva do Estado e a entronização do cesarismo em nossos países. Daí a profunda complexidade da crise e a perplexidade das massas.

O conceito forte é, portanto, a crise; a região latino-americana e nossas sociedades, formando parte da crise estrutural do capital, mas também da crise de hegemonia política que se expandiu para se tornar uma crise orgânica de hegemonia na região e em seus diversos países. Isso ilumina seus céus, agora acompanhada por uma assustadora pandemia de saúde, que nos assombra e abre as portas para aprofundar a instabilidade política e a crise econômica na região. Ou seja, estamos diante de uma realidade em que a crise

Bolívia, a virada eleitoral à direita (ultradireita?) no Uruguai e no Equador, a insurreição político-ideológica das massas no Chile que hoje exige uma nova constituição popular, e também a reviravolta que significa a eleição dos novos governos progressistas do México e da Argentina.

orgânica agrava as contradições e os conflitos, afunda as ideologias vigentes, aumenta a desigualdade e a exclusão, aprofunda a dependência, o desemprego e a informalidade. Mas, acima de tudo, aprofunda a distância entre a sociedade política e a sociedade civil, entre a política e a cultura crítica, entre os aparatos do Estado e os grupos sociais.

O aparelho hegemônico está rachando e o exercício da hegemonia fica cada vez mais difícil. O fenômeno é apresentado e tratado sob vários nomes e sob vários aspectos. Os mais comuns são: “crise de princípio de autoridade” — “dissolução do regime parlamentar”. Naturalmente, apenas se descrevem as manifestações centrais do fenômeno, no campo parlamentar e governamental, e se explicam com o fracasso do “princípio” parlamentar, do “princípio” democrático, etc., mas não do “princípio” de autoridade (esta falha é proclamada por outros). Praticamente esta crise se manifesta na dificuldade cada vez maior de formar um governo e na instabilidade cada vez maior dos próprios governos e tem sua origem imediata na multiplicação dos partidos parlamentares e nas crises internas [permanentes de cada um desses partidos (ou, em outras palavras, o que se verifica em todo o parlamento se verifica dentro de cada partido: dificuldade de governo) (GRAMSCI, 2000, C.1, § 48).

Hoje essa crise orgânica ocorre em um contexto mundial de questionamento da globalização capitalista, de baixo e de cima, da esquerda e da direita, em meio ao surgimento e recuperação recorrente de movimentos populares e políticos que buscam navegar num mar de inconformismo, impulsores da criatividade e de novas propostas. Mas também estamos presenciando fenômenos de nova apoliticidade, o retorno dos valores reacio-

nários e a presença de forças militares autoritárias. A crise do Estado é, portanto, como Gramsci aponta no parágrafo 34 do Caderno 3 de seus Cadernos da Prisão, um fenômeno complexo em que o novo não apenas nasceu e o velho não apenas morreu (Gramsci, 2000). Mas a crise é também um método de conhecimento e uma escola de luta, como Zavaleta apreciou.

Porém, há algo mais que ilumina o otimismo da vontade: é uma situação de vida social que possibilita o aprendizado e a acelerada ação política das massas (Zavaleta, 2009). Mas para essa ação encontrar o famoso talismã que abre a porta para uma saída tem que surgir como uma autêntica filosofia da práxis, isto é, como uma atividade orientada para os fins das massas e classes populares associada à crítica histórico-social e à busca de grandes políticas, sob a revisão de fracassos anteriores e das demandas de. as novas condições e relações econômicas, políticas e culturais.

Em tempos de crise, portanto, é importante pensar que a ação contribua com ideias, reflexões, novas análises, para compreender e caracterizar a situação atual e reconstruir o projeto a partir das sociedades civis e esquerdas democráticas, anticapitalistas e comunitárias, para além de repudiar as forças irracionais e reacionárias que entraram em cena. Para isso, os autores deste livro encontram alguns elementos fortes que auxiliam o objetivo de *criticar as formas e processos, e aprofundar a realidade histórica das relações sociais* que sustentam os projetos vigentes. Encontramo-nos num momento teórico em que as concepções se revêm pelos sujeitos articulados da vida popular e dos intelectuais críticos, os setores populares e as classes médias sensíveis, as comunidades indígenas e o mundo dos trabalhadores urbanos. Esta

revisão teórica não é apenas espiritual, está enraizada na vitalidade do movimento espontâneo de resistência e luta. E é importante que faça parte de um processo de conscientização social e de acumulação programática em termos políticos, ou seja, integre-se à construção coletiva de uma grande política. Todos os itens acima podem ser estudados focalizando o conflito entre a hegemonia vigente e em crise e a luta popular.

Cabe ao mundo acadêmico coletar as experiências e lutas da sociedade e promover com sua atividade, a valorização intelectual, a elaboração teórica abstrata e a análise do concreto, ou seja, investigar o que existe como problema e como poder no que as formas escondem (políticas, culturais, sociais, econômicas), que neste escrito localizamos como uma crítica atual das relações da economia e da política, do Estado e da sociedade civil, da cultura e da política, e da teoria e história. Isso é para dar origem a uma análise dos problemas do Estado integral, para tentar interpretar as tendências e iluminar a catarse (Oliver, 2017). Ambos os aspectos fazem parte do nosso projeto PAPIIT referente às disputas na e pela sociedade civil, na crise do Estado, realizado por múltiplos pesquisadores latino-americanos articulados em conjunto pela UNAM.

Fazer teoria é algo que na América Latina não é comum; em séculos, as classes dirigentes externas e internas buscaram nos subsumir na colonialidade do conhecimento e nos condicionaram a pensar em nós mesmos apenas como estudantes aplicados das teorias dominantes dos países centrais. Daí a importância de nos assumirmos como portadores do nosso pensamento crítico, teórico e histórico e da alta cultura articulada à cultura popular. Mas não com o objetivo de ser diferentes e esclarecidos em nossa própria região, mas de

coincidir e elevar à teoria o que as massas fazem em e com sua luta social, econômica, intelectual, moral e política. E para isso recolhemos criticamente a herança da concepção de práxis que nos dão as contribuições e ataques teóricos dos nossos clássicos do pensamento histórico crítico universal, incluindo os de Mariátegui, Florestan Fernandes, Marini, Zavaleta, Aricó, Martínez Heredia, Revueltas e González Casanova, entre tantos outros, que fazem parte do processo da nossa reforma intelectual e moral; um pré-requisito para a elevação ideológica política das massas em busca da verdadeira transformação crítica do capitalismo global, da superação da crise estrutural, da crítica do capitalismo dependente e polêmico com projetos de capitalismo neodesenvolvimentista típicos de estados iluministas progressistas separados da sociedade. Essa teorização histórico-crítica está ligada ao aprofundamento da democracia; é extremamente vital tanto no que se postula como uma crítica histórico-social do capitalismo e na sua *relação* com a análise crítica das estruturas, relações e instituições políticas, na crítica das formas (Estado, sociedade civil e comunidade) como na crítica das relações sociais, econômicas, políticas e das categorias, em uma certa relação mutante de forças políticas históricas:

É precisamente essa forma acabada do mundo das mercadorias - a forma do dinheiro - que realmente oculta, em vez de revelar, o caráter social dos empregos privados e, portanto, as relações sociais entre trabalhadores individuais ... a relação entre seus trabalhadores. empregos e serviço social como um todo são apresentados a eles exatamente dessa forma sem sentido.

Formas semelhantes constituem precisamente as *categorias* da economia burguesa. São modos de pensar

socialmente válidos e, portanto, objetivos, das relações de produção que caracterizam *aquela* modo de produção social *historicamente determinado*: a produção de mercadorias. Todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e fantasmagoria que turva os produtos do trabalho a partir da produção de mercadorias, desaparece imediatamente quando embarcamos em outras formas de produção (Marx, 1975, p. 92/93).

Assim, a crítica não busca apenas compreender a relação do capital na globalização, em nossa região e em cada sociedade, mas também desvendar as formas sociais e econômicas capitalistas de instituições, relações políticas e ideologias, que se constituem como mediações de vontade dessas mesmas relações, com as quais essa crítica também busca algo mais: conhecer a dinâmica ideológico política das classes e grupos sociais em seus fracassos, insuficiências e mudanças, conhecer o poder do capital, esse poder econômico que tudo domina na sociedade moderna, que constitui a antítese da sociedade que ela domina e que busca, por meio da ação das forças sociais e políticas, seus projetos e personalidades em que se materializa, não só para impor esse domínio economicamente, mas também para impor o que é institucional, político espaços de dominação e hegemonia em sociedades com certo grau de variação interna (*abigarramiento*). Tudo isso reconhecendo a prioridade de abrir caminho para a catarse e cristalização da aspiração das massas em criar as condições materiais, políticas, culturais e ideológicas para alcançar a autonomia de organização, pensamento e projeto na disputa da e pela cultura, a política e o Estado, de maneira que encontre formas de começar a questionar e superar a própria subalternidade.

O termo "catarse" pode ser usado para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoísta-passional) para o momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Significa também a passagem do "objetivo ao subjetivo" e da "necessidade à liberdade". A estrutura, de força externa que esmaga o homem, assimila-o a si mesmo, torna-o passivo, torna-se um meio de liberdade, um instrumento para criar uma nova forma ético-política, origem de novas iniciativas. A fixação do momento "catártico" torna-se assim, parece-me, o ponto de partida para toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de síntese resultante do desenvolvimento dialético (Gramsci, 2000, C. 10, § 6.I).

Mas a teoria é mais do que um conjunto sistemático e coerente de relações conceituais abstratas e aplicabilidade concreta. É uma lógica, um conhecimento científico, um conhecimento social, um conhecimento político cultural. Como teoria histórico-crítica é também uma recuperação do material real no pensamento: "O ideal nada mais é do que o material transposto e traduzido na mente humana" (Marx, 1975, epílogo à segunda edição do Capital), Por isso a teoria não pode existir como algo acabado e fechado, mas sempre em movimento, aberto a seguir e caracterizar elementos inéditos do desenvolvimento da realidade.

Portanto, a teoria não está apenas nos grandes livros e no pensamento dos pensadores clássicos, está na capacidade de pensar e repensar o pensamento, na capacidade de torná-lo mais complexo, de desdobrá-lo, de confrontá-lo com a realidade histórica. de novas maneiras, caracterização e relações conceituais de conteúdo e forma universal. É por isso que é verdade

que a teoria também está em germe e potencia nos fatos sociais e, o que é de grande interesse, nos acontecimentos em que intervêm as massas: nas experiências coletivas econômicas, políticas, democráticas, culturais e filosóficas dos povos. É mesmo em sua atividade espontânea não sistemática que contém elementos que podem ser incluídos em novas construções de pensamento de uma perspectiva universal e total.

É claro que a luta por uma nova vontade coletiva em curso na América Latina hoje é diferente daquela que existiu antes em nossa história, mesmo daquela que se formou nos momentos mais ilustres da história política de nossa política. e lutas sociais. Para ser transformador e expressar o impulso das massas, é necessário que isso seja corporificado na unidade orgânica entre núcleos dirigentes e dirigidos, governantes e governados, e não em sua distância e diferença; requer que o coletivo se sustente na organização e na consciência própria e social a partir do fato de que as maiorias se apropriam do questionamento dos modos objetivos e das formas vigentes.

Dividimos o livro em três grandes partes de cinco capítulos cada, a fim de agrupar os debates como análises e polêmicas teóricas que enfocam diferentes problemas do Estado integral.

A primeira seção, *Estado e crise*, tem o objetivo comum de caracterizar o fenômeno de redefinição histórico-política dos Estados à luz da crise de hegemonia, com a participação do responsável mexicano do projeto, Dr. Lucio Oliver, um grupo de pesquisadores brasileiros formados pela Dra. Alba Carvalho, Eliana Guerra e Américo Moreira, a pesquisadora italiana Francesca Savoia que formou-se no doutorado em Ciências Políticas e Sociais pela UNAM e professora do curso de

Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos, Dra. Joana Coutinho, da Universidade Federal do Maranhão, do Brasil, e os professores mexicanos Dr. Mária Millán e Dr. Daniel Inclán da UNAM.

A segunda seção é intitulada, *Hegemonia política e blocos de poder*, destinada a discutir os problemas da democracia e da hegemonia nas diversas situações latino-americanas que os questionam e lhe dão nuances específicas e em torno das quais se configuram vários blocos de poder, com a contribuição do Dr. Guillermo Johnson, do Brasil, Dr. Patrick Illmer, italiano mexicano, Dra. Lia Pinheiro, que faz parte dum segundo grupo do Brasil, formado pela Dra. Leila Bezerra, Cristina Nobre, Elda Maciel e Dr. Marcio Porto, e o grupo de estudos de origem Venezuelano formado por as professoras Damellys López e Lorena Freitas.

A terceira seção trata das questões da *hegemonia civil e do bom senso*, cujo objetivo é pensar teoricamente sobre as complexidades de conteúdo e formas da disputa político-ideológica nas sociedades civis latino-americanas. Esta seção inclui cinco capítulos, com contribuições do professor Robert Quintero, da Colômbia, Dra. Laura Palma, da Argentina, Dra. Susana Dominzain e da professora Itzel Ibargoyen, do Uruguai, da professora Pilar Godínez do México, e do grupo formado por pesquisadores chilenos que inclui o Dr. Cristian Jamett e os pesquisadores Alexander Pérez, Victoria Cornejo e Jean Samit. Todos os capítulos do livro foram elaborados por pesquisadores participantes do projeto “As sociedades civis na crise do Estado na América Latina. Perspectivas teóricas e análises concretas”.

Bibliografía

DAGNINO, E. et al (2006) "Introducción" em, *La disputa por la construcción democrática en América Latina*. México, Ed. Fondo de Cultura Económica.

GRAMSCI, A. (2000). *Cuadernos de la cárcel*. México: editorial ERA.

KAN, J. et al (2020). *Entre lo global y lo internacional: perspectivas críticas sobre el Estado, el mercado mundial y las relaciones internacionales*. Argentina, Ed. IESAC-ICSE.

MARX. C. (1975). *El Capital*. Volume I. México: Siglo XXI.

OLIVER, L. (2017) “Gramsci e a noção de catarse histórica. Sua atualidade para a América Latina” em, *Las torres de Lucca: revista internacional de filosofía política*, Vol. 6, No. 11 (julho-dezembro), Universidade Complutense de Madrid,

ZAVALETA, R. (2009) *Antología: la autodeterminación de las masas*. Colômbia: CLACSO-Ed. El Siglo del Hombre.

PARTE I:

ESTADO E CRISES

Crítica às contribuições teóricas de Hegel sobre o estado ético-político moderno¹ e sua crise orgânica.

Lucio F. Oliver Costilla

Introdução

Para entrar no tema exposto, é preciso destacar que Hegel continua sendo um teórico desconhecido ou pouco estudado pelos pensadores críticos do Estado e da política na era atual; isso apesar de importantes exceções (Gramsci, 2000, Vacca, 2020, Dussel, 1990, Zavaleta, 2009b). Este capítulo discute suas grandes contribuições para compreender o Estado moderno e busca reunir elementos de sua teoria para esclarecer a atual crise orgânica do mesmo. Uma contribuição central e fundamental é o modo como a teoria de Hegel se propõe entender o Estado como um Estado integral, ou seja, como uma totalidade social orgânica do poder, que oferece novas e mais profundas perspectivas de análise das estruturas, dos problemas, das relações políticas e das formas de estado modernas (Hegel, 2004, 155-311); (Gramsci, 2000, C. 6, § 88 e C. 8, § 142)

Este texto busca expandir Hegel, na perspectiva de enriquecer a crítica à hegemonia que o capital exerce na história contemporânea. O estudo é acompanhado

¹ Tradução do espanhol para português de Lucio Oliver Costilla

também por uma revisão das abordagens de alguns autores clássicos europeus e latino-americanos dos séculos XX e XXI que lançam luz sobre seu pensamento teórico e a importância de sua noção de Estado. Para recuperar Hegel, este escrito se apoia na perspectiva que Marx e Gramsci têm de sua obra, porém com alguns escrúpulos e pontuações. Nesse sentido, apresentamos uma apreciação sobre a relação continuidade/descontinuidade entre Hegel-Marx-Gramsci na construção crítica e no desenvolvimento de elementos de uma teoria social sobre o Estado moderno, a partir de um estudo necessário e essencial das relações sociais e das contradições da realidade, com o auxílio da noção de totalidade e do método da dialética (VACCA, 2020), muito distante daqueles que ainda hoje (Barros, 2013) veem em Hegel e na sua apropriação pelos ditos autores, uma filosofia da história pré-estabelecida e positivista.

1. A relação continuidade/descontinuidade Hegel, Marx e Gramsci.

Estudar a perspectiva hegeliana do Estado moderno apenas a partir das primeiras críticas de Marx corre o risco de analisar Hegel com algum viés. As primeiras análises de Marx, mesmo as mais extensas, como a Crítica da Filosofia do Estado de Hegel de 1843 e a Introdução de 1844 são estudos críticos específicos e incompletos que, embora forneçam uma excelente visão problemática, não aludem ou abrangem o universo teórico conceitual da obra de Hegel como um todo, nem todas as suas contribuições relacionadas ao Estado e à sociedade civil, uma vez que vários manuscritos do próprio Marx daquela época não estavam completos até agora. Deve-se lembrar que a leitura crítica inicial de

Marx de Hegel foi produto de um determinado momento histórico político europeu e foi cunhada sob a influência dos conflitos que Marx viveu na experiência da Gazeta Renana na qual, como filósofo neo-hegeliano e político precoce, ele foi confrontado com o poder político da Prússia. Marx viveu a crise de querer fazer política como seguidor de Hegel por meio da imprensa e da filosofia, para depois refletir criticamente sobre essa experiência, mudar de país e meio ambiente e gerar sua própria perspectiva teórica e política a respeito da sociedade e o Estado revolucionários e modernos. Além disso, pode-se dizer que a análise teórica de Marx a respeito de Hegel sobre essas questões se beneficiou de um horizonte temporal histórico social mais amplo: o avanço da industrialização e o surgimento da ação política sindical e das organizações políticas dos trabalhadores ao longo do caminho no século XIX, a afirmação e a extensão da propriedade capitalista moderna, o desdobramento de relações sociais capitalistas mercantis mais extensas, o crescimento do mercado mundial, a extensão do trabalho assalariado, a afirmação e desdobramento do domínio do capital. Isso permitiu a Marx ampliar e aprofundar sua perspectiva crítica da economia política junto com a da filosofia do direito de Hegel, bem como avaliar as transformações do Estado em sociedades que passavam por contra-revoluções, revoluções passivas, novas revoluções populares e processos de criação de novas situações. Gramsci, por sua vez, abordou Hegel em um momento político histórico muito diferente que o levou a lê-lo primeiro sob o influxo da perspectiva de Croce, depois por reconhecer sua influência nas concepções políticas de Engels e Lenin e, posteriormente, já em seus textos de prisão, pela incorporação mais pontual em sua teorização de novos aspectos da

obra de Marx e por uma leitura crítica de sua própria experiência política em que Hegel será lido de nova forma já distanciada da leitura de Croce (GRAMSCI, 2000, VACCA, 2020).

Por tudo isso, parece oportuno valorizar as perspectivas e o contexto histórico político a respeito do Estado em Hegel, coletadas criticamente na obra própria do Hegel e nos escritos de Marx e Gramsci, a partir de uma relação de continuidade e descontinuidade.

Além do dito, existem outros aspectos a considerar:

a. A relação Marx-Hegel segundo alguns autores clássicos do lado marxista foi atravessada por tensões importantes sobre as quais julgamentos críticos bem fundamentados poderiam ser feitos a partir do olhar duma revisão histórica do contexto político ideológico europeu e russo do final do século XIX e início do século XX, o que não faremos neste texto, mas que consideramos poderia levar a uma compreensão mais complexa da forma como a relação de Marx com a obra de Hegel foi abordada em diferentes áreas de sua filosofia, perspectiva política e concepção teórica social. No final do século XIX, Eduard Bernstein, por exemplo, propôs anular a herança de Hegel no marxismo, no sentido de suprimir as categorias centrais de totalidade, contradição e dialética (Vacca, 2020). Os autores reconhecidos do marxismo soviético do século 20 também propuseram um Marx alheio às categorias anteriores para propor um materialismo fechado e alheio à herança hegeliana, o DIAMAT. Eles se manifestaram vulgarizando e encerrando o pensamento crítico em fórmulas abstratas, fechadas e a-históricas (Segunda Conferência das Instituições Científicas Marxistas-Leninistas Soviéticas, 1929). Isso sem desen-

volver uma real refutação teórica da obra. Essas fórmulas colocavam o Marx numa corrente de "materialismo" totalmente contrária ao suposto "idealismo clássico" de Hegel, que deveria ser rompido em todos os sentidos e espalhado pelo mundo (Stalin, 1977). A partir de desligar a teoria social de Hegel e aquela do Marx, este último foi considerado teórico dum materialismo inovador, dialético e histórico, mas na realidade ele foi associado pela corrente soviética a uma perspectiva filosófica mecanicista abstrata, na verdade contrária à sua elaboração teórica. Nesse contexto, foi reconhecida a influência de Hegel sobre o Marx, mas assumiu-se a tese da inversão absoluta, que colocava Hegel como um filósofo idealista objetivista clássico, a quem Marx desafiou em toda a sua concepção de dialética e da histórica, dando lugar a um conceito totalmente novo e distinto centrado num pensamento materialista dogmático.

Hoje é claro, a partir da recuperação de textos de Marx publicados postumamente, tais como, A ideologia alemã (Marx e Engels, 2007) e, Os Grundrisse (Marx, 2011b), que, como argumentado por Gramsci, a apreciação de Marx sobre as contribuições de Hegel passou por várias etapas e momentos, sempre iluminado por sua postura crítica diante do professor, desde seus textos juvenis até a época em que escreveu O capital e, especificamente, nos últimos manuscritos do Livro II e do Livro III. Neles, Marx assume-se como herdeiro de Hegel e não hesita em afirmar ser um discípulo crítico de Hegel, como Enrique Dussel corretamente aponta no capítulo 9 de seu estudo do último Marx. "Marx contra Hegel, o núcleo racional e a matriz geradora" (DUSSEL, 1990).

No relato de sua caracterização da obra de Hegel após 1857, pode-se perceber que Marx não o considerou um pensador devidamente alinhado ao idealismo filosófico, mas, acima de tudo, o entendeu como um filósofo transicional crítico que superou as típicas teses do idealismo. Gramsci apresenta uma apreciação semelhante em seus cadernos de prisão: para ele, Hegel também teve uma relação de continuidade/descontinuidade com o idealismo filosófico de Kant e se distanciou de suas concepções para dar origem a uma teoria social histórica crítica nova e diferente (GRAMSCI, 2000, C. 4, § 3; HEGEL, 2017; KANT, 1928):

Em seus cadernos, Gramsci argumenta que Hegel, a meio caminho entre a Revolução Francesa e a Restauração, dialetizou os dois momentos da vida filosófica, o materialismo e o espiritualismo. Os seguidores de Hegel destruíram essa unidade, e suscitaram um retorno ao antigo materialismo com Feuerbach e ao espiritualismo da direita hegeliana. Na juventude, Marx reviveu toda essa experiência: hegeliana, materialista feuerbachiana, marxista, isto é, refez a unidade desunida em uma nova construção filosófica: já nas teses sobre Feuerbach essa sua nova construção, essa sua nova filosofia, aparece com clareza. Muitos materialistas históricos repetiram com Marx o que foi feito antes com Hegel, isto é, da unidade dialética eles voltaram ao materialismo bruto, enquanto. Como já foi dito, a alta cultura moderna, idealista vulgar, tentou incorporar o que lhe era indispensável do marxismo, até porque esta filosofia moderna, a seu modo, também tentou dialetizar o materialismo e o espiritualismo, como tentou Hegel e realmente o fez (GRAMSCI, 2000, C. 4, § 3).

2. O estado integral em Hegel.

Para Hegel, o Estado moderno, considerado conceitualmente a partir de sua elaboração teórica, é a esfera da universalização do social constituído pelas famílias e, sobretudo pelos indivíduos interdependentes constituídos na sociedade civil, do que se deduz que o problema é construir uma teoria em que o "geral", o "racional" e o "universal" do poder político tenha um sentido ético-político, desejável como instituição e como fins.

É por isso que Hegel considerou o Estado Moderno: a realidade efetiva da Ideia Ética, o espírito ético como uma vontade substancial patente, clara para si mesma, que se pensa e se conhece e cumpre o que sabe exatamente porque o conhece. Nos costumes, ele tem sua existência imediata e, na autoconsciência do indivíduo, em seu conhecimento e atividade, sua existência mediata; o indivíduo, por sua vez, tem sua liberdade substancial no sentimento de que esta é a sua própria essência, o fim e o produto de sua atividade” (HEGEL, 2004, §257, 227)

Desse modo, o poder político moderno, historicamente possível devido às lutas político-sociais que deram aos indivíduos modernos separados da comunidade uma carta de naturalização, estruturada segundo a concepção teórica, foi, nos termos de Hegel, o depositário de um certo e histórico projeto político de poder orgânico, concentrador de uma nova liberdade racional, mas também inclusivo de uma ética secular. O Estado moderno foi conceituado por Hegel como uma esfera institucionalizada e legítima de liberdade ética racional geral, cujas condições já existiam na realidade histórica em movimento (HEGEL, 2004, 227-233)

Esse institucionalismo integral foi para Hegel um elemento da sua crítica à alienação social resultante da competição mercantil entre produtores isolados, mas objetivamente interdependentes (HEGEL, 2004,183-226), e um produto da luta de interesses econômico-corporativos das ordens. Assim, o Estado político ético moderno foi constituído para Hegel também numa proposta de melhoria da sociedade, de superação da separação e isolamento individuais e de enfrentamento dos interesses locais.

Diante do exposto, deve-se notar também que o questionamento de Marx a respeito das noções de Hegel sobre o Estado ético não se dirige contra a eticidade que ele acarreta e propõe, mas é a crítica à sua natureza abstrata e a sua transformação no formalismo de uma burocracia separada da sociedade, fato resultante pelas próprias contradições da mesma sociedade. E para Marx era claro que a sociedade não poderia enfrentar essas contradições sem superá-las (MARX, 2013, 157).

Em relação à questão do Estado moderno, Hegel desenvolve uma compreensão teórica da liberdade, na época, recentemente adquirida e reconhecida na reconstituição do Estado moderno após a Revolução Francesa, como liberdade que possui duas expressões: uma negativa abstrata, mas passível de ser transformada em uma liberdade concreta e positiva dos indivíduos modernos. A partir disso, na sua Filosofia do Direito Hegel teoriza o processo que levará à afirmação da liberdade positiva no Estado ético-político. Nesse processo, os indivíduos e a sociedade civil como um todo tenderão a estabelecer uma relação de correspondência com as instituições e objetivos do Estado ético-político, teses estranhas às do liberalismo político inglês que

defende o direito abstrato à liberdade e propriedade, do ponto de vista da separação da sociedade do Estado.

Por um lado, como já mencionamos acima, Hegel considera que a conexão dos indivíduos modernos e a relação de seus direitos e liberdades, estabelecidos e universalizados para a Europa pela Revolução Francesa de 1789-1794, com o Estado moderno, é de totalidade, ou seja, implica a passagem da liberdade abstrata dos indivíduos (o direito abstrato à liberdade) para uma liberdade individual e social positiva consciente que se identifica com os fins racionais e universais dum Estado moderno, que por isso torna possível a inclusão da sociedade civil nos fins do Estado, o que configura o Estado como um poder orgânico integral que inclui sociedade civil de indivíduos livres e interdependentes (HEGEL, 2004; GRAMSCI, 2000, C.6, § 88) . Por outro lado, Hegel considera a relação entre as duas esferas, Estado e sociedade civil, como a consecução duma interação orgânica, mesmo quando propõe uma separação metodológica dessas esferas e primeiro as analisa separadamente.

Marx critica Hegel por sua ideia abstrata do Estado político moderno, mas ele não questiona a noção da totalidade orgânica do poder, mas sim a sua realização irreal no estado europeu em sua incompletude. Para Marx o estado político abstrato não inclui a participação de indivíduos (pessoas concretas) com incidência nos assuntos do Estado, mas sim como cidadãos que participam nos limites do estado político e se submetem à sua dimensão abstrata (MARX, 2013).

Gramsci coleta da Filosofia do Direito de Hegel a ideia de uma unidade orgânica entre Estado e Sociedade Civil, âmbitos distintos da totalidade social, mas com correspondência de fins e articulados pelas mediações,

daí sua noção do Estado moderno como Estado integral. Gramsci parte de entender a sociedade civil como o conjunto das organizações privadas da sociedade (HEGEL, 2004, §184; GRAMSCI, 2000, C.4, § 49), mas ele introduz uma novidade: a compreende também como o conteúdo ético do Estado (HEGEL, 2004, § 184-188; GRAMSCI, 2000, C.6, § 24) Ou seja, a respeito do Estado moderno, considera-o na sua existência, movimento e atividade político-ideológica na totalidade. Por isso, Gramsci pega do Hegel a noção do Estado moderno como expressão política de uma nova época histórica de poder político: a da criação de uma nova institucionalidade ético-política orgânica da sociedade. Reconhece que Hegel inclui em sua teoria a luta histórica que buscou dar um novo sentido material e espiritual à atividade de indivíduos e grupos sociais assentados nas condições de época do mundo moderno; uma luta que teve na grande Revolução francesa um momento culminante de universalização. Esse processo histórico político alterou o significado e sentido do Estado na vida social europeia. Essas condições expandiram em complexidade e profundidade no mundo contemporâneo, mas em nossa época continuam a existir tanto em substância quanto em significado. Em sua obra, Hegel também teoriza a sociedade moderna como aquela em que é possível ocorrer a autoconsciência e o reconhecimento coletivo entre os indivíduos, a partir da independência pessoal e do livre arbítrio individual. Já isso supõe direitos universais de indivíduos e classes (Hegel, 2004, 61-84).

3. Classes e sociedade civil em Hegel.

As classes, base do Estado para Hegel, são consideradas formas sociais com amplo espectro de totalidade: existiam na história e no seu presente: na propriedade e nas relações de poder, no trabalho, na vida burocrática, e também na política e na cultura. Neles, os indivíduos se organizaram e adquiriram um senso de identidade e localização político-cultural. A sociedade moderna já incluía a nova determinação civil mercantil capitalista; os indivíduos tinham como comum uma certa constituição inicial nas relações sociais de concorrência e também de interdependência. Ou seja, a grande maioria dos indivíduos na nova sociedade capitalista se encontrava atrelada a uma sociabilidade que surgiu do fato material da dependência mútua por meio do trabalho. Assim, para Hegel, todas as classes eram o suporte ativo e consciente do Estado, tanto como massa quanto na sua qualidade de agrupamentos de indivíduos específicos com interesses diferenciados e com identidades que os tornavam participantes de instituições ético-políticas. Isso, para Hegel, significou colocar o acento na perspectiva da interação entre a individualização e seu vínculo ativo, voluntário e livre nos grupos sociais, pautada em uma atividade econômico-produtiva, mas que se complementava e se constituía de forma destacada no âmbito teórico-cultural. campo. As classes eram o resultado de indivíduos assumindo livre e conscientemente suas potencialidades e possibilidades no agrupamento coletivo, a unidade dentro da sociedade e sua inclusão no Estado (Hegel, 2004, §189-198).

No que diz respeito à caracterização de Hegel da sociedade civil (Hegel, 2004, § 182), aspecto em que

Marx a reconheceu como referência teórica (Marx, 2011, 39), Hegel destaca sua característica de constituir um Estado externo, sempre em relação à política interna do Estado, isto é, sua condição de condicionamento sumário ativo das interações objetivas e das condições materiais e espirituais de vida da sociedade moderna, com tudo e suas relações e contradições (Marx, 1987). A noção de sociedade civil de Hegel foi usada por Marx e Engels, desde a juventude, com elementos teóricos acumulados que os levaram a insistir que para eles a sociedade civil "é o verdadeiro foco e palco de toda a história" (Marx e Engels, 2007, 39), bem como que a anatomia de a sociedade civil era a economia política. Marx, em textos explicitamente políticos, analisou como a sociedade civil era sede de forças sociais - grandes agrupamentos sociais - que, a partir de sua existência privada, em sua atividade política aprenderam a constituir-se em classes, isto é, a assumir ideologicamente sua situação econômica. as relações sociais e suas contradições, para adquirir influência no Estado, na vida democrática e para influenciar a perspectiva ética da sociedade civil dentro do Estado moderno (Marx, 2001).

Marx, no 18º Brumário (Marx, 2011), notou a imaturidade do proletariado francês da época justamente por não compreender as possibilidades de uma política nacional, ou seja, uma política desde sua condição de elemento da sociedade civil, ao mesmo tempo construída para influenciar ideológica e politicamente a sociedade civil, a partir de considerar de forma complexa a unidade necessária da diversidade dos oprimidos e explorados e sua importância para uma política nacional e popular alternativa. Essa valorização levou os trabalhadores urbanos a alcançar o reconheci-

mento de um interesse compartilhado com outras classes populares, como os camponeses e a pequena burguesia urbana (MARX, 2011).

Mas, além de insistir, como fizemos, nas relações de continuidade/descontinuidade entre Hegel e Marx, vale a pena apreciar as próprias contribuições do próprio Hegel para uma compreensão crítica necessária e atual do Estado, da sociedade civil e da crise do Estado.

4. A ética comunitária dos trabalhadores. Uma outra perspectiva do Estado integral em Hegel.

O texto crítico de Marx sobre os Princípios de Filosofia do Direito de Hegel (Marx, 2013) é uma escrita incompleta, e sua apreciação sobre toda a obra não foi encontrada, nem o relativo a três pontos centrais da terceira parte do texto de Hegel. Essas partes que faltam aludem tanto à noção ético-política integral do Estado, da família e da sociedade civil, ou seja, ao sentido que para Hegel tinha a noção de um Estado ético racional e geral, como uma proposta de totalidade orgânica social (soma de família, sociedade civil e estado político). É lógico afirmar que as teses de Hegel resgatam suas ideias expressas tanto na Fenomenologia do Espírito (HEGEL, 2017), quanto na Ciência da Lógica (HEGEL, 2013): Considero que essas obras dão o horizonte, o sentido e a tônica do que para ele era a especificidade estatal do avanço histórico social e político moderno. As suas teses enquadram e dão sentido aos seus estudos sobre a comunidade, a família, a sociedade civil em relação ao Estado, à luz das grandes transformações europeias que a Revolução Francesa de 1789 e a expansão napoleônica estimularam. Em suma, essas

obras constituem uma chave para compreender a forma como Hegel abordou os fundamentos econômicos, socio-culturais e políticos da relação dos indivíduos, classes e massas com o Estado moderno, suas instituições e seus corpos mediadores.

A leitura tradicional de Hegel, feita a partir de uma leitura superficial dos primeiros textos de Marx, baseada exclusivamente em observações de referência incompleta, sugere que Hegel tinha uma concepção idealista e unilateral do Estado, que propunha um culto ao Estado como uma instituição em si. E de acordo com essa linha de pensamento, Hegel vê essa instituição social de poder dominante como a existência idealista de noções abstratas de liberdade realizada e de ideia absoluta, premissas às quais as instituições mediadoras entre Estado e sociedade deveriam estar subordinadas, enquanto a sociedade e a família que os sustenta teria que se subordinar e ceder. Com isso, o significado social histórico da proposta hegeliana deixa de ser reconhecido como um resgate da eticidade herdada da comunidade, especialmente em sua perspectiva cristã, na história moderna. Essa comunidade em termos de sua eticidade, ou seja, de suas concepções e proposições sociais de costumes e valores, faz parte de um processo histórico repleto de contribuições da sociabilidade solidária secular que para Hegel é preciso recuperar para a modernidade, pois para ele são formas de relações sociais de convivência ética que resultam da dialética da história baseada na luta entre senhor e escravo, senhor e servo (Hegel, 2017; Kojève, 2012).

Deve-se destacar que Hegel estabelece como grande conquista espiritual da modernidade o crescente desenvolvimento da individualidade e a conquista da independência pessoal igualitária do ser humano,

expressa na conquista e na vivência ativa da liberdade e da autonomia (abstrata e concreta), que são dois aspectos centrais da vida moderna, mas que, para ele, por não incluírem uma adesão ética, também geram a alienação e o isolamento do ser humano moderno e são fontes de confrontos e conflitos intermináveis, que degradam a sociedade (Hegel, 2017). Daí o interesse deste autor em buscar uma solução para os sofrimentos da vida individual na procura da reapropriação da ética, como um novo reconhecimento social entre seres humanos iguais e livres, como uma recuperação e nova conformação de um mundo social de costumes, práticas e valores. Originários das antigas formas de comunidade, gregos, romanos e, sobretudo, cristãos, eram colocados na possibilidade de dar um maior sentido sociocultural ao trabalho e à vida coletiva de troca e interdependência dos indivíduos, no âmbito das novas relações sociais (Hegel, 2017).

Com essas referências, Hegel considera o Estado parlamentar moderno construído a partir da se transformar na sede da liberdade realizada (isto é, não a histórica, mas aquela forjada segundo uma teoria e uma prática adequada) como uma instituição social orgânica e integral, que deve se articular a vida e as instituições jurídico-políticas, familiares, de classes e da sociedade civil, em uma totalidade ética comunitária avançada, baseada no reconhecimento livre e voluntário dos indivíduos entre si (HEGEL, 2017; GRAMSCI, 2000, C.1, § 47)

Hegel distinguiu o estado moderno dos estados absolutistas, na Europa do início do século XIX, nos quais não havia uma proposta ético-política em andamento. De isto se deduz que os estados racionais e com uma perspectiva do geral, para ele, como é o caso do

estado napoleônico na França, tornaram-se herdeiros depositários de uma história de conquistas comunais de valores, atitudes, direitos coletivos, sociais e individual e liberdades. Essa herança molda as instituições, a sociedade as reconhece como suas e aspira a localizá-las como o público e o geral.

A atualidade de Hegel na nossa região hoje envolve a recuperação da noção ética política do Estado em termos de constituição da força popular avançada e democrática que determine a renovação do Estado capitalista latino-americano, hoje fortemente alheio à ética comunitária, tanto das coletividades associativas urbanas, como respeito às comunidades originárias, quanto às tradições cristãs do Ocidente. Essa recuperação ético-política faz parte da disputa popular para afirmar a soberania originária da sociedade civil, resgatar e transformar o Estado, em momentos como o presente em que a instituição Estado como instituição cínica influída pelo poder dos grupos privilegiados tende a submeter-se a pressão do poder econômico para viabilizar e priorizar os interesses do capital (OLIVER, 2012; HIRSCH, 2002, ZAVALETA, 2008, MARINI, 1978) O Estado, no entanto, sob a globalização neoliberal passa por uma profunda crise, que acentua o domínio mundial e regional das elites sem conseguir viabilizar uma hegemonia e pelo contrário, tem aumentado a distância entre governantes e governados.

5. O significado orgânico das mediações estatais

Na situação da Europa de Hegel (e o que dizer daquela de sua Alemanha natal, ainda não unificada politicamente, nem social e economicamente pelo domínio total do capital), as classes sociais não estavam

totalmente configuradas em um sentido moderno. A supremacia - do domínio, não do mando ético, ou ideológico - estava nas forças histórico-políticas com poder na época: os monarcas absolutistas, os grandes latifundiários, as corporações artesanais e a burocracia estatal. Os camponeses e artesãos (escravos, servos) eram em sua maioria um setor social subordinado e os trabalhadores urbanos faziam parte, mesclados com e seguidores dos donos do capital, dum desenvolvimento industrial ainda em formação nos múltiplos principados germânicos e nos reinos independentes.

Na época de Hegel, em seu país, as relações sociais capitalistas e as modernas classes sociais estavam insuficientemente desenvolvidas. Sob essa realidade, era difícil para Hegel desenvolver teoricamente uma concepção de classe moderna partícipe das mediações estatais, que considerasse o papel ativo e autônomo dos trabalhadores, camponeses, pequenos produtores, trabalhadores manuais, administrativos e de serviços e intelectuais de massa. Por isso, as mediações que Hegel projeta em suas análises sobre o Estado não são espaços de disputa de poder entre classes, mas espaços de inclusão ética orgânica com reminiscências senhoriais, desenhados por Hegel para a negociação de conflitos entre os agrupamentos sociais alemães da época.

Mas Hegel oferece uma contribuição conceitual sobre a sociedade civil e as classes que é transcendental até mesmo para a compreensão da noção teórica analítica posterior de Marx a respeito. Para Hegel, a sociedade civil é um momento intermediário de ética e coesão social e política sob a economia mercantil capitalista, baseada no trabalho, condição da liberdade não alienada do indivíduo moderno. A sociedade civil,

como apontamos no ponto anterior, o que Hegel caracteriza de "Estado objetivo externo" que ainda não se cristalizou numa ética política totalmente desdobrada. Fá-lo-á no desenvolvimento do seu vínculo organizado, subjetivo e consciente nas mediações estatais, onde Hegel vê o desenvolvimento ético-político do ser colectivo do trabalho, em articulação com poderes, instituições e leis. Essa noção de Estado externo é importante porque fornece o quadro no qual o conjunto de organizações privadas baseadas em uma condição socioeconômica, se torna por meio de direitos e liberdades, a ação civil perante políticas e leis, o que constitui a relação social que permite à sociedade determinar suas decisões a partir de uma apropriação ética na relação crítica mediada com e no Estado.

Assim, Hegel estuda a inserção das massas populares na política e no Estado a partir da atividade e dos "momentos" ético-político-institucionais da sociedade civil e das classes, e não como um ato técnico representativo-delegativo dentro do sistema da política. Bolívar Echeverría já havia mostrado a importância de determinar o político na sociedade e não apenas permanecer só no campo da política, consubstanciada nas instituições burocráticas do Estado político (Echeverría, 2011, 169-179). Para Hegel, a ética política é o que outorga sentido libertador à relação real de correspondência entre uma sociedade civil avançada como um Estado moderno na nova sociedade.

Como destacamos anteriormente, a noção de Estado em Hegel é integral, ou seja, refere-se à unidade orgânica que estabelece a correspondência (Estado legítimo) ou a alienação (crise do Estado) entre as instituições e objetivos da sociedade política e a sociedade civil. Por isso, Gramsci enfatiza que

para Hegel o Estado legítimo é aquele que atinge um grau de articulação e correspondência de consenso organizado e “educado” pelo Estado, entre os fins éticos do Estado e os fins sociais da sociedade civil (Gramsci, 2000, C. 1, § 47).

Apesar de ser uma conceituação incompleta, que ainda não prevê o que virá a ser a dominação e a hegemonia como influência de classe, ordem do Estado e relação social de poder entre grupos e classes sociais, esta concepção hegeliana da unidade orgânica entre um Estado com determinadas instituições e pactos político-sociais e uma sociedade civil específica com suas próprias determinações econômicas, sociais e político-culturais, abre uma possibilidade fundamental para a crítica teórica e prática do Estado contemporâneo do capitalismo atual. Ela estabelece a necessidade de avaliar teoricamente a possibilidade e a capacidade do poder moderno ser um Estado dirigente a construir uma política institucional e da sociedade civil, ao mesmo tempo portador de um processo de direcionamento político cultural, visando expressar as contradições da relação de capital e ao mesmo tempo reabsorver os elementos éticos da comunidade na organização popular das classes e da sociedade civil.

Assim, a atual leitura crítica do Estado, com Hegel, permite esclarecer a importância de uma política popular de hegemonia, que incide na luta por uma reforma ética e intelectual que busque transformar Estados capitalistas concretos, que põe em causa o que hoje se apresenta histórica e politicamente como o predomínio da ideologia mercantilista, acumulação privada de capital, exploração, superexploração e rentismo, concentrados nas instituições do Estado.

6. Três questões problemáticas.

a. É possível ver, nos, Princípios da Filosofia do direito de Hegel, além de uma valorização teórica filosófica e ético-política avançada do Estado capitalista moderno na Europa impactada pela grande Revolução Francesa, uma proposta conservadora de Estado unitário para a Alemanha, poder baseado na liberdade moderna, mas conciliador com a acumulação de dinheiro e capital e subserviente perante a força elitista dos velhos titulares da feudalidade senhorial? Existe no texto citado uma proposta de revolução passiva (GRAMSCI, 2000, C. 15, § 11, § 17, § 59, § 62,), para uma Alemanha a ser unificada sob a hegemonia prussiana e na qual o livre arbítrio a estabelecer não iguala os indivíduos nem os livra das condições de subjugação social histórica? Nesse sentido, poderíamos comparar em algo o objetivo de sua elaboração político-filosófica ao do florentino Maquiavel, já que este faz uma proposição indubitavelmente mais avançada na prática de unificar o Estado e incluir as massas na política?

As passagens do texto de Hegel referidos ao poder natural do monarca, dos latifundiários, da burocracia e das corporações, desenham um poder parlamentar repleto de traços senhoriais e elitistas, desenho teórico político de conciliação de classes que constitui a base do Estado, ou seja, poderia se dizer que Hegel projeta um Estado de compromisso? (Oliver, 2009). O monarca e seu grupo de sustentação, a classe nobre e substancial, que têm a instituição do

*mayorazgo*² como entidade política em si, a burocracia nomeada pelo monarca, etc., diferem muito do que foi proposto e alcançado em 1789-1915 pela Revolução Francesa, que Hegel admirava como referência geral, mas tudo indica que ele ficou horrorizado ao avaliar o custo social de uma transformação substancial daquele Estado liderado pelos jacobinos, em seus objetivos radicais e conquistas de direitos, liberdade, vontade individual, propriedade econômica, segurança mercantil capitalista, sem conciliação com as velhas classes senhoriais e elites aristocráticas.

Será que Hegel assume como inevitável, no final da vida, a subordinação conservadora e subalterna das massas modernas na política? Será que, dado o grande poder dos proprietários senhoriais e da monarquia prussiana, a Alemanha atrasada não será capaz de reproduzir a luta heroica dos revolucionários franceses, e o novo estado alemão moderno deve emergir de um acordo político histórico conservador que estabelece pactos entre os grupos não iguais? O seu desenho político de Estado ético subordina as massas às mediações possíveis que escurecem e atentam contra as heranças comunitárias avançadas?

b. Nas elaborações teórico-políticas de Hegel, basicamente considerando suas três obras centrais mencionadas, há uma abordagem de que a liberdade positiva real é alcançada por meio de uma correspondência adequada de fins ético-políticos entre a sociedade civil e a sociedade política. O oposto seria a barbárie em termos da nova civilização libertaria epocal moderna.

² Instituição de direito civil cujo objetivo era transmitir todos os bens de uma família ao filho mais velho por herança, de modo a que a propriedade se perpetuasse.

Será que esses conceitos hegelianos de Estado ético político permitem compreender o significado histórico da atual crise orgânica do Estado, decorrente de uma separação dos fins ético-políticos entre o Estado e a sociedade civil, que resulta do cinismo com que as classes capitalistas e as elites dirigem o atual Estado globalizado de concorrência? (Hirsch, 2002), bem como a precária organização e consciência popular economista que o progressismo também olha com despreendimento? A crise do Estado aparece também como consequência da falta de orientação política histórica da esquerda face à atual degradação mercantil capitalista do Estado contemporâneo, o predomínio das elites, a subordinação social às políticas empresariais e ao capital financeiro. Esses projetos aterram num marco econômico social de barbárie: dependência redobrada, democracia governável sem participação cidadã, super-exploração e expropriação de populações e territórios, globalização da economia ilegal, desemprego em massa, elevação do trabalho informal, ausência de horizontes de trabalho e inclusão política cultural para a juventude e degradação ambiental e climática?

Pelo contrário, haverá nas elaborações gerais de Hegel uma veia, que urge recuperar na luta popular, de um pensamento ético crítico, político e comunitário, canalizado para coletar ao mesmo tempo elementos da unidade/distinção entre Estado moderno e sociedade civil popular (aberta aos elementos éticos e solidários) e o que leva a diferenciar entre uma perspectiva crítica e aquela promovida pelas classes industriais e burocracias ao serviço do conservadorismo dos governos neoliberais?

É sabido que burocratas, partidos, intelectuais, políticos e governos atuam como mediadores por exce-

lência entre o poder político e a sociedade, na medida em que são as pontes dessa soma orgânica Estado-Sociedade Civil. Mas também se conhece que os Estados são o resultado não apenas de elites mediadoras, mas que tem origem nas grandes rupturas entre forças histórico-políticas que convivem em relação e luta. Hegel sabia de tudo isso, mas supunha que quando a vida social foi modificada pelo surgimento na história dos indivíduos livres com vontade própria, igualdade de condições e direitos, capazes de estabelecer o reconhecimento coletivo, tendo o trabalho como possibilidade para todos, historicamente acabou com o confronto a morte em que os desejos particulares eram disputados sobre os desejos dos outros e a dominação de alguns e a servidão de outros era constantemente recriada (a dialética do senhor e o escravo). Por isso, para Hegel, a nova época era o “fim da história”, que via esgotado o poder produzido na dependência pessoal, determinada pelos conflitos das relações pessoais de poder entre os diversos sujeitos. Em vez disso, segundo Hegel, já haveria lugar a uma nova sociedade moderna, com a liberdade que proporciona o trabalho que transforma a natureza, libera os indivíduos da alienação e produz uma igualdade com reconhecimento social, situação que deveria ser fortalecida pela filosofia, pelo saber absoluto, o direito, e o poder político ético nas instituições do Estado.

Marx tinha consciência de que Hegel não tinha estudado as novas relações sociais reais que mais tarde se estabeleceriam com o trabalho abstrato e que geravam história, interdependência e conflitos entre os indivíduos (Marx, 2007). Com a implantação universal do mercantilismo capitalista, uma nova forma social de produção e troca dominada pelo valor, as mercadorias, a

troca, a reificação, o dinheiro e o capital abriu-se caminho. Uma nova situação na história e uma nova historicidade das relações sociais foram criadas a partir da moderna economia, como sociedade, como política e como ideologia, o que permitiu conceber teoricamente a ordem social como capitalista. Indivíduos livres, com livre arbítrio, passaram a integrar as classes sociais em contradição e conflito dentro dessa ordem e na medida em que influenciavam o movimento da totalidade social orgânica. Embora o livre arbítrio estava atrelado às relações de capital e às condições sociopolíticas da nova sociedade capitalista. Significava novos processos e formas histórico-políticas e ideológicas de constituição da relação de forças, seus projetos e suas personalidades. Assim, temos em Engels e Gramsci, a partir das contribuições de Hegel e Marx, a compreensão do Estado moderno como potência histórica do capital, poder universal das classes, mas sobretudo como potência de uma ordem social projetada para um Estado de mediações múltiplas que articulam liberdade e vontade individual com o poder do capital (Gramsci, 2000, C.1, § 44; C.13). Ordem universalista hegemônica entrelaçada com a ordem do capital. Diante dos olhos dos indivíduos, o poder pessoal dos monarcas e nobres desaparece e o poder formal do Estado político se constituiu como o poder hegemônico da nova ordem da propriedade privada capitalista dos meios de produção, de troca e serviço. O Estado então já pode ser apresentado como o poder legítimo de todos, porém, abstratamente separado da sociedade civil.

Essas transformações do poder político exigiram outras reflexões históricas críticas e novas lutas de forças sociais e políticas entre as correntes constitutivas da história. Assim surgiu a nova filosofia da práxis e, a

teoria histórico crítica de seus fundadores, continuada por múltiplos pensadores histórico-críticos da modernidade europeia, mundial e latino-americana. Mas essa é uma outra história e requer sua própria avaliação pelo pensamento e pela ação -a nova filosofia da práxis- para compreender as situações na sua qualidade de processos históricos globais e nacionais de capitalismo e de relações sociais, políticas e ideológicas de forças, articulados com a hegemonia e o Estado integral.

Tudo isso está muito além do horizonte da obra de Hegel, que, embora proponha um historicismo geral baseado no poder real dos indivíduos e da sociedade civil, assim como no reconhecimento, para pensar o novo ser humano igualitário e livre, ele não o faz, por razões óbvias de tempo e espaço. Ficou para seguidores críticos o fazer uma leitura integral das relações sociais econômicas capitalistas que se configuraram como relação predominante de forças sociais históricas, criadoras do mundo real contemporâneo e do mundo politicamente organizado, do mundo ideológico e de suas estruturas e relações baseadas no sistema de necessidades, em sociedade civil e Estado condutor e mediador, como instituições sociais e políticas e relações políticas: a ordem social como ordem econômica da relação contraditória do capital e como ordem estatal de hegemonia política cultural parlamentar que subalterniza ainda hoje os trabalhadores e as grandes maiorias.

c. A teoria. Antes de encerrar o capítulo deste livro, estou interessado em destacar outro aspecto central das relações de continuidade/descontinuidade de Hegel, Marx e Gramsci. É a concepção da teoria como uma construção complexa da verdade do conhecimento do mundo, o pensamento crítico a partir das condições

históricas existentes (que se relacionam com a liberdade e os direitos modernos) e o percurso do que funciona como as diferentes configurações de consciência teórica e política, individual e comunitária.

Na Fenomenologia do Espírito (Hegel, 2017), Hegel analisa a experiência do conhecimento em termos dos processos de percepção, consciência, autoconsciência, razão, espírito e conhecimento absoluto, que estabelecem uma superação da relação unívoca e simplista do sujeito com a realidade objetiva. A obra apresenta a complexidade de uma nova forma do sujeito pensar conceitualmente o objeto, em termos da totalidade do mundo natural, histórico e social, não a partir de definições, mas da relação teórica inclusiva e interativa do pensamento crítico que se pensa a si mesmo na sua relação com o mundo real histórico.

Hegel propõe uma noção problemática e complexa de teoria que requer relação, movimento, dialética, poder, desejo, reconhecimento e prática política coletiva. É o processo de apropriação teórica da realidade histórica em movimento e mudança que leva à construção de conceitos e categorias na sua historicidade, associados ao fenômeno do reconhecimento mútuo e coletivo entre indivíduos iguais e livres, coexistentes em uma sociedade moderna, a partir da história permitir superar relações de poder pessoal. Isso supõe várias configurações da própria teoria que passam a ser as propostas teóricas de uma nova autorreflexão possível dos próprios indivíduos modernos, das classes sociais e das massas, cuja consciência implica compreender que o mundo social não é apenas uma parte do mundo natural dos diversos objetos, mas que na relação de conhecimento e apropriação destes, os seres humanos geram abstra-

ções, universalizações, movimentos, relações, forças, leis e caos; que se apresentam como teorizações ligadas a profundas mudanças nas relações sociais, na cultura coletiva, no espírito da realidade em movimento, expressadas como teoria e suas categorias (todo o real é racional, tudo o que é racional é real).

O esforço de Hegel para demonstrar que o conhecimento da realidade deve ir além do mundo natural e social das coisas e dos processos individuais e estáticos de conhecimento é extremamente esclarecedor, a fim de se chegar a uma experiência e a um conhecimento coletivo entre iguais, que atende e apreende o mundo histórico-social e seus fenômenos. Daí, sem dúvida, Hegel derivaria sua necessidade de analisar o estado integral como uma relação orgânica das configurações sociais e teóricas do novo mundo social com um Estado ético político.

Marx valorizou positivamente a contribuição teórica de Hegel entendendo-lhe como um método a gerar conceitos sintético-abstratos sustentados na história, que se renovavam continuamente a partir da sua elevação ao concreto e assim se apropriavam do mundo social e histórico, como ele faz com as noções de liberdade e vontade individual moderna, interdependência de economia-sociedade-política, e também entre a sociedade civil e o Estado ético-político (MARX, 2011b).

Daí, para Hegel, a necessidade da passagem do universal abstrato ao particular, até chegar ao universal concreto, como forma de elevar a análise a situações particulares complexas a fim de buscar a especificidade que as compõe, de estudar nelas o grau de correspondência e de articulação entre o abstrato e o particular, para encontrar nele como concreto o significado

universal. Em Marx, isso é caracterizado como a elevação do abstrato ao concreto de pensamento, que entende o concreto existente na realidade histórica como uma síntese de múltiplas determinações e relações. Esse método, para Marx não é a criação do concreto, mas sua apropriação pelo pensamento. Essa apropriação acarreta a unidade e a distinção história/teoria (MARX, 2011b).

Hegel propôs uma revolução teórica que colocou a dialética no centro como um processo de movimento do conceito em sua inter-relação com a história e a realidade, nessa nova configuração de consciência e apropriação do real (HEGEL, 2004, 9-60). Lembremos que Marx, na introdução aos Grundrisse sustentava que sua concepção de método teórico era a mesma de Hegel (MARX, 2011b, parte 3), exceto pelo peso maior que o primeiro deu à historização das relações sociais, a sua consideração da maior autonomia de ação das massas, do papel criativo da sociedade e das classes, na sua concepção de que a transformação da realidade não é o resultado apenas da teorização, de que o concreto não é o resultado do concreto do pensamento e sim da história, além de o pensamento estar inserido como filosofia da práxis, componente teórico da luta social da própria sociedade popular como sujeito ativo da história.

Bibliografía

BARROS, I.S. (2013) “El fin de la historia en Hegel y Marx” en, Revista Historia da historiografía. Ouro Preto, No. 12, Agosto.

BUJARIN, N. (1933) Teoría del materialismo histórico. Ensayo popular de sociología marxista, Madrid: Editorial Cenit.

DUSSEL, E. (1990) El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana: un comentario a la tercera y a la cuarta redacción de “El Capital”. México: Ed. Siglo XXI.

ECHEVERRÍA, Bolívar (2011) Ensayos políticos. Quito: Ministerio de Coordinación de la Política y Gobiernos Autónomos Descentralizados.

ENGELS, F. (2012) “Prefácio de 1895”. In: Marx, K. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo.

GRAMSCI, Antonio (2000). Cuadernos de la cárcel. México: ERA, Colección de 29 cuadernos en 6 tomos.

HEGEL, G.W. F. (2017) Fenomenología del espíritu. México: FCE.

HEGEL, D.W.F. (2013) Ciencia de la lógica (traducción de Granati y Mondolfo). Buenos Aires: Las Cuarenta.

HEGEL, F. (2004) Principios de la filosofía del derecho. Traducción Juan Luis Vermal, Argentina:Ed. Sudamericana.

HIRSCH, Joachim (2002) El Estado nacional de competencia. México,:UAM Xochimilco.

- KANT, E. (1928) *Crítica de la razón pura*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez.
- KOJÈVE, Alexander (2012) *La dialéctica del amo y del esclavo en Hegel*. Buenos Aires: Leviatán.
- MARINI, R.M. (1978) *El Estado de contrainsurgencia*. México: Cuadernos políticos.
- MARX, K. (2013) “Crítica da filosofia do direito de Hegel-Introdução” 151-164. In: Marx, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. (2013b) *Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. y ENGELS, F. (2007). *A ideologia alemã. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)* São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. (2011) *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. (2011b) *Grundrisse. Manuscritos econômico de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. (2001) *Manifiesto inaugural a la Asociación internacional de trabajadores*. Londres, editado en noviembre de 1864. Marxist internet archive
- MARX, K. (1987) “Prólogo” a la *Contribución a la crítica de la Economía Política de 1859*, pp. 3-8, México-España: Siglo XXI.
- MARX, K. *Manuscrito II (A 65) del libro II, de 1868 a 1870, nota al pie de página*.

OLIVER, L. (2009) El Estado ampliado en Brasil y México. México: UNAM.

OLIVER, L. (2016) La ecuación Estado-sociedad civil en América Latina. México: UNAM-La Biblioteca, 2016.

REYES HEROLES, JESÚS (1981) En busca de la razón de Estado. Memoria política de México. 26 de mayo.

SEGUNDA CONFERENCIAS DE INSTITUCIONES CIENTÍFICAS MARXISTAS LENINISTAS SOVIÉTICAS, (1929).

STALIN, J. (1977) “Sobre el materialismo dialéctico y el materialismo histórico” en Cuestiones del Leninismo (1938), China: Ed. Pekín

VACCA, G. (2020) “Hegel en la historia del marxismo”, Blog: Marx desde cero, 15 de noviembre de 2020.

ZAVALETA, R. (2009) “El Estado en América Latina” (1984), en, Antología “La autodeterminación de las masas, Bogotá, Ed. El siglo del hombre-CLACSO.

ZAVALETA, R. (2009b) “Las formaciones aparentes en Marx” (1978), en, Antología “La autodeterminación de las masas, Bogotá, Ed. El siglo del hombre-CLACSO.

Hegemonia e Crise de Hegemonia na relação Estado/Sociedade Civil: vias analíticas para pensar o poder

*Alba Maria Pinho de Carvalho*¹

*Eliana Costa Guerra*²

*Carlos Américo Leite Moreira*³

Introdução

No contexto do pensamento gramsciano, esse artigo objetiva discutir Hegemonia e Crise de Hegemonia na relação Estado/Sociedade Civil, buscando demarcar vias analíticas para pensar o Brasil, nos percursos da crise, em curso, no limiar da terceira década do XXI⁴.

¹ Doutora em sociologia, docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC)/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e dos Mestrados Acadêmico e Profissional Avaliação de Políticas Públicas da UFC

² Doutora em sociologia, docente do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)/Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSCOL)

³ Doutor em economia, docente do Departamento de Teoria Econômica da Universidade Federal do Ceará (UFC)/ Mestrados Acadêmico e Profissional Avaliação de Políticas Públicas da UFC

⁴ Convém demarcar que o resgate das elaborações de Gramsci, incluindo citações diretas e indiretas tem como fonte os Cadernos do Cárcere, em sua versão brasileira, com edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho e coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, publicada pela Editora Civilização Brasileira, no início dos anos 2000.

Trata-se de um exercício complexo, difícil e desafiador, no sentido de articular elaborações teórico-metodológicas gramscianas, construindo o nexu entre fenômenos orgânicos e conjunturais, na análise da contemporaneidade brasileira.

Na dinâmica expositiva do presente texto, parte-se das formulações de hegemonia e crise de hegemonia, situando-as no contexto sócio-histórico da produção teórica de Antônio Gramsci, no continente europeu e, em particular, na Itália do início do século XX. Em um esforço de ampliação conceitual, à luz de proposições metodológicas de Carlos Nelson Coutinho (1994), busca-se avançar nas teorizações, atualizando categorias centrais do pensamento gramsciano, no sentido de desvendar dimensões dos processos de construção de hegemonia na realidade brasileira, a incidir olhares neste cenário adverso de início de século.

É esta empreitada reflexiva, em consonância com o princípio político-metodológico gramsciano da unidade/distinção teoria-história (OLIVER, 2009). É preciso ter clareza que as categorias e conceitos de Antônio Gramsci são, eminentemente, situadas e datadas, com potencialidade de aproximações com realidades históricas específicas, a exigir o devido trabalho conceitual, fundado nas tessituras teoria/história, em resposta às provocações da realidade em estudo.

Na busca de manter coerência com este princípio político metodológico – central na produção gramsciana do cárcere – o texto, consubstanciado neste capítulo, procurou em primeiro lugar historicizar as incursões teóricas de Antonio Gramsci, situando-as no contexto de referência por ele trabalhado. A partir daí, o esforço foi movimentar a teoria para desvendar enigmas brasileiros. Assim, a dinâmica expositiva foi organizada do

seguinte modo: inicialmente, trabalhou-se a construção da categoria Hegemonia, em Gramsci; em um segundo item, privilegiou-se o elemento central – caráter de classe – da Hegemonia; em seguida, desenvolveu-se um aporte sobre ação dos intelectuais e do partido na construção dos processos hegemônicos; num quanto item, esboçou-se delineamentos sobre a crise de Hegemonia como dilema analítico e desafio político; finalmente, foram enfocados os sentidos da leitura gramsciana para pensar o “Brasil do presente”.

1. Hegemonia e crise de hegemonia: movimentando categorias gramscianas no desvendamento da contemporaneidade brasileira

A pretensão analítica desse segmento é trabalhar hegemonia e crise de hegemonia, como categorias historicamente situadas na construção gramsciana, demarcando o contexto e as circunstâncias de sua produção, procurando, ao mesmo tempo, movimentá-las para pensar o Brasil contemporâneo, em um esforço de ampliação conceitual.

1.1 A construção da categoria Hegemonia em Gramsci

Hegemonia constitui categoria-chave no pensamento Gramsciano, encontrando-se na base de toda a sua construção teórico-metodológica. De fato, a concepção gramsciana de hegemonia amplia a visão de poder, a compreensão de Estado e a perspectiva estratégica da revolução, no âmbito da própria produção marxista. Cabe situar essa sua construção ampliada de hegemonia no contexto histórico vivenciado por Gramsci, na condição de militante à frente de lutas

políticas, no enfrentamento entre segmentos da burguesia e setores do movimento operário, a culminar com a ascensão do fascismo e sua prisão na Itália, nas primeiras décadas do século XX.

No Cárcere, o marxista sardo coloca-se uma questão-chave: *por que fracassamos como força revolucionária, levando à ascensão do fascismo na Itália?* Nesta perspectiva, Gramsci buscava entender as configurações da crise que estavam na base da emergência do fascismo, desvendando as razões da derrota do movimento revolucionário, no continente europeu. E, mais: procurava delinear caminhos a percorrer para construir a hegemonia das classes subalternas na Europa (SEMERARO, 2019). A rigor, intentava demarcar vias para a construção do socialismo nos países europeus.

Gramsci compreendeu que, nos chamados países modernos da Europa, se fazia impossível seguir a estratégia e a tática de guerra manobrada, de ataque frontal, utilizadas na Revolução Russa. Para tanto, como enfatiza Carlos Nelson Coutinho (1981), Gramsci trabalha com um “par categorial” central em sua obra: *Oriente/Ocidente*, a partir da própria configuração da sociedade civil. Cabe ressaltar que, em Gramsci, sociedade civil adquire um sentido próprio, com proximidade com o entendimento de Hegel e em oposição à compreensão da Igreja Católica, à época. Em sua vasta produção do cárcere, Gramsci circunscreve sociedade civil como “[...] hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI V. 3, Caderno 6, § 24, p. 225). Com base nesse peculiar entendimento de sociedade civil, o autor, ao discutir estratégias e táticas revolucionárias, sustentadas por Ilitch (Lenin) e

Bronstein (Trotsky), demarca a distinção entre o que denomina “Oriente” e “Ocidente”:

No oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar, o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, V. 3, Caderno 7, § 16, p. 262)

Gramsci não pensa a Itália como uma sociedade oriental, gelatinosa; pelo contrário, a concebe como uma sociedade ocidental. E, no contexto italiano, a história da ocidentalização é longa, vindo de muito tempo, nos vários territórios. Gramsci, em uma analogia, chega a dizer que, na Itália, “cada povoado possuía seus próprios santos”. Logo, tratava-se de uma sociedade, com uma longa e secular tradição de posicionamentos locais, de debates sobre direitos e liberdades, com considerável dinamismo social. Tais concepções, ideias e valores, nos diferentes territórios italianos, não são facilmente mudadas, cabendo destacar o Vaticano, com suas especificidades e o Sul, agrário e conservador, o Mezzogiorno. Assim, no Cárcere, Gramsci, ao refletir sobre o fracasso do movimento dos operários e a emergência do fascismo discute a própria estratégia revolucionária, movido pela seguinte indagação: por que não conseguimos, enquanto movimento operário, nos contrapor a essas visões de mundo vigentes na Itália? E

mais, compreende que o fascismo, sabiamente, ganhou as massas porque incorporou a visão conservadora de mundo do Vaticano e do Sul agrário, mediante a ação dos intelectuais, dentre os quais Benedetto Croce. A rigor, esses intelectuais tiveram um peso muito grande na ascensão do fascismo, sobretudo, Croce, denominado por Gramsci de “papa leigo”.

Em uma obra de 1981, Carlos Nelson Coutinho esclarece que “[...] a ‘ocidentalidade’ de uma formação social não é, para Gramsci, um fato puramente geográfico, mas sobretudo um fato histórico” (COUTINHO, 1981, p. 104). E, em artigo de 2003, Coutinho (2003, p. 5) deixa claro:

[...] Os conceitos de “Oriente” e “Ocidente” não são para ele [Gramsci] conceitos estáticos, apenas sincrônicos, definindo duas zonas do mundo. Gramsci toma consciência de que o fortalecimento da “sociedade civil e o conseqüente surgimento de uma estrutura social e estatal mais complexa são processos históricos, diacrônicos, que se desenvolvem no tempo. Isso significa que regiões ou países específicos, que num primeiro momento apresentavam formas sociais essencialmente “orientais” podem evoluir no sentido de se tornarem “ocidentais”.

Em seu esforço permanente de mobilizar categorias gramscianas para pensar o Brasil e seus percursos histórico-políticos, Coutinho realiza incursões sobre a orientalização e a ocidentalização do Brasil. Delineia, então, uma visão de conjunto do processo histórico do País, reconhecendo que, durante grande parte de sua história, a sociedade brasileira, vivenciou um processo de revolução passiva (CARVALHO, 2004)

exemplificado na Independência enquanto colônia de Portugal, na Abolição da Escravatura e na própria Proclamação da República. Desse modo, a sociedade brasileira apresenta fortes traços típicos do modelo oriental, no que se refere à relação Estado x sociedade civil, embora haja inflexões, ao longo dos tempos. Demarca o processo de ocidentalização nos percursos brasileiros de democratização, nos anos finais da ditadura civil-militar, nos anos 1970 e meados de 1980, a partir da emergência e constituição de uma sociedade civil plural e deveras atuante (CARVALHO & GUERRA, 2013). Essa configuração, estabelecida por Carlos Nelson Coutinho, abre vias de debate, sendo importante considerar as especificidades regionais e locais, em um País de dimensões continentais e muito heterogêneo.

Ao trazer esse debate da ocidentalização da sociedade brasileira para os tempos contemporâneos, é imperativo pensar como essa dinâmica efetiva-se ao longo da experiência de ajuste do Brasil ao capitalismo financeirizado, a partir dos anos 1990 e, particularmente, no âmbito do golpe de 2016 (CARVALHO & GUERRA, 2018) e, a partir de 2019, no contexto do bolsonarismo. Nesse sentido, Carvalho (1999; 2018), em seus estudos, estabelece uma fecunda chave analítica, ao afirmar que a contemporaneidade brasileira, nos últimos 30 anos, é marcada pela confluência contraditória de dois processos históricos fundamentais, fundados em perspectivas políticas qualitativamente distintas: democratização, no âmbito da construção de um Estado democrático de direito e ajuste brasileiro ao capitalismo financeirizado, nos marcos de um “Estado que ajusta e se ajusta” aos ditames do sistema do capital. Ao longo dos anos, com distintas nuances, a perspectiva do ajuste se sobrepõe à democratização,

com hegemonia da perspectiva do Estado Ajustador, nos termos de Carvalho (1999).

De fato, a inserção/consolidação da economia do País no capitalismo financeirizado, nas últimas três décadas, decorreu do processo de abertura comercial e financeira, bem como das políticas ortodoxas monetárias e fiscais, visando a estabilidade da economia. Adicionalmente, as reformas estruturais, ocorridas no sistema financeiro, garantem benefícios e concessões tributárias ao capital rentista, sendo igualmente decisivas nesse movimento de transformação do Brasil em plataforma de valorização do capital financeiro (AMÉRICO-MOREIRA & SEBAG, 2014 e PAULANI, 2012). Esse movimento propicia o domínio das forças do capital, notadamente, daquelas ligadas à financeirização, em detrimento das demandas e necessidades da maioria trabalhadora, fragilizada como força social, com organizações sindicais esvaziadas e, em certa medida, deslegitimadas, sofrendo violento ataque do Estado ajustador. Por sua vez, os movimentos sociais enfrentam dificuldades de articular mobilizações capazes de se contrapor às políticas de ajuste e de austeridade.

Do ponto de vista fiscal, a lógica do Estado Ajustador está associada à redução substancial do gasto público produtivo e social. E, ademais, crescem as despesas financeiras em função do aumento da dívida pública. Portanto, a política fiscal revela-se claramente regressiva e seus sucessivos ajustes inviabilizam, por completo, a implementação de políticas públicas compensatórias para atender à situação de desemprego e de vulnerabilidade social de segmentos crescentes da população.

A rigor, ao longo da história recente do País, sobretudo, nas duas últimas décadas do século XX e

nas duas primeiras do século XXI, reconfigura-se a relação Estado x sociedade civil, com momentos de maior ou menor intensidade da ocidentalização brasileira, a depender das relações de força, em cada contexto. Especificamente, a partir do Golpe de 2016, em um contexto de crescimento do autoritarismo, verifica-se uma dominância dos vários segmentos da direita e, mais especificamente, da ultradireita, na cena brasileira, com a afirmação de um projeto ultraliberal, que fragiliza as intervenções do Estado no campo econômico, em termos de infraestrutura, ciência e tecnologia e, no campo social, no âmbito de políticas públicas de reconhecimento de direitos. Efetiva-se, de fato, o desmonte da nação brasileira.

E, mediante diferentes mecanismos institucionais resultantes da articulação orgânica entre setores do capital e os poderes executivo/judiciário e legislativo, são viabilizadas contrarreformas, que desmontam direitos, atacando, em seus fundamentos, a Constituição Federal de 1988. Em verdade, o Estado rompe com pactos históricos, negando e fechando espaços de diálogo, com as forças democráticas e, particularmente, com as esquerdas. As forças progressistas são violentamente atacadas, em meio à desqualificação da Política e ao avanço da antipolítica⁵, nos termos de Avritzer

⁵ Leonardo Avritzer concebe antipolítica como posicionamento de “negação de atributos como a negociação ou a coalizão”, ressaltando que a antipolítica se estabelece no Brasil a partir da suposta luta anticorrupção, que assume uma dimensão de uma utopia à direita. Alerta para o risco de se transformar determinados grupos políticos, partidos e cidadãos em párias a serem perseguidos nas ruas, aeroportos e redes sociais e mesmo eliminados tal como ocorreu, especialmente, nos anos 2014/2015. Ressalta que transformar utopias em formas de ação totalitária, justificando a distorção do debate político e a repressão de opositores constituiu fenômeno já

(2020), substituindo o diálogo, pela espetacularização, utilizando-se das mídias sociais, como palco de comunicação populista direta com seguidores, na tentativa de fomentar uma adesão cega a este personagem, alçado, por seus adeptos, à condição de “mito”.

Este cenário agrava-se com a crise sanitária, decorrente da pandemia do Covid-19, com crescimento exponencial das expressões da questão social e com redução das possibilidades de mobilização e de resistência das organizações dos trabalhadores e dos setores populares. A incompetência, irresponsabilidade ética e os posicionamentos espúrios do Governo Bolsonaro deixam o País à deriva, enquanto o mercado financeiro e as forças do capital seguem sua dinâmica de expropriação e de obtenção de lucros exorbitantes. Em síntese, o Brasil, em 2020 e já no limiar de 2021, enfrenta uma dupla pandemia: a do bolsonarismo e a do coronavírus.

Adentrando na discussão conceitual de Gramsci, necessário se faz tecer algumas considerações fundamentais acerca de seus percursos teórico-metodológicos, a partir dos quais vai emergindo sua peculiar concepção de hegemonia. Em verdade, na rica produção dos Cadernos do Cárcere, não há termo mais estreitamente associado à figura de Gramsci do que hegemonia, constituindo uma das questões mais relevantes da obra gramsciana. No entanto, no conjunto dos Cadernos do

analisados por diversos autores, dentre os quais Hannah Arendt. No Brasil, o combate à corrupção foi alçado à condição de horizonte utópico, servindo para deslegitimar e mesmo negar a política e os políticos, assumindo, assim, um lugar de destaque, a justificar quaisquer investidas ainda que signifiquem romper com instituições democráticas e eliminar opositores a ferro e a fogo.

Cárcere não se encontra uma exposição ampla e sistemática sobre a concepção de hegemonia, a exemplo de outros temas, a exemplo da cultura, dos intelectuais, do Estado e da sociedade civil. O próprio Gramsci não chegou a reunir, em um caderno temático, as inúmeras notas que versam sobre hegemonia. Em seu método de estudo, investigação e crítica, Gramsci trabalha o conceito de hegemonia sempre vinculado à análise crítica de fenômenos históricos concretos, fazendo valer a diretriz metodológica da unidade/distinção entre teoria e história.

Assim, o conceito gramsciano de hegemonia vai sendo enriquecido, ampliado e reforçado, com base no exame crítico de uma ampla gama de questões e problemas concretos (BUTTIGIEG, 2003). Em uma nota sobre o Risorgimento italiano, no Caderno 15, § 59, Gramsci circunscreve preciosas indicações para a configuração da hegemonia, ao distinguir, com nitidez, as funções de direção e de domínio:

A função do Piemonte no Risorgimento Italiano é a de uma “classe dirigente”. Na realidade, não se trata do fato de que em todo o território da península, existissem núcleos de classe dirigente homogênea, cuja irresistível tendência à unificação tenha determinado a formação do novo Estado nacional italiano. Estes núcleos existiam, indubitavelmente, mas sua tendência à união era muito problemática no que mais conta, nenhum deles, cada qual em seu âmbito, era “dirigente”. O dirigente pressupõe o “dirigido”, e quem era dirigido por estes núcleos? Esses núcleos não queriam dirigir ninguém, isto é, não queriam harmonizar seus interesses e aspirações com os interesses e aspirações de outros grupos. Queriam **“dominar”** e

“não dirigir” e, mais ainda, queriam que fossem dominantes seus interesses, não suas pessoas (GRAMSCI, V. 5, Caderno 15, §59, p. 328)

Nesta análise da função do Piemonte, Gramsci aponta dois elementos para o exercício da função de direção: primeiro, existir dirigidos, sob os quais os núcleos dirigentes exerçam sua função; ou seja, existir agrupamentos que acatem a direção; segundo, ser capaz de harmonizar interesses e aspirações de indivíduos e grupos, sob sua direção, o que implica em uma política de alianças.

No Caderno 6, § 136, ao tratar da organização das sociedades nacionais, Gramsci aponta a existência de aparelhos hegemônicos de um grupo social sobre o resto da população ou sociedade civil. Estes aparelhos de hegemonia seriam constituídos de diferentes organizações, em que uma ou mais prevalecem relativamente ou absolutamente. Eis aí outro elemento da visão gramsciana de hegemonia, materializado em aparelhos de hegemonia que uma classe dispõe, em determinada sociedade, em dado tempo histórico, para exercer a direção política e cultural.

No Brasil, em tempos contemporâneos, destaca-se, como aparelho de hegemonia dos dominantes, a grade mídia, sobretudo, as emissoras de televisão e, em particular, a Rede Globo, a difundir os interesses do capital financeiro e a legitimar as contrarreformas, especialmente a trabalhista e a previdenciária. Justificam o indiscriminado controle das despesas públicas não financeiras, como via para equilibrar as contas do Estado. Ademais, cumprem um papel fundamental, como aparelho de hegemonia das forças conservadoras, as igrejas fundamentalistas, especialmente, as neopen-

tecostais do protestantismo e do catolicismo, a difundirem valores reacionários, a congregarem a massa bolsonarista.

É igualmente importante considerar, como aparelhos privados de hegemonia dos dominantes, espaços de produção e propagação da ideologia liberal como o Instituto Millenium, e o Movimento Brasil Livre (MBL), a congregarem militantes e adeptos, na conformação de uma cultura que articula a dominância do mercado com valores conservadores reacionários

Em diversas outras passagens, Gramsci dá a entender que a hegemonia pressupõe direção político-cultural de uma classe sobre a sociedade. E mais, a hegemonia de uma classe implica o exercício do domínio. A classe que consegue exercer a direção intelectual e moral, ou seja, de ideias e valores, tem em perspectiva a conquista do domínio, tanto antes, durante, como depois da construção do processo hegemônico (CARVALHO, 1983).

No Caderno 19, § 24, ao analisar o problema da direção política, na formação e no desenvolvimento da nação e do Estado modernos, na Itália, Gramsci, tomando a questão da conexão entre as várias correntes políticas do Risorgimento, especificamente, as relações entre os Moderados e o Partido da Ação, enuncia, com clareza, dimensões decisivas da hegemonia, enfatizando o domínio e a direção intelectual e moral. Afirma Gramsci (Cadernos do Cárceres, 19, §, p. 62):

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos

adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados.

Nesta nota gramsciana, fica nítido o caráter de classe da hegemonia, a exigir direção intelectual e moral dos aliados e domínio dos opositores⁶. Abre uma instigante via para refletir sobre a questão do exercício do poder nas formações sociais capitalistas.

1.2 O caráter de classe da hegemonia em Gramsci

Entendendo a centralidade da sociedade civil, concebida no âmbito da disputa política e ideológica, Gramsci, nos Cadernos do Cárcere, constrói processualmente, o conceito de hegemonia, tendo como elemento decisivo seu caráter de classe. De fato, a hegemonia é um processo que deve ser pensado em relação às classes fundamentais das sociedades capitalistas, com suas configurações históricas peculiares, considerando grupos e segmentos constitutivos dessas classes. A rigor, tendo em vista a inserção diferenciada das classes no sistema do capital, a hegemonia dos dominantes e a hegemonia dos dominados são constituídas de modos qualitativamente distintos, tendo em vista padrões de acumulação, interesses em jogo e expressões singulares das relações capital x trabalho, na dinâmica da História.

⁶ Gramsci faz uma crítica a Benedetto Croce que pensa hegemonia simplesmente como ampliação cultural. Dessa forma, é improcedente a interpretação do pensamento de Gramsci, por analistas e pesquisadores ao restringirem a concepção de hegemonia aos processos restritos ao âmbito da cultura.

Consoante com essa perspectiva analítica gramsciana, abre-se um instigante campo para refletir sobre o exercício da hegemonia nas formações sociais capitalistas concretas. No caso específico do Brasil, nos seus processos tardios e dependentes de construção do capitalismo, sobremodo, a partir dos anos 1930, em meio a momentos históricos de ditadura e a períodos de democracia, cabe a análise do exercício do poder pela burguesia nacional, instalada no seio do Estado, em articulação subordinada com segmentos internacionais do sistema do capital. Assim, em diferentes períodos históricos da vida brasileira, pode-se falar de uma “versão tupiniquim” de hegemonia da burguesia, na dupla perspectiva de direção e domínio? Ou, no caso do Brasil, prevaleceu a perspectiva do domínio, sem o exercício da direção intelectual sobre a sociedade? Eis um dilema teórico-analítico a ser devidamente discutido, pensando períodos históricos específicos: Vargasismo, na versão ditatorial do Estado Novo (1930-45) e nos tempos de democratização (1950-54); o desenvolvimentismo, sob a égide de Juscelino *Kubitschek* (1956-60); o período de intensas lutas e de tentativas de reformas de base, no governo de João Goulart (1961-64)-; o Golpe e a ditadura civil-militar (1964-85), em suas diversas fases; a democratização brasileira, deflagrada no trânsito dos anos 1970 para a década de 1980, com seu ápice na Constituição Federal de 1988; os processos de ajuste brasileiro ao capitalismo financeirizado, em seus diferentes ciclos, a partir de 1990 e em curso, com destaque para a Era FHC (1994-2002), a implementar a ortodoxia de políticas neoliberais, com o Plano Real e a experiência petista (2003-2016), na sua perspectiva de ajuste, mediante tentativas de conciliação de classes; o Golpe de 2016, a implantar formas autoritárias do

Estado de exceção, no contexto de uma democracia formal, com crescente exclusão das forças progressistas e desmonte dos espaços públicos de participação, a culminar com o governo Bolsonaro.

Nas análises dos processos de hegemonia ou domínio das classes dominantes na contemporaneidade brasileira, merece especial destaque Golpe de 2016 em que é decisiva a atuação do poder judiciário, a materializar os interesses das elites brasileiras (SILVA, 2020), denominada por Boaventura de Sousa Santos (2003) de “consenso do primado do direito e dos tribunais”. Segundo Santos “[...] quando parte da classe política, não podendo resolver a luta pelo poder pelos mecanismos habituais do sistema político, transfere para os tribunais os seus conflitos internos, através de denúncias cruzadas, esperando que a exposição judicial do adversário, qualquer que seja o desenlace, o enfraqueça ou liquide politicamente” (SANTOS, 2003, p. 17).

Adentrando nas tecituras da história política do “Brasil do presente”, o Golpe de 2016, decorrente da ruptura do pacto estabelecido entre setores da elite e os governos petistas, tem por objetivo desconstruir a ideia e a perspectiva de uma versão brasileira do “capitalismo de Estado”, fundado, por um lado, no fortalecimento de grandes empresas públicas e privadas, tidas como campeãs nacionais, financiadas por recursos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Social; e, por outro, em políticas de enfrentamento à pobreza, com expressivo investimento nas áreas de educação e saúde (CALIXTRE & FAGNNI, 2017). Trata-se de um Golpe de novo tipo, encetado a partir de fenômenos denominados pelos analistas de “judicialização da política”, “politi-

zação da justiça” e “ativismo judicial”⁷, a revelar a atuação do poder judiciário no cenário político brasileiro, com maior visibilidade, a partir dos anos 2000, já na Ação Penal 470/AP470, conhecida no jargão político como mensalão do PT (SILVA, 2020). A rigor, efetiva-se uma articulação orgânica entre judicialização da política com a politização da justiça, circunscrevendo o ativismo judicial que, com a aparência de legalidade, não encontra amparo na legislação brasileira, com destaque para a Constituição de 1988. Esse ativismo judicial está na base do impeachment da Presidenta

⁷ Boaventura de Sousa Santos, em obra de 2003, intitulada “A judicialização da Política”, configura esses três fenômenos, demarcando sua orgânica interrelação, em processos de atuação do Judiciário, como ator decisivo do cenário político. No caso brasileiro, a judicialização da política decorre de princípios presentes na Constituição Federal em vigor, que produzem uma constitucionalização abrangente, ao atribuir ao Poder Judiciário a condição de mediador das relações sociais, econômicas e políticas para efetivação de direitos, antes delegada, com exclusividade, aos poderes Executivo e Legislativo. A “politização da justiça” ocorre sempre que os tribunais, no desempenho de suas funções, afetam, de modo significativo, as condições da ação política. Consiste em “um tipo de questionamento da justiça que põe em causa não só a sua funcionalidade, como também a sua credibilidade, ao atribuir-lhe desígnios que violam as regras da separação dos poderes dos órgãos de soberania (SANTOS, 2003, p. 1). O “ativismo jurídico” é justamente o meio de unir a judicialização da política à politização da justiça, com a aparência de legalidade, que, tal qual a politização da justiça não encontra amparo legal na Constituição Federal de 1988. São casos emblemáticos do ativismo judicial brasileiro o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a prisão política e arbitrária do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Sobre esta discussão, ver a dissertação de Mestrado de José Jair Galvão da Silva, intitulada “A politização do judiciário nas tecituras do Golpe de 2016: do mensalão petista à prisão de Lula”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), em outubro de 2020.

Dilma Rousseff, deposta em 2016, mediante artifícios legais, que bem denotam a intervenção do poder judiciário no cenário político. Assim, instaura-se o Golpe de 2016, com sua pesada arquitetura de desmontes de direitos, consubstanciados, sobretudo, nas contrarreformas trabalhista e da previdência e na Emenda Constitucional 95, que trata do teto dos gastos públicos.

Outra expressão do ativismo judicial brasileiro, com graves repercussões no cenário econômico, político e social e, especificamente, no Golpe de 2016, materializa-se na designada “Operação Lava Jato” que, sob o pretexto de enfrentar a corrupção, criminaliza importantes lideranças do campo da esquerda, semeando o discurso do ódio às forças progressistas e de esquerda, o que está na base da eleição de Jair Bolsonaro. Em síntese, o ativismo judicial, consubstanciado na “Operação Lava Jato” e no impeachment de 2016, contribui decisivamente para pôr fim ao Projeto Social Liberal de capitalismo de Estado, com perda de autonomia do Brasil no âmbito da política externa, comprometendo a ascensão do País como potência econômica e geopolítica regional e promovendo a desestruturação de cadeias produtivas, com sérios impactos no mundo do trabalho. Estudo de 2021 do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), intitulado “Implicações econômicas intersetoriais da operação Lava Jato”, revela que tal operação custou 4,4 milhões de empregos e provocou recuo de 3,6% do PIB. Ademais, o governo deixou de arrecadar 47,4 bilhões de reais em impostos e 20,3 bilhões de reais de contribuições sobre a folha de pagamentos, além de ter reduzido a massa salarial do país em 85,8 bilhões de reais. O estudo aponta que os

setores de petróleo, gás e construção civil foram os mais afetados, porém, uma gama importante de outros segmentos foram igualmente prejudicados, devido aos impactos indiretos e ao efeito em cascata da redução da renda.

Na Constituição do ativismo judicial brasileiro cabe considerar a interferência política dos Estados Unidos, a reforçar o avanço das direitas e da extrema direita e seu projeto ultraliberal e reacionário. Denúncias recentes, publicadas no Jornal Le Monde, do dia 09 de abril de 2021, mostram que os Estados Unidos usaram a Lava Jato em benefício de interesses próprios. Inegavelmente, a Lava Jato constitui-se o “maior escândalo judicial do Planeta”, a contribuir, decisivamente, para a hegemonia das classes dominantes, utilizando a coerção e práticas de *lawfare*⁸, usando e abusando do sistema legal e da mídia para destruir os considerados inimigos pelo sistema. Em síntese, o poder do judiciário, aliado à grande mídia, ao Congresso

⁸ Benigno Núñez Novo, no site Jus.com.br, explica que *Lawfare* consiste na “[...] utilização da lei e dos procedimentos legais pelos agentes do sistema de justiça para perseguir quem seja declarado inimigo. Assim, o sistema jurídico é manipulado para dar aparência de legalidade às perseguições aos adversários. Ao oponente são formuladas acusações frívolas, por vezes apenas para intranquilizar”. E, desse modo, “[...] o inimigo é escolhido e as leis e os procedimentos legais passam a ser utilizados pelos agentes públicos como uma forma de perseguição àqueles que foram eleitos como inimigos. Por meio da relação aproximada entre promotores de justiça e juízes, bem como de beneficiários de aparatos legais que os permitem falar, impõem-se mais instrumentos de supressão, de condenação a priori, de desestabilização ética, moral, política. Associado ao “efeito mídia”, o “*Lawfare*” faz parecer que a palavra do corruptor tem poder de documento, de prova, e, por conseguinte, sobrepõe-se à palavra e à ampla defesa de um réu”. Em verdade, o *lawfare* é uma expressão da politização da justiça e do ativismo jurídico.

Brasileiro, está na base da ascensão do Bolsonarismo, como culminância do Golpe de 2016.

No contexto do Golpe de 2016, o Bolsonarismo configura-se como fenômeno sociopolítico com uma singular composição de direitas, com diferentes configurações: direita formatada nos princípios neoliberais de primado do mercado, materializada em figuras centrais do governo, como o Ministro da Economia Paulo Guedes; direita fincada no militarismo, com o Estado comandado por generais, distribuídos em postos-chave; direita enraizada no fundamentalismo religioso, a constituir o núcleo ideológico duro do governo, com forte penetração nas massas populares (CARVALHO, 2019).

Ao pensar o bolsonarismo como forma de domínio, com uma base de cerca de 30% de adeptos que, cegamente, acatam os posicionamentos espúrios do governo, questiona-se em que medida este bolsonarismo exerce uma forma de hegemonia à direita. Cabe ressaltar que, contraditoriamente, no interior das forças bolsonaristas verificam-se tensões permanentes entre segmentos ultraliberais, que sustentam os imperativos do mercado e segmentos conservadores, a defender uma moral religiosa retrograda e intransigente, com ataques brutais a quaisquer expressões de diferenças. Ademais, a direita do militarismo vem apresentando fissuras, a sinalizar sempre a ameaça de ruptura da ordem democrática, via Golpe Militar.

E, avançando nos debates acerca do exercício do poder, com base nas inspirações gramscianas, coloca-se uma questão relativa aos tempos históricos, na civilização capitalista. É importante demarcar que Gramsci pensa hegemonia das classes fundamentais, tendo em conta o capitalismo do início do século XX, no contexto da dominância da burguesia industrial e de

ascensão do movimento operário. O desafio desse início de século XXI é pensar a hegemonia da burguesia e a construção da hegemonia das classes subalternas, nos marcos do capitalismo contemporâneo, com suas novas formas de acumulação e valorização do capital, com a dominância financeira, a interferir na própria dinâmica da esfera real da economia (CHESNAIS, 2004; 2016), com um processo brutal de racionalização do capital produtivo, resultando em desemprego estrutural, precarização das relações e condições de trabalho, informalização, com perda de centralidade do movimento sindical e emergência de formas pontuais de mobilização e de luta (ANTUNES, 2020).

Assim, o proletariado operário – marcante no tempo histórico de Gramsci – no atual tempo histórico, restringe-se, cada vez mais, predominando trabalhadores com vínculos empregatícios instáveis, com desmonte de direitos e de conquistas históricas. São tempos de fragmentação da classe trabalhadora, a fragilizar suas formas organizativas, especialmente, os sindicatos. Nesse contexto, é emblemática a retomada de formas arcaicas de extração do valor, a exemplo da uberização do trabalho, com indivíduos submetidos a condições extremas de exploração, de exposição a riscos e, ainda, dominados pela ideologia do empreendedorismo, afastando-se de uma identidade e consciência de classe.

Igualmente, tem-se, mudanças na configuração do Estado, nos marcos do neoliberalismo, difundindo-se uma concepção de mundo pautada em cosmovisões e em valores liberais, materializados em ajustes fiscais permanentes, de natureza recessiva. Nesta perspectiva, um mecanismo símbolo do Estado Ajustador no Brasil é a Emenda Constitucional 95/2016, que limita o gasto

federal primário à variação da inflação, provocando redução significativa dos investimentos sociais e das despesas com políticas públicas. A título de exemplo, cabe ressaltar a redução drásticas do orçamento do SUS (), com perda de 13,5 bilhões de reais, em 2019, a fragilizar o sistema público de saúde do País (IHU, 2020). Tal fragilização expressou-se de forma dramática no enfrentamento da pandemia da covid 19, vitimando mais de 200 mil pessoas em apenas 10 meses.

Neste contexto de transformações contemporâneas, como pensar a hegemonia das forças vinculadas ao capital, ou seja, a hegemonia da burguesia? Como conceber a construção da hegemonia dos setores subalternos, em suas novas configurações de classe? Em que medida as classes trabalhadoras têm condições objetivas, hodiernamente, de avançar na construção de um projeto de hegemonia dos dominados? São dilemas marcantes, de modo geral, na esfera mundial e, em particular, nas sociedades latino-americanas.

Em busca de uma alternativa para o socialismo no ocidente, em suas notas do Cárcere, Gramsci incide seu olhar na construção da hegemonia das classes dominadas. Refere-se explicitamente à “hegemonia das classes subalternas”, “hegemonia das massas populares”, deixando antever uma heterogeneidade das classes dominadas, conformada por distintos grupos e segmentos.

Assim, em consonância com a ampliação conceitual de hegemonia em Gramsci, no âmbito da luta de classes, os dominados, ainda nas sociedades capitalistas, podem deflagrar a construção de sua hegemonia, construindo processos internos de transformação de ideias e valores. Trata-se de um movimento de catarse, na perspectiva da elevação cultural das massas

(GRAMSCI, V. Caderno 11), rompendo com o pensamento dominante, a configurar, nos termos gramscianos, uma “reforma intelectual e moral” (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 1, p. 19). Para tanto, um dos segmentos das classes subalternas assume a mobilização de outros grupos, articulando alianças internas, a constituir um todo orgânico, fincado em uma ideologia dos dominados, materializada na vontade coletiva, construída em processos de luta, que avançam num crescendo, no sentido de assegurar a direção política. É um processo de acúmulo de forças dos dominados em confronto com a burguesia, tendo, como horizonte, o domínio. Desse modo, a construção da hegemonia dos setores subalternos, no interior do capitalismo, exige o desenvolvimento da direção político-cultural, a conferir unidade política interna, na perspectiva de conquistar o domínio. Logo, hegemonia efetiva-se na luta de classes, a partir da dinâmica das relações de força.

1.3 A ação dos intelectuais e do partido na construção da hegemonia

Inegavelmente, Gramsci abre uma preciosa via na luta revolucionária pela emancipação: a possibilidade das classes subalternas, ainda no âmbito do capitalismo, começarem a construir sua hegemonia, ao desenvolverem uma direção intelectual e moral, estabelecendo, inclusive, alianças e consensos, entre os diferentes grupos de seu próprio campo. Explicita Gramsci, no Caderno 19, § 24:

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a conquista do poder); depois, quando exerce o poder e, mesmo, se o

mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também dirigente, (p. 62-63)

Nas suas incursões históricas no Risorgimento italiano, Gramsci, então, exemplifica esse exercício da hegemonia, ao afirmar que “os moderados continuaram a dirigir o Partido da Ação, mesmo depois de 1870 e 1876” (GRAMSCI, Caderno 19). Nessa perspectiva, ao pensar o contexto das relações entre correntes políticas e grupos sociais, refere-se ao fenômeno denominado de “transformismo”, afirmando tratar-se somente da expressão parlamentar desta ação hegemônica, intelectual, moral e política. É importante ressaltar essa configuração gramsciana da função de direção, compreendendo ação hegemônica, intelectual, moral e política.

Tomando por referência a política dos Moderados, constituídos como classe dirigente, de forma cada vez mais ampla, Gramsci (Caderno 19, § 24) se expressa de modo enfático:

[...] torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz (p. 63).

Gramsci, então, questiona-se sobre os meios e as formas dos Moderados conseguirem estabelecer o aparelho de sua hegemonia intelectual, moral e política. Destaca então, a função dos intelectuais nos processos hegemônicos, exemplificando o papel dos Moderados, que se constituíram camada dirigente, como intelectuais, no sentido orgânico. Afirma que “[...] os moderados eram intelectuais já naturalmente condensados pela organicidade de suas relações com os grupos sociais de

quem eram a expressão”, ou seja, as classes altas (GRAMSCI, Caderno 19). Assim, como

[...] uma vanguarda real, orgânica, das classes altas, porque eles mesmos pertenciam às classes altas, os moderados eram intelectuais organizadores políticos e, ao mesmo tempo, dirigentes de empresas, grandes agricultores ou administradores de propriedades rurais, empresários, comerciais e industriais, etc. (p. 64)

Por esta via, Gramsci evidencia a consistência metodológica de um critério de investigação histórico-política, nos processos de hegemonia: “Não existe uma classe independente de intelectuais, mas todo o grupo social tem sua própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (GRAMSCI, Caderno 19, p. 64). Desse modo, Gramsci, nas suas análises histórico-críticas dos processos hegemônicos, indica a exigência de intelectuais orgânicos nos processos de construção da hegemonia, tanto para a burguesia quanto para as classes subalternas.

Ao longo da história brasileira, identificam-se intelectuais orgânicos vinculados às classes dominantes e às classes subalternas. Considerando o Brasil a partir da ditadura civil-militar, destacam-se como intelectuais que assumiram o papel de elaboradores da política econômica da ditadura: Delfim Netto, conhecido como o “Czar econômico” do regime ditatorial, Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen; em termos ideológico-políticos sobressai-se a figura de Golbery do Couto e Silva, grande ideólogo da Doutrina de Segurança Nacional. Nesse longo período da ditadura, no âmbito da formulação do pensamento crítico, ganham destaque, como intelectuais orgânicos do campo das esquerdas, a

economista Maria da Conceição Tavares, a filósofa Marilena Chauí, o sociólogo Chico de Oliveira, dentre outros e outras. É digno de nota, na luta pela construção da democracia no Brasil, a Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), com seus encontros anuais, constituindo espaços, por excelência, de expressão da intelectualidade de esquerda, a difundir o pensamento crítico.

Nas lutas pela democratização brasileira, no confronto com o arbítrio, é decisiva a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), iluminadas pela Teologia da Libertação, que tem em Leonardo Boff um de seus principais teólogos. Ainda no interior da Igreja Católica destacam-se figuras emblemáticas: Dom Helder Câmara, Dom Evaristo Arns, Dom Tomaz Balduino, Dom Aloisio Lorscheider, Frei Tito de Alencar e Frei Beto, que, em espaços distintos, apoiaram a constituição de grupos e organizações sociais de grande peso nas lutas contra as formas de repressão da ditadura civil-militar e pela afirmação dos direitos humanos. Especificamente no campo político, como grande articulador da luta dos operários, emerge o personagem que se mantém referência histórica das lutas dos trabalhadores: o então sindicalista Luís Inácio Lula da Silva. Outra figura emblemática, a encarnar o papel de intelectual orgânico dos setores subalternos, foi o sociólogo Herbert de Souza – Betinho – que conseguiu articular segmentos da classe média, com a intelectualidade, artistas progressistas e as massas populares, em um evento que marca a história brasileira: a Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, tendo sido peça-chave na articulação das Organizações Não Governamentais (ONGs) Brasileiras e na criação do IBASE e da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais.

mentais (ABONG) É preciso considerar, como intelectuais orgânicos vinculados ao campo da esquerda no enfrentamento à ditadura, artistas como Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Augusto Boal, Glauber Rocha.

No contexto contemporâneo de afirmação do Brasil do ajuste, despontam intelectuais orgânicos das classes dominantes e das classes dominadas que, em diferentes organizações, defendem a centralidade do mercado ou a ela se contrapõem, em defesa dos interesses das classes trabalhadoras na luta por uma sociedade justa, firmada na dialética igualdade/diferença. Dentre os que afirmam o imperativo do mercado, em meio a uma lógica de reconfiguração do Estado para atender interesses da acumulação rentista, destaca-se, como figura emblemática, o Ministro da Economia do Governo Bolsonaro Paulo Guedes. Outro personagem do núcleo-duro da ideologia bolsonarista, a constituir um intelectual orgânico no exercício da difusão e persuasão dos valores reacionários é a pastora Damares Alves, por ironia à cargo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que, de fato, transforma o Ministério em extensão de sua igreja.

No coletivo de intelectuais das classes subalternas, convém ressaltar João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Sem Terra (MST) e Guilherme Boulos, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Outra figura-símbolo das lutas populares em defesa dos direitos das majorias que habitam as margens da sociedade é a vereadora Marielle Franco, violentamente assinada pelas milícias, a transformar-se em referência de resistência, especialmente para mulheres negras e LGBT.

Na concepção gramsciana, a construção específica de uma hegemonia das classes subalternas exige, necessariamente, a atuação de um partido político, na condição de intelectual coletivo. Ao trazer para o mundo moderno, as análises de Maquiavel, concebido como Partido como o “moderno príncipe”. Afirma Gramsci, no Caderno 13, § 1:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais (GRAMSCI, V.3, Caderno 13, § 1, p. 13)

De fato, o partido político, como forma mais elaborada de organização política, deve desempenhar uma dupla tarefa: atuar na formação de uma vontade coletiva nacional-popular e em prol de uma reforma intelectual e moral. Esta formulação impõe a tarefa de circunscrever o entendimento de “vontade coletiva” nacional popular e reforma intelectual e moral, a partir dos Cadernos do Cárcere.

No mesmo Caderno 13, § 1, Gramsci sustenta que é preciso também definir a “vontade coletiva” e a vontade política, em geral, no sentido moderno. Assim, define a vontade coletiva como “consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo”. (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 1, p. 17). Cabe demarcar esta configuração gramsciana

de “vontade coletiva”, como consciência atuante da necessidade histórica, ou seja, como uma consciência encarnada na ação, capaz de responder às necessidades de um dado momento histórico.

Em seus estudos, Gramsci revisita a história da Itália, buscando entender as razões dos sucessivos fracassos das tentativas de criar uma “vontade coletiva” nacional popular, no contexto italiano. Afirma, então, que estes desdobramentos decorrem da existência de determinados grupos sociais conservadores, ligados à “aristocracia rural e, de modo mais geral, à propriedade agrária, em seu conjunto, com seu característico traço italiano, que é o de ser uma espécie de burguesia rural” (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 1, p. 18), herança do parasitismo, legado aos tempos modernos pela dissolução, como classe, da burguesia comunal. Gramsci reconhece, ademais, as condições favoráveis, no contexto da Itália, para a formação dessa vontade nacional-popular que, devem ser buscadas na existência de grupos sociais urbanos, adequadamente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tenham alcançado um determinado nível de cultura histórico-política (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 1, p. 18).

Na perspectiva da hegemonia das classes subalternas, a formação dessa vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é, ao mesmo tempo, o organizador e a expressão ativa e atuante, implica na realização de uma reforma intelectual e moral, ou seja, em mudança radical em ideias e valores, em termos de uma nova concepção de mundo.

Na visão gramsciana esta reforma intelectual e moral cria o “[...] terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular, no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização

moderna”. Gramsci, então, ainda neste Caderno 13, §1, coloca-se uma questão central: “pode haver reforma cultural, ou seja, elevação civil das camadas mais baixas da sociedade, sem uma anterior reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico?” (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 1, p. 19). A resposta gramsciana enuncia um princípio teórico-histórico, na construção da hegemonia das classes subalternas:

[...] é por isto que uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda a reforma intelectual e moral (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 1, p. 19).

Esta conexão gramsciana entre reforma intelectual e moral e reforma econômica remete a uma reflexão sobre as experiências de governos petistas nos processos de ajuste brasileiro, especificamente, nos dois governos Lula e no primeiro governo Dilma Rousseff, nos marcos do proclamado modelo de crescimento econômico com inclusão. De fato, observa-se uma ampliação do mercado interno nacional, com a inclusão de uma parcela substancial da população no mercado formal de trabalho e na sociedade de consumo.

Nesse contexto, verificam-se mudanças no plano econômico, com repercussões no tecido social brasileiro, difundindo-se, de diferentes formas, a ideologia do mercado. Eis uma questão central que interpela a reflexão, no sentido de pensar as reais possibilidades dos governos petistas de, no âmbito do “modelo de

crescimento com inclusão”, ter encaminhado ações políticas estratégicas, na perspectiva de reforçar uma ideologia dos dominados, efetivando dimensões da reforma intelectual e moral capazes de reforçar o poder popular. A rigor, os governos petistas não conseguiram aproveitar esse contexto de mudanças para reforçar a formação de uma ideologia dos dominados, limitando-se a significativa inclusão social, realizada pelas políticas de enfrentamento à pobreza, à visão de mercado, ou seja, ao acesso aos bens de consumo, de modo individualizado. Todavia, são inegáveis as tentativas de articular mudanças nas condições materiais com novos valores na ótica dos dominados, como é o caso do desenvolvimento da economia solidária, do reforço aos grupos de agricultura familiar e do Programa de Formação universitária, em uma perspectiva crítica, articulado pelo MST, em parceria com a Fundação Florestan Fernandes, realizado no interior das Universidades Públicas Federais. Segundo analistas, este é um campo de polêmicas face às próprias contradições que perpassam os governos petistas.

Estas análises gramscianas abrem um grande debate acerca da possibilidade de construção de uma hegemonia das classes subalternas, no atual contexto de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, em que as classes trabalhadoras vivem momento peculiar de fragilização, de fragmentação, de precarização, no contexto dos novos padrões de acumulação do capital e no modelo de ajuste rentista, neo-extrativista. E, nessa perspectiva, traz também importantes reflexões sobre as funções do partido político, neste cenário de reconfiguração da política e das próprias formas de organização das classes dominadas. O debate está em aberto!

Por fim, é importante enfatizar que esse rico conjunto das análises gramscianas abre um grande debate acerca da possibilidade de construção de uma hegemonia das classes subalternas, no atual contexto de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, em que as classes trabalhadoras vivem momento peculiar de fragilização, de fragmentação, de precarização, no contexto dos novos padrões de reprodução do capital e de redefinições do mundo do trabalho. E, nessa perspectiva, traz igualmente importantes reflexões sobre as funções do partido político, neste cenário de reconfiguração da política e das próprias formas de organização das classes dominadas. O debate está em aberto!

1.4 Crise de Hegemonia: um desafio analítico, um dilema político

Em profunda coerência com o princípio metodológico teoria/história, Gramsci, no precioso acervo dos Cadernos do Cárcere, circunscreve a discussão sobre hegemonia, a partir de acontecimentos históricos da Itália e da França, mais precisamente, acerca do Risorgimento italiano, da Revolução Francesa e do jacobinismo, como força social de oposição. Nessa perspectiva, incita à reflexão sobre a crise de hegemonia nas sociedades capitalistas, no contexto das relações de força.

De fato, Gramsci busca compreender a crise orgânica na Itália, que está na base da ascensão do fascismo e da derrota das forças revolucionárias, no âmbito do movimento dos trabalhadores. Nesse esforço analítico, demarca elementos que constituem diretrizes metodológicas, na análise de uma dada formação social,

em momento histórico específico, no sentido de desvendar as crises orgânicas. No Caderno 13, § 17, ao tratar da “Análise das situações: relações de força”, assim delinea a questão:

É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 17, p. 36).

Retoma, então, como orientação de análise, dois princípios metodológicos enunciados por Marx, no Prefácio à Crítica da Economia Política:

1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 17, p. 36)

Com base na análise destes dois cânones marxianos, Gramsci chega a uma série de princípios de “metodologia histórica”, como diretrizes para analisar situações de crise. Desse modo, enuncia um princípio metodológico central:

[...] no estudo de uma estrutura, devem-se distinguir os movimentos orgânicos (relativamente permanentes) dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam

como ocasionais, imediatos, quase acidentais)
(GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 17, p. p. 36)

Esclarece então,

Também os fenômenos de conjuntura dependem, certamente, de movimentos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que envolve os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão lugar à crítica histórico-social, que envolve os grandes agrupamentos, para além das pessoas imediatamente responsáveis e do pessoal dirigente (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 17, p. 36-7)

E o marxista sardo faz um alerta:

[...] quando se estuda um fenômeno histórico, revela-se a grande importância dessa distinção”. No entanto, reconhece que, estabelecer o nexo dialético entre fenômenos orgânicos e conjunturais, é deveras complexo e que esse nexo “difícilmente é estabelecido de modo correto (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 17, p. 38).

Assim, deixa clara a indicação metodológica de que é preciso analisar as crises, distinguindo movimentos orgânicos dos movimentos ocasionais, sabendo encontrar a justa relação entre eles. Isso implica outra indicação metodológica fundamental: estabelecer a devida relação entre estrutura e superestrutura, demarcando o que é próprio da economia e o que é decorrente da política e da ideologia. Explicita, então, erros em que frequentemente se incorre, nas análises histórico-

políticas: “[...] chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediatamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes” (GRAMSCI, Caderno 13, § 17, p. 37). De fato, estes são os costumeiros erros de “excesso de economicismo” e de “excesso de ideologismo”. Adverte para as consequências nefastas de incorrer neste erro de não conseguir estabelecer a justa relação entre o orgânico e o ocasional e entre o econômico e o político/ideológico. Diz ele:

[...] se o erro é grave na historiografia, mais grave ainda se torna na arte política, quando se trata não de reconstruir a história passada, mas de construir a história presente e futura (GRAMSCI, V. 3, Caderno 13, § 17, p. 38).

Para pensar a crise, no âmbito do capitalismo contemporâneo no início do século XXI, cabe demarcar determinados movimentos orgânicos que perpassam a economia, a política e a cultura, em articulação dialética entre infraestrutura e superestrutura. Um desses movimentos orgânicos, como tendência mundial, é caracterizado pela ausência de projetos hegemônicos, tanto por parte do Estado como da sociedade civil. A rigor, o Estado encarna uma contradição: por um lado, a intervenção estatal é decisiva nos processos de acumulação rentista; por outro, como manifestação da crise, o Estado não consegue impor para a sociedade um projeto hegemônico, ou seja, não consegue transformar o projeto do capital em um projeto político para sociedade, perdendo elementos de legitimidade. Por sua vez, a sociedade civil, considerando aqui os processos de organização social das classes subalternas,

não consegue também consolidar um projeto autônomo para a sociedade. Assim, abre-se uma crise de hegemonia, que se desenvolve no sistema do capital, de modo mais geral e, no Brasil, em particular. É inegável que, na construção da crise de hegemonia são identificados movimentos orgânicos, na dimensão econômica, derivados das transformações no padrão de acumulação. No entanto, não se pode perder de vista os elementos políticos e ideológicos que sustentam essa crise, tanto em termos orgânicos quanto conjunturais.

De fato, tomando especificamente a realidade brasileira, o crescimento da finança especulativa foi decisivo para a afirmação do papel do Estado, permitindo uma ampla liberalização das forças de mercado. Desse modo, a pauta imposta pelo Consenso de Washington para os países periféricos e devedores foi acatada intensivamente pelos governos brasileiros. Assim, as medidas de privatização, de desregulamentação financeira e de reduções fiscais sobre as rendas de capital tornam-se orientações estratégicas das políticas econômicas. Essas políticas são condicionadas pelo novo regime de acumulação de dominância financeira. Nesse novo contexto, o regime monetário e fiscal é diretamente submetido à avaliação pelos mercados financeiros, expressando formas de dependência. Desse modo, observa-se uma incapacidade do Estado em formular políticas autônomas que sejam contrárias aos interesses do capital financeiro. A lógica das políticas econômicas visa, assim, garantir rendimentos elevados, sobretudo, aos detentores do capital rentista. Essas restrições acabam privando a implementação de políticas econômicas que permitam a retomada do investimento, da produção e do emprego, comprometendo, sobretudo, as condições materiais de

vida das classes subalternas (AMÉRICO MOREIRA e SHERER, 2002).

Na dimensão econômica, é inegável que a crise de hegemonia, que se manifesta no Brasil e em outros países da periferia do sistema, exprime, indubitavelmente, contradições de uma lógica liberal levada ao seu extremo. A crença dogmática no mercado favorece, no regime de acumulação financeirizado, as transferências de recursos da esfera produtiva em direção à financeira, com profundas repercussões sobre a organização da economia e da sociedade em geral.

Considerações finais

Esse mergulho analítico nos Cadernos do Cárcere, tendo como fio condutor Hegemonia e Crise de Hegemonia, abriu trilhas fecundas para pensar criticamente a contemporaneidade brasileira, na confluência da democratização e do ajuste. Foi este um empreendimento reflexivo desafiador e prazeroso, que permitiu decifrar alguns elementos da equação Estado x Sociedade Civil, na versão brasileira. Em verdade, este foi um momento singular para revisitar o passado recente, na busca incessante de compreender as encruzilhadas do “Brasil do presente”, neste 2020/2021, marcado por políticas ultraliberais, autoritarismo, avanço das direitas e reacionarismo, em meio à dupla crise: crise sanitária da Covid-19 e crise econômica, social, ética e política do bolsonarismo.

O avançar no entendimento crítico, conduzidos pela lucidez, perspicácia e paixão de um militante revolucionário, que enfrentou o encarceramento e a doença, com as armas da crítica, possibilitou apreender a força da vontade coletiva, na articulação orgânica de

vontades individuais, no terreno da “Grande Política”. Indiscutivelmente, o exercício de pensar com Gramsci, nesse momento histórico-limite da vida brasileira, fez muito vivo o princípio orientador da práxis gramsciana; “pessimismo da razão e otimismo da vontade”!

Bibliografia

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? Revista Estudos Avançados, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, Vol.34, N. 98, São Paulo Jan./Abr 2020

AMÉRICO MOREIRA, Carlos; SEBAG, Emanuel. Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Niterói, n. 38, jun. 2014, p. 89-106.

AMERICO MOREIRA, Carlos; FORTI SHERER, André Luis. Mercados emergentes e novas formas de dependência na América Latina. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 30, n°1, 2002.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica – A crise do governo Bolsonaro, São Paulo: Editora Todavia, 2020.

BUTTINGIEG, J. A . Educação e hegemonia. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andrea P. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-49.

CALIXTRE, André & FAGNANI, Eduardo. A política social e os limites do experimento desenvolvimentista (2003-2014) in Texto para Discussão 295, Unicamp, maio de 2017.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Democracia, Estado, desenvolvimento e conflitos sociais: uma via analítica para pensar o Brasil contemporâneo na civilização do capital. In: LIMA, Greilson; SANTOS, Maria de Fátima Ribeiro dos (org.) Saberes e Práticas em Ciências Sociais: democracia, desenvolvimento, religião e gênero, São Luís/MA: EDUEMA, 2018.

CARVALHO, Alba Maria Pinho & XAVIER, Uriban. De Holanda. Brasil e América Latina: percursos e dilemas de uma integração, Fortaleza: Edições UFC, 2014.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva, revista de ciências sociais v. 35 N. 2, Fortaleza, 2004, p. 35-53.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O Brasil Real em questão: um resgate do olhar crítico de cientistas sociais, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999 (Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará).

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A Questão da Transformação e o Trabalho Social. São Paulo: Cortez, 1983.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de & GUERRA, Eliana Costa. El pensamiento de Carlos Nelson Coutinho: interpretar el Brasil. Revista Estudios Latinoamericanos Nueva Época, Num. 32, Julio-Diciembre 2013, p. 55-81.

_____. El enigma Brasil en las tramas del Golpe de 2016: impasses y dilemas de la democracia en tiempos contemporáneos, Revista Estudios Latinoamericanos Nueva Época, Num. 42, Julio-Diciembre 2018, p. 55-73.

CHESNAIS, François. Le capital de placement: accumulation, internationalisation, effets économiques et politiques. In: CHESNAIS, François (Org). La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences. Paris, La Découverte, 2004.

_____. Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slumps. Chicago: haymarketbooks, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e política – a dualidade de poderes e outros ensaios, São Paulo: Cortez, 1994.

_____. Gramsci. In: Coleção Fontes do Pensamento Político, vol. 02. Porto Alegre: Editora LP&M, 1981
CUT/DIEESE. Implicações econômicas intersetoriais da Operação Lava Jato, São Paulo, 16 de março de 2021, in:<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/impactosLavaJatoEconomia.pdf> acesso realizado em 16 de abril de 2021.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, Vol. 1 – Introdução ao Estudo da Filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce, edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho: co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____, Antonio, Cadernos do Cárcere, Vol. 3, Maquiavel – notas sobre o Estado e a política, edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho: coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____, Cadernos do Cárcere, Vol. 5 – O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho: coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira – 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004..

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. Emendas do teto de gastos faz SUS perder R\$ 13.5 bilhões em 2019. Adital, Unisinos, 21 fev. 2020. Disponível em: [www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596503-Emenda do teto de gastos faz SUS perder R\\$ 13,5 bilhões em 2019](http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/596503-Emenda-do-teto-de-gastos-faz-SUS-perder-R$-13,5-bilhoes-em-2019) - Instituto Humanitas Unisinos - IHU

LE MONDE. Le naufrage de l'opération anticorruption « Lava Jato » au Brésil, matéria publicada originalmente no dia 09 de abril de 2021, Disponível em: https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/09/au-bresil-une-operation-anticorruption-aux-methodes-contestables_6076204_3210.html, acesso realizado em 18 de abril de 2021.

NOVO, Benigno Núñez. O que é lawfare? Matéria publicada em junho de 2019 no site jus.com.br. In: <https://jus.com.br/artigos/74705/o-que-e-lawfare> Acesso realizado em 18 de abril de 2021

OLIVER, Lucio. El Estado ampliado en Brasil y Mexico: radiografía del poder, las luchas ciudadanas y los movimientos sociales, Editorial de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2009.

PAULANI, Leda. A dependência redobrada. Le Monde Diplomatique, 03 de agosto de 2012,

SANTOS, Boaventura de Sousa. A judicialização da política, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/ces/opiniaio/bss/078.php>, acesso realizado em 16 de abril de 2021.

SILVA, José Jair Galvão da. A politização do judiciário nas tecituras do Golpe de 2016: do mensalão petista à prisão de Lula. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/Ceará, outubro de 2020.

SEMERARO, Giovanni. “Crise Orgânica” e luta de classes em Gramsci, Revista Práxis e Hegemonia Popular, Rio de Jan/RJ, v. 1 n.1, Dez/2016, p. 13-24.

O fascismo nos Cadernos do Cárcere: aproximações para um estudo histórico-político¹

*Francesca Savoia*²

A guisa de introdução: as origens polêmicas

Este ensaio pretende ser uma contribuição, modesta, ao esforço— em processo—, de clarificar o labirinto conceitual que são os Cadernos; com este fim regressa-se a análise do fascismo, evidenciando alguns dos eixos interpretativos surgidos e amadurecer no contexto do estudo histórico-político do pensamento de Gramsci; e, mais que apresentar conclusões, se propõe a reivindicar um método.

Inclusive tomando como ponto de partida a edição cronológica dos Cadernos do Cárcere (1975), ou seja, sem considerar os trinta anos anteriores durante os quais Gramsci alcançou sua primeira popularidade, qualquer esforço contemporâneo se erige sobre pelo menos meio século de batalhas interpretativas, cada uma articulada a conjunturas políticas nacionalmente determinadas.

¹ Tradução do espanhol por Joana A. Coutinho

² Doutora em Ciências Políticas e Mestre em Estudos Latino-americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Licenciada em Filosofia por el King's College London (UK). Tradução do espanhol para o português por Joana Coutinho, professora na Universidade Federal do Maranhão-UFMA.

Não obstante, regressar aos anos setenta e a edição quase integral das notas carcerárias, não que creio que possa ser considerada uma escolha arbitrária, ou formalmente filológica, nem exclusivamente relativa ao “centro” dos estudos gramscianos.

Antes da “práxis” que por décadas teve eficácia por posicioná-lo dentro dos limites do revisionismo liberal — o Gramsci teórico da sociedade civil havia se desprendido do suposto economicismo de Marx e da suposta ausência, em Marx, de uma teoria do Estado³ — os anos setenta representaram a “idade de ouro” dos estudos gramscianos (LIGUORI, 2012: 215)⁴.

Fase de transição nas fileiras da intelectualidade comunista, do Gramsci da filosofia, isto é, do status teórico do marxismo reivindicado até aquele momento desde a primazia atribuída a história nacional, até o Gramsci da política para a reconsideração da filosofia, novamente do marxismo, dada a história como processo mundial.

Foi, de fato, em meio à crise internacional de projetos nacionais, que o estudo do que era o fascismo segundo Gramsci emergiu como uma peça-chave para regressar ao enfoque teórico-político dos Cadernos. O debate historiográfico, assim, como este foi configu-

³ Ver o enfoque interpretativo sustentado por Norberto Bobbio na sua célebre intervenção durante o congresso de Cagliari de 1967, titulado “Gramsci e a cultura contemporânea”.

⁴ Limite-me a mencionar que no contexto latinoamericano, em concomitância com os chamados processos de “transição democrática” nos anos 1980, o estudo do marxismo de Gramsci tomou força nesta e na década seguinte (e junto com ele, a ênfase no Gramsci teórico da hegemonia, do Estado na sua concepção integral e da revolução passiva). Na Itália, ao contrário, os anos 1980 assinalaram o declínio do método histórico-político no “sentido comum” dos intelectuais italianos externos a tradição comunista ou em negação dessa tradição.

rando-se na Itália, ainda que especificamente dedicado a Gramsci, se inseria no marco de uma acalorada polêmica relativa a (re) interpretação do regime como momento determinante na história do país. A contenda entre um antifascismo que advertia a necessidade de renovar-se como cultura política e a agressividade, de alcance mundial, de um liberalismo do qual o epíteto “neo” ia logrando a redução da política a dimensão institucional e a entrega da dimensão ética, ou seja, da expansividade cultural necessária a todo projeto estatal, a assimilação entre fascismo (s) e comunismo (s) na qualidade de negações paralelas das liberdades modernas.

Não seria factível, nos limites de um ensaio, entrar detalhadamente no mérito da longa história deste debate, complexa e abarcadora de todo o “século breve” e, no caso especificamente italiano, da larga crise da Primeira República (1948-1994)⁵. Limitar-me-ei a algumas anotações, pois considero que a renovação, no

⁵ Introduzindo o leitor ao debate da renovação historiográfica italiana sobre o fascismo. Este debate emergiu nos anos setenta-oitenta, do século XX, com a recepção do trabalho monumental de Renzo De Felice, o principal inovador externo a intelectualidade que gravitava em torno do partido comunista. Inserindo-se na linha interpretativa empreendida por Geogre L. Mosse, De Felice, deu impulso a novas investigações dedicadas a especificidade dos casos históricos comumente incluídos sob a categoria de fascismo genérico e a dimensão ideológico-cultural. Seu sucessor, Emilio Gentile, se diferencia de seu mestre por qualificar o fascismo italiano como regime totalitário (tese que De Felice refutava com o argumento da subordinação do PNF- partido nacional fascista- ao Estado e o contrário no caso do nacional-socialismo alemão). Nem a obra de Renzo De Felice, nem a de Emilio Gentile podem ser assimiladas os matizes mais reacionárias do revisionismo historiográfico. A tese da identidade entre fascismo e comunismo é, de fato, explicitamente rechaçada pelos dois historiadores. Veja Gentile (2002 e 2005).

momento, dos estudos em torno ao fascismo segundo Gramsci conforma uma peça central da batalha hegemônica para a compreensão de seu pensamento hoje; isto é, não na época de seu auge, mas da crise do pensamento único, uma crise em processo, contudo profundamente incerta quanto as saídas.

Considerando o papel civil da historiografia⁶, Enzo Traverso oferece uma detalhada reconstrução da gênese do neologismo “totalitarismo e do largo embate em torno a sua interpretação conceitual e aplicação político-histórica. Seu ensaio, de história intelectual, vinculando-se a tradição cosmopolita da cultura política do exílio, em particular a alemã, ressalta a paulatina expansão internacional do termo, cujas modalidades foram a de um conceito que tenha atravessado campos ideológicos opostos e que da Europa transmigrou como força progressiva até aos Estados Unidos, para voltar, a partir da guerra fria, como bandeira do anticomunismo, até a Europa (TRAVERSO, 2001). A finalidade do ensaio é mostrar a interpretação do totalitarismo como terreno de luta hegemônica, e a tese central de que, depois do divisor de águas de 1989, com o recrudescimento da mesma linguagem anti-dialética do bipolarismo, ter paulatinamente deixado o campo aberto ao adversário, contribuiu fortemente a entrada na crise do antifascismo como cultura política.

A atualização dos estudos do fascismo desde Gramsci, se insere, como no caso de Traverso, no

⁶ “Historiografia [que] não trabalha para alimentar os arquivos de um saber cerrado, mas que tenha a ambição de elaborar uma representação do passado capaz de orientar-nos no presente, tornando-se objeto de utilidade pública e que contribua a forjar nossa consciência coletiva”. (Traverso 2001: 184).

horizonte da renovação. No entanto, fortemente arraigada no legado gramsciano, questiona a suposta novidade de uma interpretação do totalitarismo desde a esquerda. No seu caso, a polêmica se dirige contra uma visão já fossilizada, e ainda recorrente, com raízes nacionais em deslegitimação política da tradição comunista no quadro da crise dos partidos nacional-populares, de massa. Na Itália, denuncia, o sentido comum de uma ampla intelectualidade, e sua invasiva popularização, é ainda aquele que tende a se contrapor, por um lado, um esforço de inovação livre de tabus ideológicos porque externo à área comunista (e partidária) e, por outro lado, um paradigma antifascista largamente simplificado, supostamente arregimentado em tudo, empenhado como tal a condenar sem a compreensão do fenômeno histórico (BARIS y GAGLIARDI, 2015).

Na dupla batalha com o revisionismo de tintas reacionárias e com um antifascismo por um longo tempo estatizado e reduzido a retórica nacional, quem faz valer o método histórico-político no estudo de Gramsci posicionam no centro de uma (re) visão crítica, os esforços iniciais empreendidos na problematização de regime por seus contemporâneos, graças ao marco interpretativo construído por Gramsci, como tradição contraposta a tradição liberal (e suas origens nacionais no parêntesis croceano) e aos esquematismos que prevaleceram no comunismo como projeto internacional (ditadura da fração mais reacionária do capital).⁷

⁷ Como se revelará ao leitor, recupero o esquema interpretativo aberto pelos ensaios, clássicos porque divisor de águas, de Franco de Felice e Giuseppe Vacca de 1977 –ambos apresentados no congresso de estudos gramscianos do mesmo ano titulado “Politica e Storia in Gramsci”-; um esquema por sua vez ampliado pelos estudos mais

É necessário, ainda que não suficiente, anotar como se fosse o mesmo Gramsci a colocar a questão:

Uma política totalitária tende precisamente: 1. A obter que os membros de um determinado partido encontrem somente neste partido todas as satisfações que antes encontravam em uma multiplicidade de organizações; ou seja a romper todos os laços que ligam estes membros a estranhos organismos culturais; 2. A destruir todas as organizações ou a incorporá-las em um sistema ao que o partido seja o único regulador. Isto sucede: a) quando o partido em questão é portador de uma nova cultura e estamos ante uma fase progressista; b) quando o partido em questão quer impedir que outra força, portadora de uma nova cultura, se volte totalitária”, e estamos ante uma fase regressiva e reacionária objetivamente, ainda que a reação (como sempre sucede) não se confesse abertamente e trata de apresentar-se como portadora de uma nova cultura (GRAMSCI, 2007, C. 6 §136)⁸.

Qual é o sentido desta comparação mais que explícita entre a Itália fascista e a URSS soviética na economia do discurso elaborado pelo Gramsci dos Cadernos?

Fascismo, práxis e revolução passiva

Poderíamos começar perguntando-nos por quê, refletindo acerca do (neo) idealismo, Gramsci o descar-

recentes de Fabio Frosini. Para uma análise da continuidade metodológica entre a elaboração gramsciana do fascismo como “revolução passiva” e a de Togliatti como “regime reacionário de massa”, ver Vacca (2004).

⁸ Nota de redação única. Tradução do espanhol para o português por Joana Coutinho.

taria como sociologismo, ou seja, construíra o paralelismo entre opostos aparentes como incapacidade comum de compreender o nexos — nem identidade, nem distinção — entre filosofia e ideologia, real e ideal, teoria e prática.

A unidade de ideologia e filosofia, quando è afirmada nesta forma, cria uma nova forma de sociologismo, nem história nem filosofia, senão como um conjunto de esquemas verbais abstratos, sustentados por uma fraseologia tendenciosa e de papagaios (GRAMSCI, 2007 C. 10 II, § 59 IV)⁹.

Refutar os esquemas abstratos e avançar até o status teórico assumindo, e elaborando, a política como plano resolutivo do nexos entre esforço de generalização e individuação do historicamente determinado.

Enfim, o método de análise diferenciado: “recolher as particularidades nacionais dos fenômenos políticos no quadro de (e em relação) aos processos mundiais que dominam a época histórica considerada (VACCA, 2004: 17). Este é o plano metodológico por meio do qual, nos Cadernos, a elaboração da filosofia da práxis — ou revolução de maneira tradicional de entender a teoria — e análise do fascismo convergem numa arquitetura reflexiva complexa.

Gostaria de enfatizar que o caráter estratégico, politicamente interessado, da análise do fascismo

⁹ Segunda redação de C.1 § 132. A referência polemica é o atualíssimo de Gentile (identidade imediata), respeito ao qual Gramsci ressalta a superioridade do idealismo croceano (teoria das distinções) este último enquadrado como uma resistência a, desde o reconhecimento de a filosofia da *práxis*, por sua vez introduzida como “dissolução da filosofia entendida na forma tradicional”.

empreendido em 1920, nos Cadernos se inserem na, e repensado desde, o problema conceitual produto da inteligibilidade histórica segundo o marxismo (filosofia da práxis).¹⁰ Entre 1930 e 1931, a preocupação de Gramsci são os *problemas fundamentais do marxismo* (GRAMSCI, 2007, C. 4, § 11), em seus termos: como o movimento histórico nasce sobre a base da estrutura, ou seja, como se formam os grupos políticos ativos (GRAMSCI, 2007, C. 7, § 20 y C. 11, § 22).

Gramsci se interroga assumindo uma concepção não somente positiva, como também gnosiológica da ideologia,

A respeito da questão da “objetividade” do conhecimento segundo o materialismo histórico, o ponto de partida deve ser a afirmação de Marx (na Introdução a crítica da economia política, passagem famosa sobre o materialismo histórico) de que os “homens se tornam conscientes (deste conflito) no terreno ideológico” das formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas. Mas esta consciência se limita unicamente ao conflito entre as forças materiais de produção e as relações de produção como materialmente disse o texto marxista — ou se refere a toda consciência, ou seja, a todo conhecimento? Este é o problema: que pode ser resolvido com todo o conjunto *da doutrina filosófica do valor das superestruturas ideológicas* (GRAMSCI, 2007, C. 4, § 37)¹¹

¹⁰ Para uma exaustiva elaboração do marxismo gramsciano como filosofia da *práxis*, ver Frosini 2000.

¹¹ Os destaques são meus. Também: “Se os homens tomam consciência de sua tarefa no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura há um nexos vital” (Gramsci 2007, C. 4, § 15).

O anti-determinismo de Gramsci não consiste em reinserir a subjetividade na história, senão em querer resolver a inteligibilidade histórica em uma teoria da constituição do sujeito social como sujeito político¹². La *práxis* segundo Labriola constitui o ponto de partida, não o de chegada, da perspectiva gramsciana. Nos Cadernos, o tema-problema da ideologia reemerge ampliado na teoria da hegemonia, cujo eixo ordenador é a sociedade como terreno civil, ou seja, já organizado no “conjunto de organismo vulgarmente ditos “privados” que constituem o cimento cultural do político estatal, e, portanto, enfocando a sociedade política em função de “hegemonia que o grupo dominante exerce *em toda* a sociedade” ”(GRAMSCI 2007, C. 12, § 1).¹³ O específico de Gramsci é o Estado integral: reabsorver o horizonte de visibilidade histórica desde o Estado à sociedade construindo um nexos entre a sociedade como o civil, desde Hegel, e a sociedade política, segundo Marx, a fim de reabilitar o *status* teórico do marxismo contra o revisionismo croceano. Sua aposta não é a superação do economicismo, mas, da acusação croceana dirigida contra a história segundo Marx como suposta reificação metafísica do sujeito, e que Gramsci refuta não somente articulando a economia com a política, como também a política enquanto ética e na história.¹⁴

¹² Gostaria de enfatizar que o anti-determinismo de Gramsci não concerne exclusivamente ao questionamento do economicismo, senão que abarca toda forma de determinismo teórico — pensa-se a reificação do capital, do Estado como sujeito — que tende a resolver o devenir histórico num movimento hipostasiado.

¹³Os destaques são meus.

¹⁴ A historicidade da filosofia: segundo Croce, a filosofia enfocada como concepção do mundo, como cultura, tem um caráter progressivo para Gramsci. Para Gramsci, ademais, Croce não ignora, mas reconhecendo seu alcance político, reduz especulativamente o mesmo

No primeiro caderno filosófico, subtraindo ao Marx de 1859 da “clássica” leitura determinista, Gramsci elabora a contradição entre forças e relações sociais de produção como dialética entre movimento orgânico ou, em seus termos, “relativamente permanente” e conjuntural (GRAMSCI 2007, C. 4, § 38).¹⁵ Com Marx, enquadra a crise desde o problema das condições “em curso de desenvolvimento e aparição” da efetiva mudança do sujeito. Vemos-lhe enfatizar a dimensão ideológica do problema contra a redução, por parte de Croce, das ideologias segundo Marx a mera aparência — coerente com a distinção croceana entre filosofia e política e apropriação, e sublimação especulativa, daquela que para Gramsci é a mesma interpretação marxiana da ideologia como “construções práticas”.¹⁶

Da “análise teórica do conceito de ideologia” (GRAMSCI 2007, C. 7, § 19), o que lhe interessa não é somente a força de conservação que a superestrutura

anti-determinismo de Marx. Ver Gramsci, carta del 10 agosto de 1931 e carta del 6 junio de 1932 (Gramsci 2013: 445, 582-585).

¹⁵ Segunda redação: C. 13, § 17.

¹⁶ “No pequeno livro *Elementos da política*, Croce escreve que para Marx as ‘superestruturas’ são aparências e ilusão e com isso comete uma injustiça contra Marx (cfr. Bem no ponto da questão). Mas é verdade? A teoria de Croce sobre as ideologias, repetida recentemente na resenha do pequeno livro de Malagodi e que apareceu na *Crítica*, é evidentemente de origem marxista: as ideologias são construções práticas, são instrumentos de direção política, se bem que não reproduz mais que uma parte da doutrina marxista, a parte crítica-destrutiva. Para Marx as ‘ideologias’ são o contrário das ilusões e aparências; são uma realidade objetiva e operante, mas não são o motor da história, aí está tudo. Não são as ideologias que criam a realidade social, mas é a realidade social, na sua estrutura produtiva, que cria as ideologias. Como poderia ter pensado Marx que as superestruturas são aparência e ilusão? Inclusive suas doutrinas são uma superestrutura”. (Gramsci, 2007, C. 4, § 15).

exerce sobre a estrutura, perspectiva que deixaria o dualismo não resolvido, senão a superação de uma “distinção de forma e conteúdo meramente didático” (GRAMSCI 2007, C. 7, § 21), dado “o valor das ideologias” enquanto “organizam as massas” (GRAMSCI 2007, C. 7, § 19) e têm materialidade¹⁷. O critério de distinção entre ideologias não é rechaçado, senão relocalizado na história como capacidade, ou não, de compreender a estrutura na qualidade de movimento superestrutural. Gramsci, busca repensar a determinação estática em dinâmica, subtraí-la a um caráter supra histórico, elaborando o processo econômico-social como um campo de forças político-ideológicas.

Emerge o sentido no qual o status teórico do marxismo segundo Gramsci depende de seu caráter normativo¹⁸. Os cânones de interpretação histórica do materialismo histórico não somente “adquirem significado somente se servem para justificar uma atividade prática”, senão a medida na qual “o elemento decisivo de toda situação”, a determinação segundo Gramsci, é a “força permanentemente organizada e predisposta de longo alcance, que pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável (*e é favorável somente enquanto tal força existe*)” (GRAMSCI, 2007, C. 13, § 17).¹⁹ Dito de outro modo: não quer dizer que toda

¹⁷ O Marx das ideias que têm a solidez das persuasões populares (Introdução a Crítica da filosofia do direito de Hegel) é elaborado como “a estrutura ideológica de uma classe dominante: isto é, a *organização material* tendente a manter, a defender e a desenvolver a ‘frente’ teórico ou ideológico” (Gramsci 2007, C. 3, § 49). Os destaques são meus.

¹⁸ Marxismo como “máximo historicismo” (Gramsci 2007, C. 4, § 24); a autonomia teórica como autoconsciência do próprio caráter ideológico, e, portanto, como saber da historicidade do mundo.

¹⁹Os destaques são meus.

teoria é política, mas que não existe teoria crítica senão da história como política.

O que significa então, história como política? Vemos Gramsci elaborar a estrutura como forças de conservação que atuam para prevenir a conformação da mudança se transforme em uma força permanentemente organizada. Gramsci enfoca este processo como “o terreno do ‘ocasional’ sobre o qual se organizam as forças antagonistas (GRAMSCI, 2007, C. 13, § 17). Assumindo como horizonte de visibilidade a crise e suas formas de proceder, seu discurso gira, e de maneira totalmente contra intuitiva, precisamente em torno da importância deste terreno²⁰. Para Gramsci, a crise isola, não só avança por meio de “uma série de polêmicas ideológicas”, mas a realidade, o valor, a validade destas ideologias depende da medida na qual “transformam o alinhamento preexistente das forças sociais” (GRAMSCI, 2007, C. 13, § 17). É pela centralidade atribuída ao ocasional que o permanente perde, em Gramsci, sua áurea determinista, transformando-se na capacidade, ou não, de dirigir uma história aberta, em permanente movimento.

Um passo mais. A política é “pequena”, para Gramsci (e ao contrário de como tende a entender), não quando está centrada no ocasional, senão a partir de saber, ou não, aplicar estes critérios metodológicos ao ocasional, a “análises de fatos históricos concretos”,

²⁰O ocasional como proceder da relação entre “forças políticas trabalhando positivamente para a conservação” — dado “que nenhuma forma social queira confessar haver sido superada” — e as forças capazes, ou não, de demonstrar “que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devem ser resolvidas historicamente” (Gramsci 2007, C. 13, § 17).

desde o marxismo como crítica do ideologismo”. Crítica na medida em que a capacidade de perceber que as causas econômicas atuam sempre de forma mediada e distinguir e relacionar as formas dessas mediações.

Formas que Gramsci passa a delinear como “outro aspecto do mesmo problema”. Ou seja, a objetividade do conhecimento segundo o marxismo concerne, porque é idêntica, aos níveis político-ideológicos das relações sociais entre forças, entendidos, por sua vez, como história em movimento desde as mais simples até as superestruturas mais complexas. Enfim, não há verdade, objetividade, fora de uma história conturbada, no mesmo sentido, na mesma necessidade, entre forças dirigentes e forças subalternas.

Detive-me nas notas dedicadas a relação de forças, porque ali emergem os pressupostos chaves para considerar como Gramsci enfoca o fascismo desenvolvendo, paralelamente, o conceito de revolução passiva (e seu nexos com a guerra de posição). É o mesmo Gramsci a afirmar em 1933:

O conceito de revolução passiva deve ser deduzido rigorosamente dos princípios fundamentais de ciências políticas: 1. Que nenhuma formação social desaparece enquanto as forças produtivas que nela se desenvolveram encontram ainda lugar para seu ulterior movimento progressivo; 2. Que a sociedade não se proponha tarefas para cuja solução não tenham incubado as condições necessárias, etc. Se entende que estes princípios devem primeiro ser desenvolvidos criticamente em todo seu alcance e depurados de todo resíduo de mecanicismo e fatalismo (GRAMSCI, 2007, C. 15, § 17).

Vejamos brevemente o itinerário da reflexão carcerária até este momento. O conceito de revolução passiva aparece desde o primeiro caderno, e Gramsci o relaciona, desde o início, com sua reflexão acerca da capacidade de domínio como capacidade dirigente, no entanto elaborada nos termos de “hegemonia política”. Indica um critério político de interpretação histórica, uma “revolução sem revolução”²¹, por sua vez explícita, no caderno 4, como um processo de formação estatal na ausência de uma “revolução política de tipo radical-jacobino”²². Na primeira fase, o conceito se limita a assinalar uma forma determinada de ascensão da burguesia ao poder, caracterizada pela ausência de rupturas clamorosas.

O plano problemático que unifica os processos aos quais Gramsci estende o conceito explícita uma certa mentalidade, uma certa filosofia/concepção do mundo, em sua qualidade de expressão das forças em campo. O idealismo e o Estado absoluto racional não emergem como falsa consciência, senão como autoconsciência, por intermediação intelectual, da conservação ao poder político de forças dominantes sem “funções

²¹ “Pode e deve existir uma ‘hegemonia política’ [inclusive antes de chegar ao Governo e não há que contar somente com o poder e a força material que este dá para exercer a direção ou hegemonia política. Da política dos moderados se desprende claramente esta verdade e a solução deste problema que faz possível o Risorgimento nas formas e dentro dos limites em que se efetuou a revolução sem revolução [ou de revolução passiva segundo a expressão de V. Cuoco]” (Gramsci 2007, C. 1, § 44). No C. 8, § 25 Gramsci associa a expressão derivada de Cuoco a de Quinet “revolução-restauração”.

²² Com esta conotação a “revolução passiva” se estende do caso italiano, a Europa da Idade da restauração. (Gramsci 2007, C. 4, § 57).

econômicas prevalecentes” (GRAMSCI 2007, C. 1, § 151)²³

No itinerário dos Cadernos, Gramsci transita da análise dos processos de formação estatal até a análise da forma na qual a burguesia exercita seu domínio como direção. Articulada com a elaboração do conceito de hegemonia (e suas formas), a revolução passiva passa a englobar fenômenos histórico-políticos pertencentes a distintos cortes temporais. Ou seja, vemos abrir-se o campo de visão gramsciano de análise diferenciado. Momento no qual, emerge o tema da transformação do poder por iniciativa das forças de conservação via absorção, integração, da força da mudança e ao fim, de sua domesticação.

Ao contrário do que às vezes tende a sustentar-se, a revolução passiva não aponta a um processo de cooptação pelo reformismo.²⁴ A chave do que o Gramsci entende por revolução passiva é o “transformismo”, um tema presente desde suas reflexões juvenis (1916-1919), naquele momento como relação entre os limites liberais e não só democráticos, do Estado unitário italiano e os limites revolucionários do socialismo reformista. Para o

²³ Na segunda redação, C.10 II, § 61, o papel dos intelectuais tradicionais é elaborado desde a dialética entre o plano nacional da política e o internacional da economia.

²⁴ O raciocínio de Gramsci enfoca a dialética entre capacidade dirigente e subalternidade como causa determinante da forma assumida pelo Estado em sua acepção integral, e em razão do qual a força de conservação pode assegurar que a “intervenção popular” não seja possível nem “na forma concentrada e simultânea da insurreição” nem “na forma ‘difusa’ e capilar da pressão indireta”, a segunda, ademais, na qualidade de “premissa indispensável da primeira foram”, e enquanto “preparação político ideológica de largo respiro, organicamente predisposta para despertar as paixões populares e facilitar sua concentração e a explosão simultânea”. (GRAMSCI, 2007, C. 15, § 11).

primeiro Gramsci, o transformismo expressava um processo de absorção nos quadros liberais conservadores dos dirigentes das forças potenciais de mudança, democráticas e socialistas; uma capacidade de direção com eixo na reprodução da subalternidade do adversário e associada ao tradicional subversionismo das massas populares.

É o grande tema da juventude característico da intransigência segundo Gramsci: o “saber-se a si mesmo”, saber da própria autonomia, somente a condição de saber-se parte de, e, portanto, condicionado por uma realidade mais ampla de si. Um horizonte, do “socialismo e cultura”²⁵ que nas notas carcerárias reemerge numa análise do devenir histórico como processo político “cujo equilíbrio e formas estão todas confiadas as forças em campo e na medida da consciência que tem de si mesmas, de suas tarefas, assim como as do oponente.” (De Felice, 1977: 164).

Nos Cadernos, quando Gramsci volta a considerar o fenômeno histórico do transformismo, associa o conceito de revolução passiva ao conceito de mudança molecular, pelo qual entende uma série de processos de larga temporalidade que permanecem imperceptível a uma concepção formalista da forma do Estado por mutação dos equilíbrios entre forças.²⁶ Procedendo por

²⁵ Célebre artigo de 1916. (GRAMSCI, 1980: 99-103).

²⁶ “Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e se pode documentar no Risorgimento italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares que na realidade modificam progressivamente a composição precedente das forças e, portanto, voltam matrizes de novas modificações [...] Portanto, este elemento é a fase originária daquele fenômeno que foi chamado mais tarde ‘transformismo’ e cuja importância não tem sido, até agora, trazido a luz que lhe corresponde como forma de desenvolvimento histórico” (Gramsci 2007, C. 15, § 11).

análises diferenciadas, constrói um paralelismo entre o passado recente (a acumulação de fatores que provocaram a primeira crise pós-guerra) e o presente (o período sucessivo a atualidade da revolução, 1917-21).²⁷

A imagem da mudança molecular, também originária dos escritos juvenis, naquele momento, se associava estreitamente a uma concepção de crise do Estado liberal por emersão popular-democrática. É dizer, através da mudança molecular, o Gramsci dos Cadernos lê o processo de restauração sucessivo a derrota da atualidade da revolução como uma politização das massas de caráter transformista e, ao mesmo tempo, progressiva. Resulta mais que evidente a originalidade de sua posição, considerando que seu presente corresponde a consolidação do fascismo como regime ditatorial.

Os conceitos de revolucionário e de internacionalista, no sentido moderna da palavra, são correlativos ao conceito preciso de Estado e de classe: escassa compreensão do Estado significa escassa consciência de classe (compreensão do Estado existe não somente quando o defende, mas também quando o ataca para derrotá-lo), em consequência, escassa eficiência dos partidos, etc. Bandas ciganas, nomadismo político, não são fatos perigosos e igualmente não eram perigosos o subversionismo e o internacionalismo italianos. Todas estas observações não podem, naturalmente, serem categóricas e absolutas:

²⁷ A Revolução de Outubro é definida como a última guerra de movimento no C. 13, § 24. En C. 7, § 16, em contraposição a teoria da revolução permanente segundo Trotsky, Gramsci define a Lenin como teórico da guerra de posição e atribui a fórmula da frente unida (1921) a compreensão da diferença morfológica entre Oriente e Ocidente (ou seja, das novas formas, contemporâneas, da politicidade).

servem para tentar descobrir certos aspectos de uma situação para avaliar melhor a atividade desenvolvida para modifica-la (ou a não atividade, ou seja a não compreensão das tarefas próprias) e para dar maior relevo aos grupos que emergia, desta situação por ter compreendido e modificado no seu âmbito. (GRAMSCI, 2007, C. 3, § 46)²⁸

Esta reflexão é testemunho de como a preocupação do Gramsci dos Cadernos concerne a efetiva capacidade demonstrada pelo fascismo, cujas origens movimentalistas foram radicais e plebeus, de inserir-se na crise do Estado liberal e, compreendido suas formas de proceder, proceder ele mesmo até a construção de uma capacidade dirigente. É um Gramsci empenhado em rastrear o presente, e a possível evolução do regime, como superação da tradicional aversão das forças conservadoras a qualquer intervenção das massas populares na vida estatal.

Uma vez estendido o conceito de revolução passiva no plano historiográfico (Risorgimento, Restauração europeia, Fascismo italiano), Gramsci segue em direção ao plano teórico. Não o faz sem dúvida, generalizando elementos comuns, senão fazendo um salto conceitual.²⁹ Relacionada com os princípios do

²⁸ Os destaques são meus. Não por causalidade esta nota se titula “Passado e presente”. No C. 8, § 36, Gramsci engloba sob um processo transformista a formação do partido nacionalista (ou seja, a confluência, de “ grupos inteiros de extrema[...] ex sindicalistas e anarquistas” — em frente intervencionista de direita, por sua vez, origem do fascismo na sua fase movimentalista).

²⁹ Na nota já citada C.15 §17. Como faz notar De Felice, se Gramsci se limitasse a extrair elementos comuns, a reflexão ainda que ampliada, permaneceria no plano empírico (De Felice 1977: 165). No Caderno 15, escrito entre fevereiro e agosto de 1933, é possível observar a dilatação histórica, teórica e política do conceito. (Voza, 2009: 724-28).

devenir histórico segundo Marx, a revolução passiva se transforma em um critério político de interpretação histórica que define, para Gramsci, a entrada em uma nova época. Nesse momento a hegemonia foi elaborada em termos mais amplos de uma aliança de classe (direção das classes aliadas e domínio das adversárias). Porque a “hegemonia civil” passou a substituir a “hegemonia política”, a revolução passiva substitui a “revolução permanente” como critério de interpretação histórica.³⁰ Até onde vai a nova rede conceitual? Gramsci isolou uma transformação da relação entre política e sociedade, uma nova forma, se se quer sistema, de poder, cuja novidade são os processos de produção de hegemonia civil.

In primis, emergem os dois polos de um só binômio: a revolução passiva não tem sentido por si só, senão somente uma vez enfocada em relação a guerra de posição.³¹ Ou, em outros termos, a guerra de posição —

Também: “Portanto não teoria da “revolução passiva” como programa, como foram para os liberais italianos do Risorgimento, senão como critério de interpretação na ausência de outros elementos ativos na forma dominante.” (GRAMSCI, 2007, C. 15, § 62).

³⁰ En C. 13, § 17: “a mediação dialética entre os dois princípios metodológicos enunciado no começo desta nota se pode encontra na fórmula político-histórica da revolução permanente”. No C. 13, § 7 y en C. 8, § 52 (primeira redação) Gramsci observa que, devido às mudanças nas condições da política sucessiva a 1870, a fórmula da revolução permanente foi elaborada e superada na fórmula “hegemonia civil”.

³¹ Gramsci se pergunta acerca de uma possível relação entre revolução passiva e guerra de posição no C. 15, §11. Regressando a comparação adversativa com a guerra de movimento, afirma a possibilidade de extrair destas considerações “algum princípio de ciência e de arte política”, é dizer, um processo de generalização teórica. A passagem da guerra de movimento a guerra de posição no campo político é indicada como a “questão de teoria política mais importante, planteado

superação da guerra de movimento— indica a revolução passiva como devenir histórico-político.³² Esclarecer que entende Gramsci por revolução passiva é complexo precisamente na medida que, por meio dela, vai apontando a uma forma de luta constitutiva de uma nova fase histórica.

Não somente. O marxismo como práxis, mencionado no início, representa para Gramsci uma revolução da maneira tradicional de compreender a filosofia:

Que coisa é a filosofia? Uma concepção do mundo é uma filosofia? O materialismo histórico renova essa concepção? Que relações existem entre as ideologias, as concepções do mundo, as filosofias? A resposta a esta série de interrogações constitui a “teoria” do materialismo histórico. (GRAMSCI, 2007, C. 4, § 13).

É o plano conceitual mais alto da reflexão gramsciana, seu enfrentamento com o historicismo filosófico. Hegemonia para Gramsci significa poder isolar a dimensão crítica da *práxis* via plena historicização da filosofia como política. Traduzida em hegemonia, a

período pós-guerra e justamente a mais difícil de resolver” (GRAMSCI, 2007, C. 6, § 138).

³² No C.8 § 236 Gramsci associa a revolução passiva como forma de devenir histórico a “aquela que na política se pode chamar “guerra de posição”, e se limita a enfatizar a diferença entre a larga revolução francesa e a idade da restauração.

E na segunda redação desta nota C. 10, § 9, chegando a um grau maior de generalidade, constrói a dupla adversativa entre guerra de movimento e guerra de posição: no século XIX (revolução francesa, 1789-1815 e restauração 1815-1870) e no século XX (1917-1921 e atualidade).

filosofia re-emerge transformada, revolucionada. Indica o plano de luta compartilhado, o mais alto, o decisivo — as superestruturas complexas — tanto pelas forças conservadoras, assim como por aquelas de mudança.

O que preocupa ao Gramsci dos Cadernos é a elevação da dimensão do projeto da política comunista ao teórico, geral, filosófico, alto, por via da identificação das novas formas do poder político no qual ambos, dominantes e dominados, se encontram determinados, e por participarem ambos, de uma filosofia/concepção do mundo: os primeiros, entretanto, como dirigentes, os segundos como subalternos. Parece uma anotação óbvia, mas é somente aparentemente. Não tem sentido falar de contra hegemonia em Gramsci precisamente porque para Gramsci, não há nada fora de um processo hegemônico em andamento; razão pela qual também, na revolução passiva como dinâmica histórica, o elemento essencial não é a restauração do preexistente, senão sua transformação (DE FELICE, 1977: 163).

Qual é, então, a mudança da época?

A crise devido a entrada das massas populares no cenário como força política ativa: este é o momento de ruptura na história que o empurrou, desde os anos vinte, a enfocar o fascismo como nova forma de reação, e que Gramsci, contudo, lerá como restauração, como capacidade da burguesia de recompor sua força dirigente, só muito mais tarde, nos Cadernos.

Desde a emersão do fenômeno popular, sua atenção verteu-se a identificar as determinações originais do que concebe em termos substancialmente concordantes, ainda que não análogos, com as fileiras do comunismo internacional, no sentido que, por uma

longa fase, o divisor de águas, a força efetivamente capaz de dirigir o movimento histórico no plano mundial (a época) é para Gramsci, a revolução russa de 1917. Até janeiro de 1919, a politização das massas devida à contemporaneidade entre a carnificina militar e a revolução bolchevique tem sido lida como uma crise do Estado italiano por seus limites não só democráticos, mas liberais. A partir da adesão ao comunismo internacional e a abertura, também para a Itália do “fazer como na Rússia” a crise segundo Gramsci é do liberalismo como forma de civilização mundial, e o projeto ordinovista, a revolução social como construção, em processo de uma nova forma Estado, enfocando a produção como terreno de formação —educação— do movimento operário em direção a responsabilidade política, a capacidade dirigente.³³ A luta por assumir e consolidar a direção do recém conformado Partido Comunista da Itália —PC do I— (1923-26) será toda uma reflexão em torno ao porque termos sido derrotados e a revolução como frente unida (elaboração de palavras de ordem intermediárias concretas, teoria da transição) um assumir, para reverter, a nova determinação ideológica das massas, ou seja, a capacidade demonstrada pelas forças conservadoras em conter o ímpeto revolucionário no terreno nacional.³⁴

³³ Permito-me mencionar o último capítulo de minha tese doutoral (Savoia, 2020).

³⁴ Isso implica, para Gramsci, a redefinição da forma, não o abandono, do internacionalismo: ou seja, não a primazia do plano nacional da política, senão fazer do reconhecimento das especificidades nacionais a base para a elaboração, no plano internacional, de linhas estratégicas gerais. Neste aspecto os Cadernos expressam a elaboração teórica da célebre carta de 14 de outubro de 1926, objeto da crítica paralela ao programa das oposições e aos métodos de direção da maioria. Um Gramsci que apelava para a manutenção, na

O que quero enfatizar com esta breve digressão é que a longa e ininterrupta reflexão sobre a crise desse o horizonte da relação entre movimento operário e setores populares não inicia em 1926, com o ensaio sobre a questão meridional, mas o tema-problema que une o Gramsci intelectual militante, o ordinovista e o dirigente de partido. A partir de 1923, porém, Gramsci repensou a questão à luz da derrota da revolução social na Europa, de uma reorganização geral, mundial, do capital e da conquista, e reforma, fascista do Estado. Toda riqueza desta elaboração teórico-política, será reconsiderada (e inovou) nos Cadernos, ou seja, na época de paralela consolidação do novo regime estatal na Itália, viragem da Internacional Comunista em direção a “classe contra classe” e avance dos Estados Unidos na hierarquia mundial dos Estados.

Os Cadernos, portanto, não devem ser lidos como uma primazia política do terreno nacional, mas como uma análise dinâmica de como os processos políticos nacionais podem ser entendidos somente no plano mundial dos processos históricos. Ao centro desta dialítica, o Gramsci do cárcere colocará o “fenômeno sindical” pelo qual entende em suas várias formas, o

Internacional Comunista (IC), da política de frente unida e a revolução como processo mundial desde o reconhecimento da capacidade demonstrada pelas forças conservadoras em frear a radicalização das massas, cuja adesão aos princípios do comunismo já não dependia, ademais, da força de atração exercida pela conquista bolchevique do Estado, mas da percepção da efetiva capacidade deste Estado de transitar em direção ao socialismo. Ou seja, Gramsci defendia o papel dirigente dos bolcheviques indicando, ao mesmo tempo, uma linha contrária aquela que teria dominado na IC com a consolidação do stalinismo (abandono da frente unida e socialismo em um só país) e a qual o PC de I teria se alinhado a partir de 1929. Ver Vacca, 1999.

caráter irreversível da politização das massas como traço essencial da nova época histórica.

Parece ao contrário que a característica mais importante que se deve estudar é a chamada “revolução passiva”, problema que não ressalta claramente porque falta um paralelismo exterior a França de 1789-1815. E, sem dúvida, todos reconhecem que a guerra de 1918 representa uma fratura histórica, no sentido de que toda uma série de questões que, *molecularmente*, se acumulavam antes de 1914, tem se “empilhado”, modificando a estrutura geral do processo precedente: até pensar na importância que assumiu o *fenômeno sindical, término geral em que se somam diversos problemas e processos* de desenvolvimento de distinta importância e significado (parlamentarismo, organização industrial, democracia, liberalismo etc.), mas que objetivamente reflete o fato de que uma nova força social se tem constituído, tem um peso já não desprezível, etc. etc. (GRAMSCI, 2007, C. 15, § 59)³⁵

A busca da novidade histórica desde o caráter de não-reversibilidade, de necessidade, atribuída a emersão do popular como sujeito, e, portanto, a permanência de processos democráticos ainda na época fascista. Considero que é este o horizonte de visibilidade desde o qual se pode ir a originalidade, complexidade e ramificações problemáticas capilares com as quais Gramsci, elaborando o conceito de revolução passiva, não se limita a reflexão sobre a derrota, senão que se interroga acerca de uma série de uma nova relação entre política e

³⁵ Nota de redação única. Os destaques são meus.

sociedade e, portanto, entre o plano nacional e internacional das forças em campo.

Se nos adentramos no fascismo segundo Gramsci isolando a irreversibilidade dos processos democráticos, o acento, ênfase, recai na “revolução” não na “passividade”. Revolução, no entanto, como indica, Gramsci, a necessidade de identificar as novas mediações, as “trincheiras” complexas, sofisticadas, da guerra de posição, a fim de assegurar o comunismo como projeto internacional a capacidade teórico-política de subir — desde o reconhecimento das especificidades nacionais de um só processo de revolução passiva— ao nível mais alto de luta, ao nível decisivo, o nível contemporâneo, o do embate pela direção política das massas subalternas, e em qualidade de uma reforma intelectual e moral, filosófica, não somente das massas, senão do marxismo realmente existente.

Procurei sintetizar alguns dos eixos metodológicos que, desde a renovação do método histórico-político, tem sido definido, e no campo marxista, o implante hermenêutico da investigação acerca do fascismo segundo Gramsci (FROSINOI, 2016). A fim de considerar como o tema-problema do totalitarismo emerge em Gramsci, limitar-me-ei a uma, talvez a central, de suas dimensões.

Por que toda a reflexão gramsciana sobre a revolução toma a forma de uma teoria dos intelectuais, por que crise de pós-guerra, *análise do fascismo*, reconhecimento da história italiana, enquetes sobre a sociedade americana, reflexão sobre a teoria política e reformulação do marxismo, por que todos estes temas são coleta-

dos sobre a única rubrica de uma investigação sobre os intelectuais? (VACCA 1977: 439).³⁶

As ambivalências do totalitarismo

Desde suas origens, Gramsci enfocou o fascismo como um processo histórico e não como uma noção genérica, um esquema ideal, uma generalização sociológica. Razão pela qual a descontinuidade da análise dos Cadernos corresponde a mesma transição do fascismo desde a fase movimentista ao regime estatal, o amadurecimento de uma (re) forma (do) Estado em sua acepção integral.³⁷

Em 1931, ano no qual empreende a reorganização das notas, Gramsci assume a questão política dos intelectuais como eixo organizador de toda sua investigação carcerária. Na nota 236 do Caderno 8, pergunta-se se o fascismo pode considerar-se um “novo liberalismo, nas condições modernas [...] precisamente a foram de ‘revolução passiva’ própria do século XX, assim como o liberalismo foi no século XIX” (GRAMSCI 2007, C. 8, § 236).³⁸ Encontramos na primavera de 1932, o nó crucial da reflexão carcerária.

³⁶Os destaques são meus. Na abertura do Caderno 8, Vacca observa que Gramsci apresenta toda sua investigação sobre o título “Notas dispersas e notas para uma história dos intelectuais italianos” e, no caderno XII, o tema perderá a determinação histórica nacional, o título muda “Apontamentos e notas dispersas para um conjunto de ensaios sobre a história dos intelectuais”.

³⁷ Para um estudo clássico desta evolução, ver Santarelli (1973 [1967], tomo II).

³⁸ Em sua segunda redação, C 10 I, § 9: “Mas nas condições atuais, o movimento correspondente ao liberalismo moderado e conservador, não seria mais precisamente o movimento fascista?”

Vemos-lhe isolar uma operação político-cultural e uma reforma institucional/legislativa: uma mediação intelectual tradicional, alta e relativa a articulação entre massas populares e Estado no plano ético, e outra moderna, característica da intelectualidade média, em relação a classe e no plano dos processos produtivos. Na Itália dos anos trinta: Croce e o corporativismo fascista.

Na “História da Europa”³⁹ Gramsci reconhece uma apologética do liberalismo quem como teoria do devenir histórico, busca fazer valer um programa de revolução passiva (GRAMSCI, 2007, C.8§112). Sinalando o ato de prescindir do “momento no qual se elaboram e se agrupam e se alinham as forças em contraste”, pergunta-se se a historiografia croceana “em sua tendenciosidade, não tem uma função atual imediata” (GRAMSCI, 2007, C. 10 I, § 9). Ou seja, abra a questão da relação política entre o liberalismo conservador e o fascismo. Entre a primeira e a segunda redação da mesma nota, interrogando-se acerca da valia atual do conceito de revolução passiva. Gramsci conjectura que a Itália fascista cumpra a respeito da União Soviética (URSS) um papel de restauração que, por sua vez, qualifica em sentido anti-jacobino.⁴⁰ Ou seja, ele enquadra um possível nexos entre o fascismo e o tradicional anticomunismo croceano no plano de sua própria reflexão em torno ao nacional-popular.

³⁹A monografia croceana foi escrita no início de 1932.

⁴⁰ “Tem um significado atual a concepção de ‘revolução passiva’? Estamos em um período de “restauração-revolução” que se há de estabelecer permanentemente, organizar ideologicamente, exaltar liricamente? Teria a Itália em respeito a URSS a mesma relação que Alemanha [e a Europa] de Kant-Hegel com a França de Robespierre-Napoleão?” (Gramsci <Sumario> C. 10 I, ponto 9°).

No que diz respeito ao corporativismo, a introdução, “por intervenção legislativa do Estado”, de elementos de planificação econômica, Gramsci problematiza-o como relação entre a base movimentista que conforma “as forças de coerção militar e civil” do regime e a capacidade das classes dirigentes tradicionais, independentemente de que tenham sucesso ou não, manter sob seu controle um desenvolvimento econômico-produtivo concordante com as pautas do capitalismo mundial.

No quadro concreto das relações sociais italianas, esta poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as formações industriais mais avançadas de países que monopolizam as matérias primas e tem acumulado capitais imponentes. (GRAMSCI, 2007, C. 10 I, § 9).

Gramsci problematiza o corporativismo não em relação a sua efetiva instauração como racionalização econômica e reforma institucional,⁴¹ mas principalmente a sua dimensão cultural, como retórica, a retórica do regime (GAGLIARDI, 2016). Emerge o distanciamento de Gramsci a respeito, e a polêmica com uma teoria catastrofista da crise,

que tal esquema possa traduzir-se em prática e em que medida e em quais formas, tem um valor relativo: o que importa política e ideologicamente é que pode ter e tem realmente a virtude de

⁴¹ A reestruturação corporativa do Estado não era, e não será plenamente lograda pelo fascismo.

prestar-se a criar um período de espera e de esperanças, especialmente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa dos pequenos burgueses urbanos e rurais. (GRAMSCI, 2007, C. 10 I, § 9)⁴²

Os ideólogos do corporativismo são mediações centrais da forma Estado fascista porque resultam implicados na conformação de uma sociedade não somente produtiva, senão civil, e com caráter de massa.

Dado o corporativismo —no campo económico — e o croceanismo — no ético-político —, conclui Gramsci, a nova época histórica, de revolução passiva, tem no fascismo seu “representante ademais de prático (para Itália), ideológico, para Europa”. (GRAMSCI, 2007, C. 10 I, § 9). Uma última frase, sibilina, índice de toda a densidade conceitual de sua análise. Um aspecto imediatamente transparente é a inserção do fascismo em um processo, mundial, de modernização do Estado em sua aceção integral e que Gramsci investiga como nexos entre corporativismo e croceanismo. Qual nexos e em relação a qual preocupação, tensão, política do mesmo Gramsci?

Colocando-se esta pergunta de investigação, em seu estudo mais recente, Fábio Frosini prossegue

⁴² A respeito da análise do corporativismo como processo de modernização produtiva Gramsci, no Caderno 1, nega a possibilidade, na Itália, de uma verdadeira e própria americanização, a qual necessita de “um ambiente determinado, uma determinada conformação social e um certo tipo de Estado”. (Gramsci 2007, C. 1, § 135). Suas considerações posteriores serão matizadas via a análise do Americanismo como contra-tendência a queda geral da taxa de juros e em relação ao conceito de mercado determinado — até desembocar na sistematização do Caderno monográfico 22.

relacionando notas e cartas do cárcere.⁴³ A atenção prestada ao epistolário permite mostrar a revisitação, por parte de Gramsci, do ensaio de 1926. A inovação dos Cadernos, enfatiza o estudioso, consiste em reexaminar a questão política dos intelectuais à luz da novidade com a qual Gramsci lê seu presente histórico, os anos trinta.

Em 1926:

Os camponeses meridionais se encontram perpetuamente em fermentação, mas, *como massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada* a suas aspirações e a suas necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base campesina os impulsos de sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários, no terreno político, e os grandes intelectuais, no terreno ideológico, centralizam e dominam, em última instância, todo esse conjunto de manifestações. Como é natural, a centralização se verifica com maior eficácia e precisão no campo ideológico. Por isso Giustino Fortunato e Benedetto Croce represen-

⁴³ Nas notas do Caderno 10 que confluem na parte I da edição gerratana, *Pontos de referência para um ensaio sobre Croce* – Gramsci empreende a segunda redação de notas do caderno 8 (§ 225, 227, 233, 236) elaborando os temas de uma série de cartas escritas entre abril e junho de 1932 (transmitidas pela cunhada Tatiana a Sraffa, mediação da comunicação entre Gramsci e Togliatti) e redigidas em resposta ao pedido de compilar uma resenha da “História da Europa” croceana. Para Frosini, as notas tratam de questões políticas que, via cartas, e por razões de censura, podiam ser abordadas somente em forma alusiva, e são fundamentais para um esclarecimento do discurso político empreendido por Gramsci nos Cadernos (Frosini, 2019). Estou retomando somente alguns pontos do ensaio do estudioso, que abarca uma análise detalhada da relação entre a recepção da “História da Europa” pela intelectualidade fascista e as reflexões gramscianas a respeito.

tam as chaves do sistema meridional e, em certo sentido, são as duas figuras máximas *da reação italiana*. (GRAMSCI 1971: 150)⁴⁴

Em 1932, como vimos, Gramsci já não lê o fascismo como reação, senão como revolução passiva. O Croce de 1926, sua função transformista — assimilação na cultura moderada dos intelectuais de referência das classes subalternas — tem atualidade para Gramsci na qualidade de ponto de força para a transição do fascismo em direção a uma nova fase. Uma fase do projeto, de Estado ético-político, sublinha Frosini, capaz de expressar uma nova classe dirigente e diametralmente oposta a uma leitura do fascismo como degeneração, incultura, pragmatismo, atualismo anti-historicista (como oficialmente sustenta o mesmo Croce).

O sentido do antijacobinismo como ponto de encontro entre Croce e o fascismo (e em função anticomunista) condensa-se na última, a mais contundente, das intervenções de Gramsci na primavera de 1932.

a obra de Croce assume um significado imponente depois da guerra, quando parece que o grupo dirigente tradicional não está em condição de assimilar e digerir as novas forças expressas pelos acontecimentos. Mas este grupo dirigente é mais ativo e capaz do que se podia pensar: a absorção é difícil e onerosa, mas se produz apesar de tudo, de muitas formas e com diferentes métodos. A atividade de Croce é uma destas formas e métodos, seu ensino produz, quiçá a maior quantidade de “sucos gástricos” adequados

⁴⁴ Os destaques são meus.

para o trabalho da digestão. Situada numa perspectiva histórica — da história da Itália, naturalmente, a laboriosidade de Croce emerge como a mais poderosa máquina para ‘conformar’ as novas forças a seus interesses vitais (não somente imediatos, senão também futuros) que o grupo dominante hoje possui e que eu creio justamente apreciei, ainda dado certas aparências superficiais. (GRAMSCI,2013: 582-585) ⁴⁵

O Croceanismo, em sua própria qualidade de crítica ao jacobinismo de forma (a uma concepção abstrata da política) abre a possibilidade para o fascismo absorver no Estado, de educar a vida estatal, de formar como classes dirigentes, as mesmas massas — recordemos as origens subversivas e plebeias do fascismo — emergidas no pós-guerra e, naquele momento, ainda indiferenciadas, incapazes de dar-se uma expressão centralizada. “Que o Croce se proponha a educação das classes dirigentes” afirma Gramsci “não me parece possível duvidar-se. No entanto, como efetivamente é reunida sua obra educativa, a que ‘ligas’ ideológicas dá lugar?” O projeto croceano é para Gramsci uma “atividade reformista *desde arriba* que atenua as antíteses e as concilia em uma nova legalidade obtida ‘transformisticamente’” (GRAMSCI, 2007, C. 10 II, § 22), e é a mesma razão da apreciação da intelectualidade fascista, ou pelo menos de uma parte dela, em direção a Croce.

Um fascismo que, por intermediação da alta cultura, transforma, não supera, a sociedade burguesa, e o faz no sentido antiliberal porque antissocialista e, no entanto, este é o ponto central para

⁴⁵ Carta de 6 de junho de 1932

Gramsci, em continuidade/descontinuidade com a mesma tradição liberal-transformista. Uma evolução conservadora, não reacionária: ao fim de prever que estas massas logrem formular a questão da hegemonia na forma cultural alta e organizativa autônoma, o fascismo evita a ruptura jacobina, ou seja, popular-democrática (o jacobinismo de conteúdo) ao preço de sua inclusão, ainda que subalternizada.⁴⁶

Como relacionar este juízo sobre Croce, o grande expoente da intelectualidade liberal, e não só italiana senão europeia, com o corporativismo como processo de modernização econômico-social?

Recordemos o fenômeno sindical na particular acepção que lhe confere o Gramsci dos Cadernos. Refletindo sobre o que uma análise da crise implicaria em termos histórico-políticos, Gramsci enquadra a dimensão institucional como expressão de mutações radicais da sociedade civil.

Parece que o único caminho para buscar a origem da decadência dos regimes parlamentários é este, ou seja, investigar na sociedade civil; e certamente que neste caminho não se pode deixar de estudar o fenômeno sindical; mas uma vez mais, não o fenômeno sindical entendido no seu sentido elementar de associacionismo de todos os grupos sociais e para qualquer fim, senão como aquele típico por excelência, ou seja dos elementos sociais de nova formação, que anteriormente não tinham “vela neste enterro” e que pelo simples fato de unir-se modificam a estrutura política da sociedade.(GRAMSCI,2007, C. 15, § 47)

⁴⁶ Desta maneira se abre “para Gramsci uma dinâmica entre massas, fascismo e liberalismo, na qual os comunistas podem intentar inserir sua própria ação política” (Frosini, 2019: 34).

Tão pronto como no Caderno 1, Gramsci entrou no mérito do corporativismo introduzindo-o como um primeiro intento (fracassado) de reabsorção do conflito de classe, e perguntando-se se na atualidade pode constituir o terreno de uma transformação/modernização dirigida pela mesma classe operária.⁴⁷

[...] apresenta-se a questão: as corporações já existem, elas criam as condições em que as inovações industriais podem ser introduzidas em grande escala, porque os operários não podem opor-se a ela, nem podem lutar para ser eles mesmos os portadores desta transformação. A questão essencial é o *hic* Rodhus da situação italiana: de modo que as corporações se converteriam na forma desta transformação por uma daquelas “*astucias da providencia*” que faz com os homens, ainda que sem querê-lo, obedeçam aos imperativos da história. O ponto essencial é este: pode ocorrer todo isto? (GRAMSCI,2007, C. 1, § 135)

No caderno 10, reforçando o acento na relação entre a obra de Croce e o presente fascista:

Poderia ser uma de tantas manifestações paradoxais da história (*uma astúcia da natureza*, para dizê-lo com Vico) esta pela qual Croce, movido por preocupações determinadas, chegasse

⁴⁷ No C.8 § 236, perguntando-se acerca da relação entre Croce e seu “tratado de revoluções passivas” e o fascismo, Gramsci observa ter aludido a questão em outra nota. A educação Gerratana indica como provável a referência C. 8 § 36. Contudo, a mediação do C.1, § 35, ou seja, o fascismo como absorção da radicalização política da classe sucessiva a 1917, torna transparente a forma na qual Gramsci vai construindo uma relação entre Croce, fascismo e corporativismo.

a contribuir para um fortalecimento do fascismo, proporcionando-lhe indiretamente uma justificativa mental depois de haver contribuído para depurá-lo de algumas características secundárias, de ordem superficialmente romântica. (GRAMSCI, 2007, C. 10 I, § 9)

Por que Gramsci fala de astúcia da história tanto no caso do corporativismo, assim como de Croce? Regressa imediatamente a mente a imagem de uma mudança molecular, de uma mudança de longa temporalidade, no qual Gramsci quer inserir a iniciativa comunista. O nexos entre corporativismo fascista e liberalismo croceano reside numa mesma orientação do poder político, por intermediação intelectual, na direção da emersão das massas, na sociedade civil, na qualidade de sujeitos políticos potencialmente dirigentes e ao fim de prever uma modernização do Estado, já em curso, sob a direção de quem “anteriormente não tinham “pano neste enterro” (GRAMSCI 2007, C. 15, § 47).

O que emerge como central não é simplesmente a integração subordinada, senão a ausência de contraste, para Gramsci, entre a organização sindical de toda a massa operária via o corporativismo (esfera da produção) e a história como restauração necessária segundo Croce (esfera ética) por ser o fascismo como forma política não uma reação antipopular, senão por pretender constituir-se como hegemonia burguesa (civil) sobre novas bases, bases populares, de massa.⁴⁸ A

⁴⁸ A importância da análise do corporativismo para Gramsci (e do papel crucial que este joga no fascismo) surge já no C. 1, § 43, quando o vemos retornar os temas da questão meridional elaborando acerca da diferença entre Norte e Sul como diferença entre

atenção de Gramsci se dirige, em outros termos, a um regime que não pode ignorar a irrupção do popular como fator fazedor de história, e é a partir desta necessidade histórica que Gramsci rele a contradição, a dialética entre forças conservadoras e de revolução, identificando a tensão extrema pela qual é submetido o fascismo por sua natureza de regime totalitário.

Croce tem uma boa maneira de armar-se de sarcasmos, no que diz respeito a igualdade, a fraternidade e exaltar a liberdade —ainda que seja especulativa. Esta será compreendida como igualdade e fraternidade e seus livros aparecerão como a expressão e justificativa implícita de um *constitucionalismo que brota* de todos os poros daquela Itália ‘qu'on ne voit pas’ e que somente *desde dez anos está fazendo sua aprendizagem política*. (GRAMSCI, 2007, C. 10 II, § 22).⁴⁹

A referência temporal é 1922, ou seja, o início da conquista e reforma fascista do Estado, reforma da qual Gramsci ressalta a emersão organizada do que antes era submerso e surgia esporadicamente como subversionismo dos “perpetuamente em fermentação” dos que “como massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada a suas necessidades” (GRAMSCI ,1971

intelectualidade nova e tradicional. “O vínculo entre massa operária e Estado era dado pelos organizadores sindicais e os partidos políticos, isto é, por uma capa intelectual completamente nova (o atual corporativismo, com sua consequência em termos de difusão a escala nacional deste tipo social, em forma mais sistemática e consequente sobre o que poderia fazer o velho sindicalismo, é em certo sentido um instrumento de unidade moral e política)”. É deste papel ético-político desempenhado, em nova forma, pelo corporativismo, que deriva a atenção que Gramsci dedicará, nos cadernos sucessivos, a suas frações e tensões internas.

⁴⁹ Os destaques são meus.

[1926]: 150). A diferença de 1926, o Gramsci de 1932 mira ao presente como constituição do popular como povo-nação, ou seja como formação, por primeira vez na Itália, daquela que era a ameaça, *la jacquerie*, plebéia para os intelectuais tradicionais, em uma massa regimentada, controlada e mobilizada desde arriba, em razão pela qual, no entanto, a mesma reivindicação, intelectual e liberal, da Itália, “que já não gostamos”, o constitucionalismo, pode ser reapropriado desde abaixo e assumir um caráter popular-democrático, jacobino de conteúdo (FROSINI, 2019).

A tensão entre a concepção liberal e a popular da democracia emerge como eixo da questão política dos intelectuais dada a leitura do presente como “revolução passiva”, ou seja, uma vez qualificado o marxismo numa nova, e de todo original, criatividade conceitual. Quais, então, as trincheiras da guerra de posição capazes de reverter a forma subalterna na qual o fascismo vai politicamente e ideologicamente constituindo o popular? Qual a tensão política da reflexão carcerária e portanto o sentido irônico “für ewig”?⁵⁰ A necessidade atual, extrema, impelente, para Gramsci, de intervir nesta aprendizagem política de massa; o Gramsci que amplia o partido de uma questão organizativa- formal em um processo histórico-político, como conformação, ou não, de uma “concepção do mundo unitária e rica de possibilidades por ser expressão de uma classe

⁵⁰ “Recordas do rapidíssimo e muito superficial escrito sobre a Itália meridional e a importância de B. Croce: Pois bem, gostaria de desenvolver amplamente a tese que havia esboçado, desde um ponto de vista ‘desinteressado’, ‘für ewig’” Carta de 19 março de 1927 (Gramsci 2013: 54-58). Tradução da autora.

historicamente essencial” (GRAMSCI, 2007, C. 2, § 75).⁵¹

O que quis enfatizar é que este Gramsci — e o partido segundo Gramsci — não resultaria visível sem entrar no mérito do que ele entende por totalitarismo. Assim como para Gramsci o totalitarismo não é o caráter carismático, irracional, da política por seu caráter de massa, senão sua explicação racional e histórica via a teoria da hegemonia, igualmente o fascismo não é simplesmente mussolinismo, senão um programa estatal que, como política de massa, encarna a forma nova, de época, da politicidade contemporânea.

A crise do Estado liberal tem sido por irrupção democrática e como tal o fascismo é, contudo, um processo pedagógico, de politização das massas, daquele sindicalismo “no qual Gramsci reassume todo o significado aberto durante a guerra” (FROSINI, 2019: 44) e que o regime conseguiu reabsorver e ressurgir na retórica, enfatizando movimentos intelectuais de vanguardas que efetivamente, mesmo com todos seus limites, buscavam “modernizar e tornar a cultura menos retórica e acercá-la ao povo”(GRAMSCI, 2007, C. 3, § 82). Para Gramsci este processo de regressão é, não obstante, um avanço, precisamente porque fez emergir as massas populares do indistinto. “Porém”, enfatiza, “

⁵¹ Nesta nota Gramsci volta a falar de “aprendizagem política” entrando no mérito da crítica ao mussolinismo segundo a leitura carismática do poder em sociedades de massas (Michels). Gramsci aponta o que ainda é, uma historiografia dedicada ao fascismo, a incômoda questão do caráter efetivamente totalitário do fenômeno italiano. “Mussolini se serve do Estado para dominar o partido e do partido para dominar o Estado”. O que emerge é a superação de um planejamento institucionalista, formal, a questão da relação entre partido e Estado nos regimes totalitários.

seria cair numa retórica oposta” ignorando a forma como o fascismo é anti-jacobino.

A concepção abstrata para Gramsci não é o Estado de massa – o estereótipo do totalitarismo segundo a teoria política liberal à tendência elitista – por outro lado pertence ao Estado liberal, assim como tem sido historicamente (na Itália): a abstração na história, a secular latência das massas do Estado como vida política e cultural (a nação) e o sentir tradicional, por parte dos intelectuais, a estranheza do povo. A concepção fascista da política, a diferença da liberal, insiste Frosini, é realista precisamente porque assume, não impede, o enquadramento do popular. Um salto qualitativo que ao mesmo tempo regula a participação das massas na vida pública para evitar esta força – até agora estranha, desconhecida, desorganizada, subversiva – se organize e se subleve como sujeito ético-político em forma autônoma e alta.

Totalitarismo, portanto, e para Gramsci, como transformação, em processo, da separação formal, e como tal efetiva, entre Estado político e sociedade:

O Estado moderno suprime muitas autonomias das classes subalternas, suprime o Estado federação de classes, mas certas formas de vida interna das classes subalternas renascem como partido, sindicato, associação de cultura. A ditadura moderna aboliu também estas formas de autonomia de classe e se esforça para incorporá-las a atividade estatal: ou seja, a centralização de toda a vida nacional em mãos da classe dominante se torna frenética, e absorvente (GRAMSCI, 2007, C. 3, § 18).⁵²

⁵² Frosini articula estas reflexões de Gramsci com sua leitura no cárcere do célebre *Discurso dell'Ascensione*, pronunciado por

Totalitarismo, é dizer, não como eliminação da sociedade civil, mas como sua transformação histórica: um processo de integração radical, de absorção, do privado/civil no público/político. Surge a pergunta: Como regressa, a um nível superior, a contradição moderno-burguesa entre forma social e forma política, ou a democracia como problema histórico para o proletariado, na perspectiva do Gramsci dos Cadernos? Voltamos por um momento a mudança molecular: religião da liberdade croceana e corporativismo fascista são testemunhas, ambos, do marxismo como “reagente acelerador”,⁵³ ou seja, da expansividade cultural da ideologia de um sujeito subordinado no processo — sem garantias predeterminadas- de fazer-se dirigente (PAGGI, 1979: 30-34). A absorção, em forma revisitada, mistificada, e como tal controlada — especulativa e econômico/corporativa — de questões levantadas pela mesma irrupção na história do popular. A expansão cultural ou ético-política é um momento necessário da transição de uma ordem decaída em direção a uma *nova* ordem precisamente porque esta novidade não é a *produção* sem mais, mas como a produção da totalidade do corpo social.

Uma totalidade aberta, uma totalidade atravessada por tensões permanentes.

Mussolini em 1927: “Este Estado se expressa em uma democracia centralizada, organizada, unitária, na qual democracia e povo circulam comodamente, porque, senhores, ou vocês ingressam o povo na fortaleza do Estado, e ele o defenderá; ou ficarão, e ele o atacará”. (MUSSOLINI, 1927).

⁵³ A expressão é própria dos escritos juvenis. O tema reemerge com força nos Cadernos no marco da reflexão gramsciana em torno da dialética entre alta costura e cultura dos subalternos.

O que emerge nos Cadernos, indicava Franco de Felice (1977), é toda complexidade da relação entre produção e revolução na sua acepção anti-determinista e especificamente gramsciana. Gramsci não abandona a concepção geral do Estado em relação a função produtiva das classes dominantes,⁵⁴ ao contrário a reinterpreta, e com isso a mesma entrada em crises, em uma chave histórico-política. De forma aberta, interrogativa, problemática, o Gramsci dos Cadernos vai relendo o “ordinovismo”, a produção como terreno da auto-organização do proletariado em classe dirigente, a luz da alta cultura e suas mediações. Aqui, o sentido, novamente, contra intuitivo, no qual o fascismo como ocasional, como força de conservação, não “faz época” para Gramsci, enquanto o contrário prevalece uma vez enfocado como dimensão totalitária da política, um processo de larga duração com a qual os comunistas teriam que confrontar-se mais adiante da possível queda do fascismo como regime político ditatorial.

Tratando este tema deve excluir-se cuidadosamente toda [mesmo que seja apenas] aparência de apoio as tendências ‘absolutistas’, e isso pode obter-se insistindo no caráter ‘transitório (no sentido de que não marca época, no sentido de ‘pouca duração’) do fenômeno. (A este respeito deve observar-se como que frequência se confunde o “marcar uma época com a escassa duração ‘temporal’; se pode ‘durar’ largo tempo, relativamente, e não ‘marcar época’, as forças de viscosidade de certos regimes são com frequência

⁵⁴ Portanto, no Gramsci segundo os neoliberais, teórico da sociedade civil como cultura que, enquanto tal, se teria desprendido de Marx, senão o Gramsci de, e segundo Marx: “A concepção do Estado segundo a função produtiva das classes sociais não pode ser aplicada mecanicamente” (Gramsci 2007, C. 10 II, § 61).

insuspeitas, especialmente se estas são ‘fortes’ pela debilidade alheia, inclusive procurada. (GRAMSCI,2007, C. 14, § 76).

A forma totalitária da política constitui a superação da velha forma parlamentar liberal, um regresso à qual significaria, na perspectiva de Gramsci, raciocinar abstratamente, a-historicamente, isto é, apelando a uma forma Estado cuja existência na história tem sido definitivamente transtornada pela nova dinâmica hegemônica. A revolução passiva: um processo de modernização do poder cuja especificidade é a superação do Estado/universalidade/homogeneidade abstrata por um Estado político necessariamente ético. Porque entre o processo de subalternização do popular e a expansão hegemônica das classes dirigentes/dominantes existe uma relação de interdependência, porque “os momentos de domínio e da emancipação não podem ser separados, senão que se condicionam reciprocamente” (FROSINI, 2018: 69), o Estado totalitário para Gramsci não passiva o popular no sentido de neutralizá-lo, homogeneizá-lo, anulá-lo em uma massa indiferenciada, mas é o Estado que, como classe, busca dirigir, (com)fomar, a mesma heterogeneidade social, ativa e organizada, do qual depende sua reprodução.

Ou, em outros termos, a politicidade moderna é totalitária porque engloba, recria no seu interior, e necessariamente, os espaços de autonomia do social: o civil. O específico do fenômeno totalitário segundo Gramsci, insistiria, não é a anulação do civil, mas uma sociedade civil permanentemente e politicamente mobilizada, e não simplesmente “desde o alto”, mas precisamente na qualidade de superação da forma radical jacobina de apelação ao povo, ou seja, via sua

arregimentação e contínua subalternização “desde abaixo”.⁵⁵

Ocupação estatal da sociedade, então, no sentido de que, fora do Estado, dada sua conformação totalitária (sinônimo de integral), não há nada politicamente e ideologicamente efetivo para Gramsci. A contradição em forma avançada é a mesma constituição das massas populares como sujeito histórico-político; é o fato de que, como Estado-nação, o popular pode ser tanto o objeto de uma configuração ideológica dirigida, a retórica do povo, assim como a superação desta retórica via a reabsorção progressiva, e molecular, de uma capacidade dirigente nas filas do popular. Poderíamos dizer que a questão democrática, uma vez enfocada como esta tensão, esta contradição, entre o nacional estatal e o nacional popular, pode explodir, para Gramsci, somente atuando desde adentro, reconhecendo as concretas operações político-culturais de uma situação hegemônica (ou em processo de fazer-se hegemônica).⁵⁶

Um fascismo indicado, vimos no início, como “totalitarismo regressivo”, empenhado em prevenir, afirma, que o “totalitarismo progressivo” logre, e necessita dramaticamente para Gramsci,

⁵⁵ Empresa que o fascismo italiano dos anos trinta assumirá radicalmente por meio da frenética expansão de formas do associacionismo de caráter de massa que abarcam praticamente qualquer aspecto da vida social. Ver entre outros Santarelli, cit.

⁵⁶ Portanto, não cabe mais aos comunistas fazer com que o campesinato entre na política, senão “fazer explorar desde adentro a dialética entre inclusão e controle exercido pelo fascismo graças aquele constitucionalismo que a religião croceana da liberdade continua a interpelar”. (Frosini, 2019: 45).

expressar não somente uma nova relação entre economia e política, senão entre política e cultura.⁵⁷

Gramsci, por meio do paralelismo Fascismo-URSS vai precisamente enfocando a ambivalência do fenômeno totalitário enquanto ambivalência da politicidade propriamente contemporânea, a qual emerge como tal somente uma vez enfocada o poder desde o ângulo visual da hegemonia. Este o Gramsci que avançará em direção a de-reificação do capital como processo histórico-político, elaborando o plano mundial, como um só campo de luta hegemônica, donde, por sua vez, vai inserindo sua reflexão acerca da “necessidade” a compreensão histórica, do fascismo.

Enfocando o fascismo como força de conservação, e, portanto, evidenciando seu papel no plano ético, Gramsci procederá paulatinamente a relacioná-lo com as duas forças progressivas, isto é, com as forças que, a diferença do fascismo e seus limites em termos de racionalização produtiva, competem pela direção que a revolução passiva vai tomando como a relação entre política e economia. O americanismo-fordismo como modalidade própria da fração capital avançado, e em relação à qual fascismo constitui a reação “prática” em Itália por intermediação do intento de controle corporativo do conflito de classe. O comunismo

⁵⁷ As notas dedicadas por Gramsci a análise do regime em processo de construção na URSS, seus limites teóricos e político-estratégicos, conformam uma densidade reflexiva muito mais ampla do que a estou apresentando. Limito-me a mencionar o Caderno 11, em particular a nota 12, dedicada a um exame crítico da relação entre o plano quinquenal e a codificação estalinista do “marxismo-leninismo” como regressão corporativa da filosofia da *práxis*. Para uma ampla consideração da questão, ver Frosini (2000), em particular o capítulo IV. Permito-me também mencionar a terceira sessão do capítulo III de minha tese de doutorado (Savoia, 2020).

internacional, e que Gramsci enfoca desde o horizonte interessado, normativo, partidário, de sua teorização. Uma *práxis* que, com o abandono da frente unida no oriente, e, conseqüentemente, da necessidade e possibilidade da revolução no ocidente, regressou ao plano econômico-corporativo da política, incapaz de compreender que a Europa fascista, ou seja, a nova, e alta, cultura, o “novo liberalismo” o novo transformismo, constitui o campo da batalha ideológica decisiva da guerra de posição na época, mundial, de revolução passiva. Uma batalha capaz de enfrentar aos liberais, desde a compreensão de sua transformação histórica, a direção da hegemonia político-civil, ou seja, da reforma intelectual e moral, em processo, do sujeito popular.

Bibliografia

BARIS, T. e GAGLIARDI, A. (2015) Innovazioni e reticenze della storiografia di sinistra nello studio del fascismo. En Vacca, G. (a cura di) La crisi del soggetto. Marxismo e filosofia in Italia negli anni settanta e ottanta. Roma: Carocci editore, pp.: 96-124

DE FELICE, F. (1977) Rivoluzione passiva, fascismo americanismo. In: Gramsci, en Ferri, F. (a cura di) Politica e storia in Gramsci, Atti del convegno internazionale di studi gramsciani, Firenze 9-11 dicembre 1977. Vol. I. Roma: Editori Riuniti-Istituto Gramsci.

FROSINI, F. (2000) La religione dell'uomo moderno. Politica e verità nei «Quaderni del carcere» di Antonio Gramsci. Roma: Carocci.

FROSINI, F. (2016) Il fascismo nei “Quaderni del carcere”. Seminario IGS Italia, 22 enero de 2016. Roma. DOI: <https://uniurb.academia.edu/FabioFrosini>

FROSINI, F. (2018) “Pueblo” y “Guerra de posición” como clave del populismo. Una lectura de los “Cuadernos de la cárcel” de Antonio Gramsci”. Consultable en URL: <https://kmarx.wordpress.com/2018/01/31/pueblo-y-guerra-de-posicion-como-clave-del-populismo/>

FROSINI, F. (2019) Introduzione en Id. (a cura di) «Storia d'Europa» di Benedetto Croce e il fascismo. Milano: Edizioni Unicopli-IGS Italia.

GAGLIARDI, A. (2016) Tra rivoluzione e controrivoluzione. L'interpretazione gramsciana del fascismo. En Laboratoire italien [Online]. DOI: <http://laboratoireitalien.revues.org/1062>

GENTILE, E. (2002). Fascismo. Storia e interpretazione. Bari: Laterza.

GENTILE, E. (2005). La via italiana al totalitarismo. Partido y Estado en el régimen fascista. Buenos Aires: Siglo XXI editores.

GRAMSCI, A. 1971 Note sul problema meridionale e sull'atteggiamento nei suoi confronti dei comunisti, dei socialisti e dei democratici. (1926). En Fubini, E. (a cura di) La costruzione del Partito comunista, 1923-1926. Torino: Einaudi, pp. 137-158. Traducción del italiano al español URL: <http://www.gramsci.org.ar/1922-26/32-cuestion-meridional.htm>

GRAMSCI, A. (1980) Cronache Torinesi 1913-1917. Caprioglio, S. (a cura di). Torino: Einaudi.

GRAMSCI, A. 2007. Quaderni del carcere, Edizione critica dell'Istituto Gramsci. Valentino Gerratana (a cura di). Torino: Einaudi. Primera edición de 1975, reimpresión 2007.

- GRAMSCI, A. (2013) Lettere dal carcere 1926-1937. Santucci, A. (a cura di). Palermo: Sellerio.
- LIGUORI, G. (2012) Gramsci conteso. Interpretazioni, dibattiti e polemiche 1922-2012. Roma: Editori Riuniti.
- MUSSOLINI, B. (1927). Discorso dell'Ascensione. Il regime Fascista per la grandezza d'Italia. Pronunciato il 26 maggio 1927 alla Camera dei deputati. URL: <http://www.adamoli.org/benito-mussolini/pag0402-03.htm>
- PAGGI, L. (1979) Antonio Gramsci e il moderno principe. Roma: Editori Riuniti.
- SANTARELLI, E. 1973 Storia del fascismo. La dittatura capitalista. Tomo II. Roma: Editori Riuniti.
- SAVOIA, F. (2020). Los Cuadernos antes de la cárcel. URL: <https://unam1.academia.edu/FSavoia>
- TRAVERSO, E. (2001). El totalitarismo. Historia de un debate. Buenos Aires: Eudeba.
- VACCA, G. (1977) La 'questione politica degli intellettuali' e la teoria marxista dello Stato nel pensiero di Gramsci, in Ferri, F. (a cura di). Politica e storia in Gramsci, Atti del convegno internazionale di studi gramsciani, Firenze 9-11 dicembre 1977. Roma: Editori Riuniti-Istituto Gramsci. Vol. I.
- VACCA, G. (1999) Introduzione a Daniele, C. (a cura di). Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca. Il carteggio del 1926. Torino: Einaudi-Gli Struzzi.
- VACCA, G. (2004) La lezione del fascismo. In Togliatti, P. Sul fascismo. Roma: Laterza.

VOZA, P. (2009) Rivoluzione passiva en Liguori, G. Voza, P. Dizionario Gramsciano. Roma: Carocci, pp. 724-28.

Fascismo ou autoritarismo?

O processo de fascistização no Brasil

Joana A. Coutinho

El fascismo, es el castigo que cae sobre
el proletariado por no haber continuado
la Revolución que empezó en Rusia
(Clara Zektin, 1923)

Introdução

Os estudos e debates sobre o fascismo suscitam algumas questões importantes: a) se o movimento de extrema-direita que cresce globalmente, e, em particular no Brasil, podem ser caracterizados como “fascismo”? b) podemos pensar o fascismo como uma ideologia e, portanto, com capacidade para se reproduzir não como uma repetição do passado, mas enquanto recurso político-ideológico em momentos de crise? Ao tratarmos do fascismo como uma ideologia nos faz necessário dizer que o fascismo de hoje não guarda “todas” as semelhanças com o fascismo do passado, os exemplos clássicos como o da Itália e Alemanha, a sua característica afinal, não é nada nacionalista. Ao contrário, não é anti-imperialista, é o que poderíamos chamar de “fascismo neoliberal”: é a vitória do capitalismo globalizado (BADIOU, 2017). Ou seja, ao mesmo tempo que avança no desmantelamento das políticas sociais, obedecendo a pauta de uma globalização excludente,

imperialista, conclama no nível do discurso interno, um nacionalismo barroco, xenófobo e, por vezes, desconectado da realidade. Alain Badiou, arrisca a dizer que estamos numa era em que o “fascismo democrático” vigora. O que parece ser uma contradição incontornável. Não rompe com uma certa “normalidade” do jogo democrático, como as eleições, por exemplo. Mas ao mesmo tempo, joga com uma “irracionalidade”, despoja de uma linguagem simples, direta, por vezes, grotesca. Badiou enxerga esses elementos na figura do Donald Trump, nos Estados Unidos, e no Brasil, de forma mimética, enxergamos na figura do Jair Messias Bolsonaro: “machista, racista, violento e sem nenhuma consideração pela lógica e pela racionalidade ”. Alguns cuidados são necessários na análise para não confundirmos o “fascismo” como uma simplificação do “autoritarismo” ou das ditaduras militares, comuns na América Latina nos anos 1970 , embora as ditaduras latino-americanas, como afirma Florestan Fernandes, carreguem os genes do fascismo. Para ele, o fascismo na América Latina, persiste ora de forma difusa, ora como uma força política organizada. Cabe, não confundir como um subproduto de estruturas de poder arcaicas, que mesmo modernizando as relações, mantém as estruturas de poder— como um casamento com as oligarquias—, uma espécie de “modernização conservadora”. Regimes claramente fascistas foram descritos como “autoritários” ou como “ditaduras funcionais”. O resultado é que uma forma de fascismo sem um “refinamento ideológico” e com “menor orquestração de massa” ou mesmo sem todo o aparato sofisticado de comunicação de massas e que se “baseia fundamentalmente na monopolização de classe do poder estatal e em uma modalidade de totalitarismo de classe”, tenha

sido desdenhado sociologicamente. Florestan Fernandes, a bem dizer, traça o que Badiou vai classificar como “fascismo democrático”. O fascismo não é uma “anomalia na evolução do capitalismo”, ao contrário, é assimilado pelos regimes que “o venceram e lhe sucederam”. O fascismo deve ser compreendido como um fenômeno novo do domínio de classe, como afirma Gramsci (1979) e só faz sentido, se o pensamos associado a luta de classes, nas palavras de José Carlos Mariátegui, é “um instrumento de guerra” que só pode agir pelo meio da violência. Qual é a base do fascismo? Para Gramsci, o fascismo cresce no meio da pequena burguesia urbana, — e dos proprietários de terras. —, essa pequena burguesia que vê sua importância diminuída no campo da produção e com o desenvolvimento da grande indústria e do capitalismo financeiro. Ela se converte em “pura clase política y se especializa en el cretinismo parlamentario”. O cenário é das massas populares que tomam a cena política, nas palavras de Gramsci (1979, p. 68)

Las masas populares se convencen de que el único instrumento de control y de oposición a los arbitrios del poder administrativo es la acción directa, es la presión desde el exterior. La semana roja¹² de junio de 1914, contra la destrucción, es la primera y grandiosa intervención de las masas populares en la escena política, para oponerse directamente a los arbitrios del poder, para ejercer realmente la soberanía popular, que ya no encuentra ninguna expresión en la cámara representativa: puede decirse que en junio de 1914 el parlamentarismo entró, en Italia, en la vía de su disolución orgánica y, con el parlamentarismo, la función política de la pequeña burguesía.

Esse “cretinismo parlamentar” que demonstra a decomposição dessa classe, que se submeteu ao poder pela corrupção e que muda a forma de sua “prestação de serviços e se volta antiparlamentar”. Gramsci descreve como o fascismo causa a instabilidade do Estado porque não corrompe somente a instituição parlamentar mas segue corrompendo as instituições que são fundamentais ao Estado: o exército, a polícia, a magistratura (GRAMSCI, 1979, p.70). Corrompido o parlamento, trata agora de “corromper la calle”. O papel da pequena burguesia no desenvolvimento do “fascismo”, mostra na realidade sua verdadeira natureza “de escrava do capitalismo e da propriedade latifundiária e de agente da contrarrevolução” Um outro elemento nada desprezível é o uso da violência privada.

A questão da hegemonia

Para melhor compreensão dessas questões as contribuições de Gramsci, e também de Poulantzas, sobre o conceito de hegemonia e de crise são preciosas para entender o surgimento do fascismo, no passado e no presente. No caso brasileiro, atual, acreditamos que teve uma crise de hegemonia da classe dominante, sem que as classes dominadas, os trabalhadores organizados, tenham avançado para a construção de uma hegemonia que pudesse plantear a questão da correlação de forças entre as classes sociais.

Gramsci, no Caderno XIII, faz uma observação distinguindo a “Grande Política da “Pequena Política”. A grande política diz ele: “comprende las cuestiones vinculadas con la fundación de nuevos Estados, con la lucha para la destrucción, la defensa, la conservación de determinadas estructuras orgánicas económico-sociales” (GRAMSCI, 1986, p.20). E a pequena política diz respeito a “las cuestiones parciales y cotidianas que se

plantean en el interior de una estructura ya establecida por las luchas de preeminencia entre las diversas facciones de una misma clase política” (idem). A tendência é tratar de excluir a “gran política” do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política. O Estado, é concebido como um organismo da classe, do grupo, e seu objetivo é criar as condições favoráveis para a sua expansão. Mas estas expansões são apresentadas como “la fuerza motriz de una expansión universal, de un desarrollo de todas las energías “nacionales” (GRAMSCI, 1986, p.27). A ideia central é que a vida estatal é concebida como um “continuo formarse y superarse de equilibrios inestables (...) entre los intereses del grupo fundamental y de los grupos subordinados, equilibrios en los que los interés del grupo dominante prevalecen”.

Por conseguinte, obter a hegemonia significa obter do conjunto da sociedade (sociedade civil e sociedade política-Estado) o aval para a condução da vida social, cultural, e política de uma sociedade. A relação de forças no interior dessa sociedade é importante para podermos compreender as dinâmicas das formações sociais distintas e a forma como se organizam. O problema das relações entre estrutura e superestrutura exige uma análise correta das relações de forças que operam na história de um determinado período e determinar sua relação (Gramsci, 1986,p.27) “Hay que moverse en el ámbito de dos principios: el de que ninguna sociedad se impone tareas para cuya solución no existan.

A crise de hegemonia está associada a crise de autoridade, um elemento particular da crise “orgânica” do Estado liberal. Aqui introduz um aspecto importante para a nossa análise: o aspecto ideológico do domínio de

classe. No Caderno 13, nota 23, Gramsci descreve que em um certo momento de sua vida histórica os grupos sociais se separam dos partidos tradicionais, não reconhecem essa forma de organização, nem os homens que os constituem, como expressão de sua classe ou fração de classe. Quando isso ocorre, resulta numa situação delicada e “perigosa”, porque o campo “queda abierto a soluciones de fuerza, a la actividad de potencias oscuras representadas por los hombres providenciales os carismáticos”. As crises criam situações perigosas, porque as classes trabalhadoras não possuem a mesma capacidade para orientarem-se e se reorganizarem no mesmo ritmo que a classe tradicional dirigente, que além disso conta com o corpo burocrático do Estado: “numeroso personal adestrado, cambia hombres y programas y reabsorbe el control que se le estaba escapando con celeridad mayor que la que poseen las clases subalternas” (GRAMSCI, C.23§ 27). Está instalada a crise: a classe dirigente já não é mais capaz de forjar o consenso entre as massas. A crise de “autoridade”, é a crise de hegemonia ou a crise do Estado no seu conjunto; a classe dominante perde o consenso, mas não perde a autoridade. Não é mais a classe dirigente, mas segue sendo a classe dominante.

Ainda que a concepção de hegemonia em Poulantzas seja um tanto distinta da que plantea Gramsci (principalmente nos primeiros escritos de Poulantzas) porque nega a hipótese de que uma classe possa ser hegemônica (dirigente) antes de ser dominante e o conceito de hegemonia em Gramsci pode ser entendido como um processo e não como um conceito ambíguo (SECCO, 2006), as categorias planteadas por Poulantzas da burguesia e sua divisão em frações : compradora , nacional e interna são categorias impor-

tantes para melhor compreendermos, nas nossas formações sociais, como essas frações de classe se movimentam na atual fase do capitalismo. Por burguesia nacional se compreende a fração autóctona que a partir das contradições com o capital imperialista estrangeiro ocupa na estrutura ideológica e política um “um lugar relativamente autônomo”. Este lugar que confere a burguesia nacional, está suscetível “em determinadas situações a incorporarem uma luta anti-imperialista e de libertação nacional”, sujeita, ainda a estabelecer alianças com as massas populares. Por outro lado, a burguesia compradora é a fração burguesa que não tem base para acumulação de capital, ela atua como intermediária. A burguesia interna coexiste com setores compradores e não tem as características estruturais da burguesia nacional. Ao contrário está fortemente vinculada de forma dependente com os processos de divisão internacional do trabalho e concentração internacional do capital sobre o domínio do capital estadunidense. Importante salientar que para Poulantzas, a relação entre o estado capitalista e as classes ou frações dominantes trabalha no sentido de construir uma unidade política sob a direção de uma classe ou fração de classe hegemônica. Essa classe ou fração polariza os interesses específicos e contraditórios das distintas classes constituindo seus interesses econômicos em interesses políticos e representando esses interesses como o interesse geral (POULANTZAS, 1977).

No caso do Brasil, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2015), principalmente o período governado por Lula da Silva (2003-2010) houve uma tentativa de promoção dessa fração de classe “burguesia nacional”, ou pelo menos uma melhor

posição dentro do bloco no poder. O projeto “neodesenvolvimentista”, está inserido nessa lógica. A equação não se daria de forma tão simples: essa fração de classe que podia crescer a nível nacional e internacional, estava em desacordo com os interesses das outras frações de classes. O bloco governante, no Brasil, conforme (Boito,2018) “compreende inumeráveis frações burguesas rivais, algumas delas organizadas como forças sociais e em condições de disputar hegemonia” (p.226). A disputa entre a “a grande burguesia interna e a burguesia associada é a principal disputa dentro do bloco no poder desde o início dos governos de coalizão liderados pelo PT” (p.227). A tese é que o governo de coalizão dada a conjuntura interna e externa, já não pode manter nenhum consenso que lhe permita governar. A classe média, regida por interesses privados e a disputa dos meios de comunicação (especialmente a televisão) intensificou a disputa em torno das eleições de 2014, com a então, candidata, Dilma Rouseff, que culmina, dois anos depois, em um Golpe de Estado. O governo do PT já não podia servir plenamente aos interesses da burguesia financeira. A destituição da presidente, por meio de um “impeachment”, resultava na necessidade de acelerar as reformas neoliberais. A disputa que se trava em 2018, está em torno de um candidato mais apetecível as frações burguesas no poder, para manter sua hegemonia, para isso, é necessário manter o principal candidato do PT (Lula da Silva) alijado das urnas. Não podem apresentar um candidato que dialogue com as massas; é nesse terreno que cresce a candidatura de um capitão reformado, com um discurso apolítico, antissistema. Ou seja, a burguesia na falta de um candidato mais palatável, não

exita em abraçar um candidato declaradamente com ímpetos fascistas.

É no meio de uma crise política (e econômica) que avança o conservadorismo, grupos de extrema direita na sociedade, o que estou chamando de processo de fascistização

Para compreender o fascismo como uma questão teórica e ideológica

Poulantzas pontua que em uma formação social capitalista, onde a burguesia está dividida em frações de classes o terreno da dominação política é ocupado não somente por uma classe ou fração. O processo de “fascização” precisa ser compreendido num quadro de exacerbação das “contradições internas” do bloco no poder e esta manifesta-se tanto no plano político como no plano ideológico, e como Gramsci já advertia, repercute numa crise de representação partidária e na crise ideológica profunda, que provoca uma ruptura entre “representantes e representados”, reflete no organismo do Estado (GRAMSCI, 1979; POULANTZAS, 1978). O início do processo de fascização corresponde, portanto, a uma radicalização dos partidos burgueses em direção a forma de Estado de exceção. Como neste processo a forma “democrático-parlamentar” de Estado se mantém na aparência, intacto, as relações entre as classes e frações dominantes e o aparato estatal já não se estabelece pelos canais dos partidos políticos. Poulantzas fala de uma crise da ideologia dominante que permite a ascensão do fascismo, mas não somente dela, uma crise ideológica generalizada que atinge também as massas (POULANTZAS, 1978). O processo de fascisização comporta 04 etapas: a) do início ao ponto de irreversibilidade. Neste momento não tem constituído um partido fascista; existe no entanto, sua forma

embrionária de grupos armados, apoiado por frações da classe dominante; b) período que vai do ponto de irreversibilidade até ao ponto de estabelecimento do fascismo no poder; c) primeiro período do fascismo no poder. Instala-se a política do fascismo para o estabelecimento da hegemonia do grande capital monopolista. Consolida-se de maneira dissimulada em comparação as outras classes e frações no poder. O fascismo é obrigado mesmo contra sua vontade a fazer concessões às massas populares, mas isso não impede a eliminação da vanguarda e das organizações dos trabalhadores; d) período de estabilização do fascismo. A fração do grande capital monopolista estabelece sua hegemonia e chega ao estatuto de classe dirigente. Ou seja, a classe dominante ou a fração hegemônica no bloco no poder pode não estar na cena política.

Florestan Fernandes, em Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo, demonstra como nossa formação social levou a constituição, em três etapas, de um Estado autocrático e heterogêneo. A etapa democrática surge como uma contrapartida necessária de uma oligarquia perfeita. Os oponentes reais são desqualificados ou neutralizados; a maioria não tem influência concreta e cresce setores que suportam e legitimam a ditadura de classes aberta e seu Estado. É uma democracia restrita ou como alguns autores pontuam, uma democracia de baixa intensidade. A etapa autoritária. Essa aparece como a conexão inevitável de uma política econômica de linha dura e a incorporação e implantação de um novo padrão de acumulação capitalista; a expansão de grande corporação pública estrangeira e nacional que culmina, igualmente com a transferência de recursos materiais e humanos e a necessidade de criação de uma nova infraestrutura. E,

por fim, a etapa fascista. Nesse caso, nasce da necessidade ultra repressiva e da institucionalização da opressão sistemática. A função principal é a fragmentação do movimento operário e sindical, e a neutralização de qualquer protesto popular. Esta face se encontra estrutural e historicamente na contradição entre uma constituição “democrática” e os atos institucionais. Florestan Fernandes, faz uma distinção clara do fascismo ou genes do fascismo na nossa estrutura, do autoritarismo propriamente dito, embora na América Latina, o fascismo pressupõe uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes e da repressão política por parte do Estado mais do que o doutrinamento e movimentos de massas. Por ser essencialmente contrarrevolucionário, emprega a guerra civil (real ou potencial) em dois níveis distintos: 1) contra a democratização como processo social de mudança estrutural; 2) contra todos os movimentos sociais, qualificados como revolucionários para impedir qualquer ameaça contra a ordem estabelecida (FERNANDES, 1971, p. 18). A fascização se concretiza na medida em que o uso do espaço público se organiza e dirige segundo uma concepção totalitária do uso do poder. A dizer:

um totalitarismo de classe produz seu próprio tipo de fascismo, que é difuso, (não sistemático), é fluido (não concentrado). Um fascismo que tem seu nexos especificamente político dentro do Estado e do governo, mas que impregna socialmente todas as estruturas de poder dentro da sociedade.

É necessário, quando falamos de um processo de fascização que atinge a sociedade, pensar o fascismo como ideologia.

Ideologia fascista

A ideologia fascista, não é coesa ou homogênea, ao contrário é formada por elementos heterogêneos, ela é o “instrumento criado para manter ligados esses elementos” (TOGALITTI,1978, p.9). Assim, como o próprio fascismo não deve ser definitivamente caracterizado, segundo o autor, devemos considerá-lo como “em desenvolvimento, nunca fixo, nunca como um esquema, um modelo, mas como consequências de uma série de relações econômicas e políticas e os resultantes dos fatores reais, de situação econômica da luta das massas”.

O fascismo na América Latina, persistiu ora como uma ideologia difusa, ora como uma força política organizada. Como alerta Florestan Fernandes (1971, p.18), não se trata de um mero produto ou subproduto de estruturas de poder arcaicas, o fascismo é uma força moderna, deve ser lido como um desdobramento da interferência das potências capitalistas hegemônicas, com a pretensão de garantir a estabilidade política. A relação com o “arcaico”, está em que essa “evolução coincide com os interesses conservadores reacionários e contra revolucionários de burguesias relativamente impotentes, que preferem a capitulação política ao imperialismo a lutar por bandeiras clássicas de um nacionalismo burguês revolucionário.

Partimos da premissa que se desencadeou no Brasil, desde 2015 um movimento de massas reacionário que abrigou parte da classe média, da pequena

burguesia e setores populares, principalmente aqueles que desencantados com o desemprego, encontraram alentos nas igrejas chamadas neopentecostais, com forte discurso tradicional, conservadores e reacionários, os seguidores do bolsonarismo. Autores como Armando Boito, entre outros, vão nominar esse movimento como “neofascismo”. Uma espécie de fascismo do século XXI. Assim, como no século XX vimos surgir vários fascismos, com características particulares como o nazismo (Adolf Hitler, na Alemanha) o franquismo (Francisco Franco, na Espanha) o salazarismo (Antonio Salazar, em Portugal). Assim, o bolsonarismo “é o fascismo brasileiro do século XXI”

A diferença entre o fascismo clássico e o “neofascismo brasileiro” segundo Armando Boito está na existência de um alinhamento dos setores da burguesia ligados ao capital estrangeiro, criando o que chamamos de um fascismo neoliberal. As semelhanças desse movimento com o fascismo clássico está: a) mobilização reacionária das camadas intermediárias da sociedade capitalista — classe média e pequenos proprietários (pequena burguesia); b) a tentativa de eliminação da Esquerda do processo político; no Brasil trata de eliminar o reformismo burguês com base popular desorganizada; c) ideologia conservadora (a defesa da família tradicional, o homofobismo e a misoginia); d) anticomunismo explícito; e) culto a violência; discurso anticorrupção — embora seja nesse caso, corrupto—; f) politização do racismo e machismo; g) mobilização de base — Organização pelas redes sociais, principalmente por plataformas como facebook e WhatsApp; h) politização da religião, principalmente os neopentecostais e a ala neopentecostal da Igreja Católica. O fascismo brasileiro é um movimento reacionário de

massa com predomínio da classe média que se volta principalmente contra o reformismo burguês com base popular e chega ao poder cooptado pelo capital financeiro internacional. Ele é um fascismo neoliberal (BOITO, 2020).

Conclusão

Florestan Fernandes (1971) adverte sabidamente que o uso de conceitos derrisórios como “subfascismo”, “protofascismo”, não mudam a realidade que temos que lidar. E a negação de um movimento, ou de um fenômeno como o que estamos vivendo pela ausência de uma elaboração mais refinada, ideológica, do movimento ou sua organização na forma de Partido ou associações controladas pelo partido e regulados pelo Estado, ou uma liderança carismática “nacionalista ou do caráter sagrado do patriotismo”, não é indicativo de ausência de fascismo. Antes, demonstra uma evidência histórico-cultural de uma forma particular de fascismo “no qual seus requisitos de fascistização das estruturas de poder do Estado e do governo” não necessitam de uma intensa elaboração ideológica nem tecnológica organizada, próprias. O caráter fascista das ações e processos políticos não se funda

somente na contradição entre o uso institucionalizado da violência para negar os direitos e garantias sociais estabelecidos e as imposições “universais” da ordem legal, mas na existência de uma ordem constitucional que é menos que simbólica, ou virtual, pois só tem validade para a autodefesa, o fortalecimento e a predominância dos “mais

iguais” (privilegiados) (FERNANDES, 1971, p.21).

Palmiro Togliatti (1978) corrobora essa tese ao afirmar que o fascismo pode ter formas diferentes nos países, porque o seu desenvolvimento está ligado as contradições internas que alcança tal ponto que a burguesia é obrigada a liquidar as democracias.

É com este olhar crítico que podemos entender o fascismo atual. Alain Badiou analisa que estamos vivendo a forma mais brutal do capitalismo globalizado. Talvez não tão perceptível no Ocidente, mas, basta desviarmos nossos olhares para a África ou Oriente Médio, para vermos desvelar o retorno ao que é a essência do capitalismo: a conquista selvagem pela dominação. Essa brutalidade e violência do capitalismo contemporâneo, provoca o destiamento, ou decomposição, das oligarquias e partidos políticos clássicos e gera igualmente uma grande frustração popular: um sentimento de desordem principalmente nos mais pobres, os camponeses, os desempregados. Dito de outra maneira, aqueles que são tratados com a brutalidade do “capitalismo contemporâneo”, são reduzidos a nada. E, por fim, a ausência de qualquer estratégia alternativa que aponte para além dos protestos conhecidos, É a ausência de uma ideia que permita a “possibilidade de unificação, unificação global de todas as formas de resistência e invenção”.

O grande desafio consiste em impedir a investida fascizante. Tomar as ruas das hostes fascistas, para que o fascismo não se instale como regime político. A citação de Gramsci (1977, p.139) é bem oportuna: “não organizar o processo (de combate ao fascismo) significa deixar uma ferida sempre aberta, com a possibilidade de

uma “oposição moral” bem mais importante e eficaz, em determinadas ocasiões do que qualquer oposição política”. Gramsci, fala de uma reforma moral e intelectual que cria as condições para um desenvolvimento de uma “voluntad colectiva nacional-popular”. Uma reforma intelectual e moral que não

puede dejar de estar ligada a un programa de reforma económica, incluso el programa de reforma económica es precisamente el modo concreto en que se presenta toda reforma intelectual y mural. El moderno Príncipe, desarrollándose, trastorna todo el sistema de relaciones intelectuales y morales en cuanto que su desarrollo significa precisamente que todo acto es concebido como útil o dañino, como virtuoso o perverso, sólo en cuanto que tiene como punto de referencia al moderno Príncipe mismo y sirve para incrementar su poder o para obstaculizarlo. El Príncipe toma el lugar, en las conciencias, de la divinidad o del imperativo categórico, se convierte en la base de un laicismo moderno y de una completa laicización de toda la vida y de todas las relaciones habituales (GRAMSCI, 1999,p.17-18).

São muitos os desafios que a realidade nos impõe, estudar as relações sociais, a conjuntura que propiciou, o avanço do conservadorismo, e a “fascistização” de parte da sociedade, a ofensiva do imperialismo e as alternativas para o enfrentamento é fundamental para poder enfrentá-los e superá-los. As análises que Gramsci faz a partir da realidade da Itália, mas cuja relação não se pode entender perfeitamente se não olharmos para as relações “internacionais” são ainda, atualíssimas. Longe de qualquer analogia,

impossível no tempo e no espaço, nos permite a partir da nossa realidade, das nossas formações sociais, compreender como essas relações se constroem e como a tarefa continua monumental. Aqui, é importante a análise que Gramsci propicia da cultura e da educação. Rompe nesse sentido com uma visão “economicista”, mas enxerga na classe e na luta de classes esse complexo elemento da cultura. Como fazer a reforma cultural e moral, não é possível sem a participação das classes populares, e claro, do Partido Político capaz de organizá-las, esse moderno Príncipe, cujo principal objetivo seja a “laicização

Bibliografia

BERNARDO, João (2015). Labirintos do Fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta. Porto: Afrontamentos, pp.1481.

BOITO, Armando (2020). Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica marxista* 50. Campinas: Unicamp.

BOITO, Armando (2018). Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. São Paulo: UNESP, pp. 331.

FERNANDES, Florestan (1971). Notas sobre o fascismo na América Latina. In: *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.

GRAMSCI, Antonio. Cuadernos de la Cárcel.(1932-1934). Notas breves sobre la política de Maquiavelo. Tomo V. Cuaderno XIII

GRAMSCI, Antonio (1979). Sobre el fascismo. México: Esra, pp.298.

GRAMSCI, Antonio (1977). Escritos Políticos. Volume III. Lisboa: Seara Nova, p. 375.

MARIÁTEGUI, José Carlos (2008). As origens do fascismo. São Paulo: Alameda. p. 288.

POULANTZAS, Nicos (1972). Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo. Porto: Portucalense, pp. 287.

POULANTZAS, Nicos (1974). As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro: Zahar, p.363.

TOGLIATTI, Palmiro (1978). Licções sobre o fascismo. São Paulo: Ciências Humanas, p. 137.

SECCO, Lincoln (2006). Gramsci e a revolução. São Paulo: Alameda, p.239.

Desfazendo o Estado: prefigurações do político em tempos de colapso¹

Márgara Millán²

Daniel Inclán³

O Estado nacional tem sido o empreendimento histórico por meio do qual a vida social do ser humano moderno foi organizada. Não há nenhuma característica do comportamento civilizado moderno que não se refira mais ou menos diretamente à sua existência. Por isso, sua crise atual deve ser vista como o momento central da crise da modernidade como um todo. Não é inútil voltar às questões mais básicas a seu respeito: qual tem sido a necessidade de existir algo como um Estado nacional? O que está acontecendo atualmente com essa necessidade? É uma necessidade que persiste apesar de tudo, embora de forma diferente da tradicional? (Bolívar Echeverría, a nação pós-nacional).

¹ Tradução de Lucio Oliver Costilla

² Doutora em Antropologia, professora C em tempo integral da Universidade Nacional Autônoma do México, professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos e da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais.

³ Doutor em Estudos Latino-Americanos, Pesquisador em tempo integral na Universidade Nacional Autônoma do México, lecionando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos.

A magia do estado

Dentro da modernidade capitalista houve um conjunto de ideias sobre a vida coletiva que parecem inquestionáveis, no máximo podem ser pensadas como processos perfectíveis ou reapropriados por meio de seus adjetivos. Entre outros, destacam-se: liberdade (como fenômeno abstrato e protegido pelas instituições); justiça (como processo automático que resulta da eficácia das formas jurídicas); lei e direito (como critérios supremos de socialização); autoridade (como garantia de ordem e estabilidade); razão (como forma universal de produzir conhecimento); ciência (modelo único e evoluído de conhecimento); progresso (como melhoria irrefreável das condições de vida); segurança e paz (como condições salvaguardadas por um poder externo à vida cotidiana); nação (como ficção da unidade das diferenças); democracia representativa (como forma perfeita de governo); estado (como uma forma de organização em que todas as atividades coletivas e individuais são realizadas em uma ordem territorial).

O estado é a fórmula que concentra a maior parte das ideias-força da modernidade realmente existente, é a *soma* da realização das promessas das vidas sob o capitalismo. Seu resultado não é automático. O estado “não está na modernidade, mas um momento contraditório imanente do sistema de produção de mercadorias [...] O estado moderno é o parêntese institucional da riqueza nacional abstrata, para cuja acumulação sem propósito assumiu todas as necessidades e impulsos humanos em uma única vontade. para eles” (KURZ, 2016 p.95). Nele há choques de forças sociais que lhe dão forma e direção, que servem para

manter viva e dinâmica a trajetória contingente do capitalismo.

O estado moderno é o resultado de um processo social, que se inicia com a conquista e invenção da América, a partir da qual a Europa se reinventa, até o ponto de organizar novas instituições e relações entre as regiões para definir a participação e o controle estratégico do sistema mundo em processo de criação.

Neste nível elementar, a identidade humana proposta pela modernidade "realmente existente" consiste no conjunto de características que constituem um tipo de ser humano que foi construído para satisfazer o "espírito do capitalismo" e internalizar plenamente o pedido de comportamento que o acompanha. isto. [...] O traço identitário-civilizador se consolida, na história real, de forma casual ou arbitrária [...] Ao longo de três séculos (dos séculos XV ao XVIII), esse acaso ou arbitrariedade aos poucos se tornou uma necessidade e passou a ser co-determinante à identidade moderna do ser humano como identidade civilizadora capitalista, em sua variante puritana ou "realista" (ECHEVERRÍA, 2010a p. 60-61).

O processo de formação do estado moderno tem dois eventos que o tornam totalmente capitalista: a conhecida Paz de Vestefália de 1648 e a Paz de Augsburg ou paz das religiões de 1555 (primeiro processo de pacificação da nova economia planetária). Esses dois eventos definem as condições gerais do estado capitalista: controle soberano de um território; gestão das populações que habitam aquele território; a concentração da violência para administrar o território e as populações; a construção da "nação do estado" e sua identidade cultural (através da língua, educação,

imprensa e religião); a definição seletiva de cidadania; a construção de instituições e burocracias para "mediar" as necessidades das pessoas; a criação de diplomacias para garantir a coexistência entre os Estados; a divisão de poderes.

O estado moderno administra a produção, a circulação do dinheiro e das mercadorias, definindo assim os critérios modernos do mercado e sua expansão civilizatória. O Estado é a outra face da moeda do *homo economicus* (o ser social que experimenta a carência em abundância e aprende a praticar a arte da insuficiência (VOLG, 2015; ECHEVERRÍA, 2010b): é “o aparelho” desta nova forma de a aparente oposição do Estado aos interesses egoístas e passionais das pessoas, deve ser vista como uma relação de co-determinação. Tanto o estado moderno quanto o mercado nascem sob a imagem do equilíbrio: o mercado equilibra a concorrência, o estado equilibra as forças sociais (políticas e civis); ambos são meios e fins das relações capitalistas. O equilíbrio combinado, do mercado e do Estado, se expressa em uma cadeia de processos: a tríade trabalho-dinheiro (capital)-mercadoria., e o produtivismo que implicam; o estado surge como a "empresa" que garante essa relação. O trabalho (assalariado) passa a ser o princípio civilizador indiscutível, é a questão do valor, do acesso ao dinheiro e da possibilidade de viver no mundo das mercadorias.

O equilíbrio não é alcançado de forma pacífica, basicamente, todos os estados modernos são o resultado de uma transformação de ações criminosas em situações legalizadas e legitimadas (TILLY, 2007). A melhor expressão disso é a paz capitalista dentro de certos estados e a guerra externa nas colônias ou pós-colônias. Também nos estados metropolitanos ocorrem crimes

manifestos que os tornam possíveis: homicídios de mulheres (FEDERICI, 2011); cercos de terra e massas de camponeses (POLANYI, 2017); violência patriarcal, expressão acabada do Estado como “estuprador” (SEGATO, 2010, 2019); violência racista que serve para classificar as sociedades (RIVERA CUSICANQUI, 2010, SEGATO, 2007).

A política produz seus próprios cadáveres, o Direito produz sua ilegalidade, para naturalizar (como dizem) seu "império"; mas requer imediatamente que essa origem seja *esquecida*; do contrário, não poderia reivindicar obediência universal, pois a violência [o criminoso fundador do Estado] é da ordem do singular, de um acontecimento repetido, mas intransferível” (GRÜNER, 2005a p.118).

Essa violência repetida funda a estrutura de classes do estado, não porque pertence a uma classe, mas porque funciona para privilegiar a reprodução de uma classe sobre outras. Ao mesmo tempo, faz com que os demais setores sociais se sintam identificados com aquele aparelho, a ponto de não se imaginarem fora dele.

O capital e o Estado são atomizadores sociais, produzindo identidades abstratas, ao mesmo tempo que as homogeneiza, criando a ficção da igualdade social. Em particular, o estado é um mecanismo de inclusão por exclusão; opera por meio da produção de uma aparente síntese social por meio de diversos mecanismos que garantem espaços de pertença plena e segmentos de participação parcial simulada. O outro lado da moeda da inclusão por exclusão é a chamada sociedade civil, esse conjunto abstrato de práticas

culturais, ideológico e político. A ideia de sociedade civil não escapa ao processo de exclusão, pois, ao priorizar sua posição de disputa sobre os rumos do projeto político, inclui seletivamente as demandas (e setores) prioritárias, deixando de lado as diferenças ou subordinando-as às necessidades, aspectos gerais do projeto político.

A magia do Estado, sua força, reside no processo de representação, uma dinâmica que nos estados modernos transubstancializa o vínculo religioso, secularizando-o: os representantes ecoam magicamente as necessidades das massas que representam. A representação é um processo de exclusão altamente centralizado. Primeiro, eram propriedades de homens brancos alfabetizados, proprietários privados; posteriormente, outros segmentos sociais são incorporados; mas sempre há um resto não representável. Mesmo a utopia dos estados operários deixa fora de representação as forças não “produtivas” e sub-representa atividades que não são consideradas de vanguarda (como o vasto universo camponês e comunitário). Mulheres e nações indígenas fazem parte dessas “margens” política e socialmente minoritárias; quando a representação os inclui, a função do estado como articulador das condições de reprodução do capital permanece intacta. Na América Latina, essa falha se concretizou, nos últimos anos, nas ideias de “despatriarcalizar” e “descolonizar” o Estado; Este horizonte pressupõe uma desconstrução do Estado, que obviamente não pode ser enfrentada apenas com a criação de ministérios.

Devemos reconhecer a maleabilidade dos estados na América Latina, fruto da dialética estado-sociedade. Os estados da região não são produto da pluralidade de suas sociedades, em todos os casos (inclusive os

progressistas) são minorias “iluminadas” que impõem instituições a um número amplo, heterogêneo e indefinível de povos. Não existem sociedades, apenas tentativas forçadas de definir que os povos nacionais; na melhor das hipóteses, as burguesias locais foram criadas, amadurecidas e expandidas.

A emergência dos Estados-nação e a necessidade imperiosa de construir uma substância identitária produziram a abstração da nação: a construção dessa comunidade imaginária pelos resquícios das velhas oligarquias e pelas populações crioulas que sonhavam ser como o mundo europeu reinventado (que eliminou o antigo regime para dar lugar às estruturas nacionais para a modernização capitalista). O estado-nação colocou em crise a "ordem" do mundo colonial, explodiu as mediações que permitiam a sobrevivência dos diferentes tempos históricos e suas respectivas formas culturais, reinventando-se em desacordo por meio de estratégias barrocas (ECHEVERRÍA, 1998). A invenção da "sociedade nacional" radicalizou e aperfeiçoou o empreendimento da conquista: destruindo todas as formas culturais locais, um processo em que continuamos até hoje.

Nas sociedades barrocas latino-americanas, o assíncrono das diferentes formações culturais, oriundas de matrizes distintas e opostas, sociedades multissociais (TAPIA,2002) e não apenas multiculturais, passa a ser sincrônico, por meio da economia. Nesse cenário, a articulação e a síntese são impossíveis sem transformar o caráter do Estado-nação, tanto sua forma quanto sua relação com a sociedade civil. As matrizes culturais coexistem pela força, isoladas umas das outras como resultado da classificação social colonial e suas consequências nacionalistas. A contaminação das for-

mas cotidianas (em alimentos, roupas, fala, etc.) esconde o nó problemático da coexistência de diferenças sociais históricas, que são reunidas não por autodeterminação, mas por imposição. Isso não impede que a nação "natural" persista e se atualize com suas formas de autocuidado e autodeterminação em diversos ambientes (AGUILAR, 2018).

Os novos estados e suas identidades artificiais fazem esforços monumentais para resolver o problema de articulação. O que é patético é que quanto mais esforços são feitos, mais se expõe essa impossibilidade de síntese, em grande parte porque não se aborda o problema fundamental da diferença (que é ao mesmo tempo material e simbólico, político e histórico, sensível e cognitivo, que é, civilizacional) criar as condições para uma interação do múltiplo que não se supere na síntese, mas permaneça como uma articulação da disjunção. Nem mesmo os chamados estados plurinacionais conseguem uma política baseada na diferença, pois continuam a pressupor uma síntese em que outras coisas são minoritárias, toleradas e supervisionadas de uma direção centralizada.

Isso não impede que milhões de pessoas na América Latina acreditem na magia do estado. Em grande parte porque ainda se pensa que é a única forma de defender e reorganizar a riqueza social. Nesse esquema, o estado é frequentemente confundido com o comum, o social ou o público. O que torna difícil pensar em formas de vida comum fora do Estado ou formas de socialização que não percorram os espaços públicos institucionais ou autodeterminados sem observação burocrática. O perigoso da magia é que ela fascina e acaba confundindo o aparente com o desejável, o engano com o possível.

As ficções da política

Para Marx, o modo capitalista de reprodução social está baseado em algo que poderíamos chamar de: repressão e alienação fundamental do político
(Bolívar Echeverría,
Questionário sobre a política)

A subsunção do político na política é um processo estritamente capitalista, antes desse modo de produção da vida social, a relação entre esses dois elementos sempre foi

problemática, a política nunca poderia dominar totalmente as formas do político. Sempre houve margens de resistência para as formas do político em relação à expansão do controle da política, mesmo em situações tão hierárquicas quanto a dos impérios, em que o cotidiano, cenário quintessencial do político, mantinha uma relação de relativa autonomia, que permitia a reprodução dos mundos da vida nas periferias ou em negociação conflituosa com as imposições imperiais. Mesmo nos primeiros momentos de expansão do sistema mundial capitalista, tanto na Europa reinventada quanto no Novo Mundo inventado, as formas de vida coletiva mantinham espaços de configuração fora dos controles coloniais. Não só pela falta de força desses poderes, mas também porque a vida cotidiana não perdeu forma e manteve culturas, práticas e percepções materiais que não estavam subordinadas ao esquema ordenador do mundo que a expansão do capitalismo estava começando a construir (Echeverría, 1998). As artes de resistência eram

realizadas fora do sentido da vida imposto pelas nascentes ordens coloniais modernas.

A regra do estatismo é o sintoma da divisão moderna, de separação entre o político (entendido como instância antropologicamente original e socialmente fundacional, ou seja, como espaço de uma *ontologia prática* de todos os povos) [...]; e a *política* (entendida como o exercício de uma determinada “profissão” dentro dos limites institucionais definidos pelo espaço “estático” do Estado jurídico). [...] Que tal separação é uma característica distintiva da modernidade política - poderíamos até dizer que é uma necessidade "estrutural" da dominação burguesa e hegemonia ideológica - não estamos dizendo que é uma invenção burguesa (GRÜNER, 2005b p. 81 - 82).

A especialização política é um assunto recente. O bom senso que assegura que só na política, como instância abstrata, burocrática, racional, não tem mais de dois séculos, delegativas e representativas, as questões da vida coletiva podem ser resolvidas. Essa transformação corresponde à transformação radical da cultura material no capitalismo e ao avanço irrefreável da subsunção real das capacidades produtivas; o que permitiu que o cotidiano se desdobrasse no quadro de abstrações assumidas como realidades concretas, com funções concretas e específicas.

Desse modo, o simbólico e ritualístico do político foi substituído por uma realidade abstrata em que os rituais e festivais em que a vida coletiva foi refundada deram lugar a ritualizações secularizadas em que a velha cosmogonia tornou-se verdades cívicas inquestionáveis. Assim, passamos de comunidades concretas, aquelas que poderiam ser reconhecidas entre si por sua filiação a uma explicação do mundo e suas práticas

associadas, a coletividades imaginárias (feitas de exclusão, expulsão ou normalização das diferenças), que só atingem um grau de reconhecimento através da autorização de uma instituição alheia às formas específicas de vida (um cargo que concede uma certidão de nascimento; ou uma instância que documenta, sanciona e autoriza a identidade de uma pessoa, etc.). Assim surgiram as ficções desabitadas e inabitáveis de grupos nacionais, que, ao contrário das velhas formas coletivas organizadas pelo pleno exercício da política, se explicavam o sentido de sua existência, devendo recorrer a saberes especializados para encontrar um caminho que permite manter as formas de vida.

A política moderna não emerge de mecanismos arcaicos: da ritualidade, do segredo que esconde um crime manifesto, da lei como processo puro (uma realidade sem substância), da violência como fundadora da lei, da autoridade como máscara do autoritarismo, etc. A diferença é que o fetiche moderno os esconde em um labirinto impessoal, em uma rede burocrática que faz dessas práticas secularizadas uma razão para o mundo, na expressão jurídica do sujeito substituto. Lá, onde a valorização do valor está plenamente instalada, é necessário um mundo de abstrações que anule a politicidade social, construindo áreas cinzentas de indefinição em que esteja garantida a implantação do capitalismo como verdade absoluta. O poder soberano não é mais apenas o da decisão, o da capacidade de resolver unilateralmente uma situação, de estabelecer a fronteira entre o tolerável e o intolerável (e, portanto, passível de ser exterminado); o poder soberano moderno, o da política, é caracterizado pela indecisão administrada, pela capacidade de construir limiares onde ninguém sabe o que vai acontecer porque não há

uma decisão clara (GRÜNER, 2005a). A administração da incerteza é a condição da política, que garante a concentração do exercício do poder e a capacidade de resolver com força de lei as situações contingentes que continuam a definir, até agora, a vida coletiva. Uma abordagem crítica do Estado-nação e da política deve partir da “teoria da alienação” (ECHEVERRÍA, 2006) e suas manifestações contemporâneas.

Em contrapartida, o político - a politicidade fundamental ou básica do sujeito social, a capacidade de se configurar - é uma espécie em perigo de extinção - colocando-nos em sintonia com o presente. A capacidade coletiva de se moldar e agir de acordo com essa decisão é cada vez mais limitada no mundo contemporâneo. As formas de vida colocadas nas mãos de processos abstratos e verdades inquestionáveis, cada vez mais afastadas das possibilidades de pensar e agir, evitam o risco de viver. O salto no vazio que toda política pressupõe, que se condena a se dar forma, se resolve com o conforto de viver em um mundo feito por encomenda. Nesse mundo eleitoral, a política dá lugar à política, o cotidiano vai se despoliticado, até se tornar um espaço de práticas repetidas e automatizadas. A trágica afronta (onde é anunciado que a vida não tem qualquer sentido dado de antemão e que, portanto, deve ser construído) se resolve por meio das telas de televisão ou da delegação de representantes, do consumismo e da mercantilização das identidades, que serão os meios de comunicação encarregados de resolver as contingências dos estoques.

A separação entre político e política está ocorrendo hoje em um contexto de colapso. Não é apenas mais uma crise cíclica do capitalismo, é a destruição das bases de reprodução do sistema pela mesma

dinâmica capitalista. O cenário principal do colapso é a devastação do meio ambiente, junto com ele parece impossível sustentar a dinâmica fundamental do capitalismo: uma crise de energia até então insolúvel; uma catástrofe alimentar, tanto devido à escassez como à má qualidade; uma catástrofe de saúde sem precedentes; um colapso de habitats sociais, espaços precários ao extremo; e um longo etc. O colapso é caracterizado pela reprodução cada vez mais difícil das condições e pela satisfação das necessidades capitalistas. Nesse cenário, a política e o Estado desempenham um papel de gestão: administrando o colapso (tentando organizá-lo em prol de certos interesses) e administrando através do colapso (governando por meio de políticas emergenciais, em que entram em suspenso todas as certezas e todas as possibilidades de ação).

Isso tem sido ampliado e é hipervisível pela pandemia, uma situação extrema que leva a políticas diversas. Acima de tudo, mostra as contradições em que o sistema capitalista se sustenta e se reproduz, revelando, entre outras coisas, que nenhum Estado poderia responder à crise humanitária representada pela pandemia.

Prefigurações do político

A ofensiva, parceiro, parceiro, todos nós fazemos isso. Devemos nos encorajar a imaginar o que é proibido pelas regras do capitalismo, devemos imaginar a justiça para construí-la exercendo-a, devemos ter bem nossos próprios corações para que o coração coletivo que somos seja bom, devemos estar sem medo e unidos, devemos crescer aquela clareza que temos sido encontrando nos

povos não só no campo, mas nas cidades
(Discurso de Marichuy no Hemiciclo a
Juárez, Cidade do México).

O estado funciona como uma grande máquina que se desintegra: ele destrói e erradica os “resquícios de uma vida comunitária efetiva”. Existem, é claro, fortalezas da política social. Não só nas comunidades indígenas ou nativas, mas também nos espaços urbanos, onde se dá a emergência (em seu duplo sentido, como algo que aparece e anuncia um perigo) de processos de retomada da vida qualitativa das atividades diárias. A vida não em sentido genérico, mas a vida cheia de qualidades específicas, a vida como problema histórico e coletivo, contraposta à vida como problema de gestão e administração; a vida como configuração e não como dados. Lá, aos poucos, lampejos são produzidos em que a verdade absoluta e abstrata da política moderna é questionada. Não é suficiente colocar a vida em nossas mãos novamente, mas compreende que a politicidade como condição humana não foi completamente eliminada.

Em princípio, o primado da desobediência, que abre a possibilidade de produzir ingovernáveis, ou seja, relações que não podem estar subordinadas a um critério de controle e direção, mas antes anunciam uma série de ações vinculadas à própria existência, sob o princípio da incerteza: a temporalidade das formas de vida, vida aberta ao tempo, com sua finitude e constante transformação. A temporalidade das formas de vida com seu descontrole limita a tentativa de administrar tudo, tentativa que fundamenta e sustenta o pensamento cartesiano ocidental (SEGATO, 2020).

Isso dá lugar a uma substituição da palavra, como uma tecnologia de escala humana. Falar pressupõe, nessas propostas, uma construção baseada na interação e envolvimento, de corpos que reconhecem, tocam e convivem. Algumas no caso de montagens em espaços públicos, outras em espaços com tendência autossustentável. A palavra reorganiza as escalas da política sob um princípio de proximidade, que é potencialmente escalável, mesmo para dimensões trans/nacionais. É a base de um internacionalismo que une múltiplas e diversas comunidades no exercício da palavra.

Ao lado da lógica da proximidade, existem políticas de relacionamento, que surgem de um ato anônimo e compartilhado de querer viver, de querer dar conteúdo ao que se defende. Para o qual se mobilizam os poderes de todas as pessoas que decidem participar, tentando romper com o fantasma da liderança e do centralismo. Assim, o político é, ao menos potencialmente, uma forma de poética, uma produção não instrumental carregada de significados, em seu triplo sentido: sensibilidades, sentidos e direções. Não há destino prefigurado, nem caminho definido, nem corpos sensíveis predefinidos. A poética do sentido que abre as ligações põe em evidência a necessidade de configurar a vida de formas concretas, de moldá-la ao *querer viver*, aceitando o desafio que ela implica, seus limites, sua abrangência e, sobretudo, a necessidade de articular-se com os outros modos de vida (LÓPEZ PETIT, 2009). Por uma vida que valha a pena (disseram as multidões na revolta de outubro no Chile). Optar por formas de vida concretas e diversas, face à destruição que acarreta a reprodução capitalista, é vislumbrar um horizonte pós-capitalista.

As revoltas costumam superar a falsa dicotomia: com o Estado ou contra o Estado. Trata-se de desmantelar o Estado, convertendo a riqueza social em um assunto público. O que se exerce é uma política de desapropriação e profanação, para recuperar riquezas sociais em outra ordem material comum, concreta, não abstrata. Isso pressupõe lógicas de seleção, a capacidade de autonomia e, sobretudo, a quebra das hierarquias do conhecimento que organizam a riqueza social no capitalismo. Portanto, a produção do comum não é uma questão de voluntarismo ou automatismo; em vez disso, requer capacidades coletivas de conhecimento e ações que permitam autonomia na expropriação e disseminação da riqueza produzida sob o capitalismo. No meio há uma política de profanação da lógica limitada do universo das mercadorias capitalistas, que é também a lógica limitada do estado-nação, ou da nação do estado. É a expressão do político que pode ser qualificada de lúdica, que vai ao encontro da segunda técnica formulada por Walter Benjamin, que se caracterizou por estabelecer uma relação cooperativa entre as capacidades criativas humanas e as forças da natureza. Esse tipo de politicidade dessacraliza a religiosidade do capital e está ligada criativamente à riqueza social, ela a re-funcionaliza como uma técnica lúdica, mediada pelo afeto e envolvimento pessoal e contra outras formas de vida, humana e natural.

Escrevemos este texto em meio a um momento complexo. Pouco antes do advento da pandemia, o mundo vivia a maré alta do movimento feminista. Uma maré marcada pela marca da disseminação de um feminismo contra-sistêmico, que cada vez mais articula as intersecções das estruturas mercantis, o domínio do capital, com as estruturas patriarcais heteronormativas

e coloniais e a destruição do meio ambiente. Um feminismo além de si mesmo, transbordante, plural e heterogêneo, e que produz heteroglossia (coexistência de diferentes variedades dentro de um mesmo “código linguístico, [HARAWAY, 1995], diante da linguagem unitária e comum inatingível. Encontramos neste movimento” um sujeito entrecruzado (por idade, trajetórias políticas, pertencimento cultural, classe social, dissidência sexual) que põe em ação a dimensão do que é político, por meio do que se chamou de politicidade feminista de vários níveis. Um sujeito ciborgue, como imagina Haraway (1995), cujo posicionamento lhe permite conter e atuar uma “consciência oposicionista” que prefigura outras formas de relação entre o público e o privado, desmontando essa dicotomia. A minoria do sistema é trazida para o centro: não as mulheres, mas as tarefas, o que fazer e o conhecimento sobre cuidados. O processo de reprodução social é re-centrado, não no produtivismo, momento substantivo da reprodução capitalista e patriarcal, mas na ênfase na reprodução das condições que permitem as formas de vida - humanas e não humanas. A ênfase nos “modos de vida” articula as lutas contra o feminicídio e os desaparecimentos, e com isso mulheres jovens e mães que procuram pessoas desaparecidas, com mulheres que defendem e lutam por seus territórios, para conservar e fazer suas formas e modos de vida florescer. Uma política contingente que ao dizer NÃO se abre a outras percepções e práticas, construindo um mundo onde o orçamento são as parcialidades e não o todo, como forma de gerar (engendrar) outra totalidade. Essa politicidade em tom feminino, mais bem-adaptado à contingência de colocar as formas de vida no centro, é uma prefiguração do político, presente no momento

presente e em disseminação. Talvez seja a partir daí que passemos a perceber outras territorialidades, modos de viver e também modos de autodeterminação coletiva.

Bibliografía

AGUILAR Gil, Yásnaya. (2018). *Uno nosotrxs son estado*. México: Ona ediciones.

ECHEVERRÍA, Bolívar. (1980). “Cuestionario sobre lo político”, en *Palos de la crítica*, núm. 1.

ECHEVERRÍA, Bolívar. (2006). “La nación posnacional” en *Vuelta de Siglo*, México, Era, pp. 143-154.

ECHEVERRÍA, Bolívar. (2010a). “Imágenes de la blanquitud”, en *Modernidad y blanquitud*. México. Era, pp. 57-86.

ECHEVERRÍA, Bolívar. (2010a). “Imágenes de la blanquitud”, en *Modernidad y blanquitud*. México. Era, pp. 57-86.

ECHEVERRÍA, Bolívar. (2010b). “La modernidad americana (claves para su comprensión)”, en *Modernidad y blanquitud*. México. Era, pp. 87-114.

ECHEVERRÍA, Bolívar, (1998). *La modernidad de lo barroco*. México, Era.

FEDERICI, Silvia, (2011). *Calibán y la bruja. Mujeres, cuerpo y acumulación ORIGINARIA*. BUENOS AIRES: TINTA LIMÓN.

GRÜNER, Eduardo, (2005a). “Hamlet o la modernidad fuera de quicio” en *La cosa política o el acecho de lo real*. Buenos Aires: Paidós, pp. 115-140.

- GRÜNER, Eduardo, (2005b). “La tragedia o el fundamento de lo político”, en *La cosa política o el acecho de lo real*. Buenos Aires, Paidós, pp. 69-114.
- HARAWAY Donna, (1995). *Ciencia, Cyborgs y Mujeres. La reinención de la naturaleza*. Valencia. Cátedra.
- KURZ, Robert, (2016). *El colapso de la modernización. Del derrumbe del socialismo de cuartel a la crisis de la economía mundial*. Buenos Aires. Marat.
- LÓPEZ-PETIT, Santiago, 2009. *Breve tratado para atacar la realidad*. Buenos Aires. Tinta limón.
- POLANYI, Karl, (2017). *La gran transformación. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. México. Fondo de cultura económica.
- Rivera Cusicanqui, Silvia, 2010. *Violencias (re)encubiertas en Bolivia*. La paz. La mirada salvaje.
- SEGATO, Rita Laura. (2007). *La nación y sus Otros*. Buenos Aires. Prometeo.
- SEGATO, Rita Laura. (2010). *Las estructuras elementales de la violencia*. Buenos Aires. Prometeo.
- SEGATO, Rita Laura. (2020). “Coronavirus: todos somos mortales. Del significante vacío a la naturaleza abierta de la historia”, en *Lobo Suelto*. 19 de abril 2020.
<http://lobosuelto.com/todos-somos-mortales-segato/>
- TAPIA, Luis. (2002). *La condición multisocietal. Multiculturalidad, pluralismo, modernidad*. La paz. Muela del Diablo-CIDES UMSA.
- TILLY, Charles, 2007. “Guerra y construcción del estado como crimen organizado”. In: *Relaciones Internacionales*, núm. 5, pp. 1-26.

VOLG, Joseph, (2015). *El espectro del capital*. Buenos Aires: Cruce.

PARTE II:

HEGEMONIA

POLÍTICA E BLOCOS

DO PODER

Apontamentos sobre democracia e hegemonia na América Latina nos alvares da terceira década do século XXI

Guillermo Alfredo Johnson¹

Entre tantos significados de democracia, el más realista y concreto me parece que se puede extraer en conexión con el concepto de hegemonía (Gramsci, 2000, 7, 191, p. 313).

A ideia de democracia persegue o horizonte de uma sociedade substancialmente igualitária, com aspirações universalizantes, que progressivamente extingam as hierarquias e fortaleçam o controle popular. Alimentam a necessidade de uma ampla participação política com poder decisório, transparência informativa e prestação de contas. Os desafios que as sociedades têm enfrentando para a concreção desses ideais têm marcado a história latino-americana com sangue e lágrimas.

Para o caso da América Latina, em persistente inserção subordinada no sistema mundial, é indispensável registrar o caráter colonial que se estende até o século XIX, com a conseqüente implantação de uma

1 Professor Associado na Universidade Federal do Maranhão, Brasil. Docente de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

política imperial através de seus representantes locais. Isso, naturalmente, não implica a ausência de lutas, senão que a estrutura de poder, além de excluir de diversas formas as interferências dos subalternados, têm utilizado a repressão como forma predileta de dominação e/ou correção de rumos. Nesse período os países hispano falantes das Américas conseguem seus processos de independência e iniciam o longo processo de criação de estruturas republicanas – para o caso brasileiro sua proclamação se realizou ao final daquele século -, ainda que a estrutura oligárquica e dependente, herdeira da colonização, persevere no poder (DEL ROIO, 2019). No século XX, todavia que tenhamos um aparentemente amplo espectro de nomenclaturas para designar as formas políticas de exercer o poder nacional, a preponderância autocrática marca a cidadania restrita latino-americana (relegando a maioria da população, afrodescendentes e ameríndios).

Os elementos constituintes da sociedade civil latino-americana, que se expressam pela atividade estatal, sustentam-se na persistente pugna pelo extermínio ameríndio e a escravização de africanos numa relação moderno-colonial que não foi superada no século XXI (Almeida, 2018). O aspecto heterônomo mencionado não é acessório para o caso latino-americano, pois o caráter periférico persiste independentemente de quem o conduza. O caráter primário exportador de nossos países está marcado a ferro e fogo desde seu início, as variações de intensidade podem ser vinculadas às oscilações e solavancos do cenário internacional; assim como a industrialização que alguns países alcançaram, além de tardia têm sido inscrita no desenvolvimento desigual e combinado que compõe a

produção mundial – caracterizada não precisamente pelo volume senão pela escassa autonomia.

As transformações geopolíticas e econômicas que se sucedem a partir das últimas duas décadas do século passado e se constatarem na contemporaneidade tem conduzido a uma disputa hegemônica que desafia o eixo eurocêntrico do qual somos caudatários nestes pouco mais de cinco séculos. A crise orgânica do capitalismo – denominada como estrutural por Mészáros – parece experimentar picos com cada vez maior frequência, sendo que a cada sobrevida a concentração de riqueza torna-se cada vez mais intensa. Ao mesmo tempo, na senda do processo de deslocalização industrial levado a cabo nestas últimas quatro décadas se fortalece a economia chinesa, destacando-se também como principal destino das exportações latino-americanas. Sendo que um dos corolários deste rápido crescimento se traduz no embate pela supremacia mundial, que, por sua vez, traz como consequência uma exacerbação do caráter extrativista e um paulatino desmantelamento do parque industrial. A região, uma vez mais, não atua na propulsão das inovações tecnológicas que prometem profundas transformações sociais e na produção de mercadorias — destacamos a Inteligência Artificial, fontes de energias não fósseis e a robótica—, o qual coloca os latino-americanos, no melhor dos casos, como meros consumidores.

Ao mesmo tempo em que consideramos América Latina de conjunto, contemplando como critério analítico sua inserção heterônoma na geopolítica mundial, é a própria dinâmica das disputas hegemônicas em níveis nacionais que constroem as relações de forças que dialeticamente incidirão nos níveis de submissão aos designios imperiais ou na possibilidade de instalar

processos democrático-populares. Com isto queremos afirmar que a disputa hegemônica ocorre eminentemente nos níveis nacionais, com as particularidades próprias das histórias que caracterizam os seus povos, as peculiaridades das suas relações de poder, que configuram uma determinada hegemonia. Os limites que se evidenciam na possibilidade de estabelecer uma estabilidade com diretrizes neoliberais asfixia a democracia restrita e formal vigente, provocando a proliferação de estados de exceção como recurso de manutenção da dominação.

Precisamente, a concepção de Estado Integral permite pensar indissociavelmente as relações entre sociedade civil e sociedade política nas sociedades latino-americanas. Esta perspectiva coloca em cena a potencialidade da luta político-cultural dos setores sociais subalternizados no âmbito da institucionalidade vigente. A forma através da qual se dinamizam vastos sectores subalternizados da sociedade em direção às tendências igualitaristas conduz necessariamente a processos decisórios que se enquadram nas diversas formas de exercício das democracias diretas.

Democracias: tensões históricas e dinâmicas semânticas

...la democracia oye el ruido del corpus social
(Zavaleta, 2009)

As referências correntes à questão democrática, ventilada frequentemente como o funcionamento regular das instituições vigentes, referenciam-se numa perspectiva ocidentalizada que se consagra em sua formulação formal, restrita. A democracia direta era para poucos já

na versão clássica ateniense, assim como na democracia formal – a aceção liberal -, na sua formulação inicial, era restrita aos proprietários. Uma análise detida de Os Federalistas, erigidos em defensores da liberdade, evidencia a circunscrição dos direitos eleitorais para os proprietários, muitos deles escravagistas.

As lutas pelo sufrágio universal se expandiram como uma das expressões das disputas pela ampliação da sociedade civil e pelo Estado, como corolário das incessantes mobilizações do proletariado por participar diretamente do poder. Ainda nessa incorporação controlada da participação popular reeditam-se as limitações ao exercício democrático no capitalismo. Na periferia do sistema, na qual se localiza geopoliticamente América Latina, esse processo de ampliação de direitos eleitorais, com muitas variações, se realiza na primeira metade do século passado.

As transformações sucintamente mencionadas permitem pensar na paulatina formação do Estado Integral, basilar na concepção gramsciana, na medida em que se constitui uma sociedade civil estreitamente vinculada com a sociedade política. As possibilidades de acesso das classes sociais subalternizadas ao poder podem ser realizadas a partir de uma disputa pela hegemonia cultural, indissociável da política, na sociedade civil. A primazia dessa hegemonia, que se materializa, por exemplo, nas formas de organizar e dirigir a institucionalidade, assim como da produção e reprodução da vida, “constituem para a arte política o que as “trincheiras” e as fortificações permanentes da frente na guerra de posições” (GRAMSCI, 2000, 13, 7: 22), torna-se um embate cotidiano que impacta as estruturas do exercício do poder.

Nesse sentido, diferentemente da visão elitista, restritiva e formal vinculada ao liberalismo, ao referirmos à democracia, desde a ótica dos trabalhadores, numa concepção democrático-popular, estamos retomando uma tradição de organização social de longa data. É possível remontar ao registro memorável na *Guerra Civil na França*, no qual Marx descreve as experiências da Comuna de Paris, na qual se subvertem as hierarquias, elimina a burocracia e toma em suas mãos o processo decisório. Os soviets russos de início do século consagraram-se como paradigma democrático a partir da Revolução Russa de 1917. Essas organizações populares, de trabalhadores e soldados serão o foco de longos debates a partir de Lenin, Trotsky y Rosa Luxemburgo, a respeito dos eventuais caminhos que a partir dessa democracia de base se apresentavam para o processo revolucionário. Essa experiência repercutiu no ideário de todos aqueles que pugnavam por uma revolução, entre os quais também se destaca Antonio Gramsci, que entre 1919-20 vai ressaltar a importância das Comissões de Fábrica em Turim como germe que poderia ir “destruindo desde sua base a organização econômica e política da sociedade capitalista” (GRAMSCI, 1979: 172).

O processo de transformação social a partir das elaborações gramscianas se constrói ao redor da compreensão da importância da hegemonia como processo em constante disputa (GRAMSCI, 2000, 7, 191: 313). A atualização da luta pela hegemonia democrático-popular ressalta os vínculos indissolúveis do político com o econômico e o cultural, que contemple a diversidade das demandas reprimidas provenientes da colonização, o patriarcado e o capitalismo estão na ordem do dia na América Latina.

A dinâmica do capitalismo mundial interfere significativamente, de forma sistemática e heterogênea, em cada um dos países latino-americanos. As diversas alianças entre as burguesias nacionais e os setores hegemônicos internacionais se desdobram em formas mais restritas de dominação, frequentemente reforçando o polo coercitivo, restringindo o associacionismo popular e as protestas. Inclusive, nos casos de autocracias abertas na América Latina, nomeadamente os casos das ditaduras militares, com a ampliação do “Estado na sociedade, o fazem destruindo as liberdades de organização ideológica e política da sociedade” (OLIVER, 2009:22).

Ante a pugna pela manutenção da hegemonia, os bloques no poder não deixam de lado a guerra de movimento, o qual pode ser constatado cotidianamente pela impunidade garantida às forças de seguridade no uso da força. A endêmica desigualdade econômica e social demandaria uma difícil hegemonia de aceitação passiva por parte da maioria da população, o qual somente pode ser assegurado com a coerção, tanto como ato quanto como sempiterna ameaça. Neste sentido, aponta-se a senda por “consolidar os processos que levam à ressocialização do poder sob um novo Estado ampliado articulado com uma sociedade ampliada, pela mesma alternativa também ao Estatismo autoritário” (Oliver, 2009: 26).

A disputa hegemônica, no seio de toda sociedade contemporânea, envolve diversos setores, dentro e fora dos bloques de poder, com diversas concepções de mundo. Na época das elaborações do intelectual sardo, o papel dos partidos políticos devia ser concebido como papel pedagógico, contribuindo na formação de organizações democráticas, como tática de transfor-

mação que persiga a fundação de um bloque de poder que dispute por uma perspectiva popular, igualitária e, poderíamos enfatizar atualmente, diversa. Neste processo, a transformação simultânea das relações de produção possui uma importância indissociável (PRIETO y MARTÍNEZ, 2007).

Contemporaneidade latino-americana: democracia e hegemonia

No início do presente século se verifica em diversos países latino-americanos diversas reações populares ao empobrecimento, decorrentes da aplicação das diretrizes neoliberais. A ascensão de governos progressistas nutriu-se da força da contestação que se espalhou de norte a sul de Latino-américa. Thwaites Rey e Ouviña (2018) denominam aos governos e suas transformações sociais desse período como CINAL, “Ciclo de Impugnação ao Neoliberalismo em América Latina”, um amplo debate por aperfeiçoar essa caracterização tem levado também a retomar o conceito de populismo, cesarismo progressivo, revolução passiva, desmobilização e outros conceitos congêneres.

Recordemos que as diretrizes neoliberais caracterizam-se, em apertada síntese, por uma crescente financeirização da economia, a precarização das relações de trabalho, um Estado mínimo no social e, resumidamente, numa intensa mercantilização da vida e a acumulação por espoliação, materializando-se no campo pela expulsão de camponeses, ameríndios e afrodescendentes. Essas políticas insistentemente veem buscando sua implantação com diversa intensidade e formas desde a experiência seminal do golpe de estado conduzido por Pinochet no Chile.

As experiências progressistas, variadas nas suas características nacionais, se inscrevem na vaga que o imperialismo estadunidense cria no início deste século na sua dedicação por influenciar o Oriente Meio, as antigas repúblicas do bloque soviético e o norte de África; assim como do *boom* das *commodities* do flamante grande comprador chinês. Essa conjuntura, que apresenta seu ápice no segundo lustro deste século e sofre um declive durante o terceiro, permite significativa distribuição de rendas e o acesso, via consumo, a bens sociais anteriormente restritos a uma minoria da população.

Ainda que em diversos países, especificamente Bolívia e Venezuela, a institucionalidade tenha sido parcialmente transformada, a maioria dos governos da região cooptou grande parte dos intelectuais orgânicos para o aparato estatal, sem fortalecer o espírito coletivista a fim de semear outra arquitetura de exercício do poder. Aqueles que, ao menos, avançaram para um discurso anti-imperialista não souberam consolidar uma concepção autônoma democrático-popular. A sustentação da proposta progressista vem demonstrando uma sombria fragilidade na senda da sustentação da mudança da conjuntura internacional, o qual pode estar vinculada com a medida em que tem ido afastando-se dos setores aos quais diziam representar. Se, de maneira geral, ao início das gestões governamentais das administrações progressistas se verifica uma ampliação da participação política dos setores populares mobilizados e dos partidos com maior afinidade, a seguir, na busca pela “governabilidade”, as alianças se ampliam ao mesmo tempo em que, com frequência, se afasta dos movimentos sociais; na medida dessas dinâmicas, também os espaços na sociedade

política tendem a desaparecer e/ou a perder o seu incipiente poder decisório, desandando os tímidos avanços democráticos **conquistados**.

A ofensiva neoliberal e neoconservadora pela hegemonia

A partir de meados do terceiro lustro deste século os EUA voltam a prestar atenção ao seu “pátio traseiro”, principalmente ao constatar a incursão da China em Latino América. As consequências das crises econômicas que se deflagram a partir de 2008 no coração do sistema financeiro, o definhar da “primavera” propiciada pelas *commodities* e a busca pelo fortalecimento da hegemonia estadunidense serão fortemente sentidas nas perspectivas socioeconômicas da população. Interessa registrar também que os fracassos das investidas imperiais estadunidenses em Oriente Meio redobram os esforços por aproximar cada vez mais a região aos seus desígnios, como forma de resistir a sua condição. Essa inflexão ofensiva do imperialismo nos países latino-americanos reagrupou os setores dominantes nacionais na busca pela retomada da supremacia na sociedade civil e vem escalando violentos tensionamentos por apropriar-se do Estado (recorrendo inclusive a golpes de estado cívico-militares, como o caso de Bolívia 2019-2020). Esta conjunção conjuntural, composta por velhas e novas oligarquias, aliadas ao agronegócio, às empresas mineradoras, ao setor financeiro e seus representantes, assim como setores médios reacionários (como os militares, diversos níveis do judiciário e os meios corporativos de comunicação) buscam mudar a correlação de forças.

Se a visão de mundo que se alimentou no período progressista pudesse ser assimilada a uma busca pela igualdade econômica e social, o vendaval que se desata a partir das interferências em Honduras, Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai – para citar com alguma cronologia – procurará não somente naturalizar a desigualdade senão também instaurar governos com esse matiz. A partir dessa conjuntura se deflagra na região uma intensa disputa pela preponderância de uma visão de mundo – o servilismo neoliberal – e uma mudança radical no sentido comum, que tenciona pela aceitação resignada pela desigualdade social. Para tal desafio vem fazendo uso da Inteligência Artificial nas redes sociais, inculcando ideias que negam o sentido comum anteriormente construído para um público inicialmente permeável a sua ideologia. A negação da ciência e do conhecimento conduz ao desprezo das evidências. A manipulação dos fatos tem se tornado sistematicamente funcional para a subversão das regras sociais e institucionais que fundamentam os direitos civis e sociais. Estes mecanismos de disputa hegemônica dos setores dominantes se espalharam com diversa intensidade temporal e geográfica por América Latina, incidindo na visão de mundo de parcelas significativas da população – em países como Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Colômbia e Peru esse ideário pode ser constatado não somente nas redes sociais.

Para a consecução dos seus objetivos arregimentou igrejas evangélicas - com relações umbilicais com os seus pares estadunidenses - que se tornaram disseminadoras do ideário neoconservador, com o fim de reafirmar a eugenia e o racismo, e combater o feminismo, a diversidade sexual e o conhecimento historicamente adquirido (Lacerda, 2019). Em uma

frente complementar, mas não secundária, foram convocados os meios corporativos de comunicação, que tem conformado uma muralha informativa, propagando impunemente visões parciais da realidade e militam claramente para instalar esse “novo normal” (Casimiro, 2020). As corporações que açambarcaram as redes sociais, por meio de algoritmos e controle do conteúdo, contribuem para a manipulação das informações, reforçando polarizações sociais e neutralizando a crítica.

Nesse processo de confusão social por naturalizar aqueles poucos valores que os governos progressistas tentaram afirmar, essa avalanche baralha as leis e instituições de acordo com os seus interesses. A ânsia cesarista de boa parte de suas experiências frequentemente desconhece a divisão de poderes e tenciona por reafirmar eloquentemente valores sociais que reforçam a subordinação da maior parcela da população. A incidência significativa nesse processo de consolidação de sua hegemonia nas nações latino-americanas, além de buscar recolonizar a sociedade civil tem subordinado setores importantes de seus poderes judiciários e legislativos; sendo que por momentos captura a sociedade política tensionando por um Estado integral dedicado exclusivamente aos seus interesses. Essa situação pode ser comprovada no governo Bolsonaro no Brasil, durante a presidência de Macri na Argentina, durante o golpismo de Añez na Bolívia, nos governos das últimas três décadas na Colômbia, para ilustrar sucintamente.

O discurso de combate à corrupção e um suposto cuidado com a segurança pública conduz inevitavelmente ao empoderamento do braço armado estatal no seu conjunto, para o qual, uma vez mais, os meios corporativos de comunicação exibem sua força

mobilizadora. Aqui se torna necessário destacar o papel que os militares voltam a ganhar, que, não raro, buscam rememorar seu poder executivo da época do Plano Condor, o qual potencializa a criminalização da pobreza, da protesta e dos movimentos sociais. Nessa senda, se busca arraigar uma narrativa nacionalista ou patriótica, que além de disputar o poder identitário implícito, acusa arbitrariamente outras visões de mundo como estrangeiras, por tanto invasoras; estas artimanhas ideológicas também fazem parte dos mecanismos de segregação social, o qual repercute violentamente nos povos ameríndios e afrodescendentes.

Por meio de treinamentos, aulas e ativismos a partir de *think tanks* e de bolsas em algumas universidades estadunidenses tem se conseguido formar um batalhão de intelectuais convictos das virtudes do libre mercado e do Estado Mínimo. Estes têm se espalhado por empresas, espaços educacionais, meios corporativos de comunicação, repartições públicas e parlamentos, contribuindo incansavelmente com a reafirmação do ideário neoliberal na tentativa de comandar a sociedade civil ocupando também espaços crescentes na sociedade política.

Nesse contexto consideramos importante compreender a funcionalidade imperial do papel que cada um dos países desempenha no cenário internacional. A aparente disputa pela liderança mundial entre EUA e China reconfigura o papel subalterno da América Latina. Pois, a submissão às cegas aos comandos estadunidenses conduz a um fortalecimento da “vocação” extrativista de acordo com seus interesses, assim como repercute em uma ingente desindustrialização da região. Em diferentes ritmos, os países latino-americanos avançam para uma nova onda de

privatizações, com preferência declarada para grandes corporações ocidentais. O aprofundamento da dependência de bens não primários, na leitura do centro do sistema, fortaleceria a produção dos mesmos nos EUA. Ao mesmo tempo em que, na pretensa consolidação da hegemonia dessa visão de mundo, redundará para as maiorias uma resignação subalternada na sociedade.

Os embriões populares da disputa hegemônica e ensaios democráticos

A contra insurgência a que Ruy Mauro Marini referia-se como estratégia principal levada adiante pelos Estados Latino-americanos na implantação do Neoliberalismo nos anos 1970, parece ter-se internalizado nas suas sociedades civis nesta fase. É possível aventar a possibilidade, na presente conjuntura, de que os esforços por sustentar a liderança do sistema mundial para o bloque no poder estadunidense não deixam alternativas, na sua lógica, que manter a hegemonia em Latino América, ainda que seja pela força.

De acordo com os aspectos sucintamente mencionados estaríamos ante uma nova tentativa de revolução passiva “induzida por circunstâncias internacionais que provocam alterações nas relações sociais internas sem que exista uma força disruptiva jacobina capaz de inverter as relações entre as classes” (Del Roio, 2019:189). Nesse contexto, a manutenção hegemônica implica para os setores dominantes, em aumento de serviços de inteligência, vigilância eletrônica e controle da informação, em uma sorte de guerra de amplo espectro ou de guerra híbrida.

Para além desta investida do imperialismo estadunidense e seus sócios nacionais, a capacidade

organizativa dos movimentos sociais e a reconstrução dos partidos políticos vem demonstrando sua capacidade de recuperar sua memória histórica de luta. A sanha que a ofensiva atual apresenta não tem conseguido consolidar-se, pois se observa na contemporaneidade uma diversidade de reações populares. Durante 2019 e 2020 intensas mobilizações populares tomaram as ruas na Argentina, Chile, Bolívia, Equador, Peru, Honduras, Guatemala e Colômbia protestando contra as políticas governamentais orientadas pelo Neoliberalismo, colocando a disputa na sociedade civil por alternativas societárias. O caso boliviano é o que parece avançar no processo de retomada da sociedade política, porém no âmbito de uma intensa luta na sociedade civil, por uma hegemonia que se orienta para uma democracia mais participativa e popular. Nos outros países mencionados a pugna por ampliar os espaços populares está em curso, com desafios consideráveis no que se refere à construção de um marco teórico-programático rumo a uma prática que instaure uma nova relação de forças que impacte a sociedade política duradouramente.

Vislumbra-se nos países latino-americanos uma proliferação e diversificação de organizações e mobilizações feministas que estremecem a sociedade civil com suas demandas que questionam o *status quo*. Ao mesmo tempo, os povos ameríndios têm recobrado um importante protagonismo desde o início deste século, fazendo sentir sua importância nas diversas sociedades civis nas nações latino-americanas, intervindo eficazmente nas sociedades políticas. Também os movimentos antirraciais vem ganhando espaços nas agendas políticas nacionais em pugna por maior incidência nas sociedades civis, tanto por demandas territoriais quanto soberanas e emancipadoras.

A violência estatal com que os blocos no poder tem respondido às protestas populares, como temos visto em Chile, Equador, Haiti, Bolívia e Colômbia, assim como de forma menos generalizada no Brasil e El Salvador, busca impor uma ordem de difícil manutenção. A resistência popular a essas acometidas vem fortalecendo a organização e entrelaçamento com amplos setores sociais, como pode observar-se com os movimentos feministas e as comunidades tradicionais. Ainda que não seja possível se antecipar as formas democráticas que a organização popular atinja nesta contenda a reação ao estado de coisas tende a passar pela luta contra o empobrecimento, as reivindicações territoriais e culturais dos povos ameríndios e afrodescendentes, assim como em torno da causa feminista.

As possibilidades de encaminhar para um processo democrático-popular apontam para a necessidade de um “movimento orgânico de lutas sociais e políticas articuladas às lutas de ideias e concepções dos grandes grupos sociais em ação” (Oliver, 2017: 29). O momento catártico em que se apresenta um novo bloqueio histórico na consecução de outra hegemonia é o desafio ante o que se depara a luta em processo que tem lugar em América Latina.

Ainda não se vislumbra a convergência “política, ideológica e teórica de forças populares democráticas e anticapitalistas no caminho por superar a subalternidade” (Oliver, 2017: 39); as articulações estão, quando muito, incipientes regionalmente e, em alguns países, caminha a nacionalizar a luta. Ao mesmo tempo, os ensinamentos dos subalternos a partir das recentes experiências progressistas tendem a influenciar, em sua heterogeneidade, a conscientização pela unidade a partir

de baixo, fortalecendo cotidianamente um projeto social alternativo.

Os desafios na disputa hegemônica para o campo democrático-popular latino-americano na contemporaneidade colocam na pauta as alianças campo e cidade, uma redefinição da heteronomia geopolítica em meio de uma epidemia de SARS-COV-2. A disposição organizativa de amplos setores sociais desponta por um embate importante por democratizar a sociedade política, todavia que heterogênea e fragmentada, sendo que sua dinâmica pode conduzir a convergências catárticas cada vez mais amplas.

Bibliografia

ALMEIDA, Sílvio (2018), *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, Letramento.

CASIMIRO, Flávio H. C. (2020), *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*, São Paulo, Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo.

DEL ROIO, Marcos (2019), “Revoluciones pasivas y hegemonía débil en América Latina”, en *Gramsci - Actas del Simposio Internacional Asunción*, Asunción: Centro de Estudios Germinal.

GRAMSCI, Antonio (2000), *Cuadernos de la Cárcel*. México: Ediciones Era y Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.

_____ (1979), *Sobre el fascismo*, México, Ediciones Era.

LACERDA, Marina (2019), *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*, Porto Alegre, Zouk.

OLIVER, Lucio (2009), *El Estado ampliado en Brasil y México - Radiografía del poder, las luchas ciudadanas y los movimientos sociales*, México, UNAM.

_____ (2017), “Gramsci y la noción de catarsis histórica. Su actualidad para América Latina”, *Las Torres de Luca*, núm. 11.

PRIETO, Rafael y José M. Martínez (2007), “Hegemonía y Democracia en el siglo XXI: ¿Por qué Gramsci?”, en *Cuadernos Electrónicos de Filosofía del Derecho*, núm. 15.

THWAITES Rey, Mabel y Hernán Ouviaña (2018), “El ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina: auge y fractura”, en Ouviaña, Hernán y Mabel Thwaites Rey, *Estados en disputa: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, El Colectivo.

ZAVALETA, René (2009), “Cuatro conceptos de democracia”. In: ZAVALETA, René. *La autodeterminación de las masas*, Bogotá, Siglo del Hombre Editores y CL

Decifrando o núcleo de formações aparentes e abigarradas: a constituição oligárquica do poder¹

Patrick Illmer

Introdução

Este artigo parte das equações Estado-sociedade civil e, tomando o caso da Guatemala como referência empírica, propomos desenvolver uma estratégia de investigação para analisar formações sociais em que os Estados exercem a soberania formal sobre um território, sem serem representativos de grandes partes desse território. Nestes casos, o aparelho de Estado apenas recebe determinações de certos segmentos da sociedade aos quais acaba por facilitar o acesso às rendas e à apropriação particular do excedente econômico, sem que haja momentos substantivos de equalização econômica ou política entre amplos setores da população.

Zavaleta (2009a, 2009b) cunhou a noção de "estados aparentes" para conceitualizar formações caracterizadas por graus limitados de correspondência entre o Estado e a sociedade, entre eles, os casos do Peru e da Bolívia. Seguindo o caminho deste autor, procuraremos complementar o conceito de Estados aparentes com a sua concepção de "sociedades abigarradas", para apontar a persistência de múltiplas

¹ Tradução do espanhol por Lia Pinheiro Barbosa

formas de vida local com elevados graus de autodeterminação que se reproduzem de forma diferenciada em termos culturais, produtivos e políticos.

Para a discussão destes conceitos e o aprofundamento da particularidade do caso guatemalteco, articularemos um diálogo entre o trabalho de Zavaleta e o de autores como Sergio Tischler e Edelberto Torres-Rivas. Com base neles e no seu trabalho sobre a forma estatal guatemalteca, complementaremos as abordagens sobre formações 'abigarradas' e 'aparentes' alusivas à 'constituição oligárquica do poder' para conceitualizar um ethos político e cultural do bloco dominante que se traduz numa forma perseverante de organizar as relações entre o Estado e a sociedade. Com base na discussão destes conceitos, elaboraremos uma matriz teórica que nos permitirá encerrar a reflexão com uma reflexão sobre os campos da intersubjetividade e os desafios que se colocam para um aprofundamento democrático em casos como o da Guatemala. Antes de abordar os conceitos centrais deste trabalho, definimos a perspectiva teórica que o enquadra e confere coerência às diferentes ideias.

As equações estado-sociedade civil como marco de investigação

A perspectiva teórica que enquadra e vincula os diferentes conceitos - formações aparentes e abigarradas, bem como a constituição oligárquica do poder - deriva de uma compreensão relacional das formas sociais. Desta forma, afastamo-nos de outros estudos do Estado, incluindo abordagens institucionalistas da Ciência Política, onde predomina uma redução do Estado à entidade do governo e aos seus modos de

administração da governabilidade. Também nos distanciamos de certas abordagens marxistas que indicam uma sobredeterminação econômica da estrutura política, estabelecendo assim um entendimento estático e instrumentalista do Estado. Em vez disso, enfatizamos uma conceptualização "ampla" do Estado que inclui o plano da sociedade civil e se inclina para uma reconstrução sócio-histórica que traça as formas mutáveis de articulação entre o Estado e a sociedade.

Subjacente a esta caracterização está o trabalho de Antonio Gramsci, referindo-se ao 'Estado integral' e à sua fórmula gnosiológica de 'Estado = sociedade política + sociedade civil' (Gramsci, 1999, C.6, § 88). Desta forma, Gramsci delinea uma estratégia de investigação de uma formação social em que a sociedade política e a sociedade civil invadem e interpretam-se mutuamente de uma forma complexa. A perspectiva das equações estatais cunhadas por Zavaleta retoma o entrelaçamento destes dois planos analíticos e desenvolve esta abordagem baseada nas relações de força que regem os contextos concretos. Nesta linha, torna-se tarefa do investigador desconstruir e traçar a constituição sócio-histórica de forças que, com base na sua articulação social, econômica, política e cultural, se materializam em formações de dominação ou hegemonia.

Uma vantagem desta perspectiva teórica é que presta atenção não só a formas de imposição e dominação vertical, mas também a campos de intersubjetividade e relações de correspondência. Como salientado por vários autores, incluindo Tapia (2002), Dagnino et al. (2006) e Oliver (2009), uma premissa central é a impossibilidade de reduzir a análise a uma oposição entre o momento político do Estado e a sociedade civil. Isto representa uma contribuição chave do pensamento

gramsciano ancorado na ideia de que é impossível encontrar formações estatais onde os projetos, instituições e órgãos políticos dominantes não têm uma correlação ao nível da sociedade civil.

Isto abre a relação mais complexa e contingente entre os diferentes planos sociais que juntos permitem determinar a construção de relações de hegemonia ou dominação, seja a partir do terreno institucional do Estado ou com base nas relações implantadas a nível da sociedade civil. Sem colocar uma separação rígida entre estes dois planos, nem desaparecer a sua diferenciação, é uma questão de determinar o problema da "identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política" (Gramsci, 1999, C.8, §142), ou seja, os seus modos de imbricação e unidade, bem como os seus respectivos graus de autonomia.

No contexto latino-americano, Zavaleta operacionalizou esta perspectiva integral com base em equações estatais para tipificar diferentes contextos nacionais. Nesta linha, o autor afirma que "hay ecuaciones en las que la sociedad es más robusta y activa que el Estado, ecuaciones donde el Estado parece preexistir y dominar sobre la sociedad, al menos durante períodos determinados, y sistemas donde hay una relación de conformidad o ajuste" (ZAVALETA, 2009c, p.333). Zavaleta procura determinar o nível de organicidade com o qual a sociedade política e a sociedade civil estão entrelaçadas. Isto pode ser caracterizado por formas de imposição do Estado à sociedade, por dinâmicas de correspondência, ou por constelações em que segmentos da sociedade contestam e confrontam os grupos dominantes.

Precisamente no caso de ordens estatais como as da Guatemala, o Estado parece dominar quase absolu-

tamente a sociedade. Isto tem encorajado repetidamente uma abordagem que reduz o Estado a um instrumento à serviço de um grupo. Sem negar estes 'momentos instrumentais' e seguindo a conceptualização de Zavaleta, consideramos que esta perspectiva simplifica excessivamente a análise. Em vez disso, a perspectiva da equação Estado-sociedade coloca o Estado não como um instrumento, mas como uma forma particular de solidificação das relações sociais de poder que se articula a partir das interações sociais, políticas e econômicas em mutação implantadas no terreno da sociedade.

Desta forma, a "anatomia da sociedade civil" (Marx, 1985) e a sua forma de articulação com a sociedade política adquire centralidade analítica, uma vez que a sociedade em movimento com os seus conflitos e contradições se torna o horizonte a partir do qual a forma do Estado se concretiza. Depois de termos especificado a perspectiva das equações estatais como um marco que engloba as reflexões teóricas, abordaremos o eixo analítico das formações aparentes e abigarradas.

Formações aparentes e abigarradas: Estados sem nação e sem massas

Ao analisar o grau de correspondência entre o Estado e a sociedade civil, o principal ponto de referência para a reflexão de Zavaleta foi a Bolívia, país onde a persistência de múltiplas formas do local levou o autor a conceitualizar o seu carácter abigarrado. Nesse aspecto, as dinâmicas locais são expressas em diferentes formas de produção, múltiplos modos de diferenciação social, culturas e costumes, bem como as suas próprias estruturas de autoridade e organização

política. Neste sentido, é possível destacar, à primeira vista, as semelhanças com a Guatemala, um país cuja configuração multicultural se reflete na reprodução de múltiplos padrões econômicos, culturais e políticos que são implantados de diferentes formas a nível local e regional.

Tal como na Bolívia, a configuração abigarrada da sociedade tem implicações na natureza da ordem estatal, onde, apesar da reivindicação de validade do Estado em todo o território nacional, não existe um amplo processo para lhe conferir legitimidade social. Assim, por não refletir ou ser sensível às determinações de múltiplos segmentos da sociedade, e por ter os seus limites em diferentes contextos locais, é gerada uma aparente formação estatal.

O trabalho de Zavaleta revelou o vínculo entre a ausência de organicidade na relação Estado - sociedade civil e os processos truncados de nacionalização, uma expressão comum em muitos países da América Latina. Em primeiro lugar, em cenários onde os grupos dominantes não estão interessados e/ou são incapazes de gerar um processo de unificação nacional, quer através de uma proposta de articulação de diferenças, quer através da sua supressão cultural e/ou política, uma cartografia de múltiplas realidades sociais, abre o caminho para uma cartografia de múltiplas realidades sociais, em muitos casos desarticuladas entre si.

Ao mesmo tempo, nas suas reflexões sobre a ausência de soluções para a questão nacional, Zavaleta (2009b) faz uma precisão importante, ao destacar a inter-relação dialética entre as determinações derivadas da base econômica e a dimensão superestrutural relacionada com a esfera político-cultural. Por um lado, Zavaleta retoma a lei do valor e relaciona o horizonte da

construção hegemônica nacional com a homogeneização produzida pelo processo capitalista nos seus diferentes modos de subsunção. Nos termos de Marx (1976), a evolução para uma "subsunção formal" implica que o trabalhador foi transformado num vendedor da sua força de trabalho, sem que esta subordinação reconfigure os padrões de produção. Em contraste, na passagem para a "verdadeira subsunção", o esquema produtivo capitalista é reconfigurado de uma forma mais profunda, refletindo-se num papel crescente para a ciência, formas de produção em massa e o vínculo do trabalhador à máquina.

Por outro lado, esta evolução no regime produtivo traduz-se também numa substituição das concepções do mundo. Uma homogeneização é estimulada no plano político-ideológico, contribuindo assim para uma condição chave à construção de um sentido de pertinência e a integração discursiva das massas na comunidade nacional.

Assim, os processos "bem-sucedidos" de nacionalização representam processos em que o Estado é erigido como um poder político sobre uma sociedade civil com um certo grau de homogeneização na base econômica e padrões de subsunção real (Tapia, 2002). Este processo de equalização é acompanhado e alimentado pela construção de significados nacionais na esfera política e cultural, abrindo caminho a formas orgânicas de correspondência entre o Estado e a sociedade civil. Isto não significa que a gênese dos Estados-nação 'bem-sucedidos' e a própria subsunção representem processos benevolentes e pacíficos. Esta evolução tem como antecedente direto os processos de acumulação primária e "a conquista da agricultura pela indústria" (ZAVALETA, 2009d, p.362). Ou seja, representam os

processos violentos de descampenização, colonização e despossessão que separam o indivíduo do seu modo de subsistência e criam as condições para a emergência de uma classe proletária forçada a vender o seu trabalho ao capitalista.

Contudo, casos como a Guatemala ou a Bolívia, onde a presença indígena é significativa, contrastam em múltiplas dimensões com a evolução destas grandes nacionalizações no hemisfério ocidental. Como veremos com mais detalhe, a falta de equalização econômica e a ausência de amplos processos de subordinação real significaram o prolongamento de modos de produção pré-capitalistas. Os processos econômicos para configurar uma massa política com novos padrões de socialização no quadro dos esquemas de modernização capitalista não ocorreram ou foram apenas esporadicamente desencadeados.

Por outro lado, refletindo o vínculo dialético entre a base econômica e a superestrutura ideológica, o abigarramento assume também a forma de uma heterogeneidade sociocultural de coletividades que coexistem numa sociedade onde a nação representa pouco mais do que uma suposição. O reverso desta diversidade é encarnado em formações estatais 'aparentes', onde uma parte da sociedade tenta definir o nacional e exercer a soberania sobre um território sem representar ou ter ligações a grandes partes do território.

Para compreender a resiliência desta relação inorgânica entre o Estado e a sociedade civil no caso da Guatemala, parece importante mergulhar nas raízes da estruturação do poder estatal e da sua reprodução. Os Estados da América Central geraram o "ethos oligárquico" (Torres-Rivas, 1975), cujas profundas raízes

coloniais e feudais, ancoradas na defesa de privilégios e propriedade privada, implicam uma cultura de dominação que sustenta a organização excludente do poder estatal e, ao mesmo tempo, alimenta a abigarrada constelação da sociedade civil. A fim de analisar a configuração deste ethos e as suas implicações, apresentaremos um breve quadro comparativo com a gênese dos estados europeus modernos.

A constituição oligárquica do poder

O interesse de Gramsci na transição para o Estado capitalista moderno não se devia apenas às mudanças produtivas e aos padrões weberianos de racionalização social que assumiram a forma de liberdade jurídica individual condicionada pela lógica da fábrica. A evolução do Estado também simbolizou o fim do Estado político anterior como uma entidade relativamente separada da sociedade civil. Também simbolizou a atualização da organização institucional com novas formas de legitimação no quadro da democracia burguesa, em cujo núcleo se consolidaram partidos políticos, sindicatos e aparelhos burocráticos como mecanismos de mediação para articular a relação entre sociedade e Estado (Portantiero, 1983).

No âmbito desta nova concepção de poder, Gramsci situa a evolução para uma forma de organização sociopolítica caracterizada por padrões de hegemonia. Do mesmo modo, a sociedade civil adquire centralidade nesta análise, uma vez que constitui um dos principais planos para a classe dirigente ao organizar a sua hegemonia com base em relações de liderança, consenso e coerção. A sociedade civil é, ao mesmo tempo, contestada pelos partidos e movimentos

de oposição que promovem ou procuram moldar as suas próprias relações de poder. Estas mudanças significaram a integração das massas como um órgão político na arena do Estado, protegido pela generalização da liberdade individual.

Ao mesmo tempo, a atualização sócio-histórica do Estado numa "força organizada e concentrada da sociedade" (MARX, 1976), preparou as condições sociais para a generalização dos processos de valorização capitalista. Imersos na reprodução ampliada do capital, a forma estatal internalizou as lutas de classe e as contradições que derivavam das relações de força materializadas no terreno da sociedade civil. Para esta evolução, no sentido de um Estado de organizações, a burguesia urbana e as suas formas intermitentes de aliança com o proletariado forneceram o impulso chave na experiência europeia. A importância disto não foi apenas porque a burguesia emergente procurou consolidar a sua posição no poder público e corporativizar a cena política, abrindo assim o terreno de contestação às classes subalternas e às suas exigências (Portantiero, 1983). A centralidade destes atores e das suas alianças derivou também da sua capacidade de confrontar a classe latifundista.

A partir das trajetórias europeias, coloca-se a questão de como estas experiências se comparam com as de países como a Guatemala. Na região da América Central, desde os tempos coloniais, a terra e a posse da terra foram consolidadas como eixo de dominação. Na transição para o Estado liberal no final do século XIX, as formas modernas de produção de valor como a fábrica ou o capital industrial não tomaram forma. Em vez disso, a propriedade como forma social foi consolidada como uma espécie de microcosmo represen-

tativo das relações sociais, políticas e económicas mais amplas da sociedade (TISCHLER, 2001). Uma burguesia que competia com a classe fundiária pela liderança política era notória pela sua ausência na gênese do Estado, enquanto a pouca tradição organizacional e a predominância da produção artesanal nos centros urbanos só remotamente se assemelhavam a um proletariado. Longe da configuração de massa como órgão político com garantias legais em termos de liberdade e igualdade, predominavam os pobres e os camponeses sem terra, detidos nas propriedades e integrados de forma subordinada numa nação determinada por uma codificação colonial racista.

No núcleo desta constelação social, o "ethos oligárquico" (TORRES-RIVAS, 1975) é reproduzido como um conjunto de costumes e rotinas cognitivas e instintivas que guiam as ações político-culturais de um grupo social, cuja posição dominante e riqueza não têm origem no controle sobre o capital, mas sobre a terra. Os seus membros reafirmam a sua posição baseada na exploração económica, subordinação social e dominação violenta que assume a forma de controle sobre a força de trabalho servil. A morfologia desta dominação torna-se chave para o lucro e representa uma variável importante que distingue este grupo dominante de uma burguesia manufatureira ou agroindustrial. O efeito colateral desta constelação são as limitações impostas às ambições democráticas, aspirações hegemônicas ou a procura de legitimidade dos atores oligárquicos. O impacto deste modo de exercer o poder torna-se particularmente consequencial quando tem moldado a relação entre o Estado e a sociedade durante séculos.

O trabalho de Casaus Arzú (2007) demonstra como as chaves da reprodução interna do bloco

oligárquico se encontram num poderoso sistema de parentesco que se configura como um sistema fechado. As ideias de sangue e brancura são combinadas numa matriz cultural cujos pilares representam a defesa da propriedade privada e a afirmação da superioridade racial. Um filtro matrimonial rígido protege as famílias das influências contaminantes das classes mais baixas. Os novos membros destes círculos de elite só foram aceitos na condição da sua contribuição em termos de nobreza ou capital. A cultura política profundamente tradicional e conservadora que dá identidade a este grupo social é atualizada, mas não perde a sua compleição oligárquica só porque se afasta do seu caráter estritamente oligárquico. Em outras palavras, o exercício do poder político torna-se um costume, um hábito que condiciona e molda os discursos e as formas de representação das novas gerações que emergem no seio deste grupo social.

Quando os impulsos de modernização ocorrem, eles derivam da motivação para um melhor vínculo às exigências do mercado internacional. Ramos econômicos como a agricultura são modernizados e diversificados, setores transformadores emergem, serviços comerciais e financeiros emergem, sem implicar uma circulação a nível de atores. No entanto, isto não representa tanto uma gentrificação da oligarquia como "uma mudança de pele", nas palavras de Torres Rivas (2011). Ou seja, a oligarquia evolui para um caráter mais burguês, mas sem alterar os padrões no exercício do poder e sem uma classe concorrente.

"Sem burguesia não há democracia" é a conclusão de Barrington Moore (1966) com respeito às experiências europeias. No caso da Guatemala, as possibilidades de uma abertura democrática foram

enterradas como efeito da modernização capitalista e das alianças intermitentes entre a burguesia e as classes subalternas que, de acordo com a experiência europeia, se confrontariam com a classe latifundista. Até às últimas décadas do século XX, os impulsos para a formação de massas políticas e a consolidação do espaço político como um terreno de disputa hegemônica foram momentos passageiros. A dependência do bloco oligárquico das ações do Estado para defender os seus interesses e salvaguardar os seus processos econômicos era demasiado profunda. Na trajetória desta aparente formação, na ausência das massas, o vácuo popular foi preenchido pelo exército.

Os campos de intersubjetividade em formações sociais aparentes e abigarradas

De acordo com o que foi inicialmente afirmado, gostaríamos de salientar mais uma vez que, para conceitualizar de forma integral o Estado, não basta analisar a constituição interna do bloco dominante. Apesar da correspondência limitada entre o Estado e a sociedade civil no caso da Guatemala, produto de uma trajetória sócio-histórica específica e de uma constelação de dominação, uma contribuição central da perspectiva gramsciana é prestar atenção à forma como este cenário se materializa a partir de campos de intersubjetividade no terreno da sociedade civil. Isto permite-nos desconstruir, com mais detalhe, a reprodução desta dominação e os pontos de crise ou contestação que surgem, à medida que a fraca articulação entre o Estado e a sociedade civil se concretiza numa configuração específica e mutável da sociedade como um todo.

Ao aplicar esta perspectiva relacional ao contexto guatemalteco, realçamos que as pretensões hegemônicas dos grupos dominantes, em termos de articulação de um projeto político e cultural que adere a ideias de universalidade, têm sido muito intermitentes e incompletas. Em grande medida, isto deve-se ao fato de os seus padrões de acumulação e quadros ideológicos serem incompatíveis com os graus de equalização política e jurídica exigidos, mesmo pelos termos minimalistas de uma democracia liberal. Noções oligárquicas no centro da organização da ordem social são reproduzidas com base na distinção e subordinação, ao mesmo tempo que se aprofundam os modos rentistas de acumulação e uma salvaguarda privada do excedente econômico. Conseqüentemente, uma matriz político-cultural antagônica a qualquer socialização do poder torna-se dominante, enquanto a projeção do bloco dominante encontra os seus limites na persistência de múltiplas formas do local.

É nos espaços rurais, entre os setores indígenas e populares da sociedade, que se tece uma subjetividade que delimita os interesses e projetos dominantes com base num sentido de relevância local e numa prática comunitária. Em sua origem, surge como expressão de resistência dos campos de intersubjetividade que se tecem em relação e em ciclos diferentes da articulação excludente no âmbito do nacional. Historicamente, foi a estrutura colonial que assegurou a captura da população indígena dentro das fazendas e formas de encapsulamento na comunidade (TISCHLER, 2001). Com base em orientações comunitárias, a resistência subalterna manifestou-se principalmente em motins contra o trabalho forçado e estruturas de poder locais,

sem desencadear articulações amplas ou solidariedades horizontais.

Posteriormente, o desmantelamento gradual das estruturas produtivas coloniais no século XX não se traduziu numa quebra das expressões de enraizamento local. Em grande medida, a resiliência destas formas comunitárias de produção, cultura e costumes, que em muitos lugares coincidiram com as suas próprias estruturas de organização política, foi alimentada pelo exercício autoritário e racialmente diferenciado do poder estatal. Na segunda metade do século XX, a ênfase comunitária na autonomia relativa foi também visível em relação à insurreição revolucionária que enfrentou a estrutura do domínio oligárquico-militar no contexto do conflito interno. Apesar dos momentos de confluência com as forças de guerrilha, múltiplos episódios refletiram os limites de compatibilidade entre as formas organizacionais que davam prioridade ao poder estatal e à democracia nacional, e as expressões comunitárias, onde a terra e as exigências locais dominavam o horizonte político.

No período pós-guerra, a subjetividade comunitária revela-se de forma mais evidente nas terras altas indígenas, embora se manifeste também noutras zonas de um país onde a população rural ainda representa mais de 46% (Institución Nacional de Estadística, 2018), uma das taxas mais elevadas da América Latina. Assim, nos espaços locais, as determinações derivadas do nível da comunidade predominam sobre as estatais. Dentro das comunidades, prevalecem ciclos produtivos em pequena escala que combinam padrões de auto-sustentabilidade ancorados na produção baseada em parcelas com integração intermitente em diferentes

ramos de comércio ou ciclos econômicos que transcendem o local.

Por outro lado, dinâmicas como o trabalho comunitário ou a administração coletiva da terra e dos recursos naturais são encarnadas em representações e formas de organização política que tentam amortecer não só os conflitos e contradições internas, mas também os desequilíbrios materiais e políticos impulsionados pela mercantilização capitalista e pelo sistema político formal.

Ao mesmo tempo, os locais onde se exibem elevados níveis de autodeterminação são adjacentes a outras áreas onde a expansão agroindustrial e a concentração de terras dos anos 60 e 70, do século XX, põe fim às possibilidades de autodeterminação material, multiplicando a figura do trabalhador agrícola sem-terra com o trabalho sazonal. Além disso, a projeção de interesses estatais e capitalistas nestes espaços promoveu dinâmicas de fragmentação que acabaram por dissolver unidades comunitárias como expressão coletiva de identificação política e cultural. No seu lugar estavam consolidados modos de poder local cujos padrões e atores estão muito mais ligados - embora subordinados - aos setores dominantes e às suas redes ideológico-políticas.

Tal como nos processos de resistência, as tentativas das forças dominantes de se articularem com a cartografia complexa e plural dos espaços evoluem em diferentes ciclos. Entre as tentativas dos grupos de poder para expandir a sua influência na sociedade, os períodos de "hegemonia negativa" (ZAVALETA, 2009e) destacam-se pela sua profundidade e carácter reiterativo. Estes momentos cristalizam-se em tentativas de reconstruir - com base no terror - pontos de referência

entre diferentes segmentos da população. O seu objetivo é desativar e substituir, através da violência e do medo, os quadros e práticas culturais que desestabilizam os projetos dominantes.

O terror e a desagregação coletiva criam um cenário de disponibilidade subjetiva que permite transmutar as referências da experiência cultural e promover uma substituição das concepções do mundo. Ao mesmo tempo, momentos de hegemonia negativa cristalizam-se nas tentativas de procurar uma solução coerciva para os episódios de crise que periodicamente surgem devido à fraqueza dos fundamentos ideológico-políticos dos grupos dominantes e da relação inorgânica entre o Estado e a sociedade.

Momentos de impulso para formas de 'hegemonia negativa' são intercalados e alimentados em períodos de intensificação de operações culturais-eclésiásticas e de implantação de redes político-clientelistas, especialmente nos centros urbanos. Nestas áreas, o bloco dominante tem sido muito mais eficaz na orientação das subjetividades para a reprodução de noções conservadoras, insensível às diferenças raciais e ideológicas, e relutante em questionar o status quo. Isto abre o caminho para uma estabilização intermitente da ordem social, delimitando horizontes de possibilidade política e sintonizando as aspirações dos setores populares urbanos e das classes médias às representações culturais e estilos de vida das elites econômicas.

Outra estratégia chave para a reprodução do bloco dominante, cuja importância cresce especialmente neste último ciclo estatal após a transição para um regime formalmente democrático, é a captura de mediações estatais. Isto transforma os mecanismos que articulam a sociedade civil com o Estado, num

mecanismo de estrangulamento. Quando a moldagem de subjetividades semelhantes falha, o controle sobre partidos políticos, instituições coercivas, os diferentes ramos burocráticos do Estado, os principais meios de comunicação social e expressões organizacionais políticas e culturais é operacionalizado através de uma combinação de corrupção, táticas de cooptação e coerção.

As mediações tornam-se uma rede de mecanismos centrados não tanto na representação, mas na leitura e filtragem das determinações que emergem do terreno da sociedade civil. Em outros termos, o que é representado é circunscrito e o que não é representado pela gramática dos grupos de poder é tornado invisível. Inclusive, momentos de interpelação hegemônica, como as transições políticas ou o fim do conflito armado, são reduzidos a momentos que só ambivalentemente reconfiguraram os horizontes da inclusão e as características socioculturais do exercício do poder. Consequentemente, permitem a expansão da gestão patrimonial das mediações estatais e, no caso da sociedade guatemalteca do pós-guerra, aprofundam os padrões de "subsunção por exclusão" (DINERSTEIN, 2015).

Nestes termos, importantes segmentos da população estão subordinados à modernidade capitalista e formalmente integrados no projeto nacional, mas através de processos simultâneos de expropriação, invisibilização e expulsão. Como este modo de "subsunção por exclusão" coincide com uma estrutura econômica rentista, que dá prioridade à apropriação privada do excedente, reforça uma tendência histórica de grupos de poder destinados a privar ou desarmar material e intelectualmente grandes setores da sociedade civil.

Neste contexto, os processos comunitários de "localização defensiva" (ESCOBAR, 2001) têm sido os protagonistas da resistência mais sustentada a projetos dominantes — nas últimas décadas—, com a oposição a políticas extrativistas projetadas nos seus territórios. Tais processos representam a contrapartida abigarrada da formação aparente do Estado e são reproduzidos nos espaços de autodeterminação herdados por uma articulação hegemônica truncada. No entanto, apesar do potencial emancipatório inerente à determinação local e comunitária do horizonte político, estes processos também enfrentam enormes desafios nos contextos de Estados aparentes.

Como o caso da Guatemala mostra, por um lado, as noções oligárquicas no centro do bloco dominante são complementadas por segmentos narco-capitalistas e militares, aprofundando as bases autoritárias e corruptas do poder. Esta configuração de forças é suportada por mecanismos de desorganização vertical e coerciva, que ameaçam encurralar ainda mais expressões organizacionais antagônicas enraizadas a nível local. Por outro lado, num contexto mais amplo de violência recorrente e hierarquias interculturais, as formas de abigarramento coincidem com sentimentos de desconfiança e ignorância mútua. Tais características apontam para a importância de cuidar da horizontalidade e socialização do poder na construção de alianças, bem como de inscrever uma orientação a longo prazo nos processos para contestar a hegemonia do bloco dominante. Isto, porém, torna-os incompatíveis com a estrutura do poder político que têm de disputar.

Fechamento

Este artigo tinha o objetivo de tecer uma estratégia de investigação a partir da perspectiva relacionada às equações Estado-sociedade civil. Tomando o caso da Guatemala como um ponto de referência empírico, propusemo-nos concretizar a perspectiva teórica das equações, colocando em diálogo os conceitos de formações aparentes e abigarradas, juntamente com a ideia da constituição oligárquica do poder. Este exercício permite-nos desenvolver uma perspectiva teórica para revelar uma série de problemas que estão subjacentes à correspondência limitada entre o Estado e a sociedade. Estes incluem a dificuldade de articular diversidades no quadro de projetos nacionais sem uma socialização do poder; o vínculo entre um desenvolvimento capitalista histórico baseado na posse da terra e um ethos oligárquico que se inscreve nas estruturas de dominação; bem como o desafio de construir articulações horizontais, quando os padrões de inter-subjetividade são mediados por formas de subsunção excludentes, processos violentos de desorganização vertical e hierarquias raciais e interculturais persistentes.

Bibliografia

CASAÚS, A.M. Guatemala: Linaje y racismo. Guatemala: F&G Editores, 2007.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. La disputa por la construcción democrática en América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

DINERSTEIN, A.C. *The Politics of Autonomy in Latin America. The Art of Organising Hope*. London: Palgrave Macmillan, 2015.

ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political Geography*, 20(2), p.139-174, 2001.

GRAMSCI, A. *Cuadernos de la Cárcel*. México: Ed. Era/BUAP, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Resultados del Censo 2018. Disponível em: <https://www.censopoblacion.gt/>. Data de consulta: 28 de dezembro de 2020.

MARX, K. Prólogo en *Contribución a la crítica de la economía política*, Madrid: Siglo XXI editores, 1980.

_____. *El Capital*, tomo 1. México: Editorial Siglo XXI, 1976.

MOORE, B. *Social origins of dictatorship and democracy. Lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press, 1966.

OLIVER L.C. *El Estado ampliado en Brasil y México*. México D.F: Universidad Nacional Autónoma de México, 2009.

PORTANTIERO, J.C. "Sociedad Civil, Estado y Sistema Político". In: VEGA, J.E. (coord.) *Teoría y Política en América Latina*. México: Centro de Investigación y Docencia Económica, 1983.

TAPIA, L. *La Producción del Conocimiento Local: historia política en la obra de René Zabaleta*. CLACSO, 2002.

TISCHLER, V.S. Guatemala 1944: Crisis y revolución. Ocaso y quiebre de una forma estatal. Guatemala: F&G Editores, 2001.

TORRES-RIVAS, E. “Síntesis histórica del proceso político”. In: TORRES-RIVAS, E. et. al. Centroamérica hoy. México: Siglo XXI editores, 1975.

_____. Revoluciones sin cambios revolucionarios. Guatemala: F&G Editores, 2011.

ZAVALETA, R. “Las formaciones aparentes en Marx”. In TAPIA, L. (comp.) La autodeterminación de las masas/René Zavaleta, Antología. Bogotá: CLACSO/Los Amigos del Hombre, 2009a

_____. “Cuatro conceptos de democracia”. V La autodeterminación de las masas/René Zavaleta, Antología. Bogotá: CLACSO/Los Amigos del Hombre, 2009b.

_____. “El Estado en América Latina”. In TAPIA, L. (comp.) La autodeterminación de las masas/René Zavaleta, Antología. Bogotá: CLACSO/Los Amigos del Hombre, 2009c,

_____. “Notas sobre la cuestión nacional en América Latina”. In TAPIA, L. (comp.) La autodeterminación de las masas/René Zavaleta, Antología. Bogotá: CLACSO/Los Amigos del Hombre, 2009d, p.

_____. “Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial”. In TAPIA, L. (comp.) La autodeterminación de las masas/René Zavaleta, Antología. Bogotá: CLACSO/Los Amigos del Hombre, 2009e.

O caráter abigarrado da disputa hegemônica e a crise orgânica no Brasil: notas para debater os problemas históricos e as perspectivas de superação

Lia Pinheiro Barbosa

A modo de introdução

As duas primeiras décadas do século XXI foram o cenário de um duplo movimento político na América Latina: por um lado, o processo de construção democrática foi consolidado pela via eleitoral, com a eleição de governos progressistas apoiados por setores populares, sobretudo nos países que passaram por ditaduras militares no último quarto do século XX, como o Brasil, a Argentina e o Uruguai; por outro lado, quase simultaneamente, foi posta em marcha a estratégia imperialista das guerras híbridas (KORYBKO, 2028), por meio de golpes políticos, o primeiro deles em Honduras, em 2009, com o objetivo de frear o crescimento do progressismo e promover um giro político em direção à retomada dos governos de direita, ou ainda de impulso da extrema-direita autoritária, conservadora e de traços fascistas. Em ambos os casos, a intenção era a de garantir o aprofundamento das medidas neoliberais, juntamente com os interesses do capital transnacional, e a intensificação da política imperialista de controle

econômico, cultural e político dos Estados Unidos na região.

O resultado deste duplo movimento político foi uma profunda crise orgânica na disputa hegemônica entre a sociedade civil e a sociedade política na América Latina, o que se traduz numa crise democrática e numa crise de direção política e ideológica. Esse cenário abriu a necessidade histórica de uma análise, nas esferas teórico-metodológica e empírica, das permanências, ausências e emergência de elementos que desencadearam essa crise orgânica e seus desdobramentos em termos de uma disputa hegemônica.

Na teoria crítica latino-americana, a ideia de crise é apreendida como método de conhecimento propício à análise tanto dos sintomas como da natureza da decomposição política e social. Conforme Zavaleta (2009), analisar a crise nos conduz à identificação do «momento constitutivo», este compreendido como o tempo social de articulação da «forma primordial», isto é, o período histórico em que se assentam as bases das estruturas e formas que determinam a produção e reprodução da ordem social e política. A «forma primordial» constitui o modo como cada história nacional concretizou o processo de organização das diversas estruturas e formas de governo, bem como a natureza das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil. Nesse sentido, a «forma primordial» é uma chave analítica para interpretar a conformação do poder e suas expressões socioculturais, políticas e econômicas em contextos nacionais.

Em termos contemporâneos, a análise da crise orgânica nos permite identificar o «momento constitutivo», isto é, o conjunto de fatos históricos que demarcam a produção da «forma primordial». Isto

significa a busca, na história nacional e latino-americana, dos elementos de definição dos conteúdos, formas e significados dos processos sociais e políticos. Um aspecto importante desse método é identificar as raízes históricas das problemáticas nacionais ainda irresolutas e inseri-las no debate nacional, especialmente aquele articulado pelo campo popular. E no bojo da crise democrática representa uma abordagem crítica dos fatores que levaram a uma parte significativa das nossas sociedades a aderir a formas de governo de extrema direita autoritária e conservadora, a exemplo da eleição de Jair Messias Bolsonaro, no Brasil.

O caso brasileiro é um exemplo concreto dessa crise orgânica e as eleições presidenciais de 2018 não devem ser observadas somente pelo prisma de um resultado eleitoral “inesperado”. Bolsonaro foi eleito com um discurso público abertamente racista, misógino, sexista, homofóbico e de ódio. Há componentes do próprio processo eleitoral que podem ser interpretados como indicadores da permanência de questões históricas que ainda não foram suficientemente elucidadas na esfera da esquerda no Brasil, no sentido da sua apreensão sócio-histórica, teórica e política, bem como no âmbito das táticas e estratégias da disputa hegemônica e de um programa político de caráter popular.

Neste capítulo, apresento algumas notas sobre eixos que considero centrais para situar, em termos teórico-metodológico e político, a natureza da crise orgânica e as possibilidades de sua superação: 1. Os problemas históricos da configuração do Estado-nação no Brasil e a sua relação com a crise orgânica contemporânea; 2. O caráter abigarrado da disputa hegemônica. Defendo que estes dois eixos lançam luzes sobre as perspectivas de superação da crise orgânica que

devem ser pensadas pelas esquerdas, no seu sentido mais amplo, especialmente na sua base popular e nas suas organizações e movimentos populares.

Para tanto, retomo as categorias «momento constitutivo» e «abigarramiento» (Zavaleta, 2009) para analisar, do ponto de vista teórico-metodológico, quais foram os vazios de assimilação do processo histórico do Brasil, país analisado, que deixaram de fora da construção de um programa político do campo progressista, elementos fundamentais do «momento constitutivo» da formação sócio-histórica e do seu próprio processo político, levando a lacunas de direção ideológica que abriram caminho para a emergência de um governo autoritário de extrema-direita. Outrossim, argumento que o Brasil é também caracterizado como uma sociedade abigarrada e que isto confere um caráter abigarrado à natureza da disputa hegemônica neste país. Finalmente, proponho alguns elementos que emergem, especialmente do movimento indígena, em torno da crise orgânica, que se reflete na própria crise da democracia e da política institucional, a fim de pensar os caminhos da resistência e de proposição política de um horizonte emancipatório.

As problemáticas históricas do Brasil e sua relação com a crise orgânica

A história do capitalismo como sistema político-econômico é caracterizada pelo exercício permanente, violento, extensivo e predatório da expropriação territorial, da exploração dos bens naturais e da conversão dos seres humanos em força de trabalho em favor da acumulação incessante do capital (MARX, 2011). Marx atribui a este processo o seu caráter originário, configu-

rando a pré-história do capitalismo, ou seja, o seu germe na lógica da acumulação de capital. Luxemburgo (1970) retoma a análise de Marx para sublinhar o caráter inerente e contínuo dos mecanismos de acumulação primitiva, não apenas na sua gênese, mas extensivo à política colonial. A pensadora sublinha que esta reprodução não se limita à relação capital-trabalho na sua fase primitiva e original, mas vai além ao exigir, como condição *sine qua non* para a reprodução do capital, um continuum histórico, na procura de outros segmentos sociais como mão-de-obra barata e espaços geográficos não capitalistas para o fornecimento de matérias-primas, novos mercados para a circulação de mercadorias, e que são suscetíveis de investimento econômico.

As sociedades submetidas à colonização eram sociedades não capitalistas [o que Luxemburgo denominou sociedades de economia natural] e representavam um obstáculo à reprodução ampliada. Neste sentido, os processos de colonização buscavam garantir a integração destas sociedades ao monopólio integral do capitalismo à escala mundial (Luxemburgo, 1970). A ordem colonial intensificou o impulso do extermínio de formas de vida não capitalistas a fim de abrir caminho para a reprodução ampliada do capital. Ainda segundo Luxemburgo (1970), as formas de vida não capitalistas eram representadas pelos laços tradicionais indígenas, considerados o pilar da sua organização social e a base das suas condições materiais de existência. É necessário retomar a acumulação original e a reprodução ampliada do capital para compreender o papel histórico da colonização na consolidação do capitalismo na América Latina e como se caracteriza a disputa hegemônica na região.

No entanto, é imprescindível uma tradutibilidade da análise da hegemonia no contexto sócio-histórico latino-americano para uma maior precisão em torno da natureza das questões regionais e das formas e substâncias do Estado e da sociedade civil, especialmente num cenário de crise orgânica. Neste sentido, é fundamental prestar atenção à proposta metodológica de Zavaleta (2009) no que diz respeito à abordagem da nação e do Estado-nação como problemática histórica. Nas suas palavras, "aunque la cuestión nacional sea como universalidad una sola, cada país latinoamericano vive una parte de ella como su núcleo problemático " (ZAVALETA, 2009,p. 358). Na dinâmica de consolidação do capitalismo, a nação emerge como um módulo hegemônico instalado no momento constitutivo da acumulação original (ZAVALETA, 2009). No campo da disputa hegemônica, é medular compreender "el carácter que tendrá la nación o la forma de revelación de la nación en el Estado; he ahí el problema que libran todas las luchas políticas e ideológicas " (idem).

Esta advertência metodológica é imprescindível para uma leitura atenta das lacunas analíticas no contexto político brasileiro, sobretudo na interpretação dos elementos estruturantes da crise orgânica contemporânea, intrinsecamente vinculados à concepção de nação e Estado-nação erigida neste país. Para Zavaleta (2009, p. 358), "por nación se entiende por lo común la construcción de un yo colectivo, es decir, la construcción compleja de cierto grado de centralización y homogeneidad en torno al mercado interno". Esta concepção de nação é própria de uma sociedade capitalista, uma vez que "se trata en primer lugar de la construcción de una identidad colectiva o entidad histórica formada por hombres libres" (p. 358). Se o

conceito de nação constitui um dos pilares da acumulação original e o Estado-nação, por sua vez, a sua expressão e base para a regulação da reprodução ampliada do capital, será indispensável, no contexto latino-americano, que se alcance uma integração nacional para o pleno desenvolvimento do capitalismo, no sentido de eliminar qualquer obstáculo que impeça a sua reprodução.

No caso brasileiro, embora as análises histórico-gráficas e sociológicas da formação sociocultural, política e econômica do Brasil dão conta de situar problemáticas de raiz histórica, perdura como ausência analítica três eixos centrais: a) que somos um país multi-étnico; b) cujo território indígena e camponês é o espaço concreto do continuum da reprodução ampliada do capital e c) o que isto representa em termos de ausências e marginações, especialmente na dialética inclusão-exclusão de sujeitos e problemáticas, na concepção do Estado-nação, de um projeto político e da própria democracia. Assim, para compreender a história social e política do Brasil, e a sua relação com a crise orgânica vivida no século XXI, é necessário incorporar na interpretação sócio-histórica a questão indígena, a questão agrária, a questão territorial e da terra, como uma prática encarnada (Martins, 1979) na nossa realidade social, para não cairmos no erro de elaborar uma teoria social estéril, conforme alertou Mariátegui (1979).

De acordo com Prado Jr. (1986) e Fernandes (1976), a formação social do Brasil é caracterizada por dois fenômenos com incidência sociopolítica: os significados da colonização e a herança da escravidão. O primeiro fenômeno, relacionado com a colonização e os seus significados, consiste no processo de integração do

Brasil no mercado mundial, de forma dependente e desigual, a fim de atender ao processo de acumulação original do capital e à sua reprodução ampliada, mas de forma dependente e subordinada (BAMBIRRA, 1974; MARINI, 2000). Em relação ao legado da escravidão, evidenciam-se as consequências de 300 anos de regime escravocrata, tanto na sua relação com o desenvolvimento do capitalismo como na estruturação do Estado-nação, das forças hegemônicas e na sua base ideológica, principalmente no campo das relações sociais entre a sociedade política e a sociedade civil.

Ao analisar a escravidão como um fenômeno estruturante do capitalismo, Fernandes (1976) sublinha o seu caráter interno, como “fulcro para a transição neocolonial e de suporte inicial à fase subsequente, de transição para o capitalismo competitivo, o que pressupunha uma análise das funções da escravidão como fator específico da acumulação originária do capital no Brasil” (p. 07). Num contexto colonial, a acumulação original também funciona em uma base racial, uma vez que a força de trabalho explorada era simultaneamente indígena e negra escravizada. Sendo assim, a segregação e o antagonismo social são instituídos numa base étnico-racial e de classe. Isto gera uma base ideológica de dominação marcadamente racista e de articulação sistemática de uma visão de mundo autoritária, enquadrada no racismo (Moura, 2019), enraizada, visceral e substancialmente, na estrutura social brasileira e que perdura até os nossos dias. O racismo, a discriminação e a segregação racial são o legado da história universal da conquista e fundamentam a exploração colonial de alguns povos por outros, influenciando toda a configuração do desenvolvimento e

cultura colonial, a psicologia colonial e a mentalidade colonialista (González-Casanova, 1969).

Portanto, o «momento constitutivo» do Estado-nação brasileiro é caracterizado pelas heranças coloniais e da escravidão em sua dimensão étnico-racial e de classe. Neste processo de formação sócio-histórica, vale a pena recuperar a análise de Roitman (1996), no sentido de que se consolida uma dupla hegemonia no Brasil: de classe e étnico-racial, ou seja, institui-se uma hegemonia monoétnica, na qual o exercício do poder é realizado por forças políticas pertencentes a uma certa posição étnico-racial [no caso brasileiro, dos brancos], e cuja concepção de democracia e cidadania se baseia na exclusão étnica e na superioridade racial e de classe. Em termos da fundação do Estado-nação, a nacionalidade estatal é instituída numa hegemonia de classe étnica, em que as relações entre a sociedade política e a sociedade civil não se baseiam na diferença, mas na homogeneidade étnica. O pacto social de dominação-exploração e hegemonia monoétnica transforma-se numa superioridade racial e de classe (Roitman, 1996).

Isto significa que a forma Estado no Brasil não foi capaz de produzir uma integração social, cultural e política dos povos originários, mas representou uma integração sem assimilação (Ribeiro, 1996) e, no caso dos ex escravos, esta integração ocorreu numa condição subalterna (Fernandes, 2008) e de submissão permanente ao racismo. Num continuum histórico do capitalismo no Brasil, foi estruturada uma sociedade de privilégios, cujas relações sociais e de produção são padronizadas na inferiorização social e racial de negros, mestiços e populações indígenas, bem como na exaltação cultural e racial das elites oligárquicas e da burguesia nacional branca (Moura, 2019).

Por outro lado, na atual fase de desenvolvimento capitalista, mantém-se a concentração histórica de grandes extensões de terra nas mãos de uma oligarquia agrária e do agronegócio, enquanto o Brasil segue a tendência latino-americana de reconfigurar o padrão de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), com a intensificação do modelo extrativo de exportação de recursos não renováveis sob a regulamentação do Estado nacional, e de um modelo extrativo baseado no controle, extração e exportação de bens naturais em larga escala, como a expansão do modelo extrativo mineral. Esta reprodução ampliada é circunscrita no campo por meio da expropriação territorial dos povos indígenas, camponeses e outros povos do campo, uma vez que o território se torna cada vez mais o objeto de interesse do capital transnacional, por ser um reduto de riquezas hídricas, minerais, eólicas, de fauna, flora, etc. É importante salientar que esta apropriação do território, regulamentada pelos Estados nacionais, conduz a um estado de separação (Zavaleta, 2009), na tentativa permanente de desterritorialização e descampenização, em termos históricos, de pretensão de aniquilação de outras formas de organização social antagônicas à ordem do capital, para um consequente esvaziamento ou disponibilidade para a assimilação da racionalidade capitalista moderna, em termos de um território viável ao mercado mundial (ZAVALETA, 2009).

Numa abordagem sociológica dos contextos de colonização e pós-independência como a conhecemos na América Latina, estas relações coloniais não foram superadas como um todo, especialmente em relação ao (não) lugar social e político atribuído aos povos originários, ex escravos e camponeses. Nos processos constitutivos dos Estados nacionais, no domínio das

relações sociais e na consolidação do capitalismo latino-americano, prevaleceu uma base estrutural e ideológica baseada no colonialismo interno (González-Casanova, 1969), eixo estruturante da prevalência do racismo, da discriminação e do caráter subdesenvolvido e dependente dos países latino-americanos. De acordo com González-Casanova (1969, p. 240), “el colonialismo interno corresponde a una estructura de relaciones sociales de dominio y explotación entre grupos culturales heterogéneos, distintos”. O autor considera que esta característica histórica constitui uma chave de expansão analítica, uma vez que nos permite interpretar o domínio e a exploração para além de uma estrutura de classe (sem negar que é também uma estrutura de classe) e incorporar elementos próprios da permanência da estrutura colonial e das relações entre cidade e campo.

Conforme argumentei, nas problemáticas históricas do Brasil, identificamos a negação do caráter multi-étnico da fundação do Estado e a construção de um projeto de Estado-nação baseado numa hegemonia monoétnica classista e racista. Isto gera duas consequências históricas: 1. Ao impor um princípio homogeneizante do Estado-nação, se instituiu uma narrativa política de que o Brasil não é uma nação com uma presença indígena significativa e uma base econômica agrária, além de compreender o campesinato como algo residual; 2. Devido a isto, existe uma tendência dominante na análise sociológica em negar o caráter abigarrado da sociedade brasileira, resultado do triunfo ideológico da hegemonia monoétnica na subjetividade política nacional.

O conceito de «abigarrado» ou «abigarramiento» foi desenvolvido por Zavaleta (2009) ao analisar o

«momento constitutivo» da forma Estado na América Latina e identificar que uma característica comum às nossas sociedades é o seu caráter heterogêneo. Uma «sociedade abigarrada» é aquela que não é homogênea, mas que apresenta, em sua formação socio-histórica, uma diversidade constitutiva não necessariamente absorvida pela forma Estado em suas pretensões de homogeneização. Nesta direção, o «abigarrado» constitui uma categoria de penetração e articulação naquilo que se apresenta de forma heterogênea, isto é, trata-se de uma noção que nos possibilita analisar, em sociedades heterogêneas, uma diversidade conflitiva e contraditória produzida pelo colonialismo. Em termos de uma teoria social crítica, observa-se um veto à incorporação do étnico-racial como categoria central em uma análise sociológica da vida política no Brasil. Há uma tendência em analisar as contradições da nossa formação sócio-histórica, o antagonismo de classe e a disputa hegemônica a partir do princípio de exclusão e/ou não reconhecimento dos povos indígenas e camponeses como sujeitos inerentes a esta dinâmica histórica, no sentido de que também participam ativamente nos significados atribuídos ao Estado-nação.

Rivera-Cusicanqui (1999) tece uma crítica relevante ao que ela denomina de «supressão étnica» na esfera da produção das ciências sociais e dos debates histórico-políticos da esquerda que, segundo a socióloga boliviana, podem ser o resultado das assimetrias nas relações estabelecidas entre estes sujeitos e o mundo indígena-camponês, e de uma espécie de espírito vanguardista que tende a considerar estes movimentos como pré-políticos. Outrossim, argumenta que a condição de invisibilidade atribuída aos povos indígenas da cidade, que historicamente sofreram com a opressão

cultural ocidental, lhes impõe uma supressão da sua própria identidade. No âmbito teoria social crítica, ainda permanece uma abordagem, em relação ao mundo indígena, a partir da exterioridade das nacionalidades, conceituando-as dentro de esquemas baseados em preconceitos que, segundo López e Rivas (2017), vão desde o racismo segregacionista ao paternalismo assimilacionista. Isto também expressa um racismo epistêmico, ao considerar que os povos originários não possuem capacidade crítica suficiente para propor a sua própria concepção relativa ao exercício da hegemonia e de um projeto político de natureza emancipatória.

Tanto o problema indígena como a questão étnico-racial, bem como a questão agrária, territorial, fundiária e camponesa, tornaram-se parte constituinte da questão nacional no Brasil, como problemáticas históricas não resolvidas e que, portanto, devem ser reconhecidas no contexto da crise orgânica contemporânea. E embora na história política recente do Brasil, durante o ciclo progressivo dos governos do Partido dos Trabalhadores, o campo popular tenha avançado numa agenda política de expansão de direitos, vale a pena perguntar até que ponto se consolidou uma refundação do Estado, no sentido de romper com a hegemonia histórica das oligarquias agrárias, com o caráter dependente da economia e de enfrentamento dos padrões de acumulação do capital transnacional, sobretudo nos territórios dos povos do campo (Barbosa, 2020).

Ao contrário das expectativas políticas do campo popular, a hegemonia monoétnica foi mantida sob o PT, inclusive com o fortalecimento das forças políticas ligadas à oligarquia agrária (maioria no Congresso Nacional), de natureza multipartidária e que garantiam

os interesses do agronegócio, da propriedade privada da terra, especialmente nos marcos normativos da política agrária. Trata-se de um fortalecimento gradual do setor patronal rural nas quatro administrações do PT (Barbosa, 2016; 2020), um setor que é parte constituinte da hegemonia monoétnica. Nem conseguiu escapar do rentismo histórico do Estado, em que as rendas do neoextrativismo lhes permitiram um modelo baseado na conciliação de classes - pactos político-econômicos com setores importantes do capital nacional e transnacional - com medidas populistas de contenção social, tais como as transferências monetárias diretas para setores vulneráveis e a expansão do crédito de consumo para as massas.

No contexto do golpe parlamentar de 2016 e do impedimento da Presidente Dilma Roussef, inicia-se a transição para um governo de extrema-direita, após a eleição de Bolsonaro, em 2018. É importante salientar que com Michel Temer foram aprofundadas as medidas políticas de liberalização e desnacionalização de terras em benefício do setor patronal rural, um processo que se agravou no governo Bolsonaro, com o aprofundamento da desnacionalização do território nacional, o fim dos programas de reforma agrária e uma violenta ofensiva contra os territórios indígenas e camponeses (Barbosa, 2020). Atualmente, 297 áreas indígenas estão registadas em nome de proprietários de terras. Além disso, avança a aprovação do Projeto de Lei 490/ 2007, que altera a legislação da demarcação de terras indígenas.

A Plataforma CACI (Cartografia de Ataques contra os Povos Indígenas), mapeia o assassinato de povos indígenas no Brasil, que já atingiu a marca de mais de 1.000 assassinatos violentos nas últimas três

décadas. O "Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil", do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), registra dados que mostram um aumento da violência nos territórios e contra as populações indígenas. De acordo com Berger (2017), 68% dos conflitos no campo estão relacionados com a propriedade da terra; 67% dos massacres são realizados por proprietários de terras, o que equivale a 57 extermínios de povos indígenas por ano no Brasil, até 2017, matando entre 108 e 126 povos indígenas anualmente. A Comissão Pastoral da Terra também publica um relatório anual sobre os conflitos no campo, com dados sobre a violência no campo relacionada com as questões agrárias e da água e os massacres contra os líderes camponeses.

No que concerne aos impactos dos megaempreendimentos do capital transnacional, tanto durante os governos PT como após o golpe político de 2016, os territórios indígenas e dos povos do campo foram gravemente afetados. No governo de Dilma Roussef, a Usina de Belo Monte, construída sobre o rio Xingu, atingiu as etnias da Reserva do Xingu e da Bacia do Xingu, no estado do Pará, que totalizam 28 grupos étnicos. O crime ambiental da Empresa Samarco Mineradora, em Mariana, Minas Gerais, afetou três povos indígenas: os Tupiniquim e os Guarani, no Espírito Santo, e os Krenak, em Minas Gerais. Em Brumadinho, também em Minas Gerais, o crime ambiental da Vale Mineradora afetou o território dos povos indígenas Pataxó Hã-hã-hãe, além das comunidades ribeirinhas e tradicionais. Estes são exemplos concretos da destruição de modos de vida no campo, de atividades produtivas relacionadas com a agricultura camponesa, caça e pesca, e da destruição das

comunidades tradicionais, e de um impacto ambiental sem precedentes, com a morte de um rio, e a contaminação da água por metais pesados, tornando-a imprópria para o consumo humano e animal (CIMI, 2015), tudo isto a favor da histórica reprodução ampliada do capital no Brasil.

O caráter abigarrado da disputa hegemônica no Brasil

Como analisa González-Casanova (1996), cada crise implica um agravamento das lutas e um rearranjo das forças sociopolíticas, uma vez que a própria crise revela uma riqueza de contradições nacionais e de classe que se expressam na política, na economia, na ideologia e na repressão. Uma crise conduz a novas formas hegemônicas de governo e persuasão das massas, bem como a novas linguagens de condução na articulação da política. No Brasil, a crise orgânica em vigor é uma crise democrática e uma crise ideológica, resultado de problemáticas históricas que não encontraram lugar no debate nacional das esquerdas, no sentido de os reconhecer como problemas nacionais não resolvidos, ainda não superados, e que esta superação passa por uma crítica aos significados históricos da fundação do Estado-nação e pela supressão de um debate político mais amplo, no campo popular, sobre o projeto de democracia que se pretende construir.

No Brasil, historicamente, a democracia foi entendida de forma semelhante ao que Zavaleta (2009) define como «integração vertical», no sentido da construção do «trabalhador total» e do «capitalista coletivo», ou seja, uma concepção de democracia associada à nacionalização e integração no sentido

capitalista. Contudo, existe uma contradição inerente na hegemonia monoétnica do Estado-nação brasileiro que dificulta a materialização desta concepção democrática. Quando os povos originários são excluídos da fundação do Estado-nação e é legitimado um discurso que nega ou minimiza a sua presença e poder político, esta exclusão gera e reforça uma sociedade dual (González-Casanova, 1996), guiada pelo colonialismo interno. Contudo, pode também acontecer que os povos originários não tenham o interesse de participar em um projeto democrático que, em definitiva, faz parte da lógica capitalista da inclusão seletiva e cujas relações sociais são amalgamadas pelo racismo e pelo classismo.

É precisamente aqui que se situa a contradição histórica. A existência, resistência e persistência do mundo indígena na história contemporânea não representa apenas um obstáculo à reprodução ampliada do capital nos termos analisados por Luxemburgo, ou seja, ao constituir outras formas de coexistência no território e de uma subjetividade econômica não capitalista. Da mesma forma, representa um obstáculo político-ideológico à completa concretização do Estado-nação, no sentido em que não é possível consolidar a nacionalização como módulo hegemônico instalado no «momento constitutivo» da acumulação originária e parte constitutiva da democracia capitalista (Zavaleta, 2009). Embora veementemente negada como um sujeito histórico-político, a presença histórica dos povos originários revela a sobrevivência da heterogeneidade sociocultural no Brasil e é reveladora dos desafios envolvidos na proposta de um projeto político nacional, de caráter popular.

Zavaleta (2009) retoma de Marx a ideia de que a homogeneização da substância social não é um fato em

si, mas algo produzido na dinâmica histórica da instituição do capitalismo e com o objetivo de que as estruturas sociais mantenham semelhanças nos seus interesses e um padrão de funcionamento operacional comum, no plano político e jurídico, nos diferentes países e continentes. Do mesmo modo, ao analisar os elementos da teoria do Estado em Marx e a sua articulação com a teoria da hegemonia em Gramsci, Zavaleta (2009) considera que a nação e o Estado-nação são as formas ideais do que ele chama a «equação social», ou seja, uma articulação entre a sociedade política e a sociedade civil, que é conducente à consolidação de uma hegemonia que garanta os vínculos necessários entre a vida social, econômica, política e nas formas de governo.

Neste marco, a hegemonia torna possível uma rearticulação, no sentido de uma totalização social e cultural, dos fragmentos que sofreram uma destruição de formas sociais anteriores. Zavaleta (2009) argumenta sobre o vínculo entre a verdadeira subsunção, ou mudança global da civilização no âmbito das relações capitalistas modernas, e a construção do Estado-nação e a estruturação de um regime de representação política democrática. A evolução desta concepção de democracia consiste em estabelecer uma correspondência entre liberdade e igualdade jurídica formal, produzida e reconhecida pelo Estado-nação moderno. Contudo, essa acepção democrática pertence ao horizonte histórico moderno europeu e capitalista. Segundo a análise do sociólogo boliviano, as sociedades latino-americanas são sociedades «abigarradas», em que os processos de construção do Estado-nação são incompletos, parciais, uma vez que não alcançaram homogeneidade em sociedades de caráter heterogêneo. Esta incompletude

fez com que não fosse possível consolidar uma unidade política.

Argumento que, no Brasil, um país que negou a sua dimensão multiétnica, seja na construção do Estado-nação, seja na concepção de hegemonia, fruto e expressão do nosso «momento constitutivo», gênese das relações de superioridade racial, exclusão colonial e racismo, legitimadas por uma hegemonia monoétnica, ainda há ausências na interpretação do caráter abigarrado da nossa realidade sócio-histórica. Portanto, o «abigarramento» constitui um desafio de ordem teórica e política para as nossas esquerdas, porque poderia ser incorporado como uma chave analítica fundamental no horizonte de uma hegemonia popular. Segundo Zavaleta (2009), em sociedades onde não existe homogeneização da substância social, não será possível manter a validade de uma teoria social baseada num único modelo teórico com pretensões de interpretação universal.

Nesta condição, considero que é fundamental, em termos metodológicos e de uma análise teórico-política, recuperar a categoria de «abigarramento» para uma interpretação da hegemonia no Brasil, identificando-a como uma hegemonia «abigarrada». Aqui também argumento que as esquerdas não conseguiram compreender, no momento de conceber as táticas e estratégias da disputa hegemônica, o significado histórico-político e cultural relativo à diversidade étnico-racial brasileira e os problemas nacionais inerentes a esta condição sócio-histórica. Isto gerou dificuldades substanciais na construção de pontes de diálogo para consolidar a unidade política, especialmente para enfrentar o caráter autoritário e ultra-neoliberal do governo Bolsonaro, uma expressão da crise orgânica do

século XXI, e, ao mesmo tempo, para concretizar um projeto democrático de e para o campo popular.

Perspectivas de superação da crise orgânica: reflexões finais

Darcy Ribeiro (1996, p. 251) destaca uma frase emblemática do General Geisel, durante a ditadura militar no Brasil: “¿Por qué estos indios se mantienen en esa manía de ser indios?”. Num dos seus primeiros pronunciamentos públicos após ter sido eleito, Bolsonaro declarou:

O índio é um ser humano igualzinho a nós. Quer o que nós queremos, e não podemos usar o índio, que ainda está em situação inferior a nós, para demarcar essa enormidade de terras, que no meu entender poderão ser, sim, de acordo com a determinação da ONU, novos países no futuro. Justifica, por exemplo, ter a reserva ianomâmi, duas vezes o tamanho do estado do Rio de Janeiro, para talvez, 9 mil índios? Não se justifica isso aí

No dia 22 de abril de 2020, em um vídeo da reunião ministerial com o presidente Bolsonaro, o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse em tom de fúria: “odeio o termo “povos indígenas”; odeio este termo [...] Só existe um povo neste país. É o povo brasileiro. [...] tem que acabar com isso de povos e privilégios”. Ambas as frases revelam que: 1) A presença histórica da heterogeneidade étnico-racial do Brasil não foi dissipada; 2) Entretanto, a homogeneização auspiciada pelo Estado-nação brasileiro não foi alcançada, nos termos analisados acima; 3) A presença histórica da

heterogeneidade étnico-racial do Brasil não foi dissipada.

Em termos da crise orgânica no Brasil, esta observação aponta, assim como converge, para os problemas históricos que culminaram com a crise democrática e ideológica. Estas problemáticas não são apenas parte da fundação do Estado-nação e de uma concepção de democracia sob a direção exclusiva do Estado. Como hegemonia, também envolvem a sociedade civil. No âmbito da disputa hegemônica, envolve as esquerdas, uma vez que o projeto democrático pelo qual se lutou durante o período da ditadura militar e da transição democrática em meados dos anos 80, do século XX, não incorporou esta heterogeneidade social como o núcleo comum de uma hegemonia popular.

Na realidade, o debate político nacional desse período aglutinou, de forma mais significativa, o setor da classe trabalhadora urbana, o setor sindical, um segmento do campesinato [que tem uma identidade de classe trabalhadora] e as classes médias urbanas, uma expressão da integração nacional sem assimilação dos povos originários e outros povos do campo do país. Além disso, em vez de reivindicar o direito à participação política direta pelo voto popular, este momento histórico da política brasileira revelou a semente de uma concepção de democracia como integração vertical, nos termos de Zavaleta (2009), ou seja, uma democracia inserida no capitalismo, que tomou forma, sobretudo, nos governos do PT.

Com o golpe político de 2016 e a ascensão da extrema-direita conservadora e ultra-neoliberal, representada por Bolsonaro, foi reforçado um debate nacional no campo popular sobre a unidade das frentes criadas durante o golpe - Frente Brasil Popular, Frente Povo

Sem Medo e Frente Socialista - com uma direção política de confronto com o fascismo. No entanto, em termos de disputa hegemônica, se reduziu o debate em torno da política à dimensão partidária, ou seja, a entrar com força nas disputas eleitorais, o que evidenciou uma crise ideológica, sem distinção clara entre a luta pelo Estado e a luta por um sistema político, nos termos de González-Casanova (1996). Por outro lado, os diferentes povos originários do Brasil, especialmente durante os tempos da pandemia de Covid-19, promoveram um debate fértil na denúncia do caráter etnocida e necropolítico (MBEMBE, 2018) do governo Bolsonaro, no sentido de uma política de morte, que se configura num estado de exceção e de crescente violência nos seus territórios, além de uma política que define um significado social para a morte, especialmente sobre quais vidas merecem ser vividas e quais não.

A 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, realizada de 09 a 13 de agosto de 2019, foi uma das mais expressivas ações de resistência nacional durante o governo Bolsonaro. Com o lema "Território, Nosso Corpo, Nosso Espírito", 2.500 mulheres de mais de 130 povos indígenas das cinco regiões do Brasil, lançaram um documento sobre a r-existência histórica dos povos originários face à permanente e violenta ofensiva da reprodução ampliada do capital nos seus territórios. É fundamental reconhecer que o movimento indígena constitui um sujeito histórico-político atiante de um ciclo de lutas que, na realidade, se prolonga há mais de 500 anos em resistência. Caracterizada por um entramado social e organizacional baseado na vida comunitária, a presença de movimentos indígenas dá outros significados à luta social e à própria hegemonia.

Devido aos limites de extensão deste escrito, gostaria de salientar que, para uma perspectiva de superação da crise orgânica que vivenciamos no século XXI, não basta defender a democracia pactuada com o capital, quanto mais uma compreensão da hegemonia que não reconhece os problemas nacionais discutidos acima. Se abrirmos o caminho para uma compreensão do carácter «abigarrado» da nossa hegemonia, poderemos alargar o debate no que diz respeito a uma concepção de um projeto democrático num horizonte popular e, sobretudo, em diálogo com os povos originários e camponeses do Brasil. Nesse sentido, estas notas procuram deixar no tinteiro, para futuros escritos, o papel histórico da vernácula (SHANIN, 2017), ou seja, dos povos originários e camponeses, na concepção da hegemonia em contextos históricos como os da América Latina. Por enquanto, estes sujeitos dizem-nos que o horizonte político deve ser de uma luta anticapitalista, anticolonial, antirracista e antipatriarcal, em defesa da vida, dos territórios e dos bens comuns que, num sentido ontológico e epistêmico, significa a coexistência com a natureza (Mãe Terra), os seres humanos e os seres não humanos. Esta concepção é radicalmente antagônica ao capitalismo.

Bibliografia

BAMBIRRA, Vania. El capitalismo dependiente latinoamericano. México: Siglo XXI, 1974.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Challenges Facing Latin American Peasant Movements under Progressive Governments and New Right-Wing Parties. The Case of Brazil. *Latin American Perspectives*, 47:5, 2020, p. 94-112.

_____. “Brasil: La disputa de proyectos políticos en el siglo XXI”. In: OLIVER Lucio (ed.). Transformaciones recientes del Estado Integral en América Latina: Críticas y aproximaciones desde la sociología política de Antonio Gramsci. México: UNAM, 2016, p. 185–209.

BERGER, William. Índios na cidade do capital: indígenas em contexto urbano na cidade do Rio de Janeiro em tempos de barbárie (2012-2017). Tesis de Doctorado. Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CIMI. CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2015. Disponible en: <https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2015-Cimi.pdf> Acceso: noviembre de 2020.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”, São Paulo: Globo, 2008.

GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo. Sociología de la explotación. México: Siglo XXI Editores, 1969.

_____. “La crisis del Estado y la lucha por la democracia en América Latina: problemas y perspectivas”. In: GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo & ROITMAN, Marcos (coords.). Democracia y Estado multiétnico en América Latina. México: UNAM-CIICH, 1996, p. 17-38.

KORYBKO, Andrew. Guerras Híbridas. Das revoluções coloridas ao golpe. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. “Etnomarxismo y cuestión étnico-nacional desde América Latina”. In CHAMORRO-PALENZUELA, Pablo. Antropología y compromiso: homenaje al profesor Isidoro Moreno. España: Icaria Editorial, 2017, p. 61-88.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana. México: ERA, 1928.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, José de Souza. A terra na realidade do índio e o índio na realidade da terra. Mimeo, 1979. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/terra-na-realidade-do-indio-e-o-indio-na-realidade-da-terra>>

MARX, Karl. O Capital. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, Achile. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

PRADO JR. Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Darcy. “El indio y el brasileño”. In: GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo & ROITMAN, Marcos (coords.). Democracia y Estado multiétnico en América Latina. México: UNAM-CIICH, 1996, p. 237-257.

RIVERA-CUSICANQUI, Silvia. Sendas y senderos de la ciencia social andina. Dispositio, Vol. 24, No. 51, Crítica Cultural en Latinoamérica: Paradigmas globales y enunciaciones locales, 1999, p. 149-169.

ROITMAN, Marcos. “Formas de Estado y democracia multiétnica en América Latina”. In: GONZÁLEZ-CASANOVA, Pablo & ROITMAN, Marcos (coords.). Democracia y Estado multiétnico en América Latina. México: UNAM-CIICH, 1996, p. 37-61.

SHANIN, Theodor. Marx tardio e a Via Russa. Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ZAVALETA, René. *La autodeterminación de las masas*. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

Domínio e Hegemonia no Brasil: problematizando disputas e estratégias da burguesia e das classes subalternas

Elda Maria Freire Maciel¹

Leila Maria Passos de Souza Bezerra²

Márcio de Souza Porto³

Maria Cristina de Queiroz Nobre⁴

Preâmbulo

No contexto de crise estrutural do capitalismo mundializado, em sua versão neoliberal, a delinear uma crise humanitária multifacetada – político-cultural, econômica, social, ecológica e sanitária – em que “o

¹ Socióloga e Pedagoga, mestra em Educação e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora aposentada da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² Assistente Social, mestra e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Líder do Grupo de Pesquisa Margens, Culturas e Epistemologias Dissidentes (GEP Margens/UECE).
E-mail: leila.passos@uece.br

³ Márcio de Souza Porto, mestre em História Social e doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Historiador da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará e professor colaborador do Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁴ Assistente Social, mestra e doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: cristina.nobre@uece.br

velho está morrendo e o novo não pode nascer” (GRAMSCI, 2004; FRASER, 2020), repõe-se o desafio de pensar criticamente as particularidades do Brasil. Neste sentido, o artigo em tela versa sobre as disputas históricas estabelecidas entre burguesia e classes subalternas, a enfocar as suas principais estratégias político-culturais adotadas no desafio de domínio e/ou hegemonia (GRAMSCI, 2004; COUTINHO, 1981) à brasileira.

País de capitalismo periférico-dependente, o Brasil resguarda as marcas do colonialismo inaugural, nos termos de seu prolongamento enquanto colonialidade do poder, do saber e do ser (MALDONATO-TORRES, 2008); e da experiência da escravidão e de sua configuração em racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Ademais, no decurso dos processos sócio-históricos brasileiros de constituição e de lutas intra e entre classes/grupos por privilégios e distinções sociais, a “ideia-força da hierarquização sociomoral” – estabelecida entre indivíduos, classes e grupos sociais, bem como entre os gêneros e as “raças” (SOUZA, 2017) – tem sido naturalizada e reatualizada nas práticas cotidianas, a engendrar rígidas fronteiras entre vidas supostamente “qualificadas-superiores” em oposição àquelas ditas “desqualificadas-inferiores”. Estas últimas, pertencentes às classes subalternas, equivalem à figura do homo sacer (AGAMBEM, 2004), cujas “vidas matáveis” (zoe) e/ou “deixadas para morrer” são impelidas a silenciamentos, invisibilidade e desqualificação social para o exercício da política e usufruto dos direitos inscritos nas regras jurídicas da igualdade formal.

De fato, a burguesia à brasileira tem se mostrado pouco afeita às demandas populares, cujas manifestações e lutas político-culturais advindas das classes subalternas tenderam a ser respondidas com “revolu-

ções passivas” (GRAMSCI, 2002), exercício de poder autocrático (FERNANDES, 2006), cooptação, conservadorismo das elites dominantes, predominância do Estado autoritário enquanto agente político-econômico, superexploração-espoliação e/ou criminalização das classes subalternas, marginalização das massas (COUTINHO; NOGUEIRA, 1988). Em raros momentos, anteriores à democratização inconclusa – a partir dos anos 1980 (DAGNINO, 2004), as instituições políticas estiveram permeadas por princípios liberais e democráticos, seguindo, por dentro da institucionalidade político-democrática ainda vigente, incapazes de amenizar as hierarquizações sociomorais e as desigualdades sociais, raciais, políticas e culturais, a indicar que “(...) a vida política nacional esteve sempre intoxicada de golpismo e de autoritarismo” (NOGUEIRA, 1988, p. 35).

Assim, o Brasil foi instituído como colônia instrumentalizada pela dinâmica do mercantilismo europeu. Seguiu se “deteriorando” com a persistência do trabalho escravo de indígenas e de negros (as) africanos (as) que, após metamorfoseados em “mão de obra livre”, típico de uma “abolição inacabada”, permaneceram na condição de subcidadania (SOUZA, 2018), às margens do Estado brasileiro. Em termos políticos, mesmo como nação independente, o país persistiu com suas marcas originárias sob domínio do capitalismo imperialista e com adesão das elites locais. Desta feita, observa-se a continuidade de aspectos estruturantes de sua matriz político-cultural conservadora-hierárquica-autoritária (DAGNINO, 2004), cujos elementos mais atrasados de seu passado recente atravessam o desenvolvimento e as crises capital, a adquirirem nuances de contemporaneidade nesta fase neoliberal do capitalismo mundializado.

O Brasil do século XXI – sob as marcas do governo federal bolsonarista – encarna o aparente paradoxo de aliança entre classes e grupos sociais da direita (neo)conservadora e da ultra direita neoliberal, a constituir o solo fértil às tendências em curso da acumulação por espoliação (HARVEY, 2015); do recrudescimento do Estado penal-punitivo em detrimento do Estado social-protetivo (BEZERRA, 2015); da precarização estrutural do trabalho e das existências (ALVES, 2013) das classes subalternas, expropriadas de seus direitos sociais e trabalhistas, e submetidas a processos, via de regra, entrecruzados de estigmatizações, segregações socioterritoriais e criminalização. Tempos sombrios nos quais se adensam práticas discursivas e não discursivas de preconceitos, discriminações, violências múltiplas perpetradas contra as minorias” sociais neste país, a saber: população negra, LGBTQI+ , mulheres, imigrantes, indígenas, pessoas com deficiência, a incluir moradores das margens urbanas e em situação crescente de pobreza pluridimensional (BEZERRA, 2015; 2016).

É premente, portanto, problematizar as lutas-disputas travadas entre burguesia e classes subalternas pela construção e conquista de domínio e/ou hegemonia, na perspectiva de apreender suas estratégias político-culturais adotadas em períodos históricos significativos da vida brasileira. Esse esforço reflexivo busca articular história e teoria, de modo a movimentar três categorias fundantes do pensamento de Antônio Gramsci – revolução passiva, Estado ampliado e hegemonia – e seguir na inspiração gramsciana em unir o “pessimismo da razão e o otimismo da vontade” indispensável à interpretação crítica do tempo presente

e subsidiar a reinvenção de caminhos possíveis de transformação social.

“Revolução passiva” e Modernização Capitalista no Brasil

Refletir, preliminarmente, como a categoria de revolução passiva, em princípio um paradoxo em termos, é desenvolvida por Antônio Gramsci (2002) no contexto italiano, é essencial para a compreensão da centralidade adquirida em seu pensamento e da sua reverberação na América Latina e no Brasil. Percurso basilar para a análise proposta nesse artigo.

Assim, vale enfatizar a definição gramsciana de revolução passiva resgatada na interpretação de Fresu (2020), qual seja: como “fato histórico” esvaziado de protagonismo popular no processo histórico italiano que, efetivamente se configurou como reação das classes dominantes aos possíveis horizontes de concretude social e política de inserção das massas populares em tal processo. Mena e Kanoussi (1985: 125) designam revolução passiva de maneira mais ampla, a saber: “(...) como a formação, consolidação e defesa do bloco histórico da sociedade capitalista”. Desta feita, seria por meio desse conceito que Gramsci se debruçaria sobre o surgimento do “movimento histórico dado em uma estrutura determinada”, ou seja, a dialética como “unidade tendencial” que se estabeleceria entre “filosofia e história, ou filosofia e política (estrutura e superestrutura, ou necessidade e liberdade) de um particular grupo social (classe), que é portador de uma função produtiva de caráter orgânico” (MENA; KANOUSI, 1985: 125).

Segundo Galastri (2015), é possível estabelecer o contraste entre o funcionamento histórico da dialética no âmbito da filosofia da práxis e a chamada “dialética dos distintos” elaborada, originalmente, por Benedetto Croce, no seu trabalho de revisão do marxismo no final do século XIX. Conforme Kanoussi e Mena (1985), o conceito gramsciano de revolução passiva seria uma resposta à filosofia da história de Croce. O que para Croce era manifestação de seu modelo dialético da convivência dos distintos, Gramsci traduziria no âmbito da filosofia da práxis como revolução passiva. Nesse sentido, a burguesia se apresentaria como nova antítese histórica diante da velha aristocracia feudal, porém, já como antiga tese dominante em face da nova antítese dela própria, o proletariado (GALASTRI, 2015).

Portanto, Gramsci (2002) ressalta que, nesse caso, não há revolução jacobina movida pela oposição de camadas sociais antagônicas em interesses materiais. Verifica-se a absorção de parte dessas camadas sociais e suas reivindicações sob a hegemonia de uma nova classe dominante, a burguesia, que deflagra a construção de seu bloco histórico, evitando o paradigma jacobino, que seria da inclusão das massas e de edificação de um novo tipo de Estado. Galastri (2015) ressalta que a exclusão passiva das massas da vida política se daria pela absorção, ou melhor, pela desagregação de seu movimento político, econômico e filosófico, pelo caminho do transformismo, difundindo entre as massas a hegemonia política da burguesia. A dialética dos distintos, de Croce, retiraria todo o movimento potencialmente revolucionário presente na própria dialética dos opostos de Hegel.

No modelo histórico do processo de revolução passiva analisado por Gramsci, isto é, o Risorgimento

italiano, a nova classe dominante, no âmbito das relações de forças sociais num momento histórico de transição de um modelo agrário-feudal para o modelo urbano burguês, não teria força suficiente para superar as instituições aristocráticas enquanto antítese que seria delas. No entanto, assim agindo, evita sua própria superação enquanto tese perante a antítese formada pelo conjunto massas/proletariado. Não destruindo por completo a estrutura de produção anterior à sua própria, a estrutura burguesa preserva-se de seu próprio aniquilamento, evitando o embate direto com o que seria sua antítese. Dessa forma, surgiria um movimento conservador condescendente com reformas que visariam a fundação do Estado nacional, com exclusão da participação das massas, que seria ao mesmo tempo um movimento “molecular” (transformismo) voltado para a conservação dos interesses das velhas classes (KANOUSSE E MENA, 1985).

Seria possível traduzirmos a categoria de revolução passiva gramsciana para interpretação do processo histórico social brasileiro e seu uso estratégico pela burguesia nacional para garantir seu domínio? Eis o desafio reflexivo ora (re)posto. Para Del Roio (2018), a resposta a tal questão pode ser positiva, levando-se em conta a compreensão da peculiaridade da modernização capitalista no Brasil. Para este autor, é importante partir da premissa de que a transição do país à modernização capitalista se desenvolveu no final dos anos 1920, no momento histórico da crise de acumulação agromercantil do capital, e se desenrolou até os finais da década de 1970, quando já caracterizado como plenamente capitalista. A categoria de revolução passiva, nos termos gramscianos, teria certa funcionalidade teórico-política, a partir da compreensão espe-

cífica dos caminhos do desenvolvimento do capitalismo no país.

No esforço de tradução da supracitada categoria para o processo histórico brasileiro, pode-se dizer que, a partir do processo de modernização capitalista e sua subsequente inserção no capitalismo monopolista, o impacto externo, que reverberou fortemente sobre as forças sociais internas, foi o imperialismo norte-americano (DEL ROIO, 2018), ou na melhor acepção de Gramsci, o americanismo-fordismo, que designou como forma particular de revolução passiva. A burguesia industrial brasileira assumiu rosto próprio no decorrer dos anos 1920, pautando-se pela influência do fordismo. Concomitantemente, também aportaram no país os ecos da Revolução Russa (1917), ativando o proletariado industrial em formação, estimulando suas lutas e oferecendo ensinamentos. Os horizontes de expectativas de uma revolução jacobina democrática foram vislumbrados em determinados setores do movimento operário, especialmente aquele orientado pelo Partido Comunista à época. Todavia, a “burguesia brasileira” optou pelo caminho da “revolução passiva” que, nos termos gramscianos, significa “ditadura sem hegemonia” levada avante pelo Estado, no caso, precognizando o predomínio e fortalecimento da sociedade política (coerção/domínio) sobre a sociedade civil (direção/consenso/hegemonia).

O âmago de tal processo foi a reorganização das classes dominantes, efetivada sob a condução da oligarquia gaúcha, a iniciar a “Era Vargas” da história nacional, incorporando a perspectiva industrialista e preservando os interesses agrários, a configurar um bloco agrário-industrial. O Estado, ao se sobrepor às oligarquias agrárias, estimulou a industrialização e

reforçou a burguesia industrial como fração dominante e sua principal aliada diante da presença imperialista e da pressão das classes trabalhadoras. O Estado, condutor da revolução passiva no Brasil, organizou-se como híbrido liberal-corporativo, com a predominância de um ou de outro componente, de acordo com a correlação das forças sociais.

O recurso ao corporativismo se apresentou também como opção para países periféricos como o Brasil, que se deparava com o processo de “revolução burguesa”, definindo um novo viés de revolução passiva. O liberalismo, nesse período da história brasileira, era vigente no campo em termos da intocabilidade da propriedade privada, mas também encobria as relações sociais de dependência pessoal, garantindo a sobrevivência do grande latifúndio e a opressão dos camponeses sem terra. O corporativismo, na vertente de estatização dos sindicatos de trabalhadores (as), teve um peso enorme sobre a classe operária, a qual foi submetida ao Estado burguês em construção, com o objetivo de organizá-la para a exploração do capital, a contribuir com a fragilização e/ou perda de sua autonomia político-organizativa. Daí, muitos dirigentes sindicais e intelectuais mais próximos ao movimento operário se empenharam na confecção do sindicalismo corporativo de Estado, a indicar uma configuração transformista implementada para fins de garantia de consenso mínimo indispensável à continuidade da modernização capitalista no país.

A trajetória de revolução passiva das elites brasileiras provocou uma descontinuidade histórica no movimento operário, a partir do processo em que operários eram recrutados entre os originários da migração interna, a conduzir trabalhadores do meio rural

nordestino para as cidades do Sudeste do Brasil. Esse deslocamento populacional de trabalhadores foi marcante dos finais dos anos 1920 até a década de 1970. Ao ser cooptado pelo sindicalismo corporativo estatal, esse embrião de proletariado de origem rural introjetava, como uma ascensão social, o trabalho assalariado e alguns direitos sociais concedidos pelo Estado, que executava, assim, a sua estratégia de ampliação de sua base social. Ou seja, conforme Del Roio (2018), parte do proletariado, organizado no sindicalismo estatal e no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), serviu de base de sustentação para a revolução passiva implementada à época.

Porém, segundo esse estudioso, seria um erro de interpretação, considerarmos essa submissão das classes subalternas como totalidade, pois, verifica-se que houve pressões por uma reversão democrática para a “revolução burguesa” à brasileira, com ênfase aos anos 1934-1935, 1945 e entre 1961 e 1964. Em tais momentos históricos, merecem destaque os setores mais combativos do operariado organizados em sindicatos e partidos, como os comunistas e os anarquistas, que lutavam por autonomia e independência com relação ao Estado. Buscaram alterar a correlação de forças adversas, a contar com o principal partido de tradição marxista da época: o Partido Comunista do Brasil (PCB). No entanto, imerso em disputas das suas distintas tendências políticas internas e inspirado nos ditames da III Internacional Comunista postos para os países ditos subdesenvolvidos, parcela dominante dos comunistas terminou por admitir um vasto leque de aliados políticos, a empreender concessões e alianças com a burguesia industrial nacional.

Não obstante a prevalência da revolução passiva na vida brasileira – com o protagonismo do Estado estrito posto a serviço dos interesses das elites – foram, sobretudo, nos breves períodos democráticos no Brasil que se ampliou o longo processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira (COUTINHO; NOGUEIRA, 1988), nos moldes gramscianos. Configurou-se em processo constantemente interrompido por golpes autoritários das elites, que fizeram da sociedade política – mediante o uso dos aparatos estatais coercitivos/jurídicos e da tecnoburocracia econômica – instrumento da modernização capitalista à brasileira e de controle-repressão das forças organizativas das classes subalternas. “Ocidentalização” intensificada em meados dos anos 1970-1980 – mediante a crise do projeto político-econômico da ditadura militar (1964-1985) e o avanço da redemocratização – a delinear a constituição de uma sociedade civil autônoma, com seus aparelhos “privados” de hegemonia independentes do Estado. Ou seja, foi, contraditoriamente, durante a fase mais repressora da vida brasileira – a compreender a deflagração da ditadura militar (1964) até a transição democrática tutelada consumada em 1985 – que, em meio ao adensamento das relações de conflito entre as classes subalternas e a burguesia (e seus aliados), gestaram-se as possibilidades de ampliação e consolidação da sociedade civil enquanto arena pública (política), autônoma, heterogênea e plural.

“Ocidentalização” da sociedade civil e disputas pela hegemonia à brasileira

O golpe civil-militar de 1964 foi uma ação política autocrático-burguesa articulada em momento

preciso tanto para barrar o desenvolvimento molecular das forças subalternas e suas demandas por direitos, como para garantir a expansão capitalista. Esse momento crucial da história política e econômica do Brasil implicou não apenas a derrota de forças sociais de esquerda e centro-esquerda na luta política por mais direitos, que estariam consubstanciadas nas chamadas “reformas de base” (agrária, urbana, educacional, fiscal e política-eleitoral) do governo João Goulart (1961 - 1964). A derrota foi, antes de tudo, das lutas sociais desencadeadas na sociedade civil em expansão, em especial travadas por reforma agrária. Esta era uma necessidade histórica para as classes subalternas e tinha como grande referência as ligas camponesas surgidas no Nordeste do país. Por sua vez, a inviabilidade de sua realização, mesmo nos termos do projeto desenvolvimentista, era dada pelas origens agrárias da burguesia e sua expansão como agronegócio. No espaço urbano alargado pela expansão do capital havia crescido, significativamente, a massa do operariado e surgido importantes lideranças políticas, com enorme disposição para transformar a histórica desigualdade social.

Importa salientar que a deposição de Goulart teve como antecedentes várias outras tentativas golpistas de travar os projetos desenvolvimentistas associados à ampliação de direitos. Goulart foi deposto em ato simbólico no Congresso Nacional, que declarara o cargo vago enquanto forças militares marchavam de Minas Gerais e São Paulo em direção a Brasília. Ainda que houvesse ensaios de resistência organizados pelos movimentos sociais e bases políticas de apoio aos governos de Pernambuco (Miguel Arraes) e do Rio Grande do Sul (Leonel Brizola), o presidente deposto

optou por sair do país e evitar a possibilidade de guerra civil.

Esses episódios revelavam, de um lado, os limites daquele governo e seus propósitos de fazer avançar a revolução burguesa, o que não se coadunava com ações excludentes e o caráter dependente dos grandes setores da burguesia local. De outro, o golpe civil-militar de 1964 respondeu às demandas de acelerar a expansão do capitalismo monopolista, na condição de que o Estado estivesse abertamente engajado na economia e na sociedade (IANNI, 2019). Articulado pela burguesia industrial e financeira, os grandes latifundiários e as cúpulas militares, a concretização desse golpe só foi possível por mobilizar largos setores da pequena burguesia (camadas médias) crescentemente conquistadas pela hegemonia burguesa, além da disseminação, entre as classes populares, de um sentimento “anticomunista”. Nas batalhas político-ideológicas travadas nesse momento em que o golpe político-militar se concretizou (com forte expressão autocrática), foram fundamentais as atuações de setores da mídia, das cúpulas militares e de instituições religiosas – os setores reacionários da Igreja Católica – atuantes por dentro de uma sociedade civil em ampliação. Dentre os “aparelhos privados de hegemonia” burguesa atuantes neste período, merecem destaque o Instituto de Estudos e Políticas Sociais (IPES) e o Instituto Brasil Democrático (IBAD), este último com financiamento direto dos americanos (DREIFUSS, 1989).

Concretizado o golpe de 1964, realizou-se amplo processo de expansão do capital em maior benefício de empresas estrangeiras (associadas às brasileiras ou não), com desempenho de enorme capacidade para extrair mais-valia consolidada por política salarial

regressiva e controle de movimentos e lutas dos setores populares. Ademais, houve violenta repressão política, que vitimou centenas de brasileiros e exilou outros tantos. Portanto, o Estado – sob a figuração técnico-burocrático-autoritário burguesa – foi fundamental para o êxito do capital, o que ocorreu por meio de seus aparelhos repressivos, suas políticas econômicas e de planejamento, e com a infraestrutura que permitiu a expansão industrial (IANNI, 2019).

Em consequência de tal expansão, em apenas duas décadas, o Brasil urbanizou-se intensamente, mesmo mantendo grandes zonas rurais e mais concentradas em termos de latifúndios. Isto resultou também em ampla e diversificada classe trabalhadora, que passou a atuar como força política a partir do polo dinâmico da indústria paulista e se refletiu em greves, que mobilizaram milhares de trabalhadores, em especial aquelas realizadas nos anos de 1970 e 1980. Por sua vez, passaram a se reorganizar forças políticas que lutavam por reforma agrária, sobretudo, no entorno da Igreja Católica progressista, com o protagonismo da reconhecida “Esquerda Cristã”. Ampliou-se a luta pela anistia política e, principalmente, heterogêneos setores da sociedade civil passaram a demandar eleições diretas para presidente da República. Em seu conjunto, essas condições conduziram a mudanças político-culturais e socioeconômicas profundas, que permitiram a recomposição de forças das classes sociais dominantes para superar sua crise de legitimidade e construir sua hegemonia, para além do recurso histórico ao modelo da “revolução passiva” até então prevalecente.

De fato, o Brasil nas décadas de 1970 e 1980, vivenciou momentos extremados de conflitos entre as classes sociais fundamentais em virtudes das mudanças

estruturais na economia brasileira e da repressão sobre partidos, centrais sindicais e movimentos sociais organizados. Importa considerar a crise de legitimidade do regime ditatorial entrecruzada ao esgotamento do modelo político-econômico de seus governos, evidenciado no aumento substancial da dívida externa junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), nos elevados índices de inflação, nas baixas taxas de crescimento interno e, em especial, na agudização do desemprego e da desigualdade social. Essa realidade passou a provocar insegurança em setores da classe média que acreditaram no prometido “milagre econômico brasileiro”. Porém, os maiores prejudicados foram os trabalhadores assalariados nos grandes centros urbanos e na pujante empresa capitalista instalada no campo, que passaram a se organizar em sindicatos autônomos e combativos.

Essas oposições protagonizadas por segmentos das classes subalternas, urbanas e camponesas, foram fundamentais na “ocidentalização” da sociedade civil brasileira, dinamizada com a emergência de múltiplos e novos sujeitos coletivos, a lançarem suas demandas no espaço público-político. Inúmeras greves e protestos explodiram no chamado ABC paulista e outras cidades do Sul e Sudeste do país. Dentre as expressões de resistências político-culturais dessas classes, vale destacar aquelas organizadas em torno dos setores progressistas da Igreja Católica, com ênfase nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas Comissões Pastorais da Terra (CPTs); o Movimento Estudantil, com a União Nacional dos Estudantes (UNE); os intelectuais das universidades, sob a direção da Associação Nacional dos Docentes (ANDES); os movimentos sociais rurais remanescentes das Ligas Camponesas (desde 1950), da

União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Estes três últimos culminaram com o surgimento, em 1979, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Ademais, tiveram importante atuação, nas lutas pela redemocratização brasileira, os Novos Movimentos Sociais (Feminista, Indígena, Negro/a, de Homossexuais, Ambientais, de Meninos e Meninas de Rua); o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA); o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento de Bairros e Favelas, que se ampliou por várias cidades, exigindo melhores condições de moradia e o direito à cidade (SCHERER-WARREN, 2008). Movimento delineado ainda por uma passagem da figura desqualificada do dito “pobre incivil” para a construção do “cidadão ativo” (TELLES, 1999), consubstanciado em práticas e discursos destes múltiplos sujeitos coletivos, a instaurar um tempo de socialização da política e de politização da sociedade no Brasil (BEZERRA, 2015).

A força organizativa dos (as) subalternos (as) contribuiu na distensão da ditadura civil-militar, que deu início à aprovação de uma série de medidas para aplacar o descontentamento dos setores oposicionistas, dentre elas, a reforma partidária de 1979, a restabelecer o pluralismo partidário no país, acabando com o bipartidarismo vigente desde o ato institucional nº 2 de 1965. De fato, as lutas diretas empreendidas pelos (as) trabalhadores (as) organizados (as) sustentaram o pujante Movimento pela Anistia – geral e irrestrita dos acusados de crimes pela ditadura – e a campanha pelas Diretas Já, que exigia eleições gerais em todos os níveis decisórios do país. Estes movimentos tiveram apoio de várias organizações nacionais e internacionais, obtendo

como principais resultados a transição tutelada para a democracia; a Constituição Federal de 1988, com o avanço do Sistema de Seguridade Social, do escopo da cidadania ativa, da afirmação e reconhecimento de direitos (de igualdade e das diferenças) e da inclusão de mecanismos de democracia direta e participativa; ademais a instauração de um Estado democrático de direito, com canais institucionais pretensamente garantidores da participação da sociedade civil no controle social das políticas públicas sociais.

Essa movimentação político-cultural empreendida pelos (as) subalternos (as) derivou ainda na ampliação de espaços públicos democráticos, a considerar a emergência e a luta por reconhecimento-afirmação de outros sujeitos sociais ativos, da legitimidade de seus direitos, de sua cultura e de suas demandas político-culturais, bem como de suas formas de significar e fazer política, para além dos limites dos sindicatos e partidos (DAGNINO, 2004; BEZERRA, 2013). Para Dagnino (2004), criou-se uma “nova cidadania”, sob a forma de verdadeiro projeto de transformação para uma outra sociabilidade possível. Conforme enunciou esta autora:

Isso implica também a constituição de uma dimensão pública da sociedade, em que os direitos possam consolidar-se como parâmetros públicos para a interlocução, o debate e a negociação de conflitos, tornando possível a reconfiguração de uma dimensão ética da vida social. Esse projeto significa uma reforma moral e intelectual: um processo de aprendizagem social, de construção de novos tipos de relações sociais, que implicam, obviamente, a constituição de cidadãos como sujeitos sociais ativos. Mas para a sociedade em seu conjunto, requer também aprender a viver em

termos diferentes com esses cidadãos emergentes que se recusam a permanecer nos lugares definidos social e culturalmente para eles. Esse é um dos pontos em que o radicalismo da cidadania como política cultural parece bastante claro. (...) É esse significado político, no seu potencial transformador, que passa a ser alvo das concepções neoliberais de cidadania (DAGNINO, 2004: p. 105-106).

Na ampliação do processo de lutas sociopolíticas contra o regime militar, com amplos e diversificados segmentos da sociedade civil a exigirem a democratização do país, eclodiu um reavivamento das forças sociais pertencentes às classes subalternas, a protagonizarem um processo articulado de “ocidentalização” da sociedade civil e de “reinvenção democrática” expressivo da matriz político-cultural democrático-participativa e do projeto político-ideológico a esta vinculado, nos termos formulados por Dagnino (2004). Com a consolidação de uma sociedade civil autônoma, heterogênea e plural em contexto democrático, as lutas/disputas entre burguesia e classes subalternas pela hegemonia à brasileira acirraram-se. As tensas e contraditórias relações entre Sociedade Política e Sociedade Civil no Brasil, a expressarem mudanças de seus papéis, significações e estratégias adotadas pelas classes fundamentais, adquiriram novos contornos a partir dos anos 1990 e 2000, momento de expansão do projeto político-cultural transnacional neoliberalizante e de sua implementação no país, sob a figuração da matriz político-cultural do Ajuste Estrutural. Este contexto enunciou:

(...) uma confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto

neoliberal, que marcaria hoje, (...) o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira. (...) A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva (DAGNINO, 2004: 95; 97).

Essas modificações moleculares ora enunciadas nas relações de força da sociedade brasileira desencadeada com a redemocratização – período de emergência de interesses de distintas classes/grupos sociais, de significativo potencial de luta e disputa de projetos político ideológicos no campo da sociedade civil – a incorporar aqueles segmentos sociais progressistas e suas demandas, também conservou a tradição política e suas práticas clientelistas e patrimonialistas. Práticas inscritas na matriz político-cultural hierárquico-conservadora-autoritária hibridizadas com a matriz político-cultural do ajuste estrutural na vida brasileira contemporânea. Com isto, incorporando o “novo” e restaurando o “velho”, o país experienciou, nos anos 1990, a produção da hegemonia burguesa e a estruturação de um novo bloco de poder, sob a direção de suas frações modernas, a obter a adesão de setores “progressistas” e a manter o consentimento dos segmentos sociais oligárquicos. Restabeleceu-se, assim, como classe dominante que encontra sua unidade no próprio Estado, ao mesmo tempo em que seu bloco de poder refletiu a instabilidade das relações entre as classes sociais em sua luta política.

À Guisa de Conclusão

O projeto neoliberal à brasileira adquiriu força por dentro da sociedade civil e da sociedade política, inicialmente no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) – destituído via impeachment – e, em especial, nos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2003). Ambos assumiram o país com o compromisso de materializar as contrarreformas político-econômicas impelidas pelo Consenso de Washington aos países latino-americanos. Segundo analisa Carvalho (2020), os transcurtos de inserção geopolítica dependente-periférica do Brasil no capitalismo mundializado e financeirizado foi protagonizado pelo “Estado Ajustador”, a implementar o “modelo rentista-neoextrativista”, a avançar no período de 1990-2020, sob a primazia da burguesia e de seus grupos aliados.

Foi esse projeto político-cultural neoliberal que confluuiu perversamente com o projeto em expansão da democratização inconclusa, nos termos atribuídos por Dagnino (2004), a produzir inflexões no avanço democrático; ressemantizações da sociedade civil, da política e da(s) perspectiva(as) de democracia (s) em disputa. E implicou em redefinição das estratégias de hegemonia adotadas pelas classes sociais fundamentais. Movimentos complexificados durante os governos progressistas conduzidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no decorrer dos mandatos dos ex-presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) que, segundo Carvalho (2020), conjugaram, em aparente paradoxo, um projeto neodesenvolvimentista, em continuidade ao modelo rentista-extrativista do projeto ajustador, sob os ditames do

capitalismo neoliberal; com políticas de proteção social de tendência focalizada. No social, tais governos priorizaram o enfrentamento da pobreza /extrema pobreza, mediante programas de transferência de renda e expansão da Política de Assistência Social (PNAS, 2004), articuladas à adoção de políticas de ações afirmativas/identitárias destinadas a segmentos historicamente discriminados e socialmente invisibilizados no país.

Não obstante as contradições estruturais e a “opção” pelo ‘(...) pacto conciliatório’ com as classes dominantes e com as massas, efetivando alianças com as elites, com padrão tradicional da política brasileira” (CARVALHO, 2019: 4), sugere-se que os ditos governos petistas contribuíram para o adensamento dos protagonismos político-culturais de segmentos das classes subalternas no desafio das disputas e tessituras da hegemonia por dentro da sociedade civil brasileira. Embora com práticas ainda pontuais e fragmentadas, portanto, sem potencial político-organizativo de conquista de hegemonia e de construção de um bloco histórico alternativo ao capital, parecem ter ameaçado as bases de hierarquização sócio moral potencializadoras da dominação das elites. As resistências político-culturais advindas das classes subalternas, com destaque à população negra/indígena/quilombolas, LGBTQI+, mulheres, juventudes e àqueles em situação de pobreza, moradores nas margens urbanas, que ganharam visibilidade na esfera pública, propalaram suas concepções de mundo/cultura e tiveram suas demandas legitimadas por parte do Estado durante os governos petistas. As respostas governamentais às lutas por reconhecimento e garantia de direitos, via políticas públicas sociais,

convergir para a ampliação de oportunidades socioeconômicas e culturais destes segmentos.

Adensadas pela crise estrutural do capital e seus impactos nas particularidades brasileiras, a externar o esgotamento desta fase neodesenvolvimentista, acirram-se as lutas de classes no país dos anos 2000, a desdobrarem-se na ruptura do “pacto de classes” e no Golpe político-civil e midiático, em 2016 que, efetivado pelas elites, depôs a então presidenta Dilma Rousseff da presidência da república, substituída pelo seu vice-presidente Michel Temer. Para tanto, além do fundamentalismo religioso de igrejas neopentecostais, atuaram instituições voltadas à difusão do pensamento liberal, ao recrutamento e formação de intelectuais orgânicos da burguesia, sendo as principais: Instituto Liberal (IL), Instituto de Estudo Empresariais – IEE, Instituto Liberdade, Instituto Millenium – Imil, Instituto Von Mises Brasil (IMB), Estudantes Pela Liberdade (IMB), Estudantes Pela Liberdade (EPL). Este último tem como célula de atuação política o Movimento Brasil Livre (MBL), um dos principais articuladores das manifestações de ruas pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff (CASIMIRO, 2018).

A hegemonia burguesa neoliberal no Brasil seguiu avançando com o Golpe-2016, a derrota do projeto neodesenvolvimentista dos governos do PT e supostamente atingira seu ápice com a eleição do governo bolsonarista. E o fez ampliando seu caráter neoconservador, a intensificar a espoliação de direitos sociais e trabalhistas, a maior concentração de renda e de propriedade, a agudização da pobreza e das desigualdades socio raciais. Em aliança com a direita conservadora, a ultradireita neoliberal redefiniu as funções estatais postas a serviço da ampliação do

capital financeiro internacional, a implicar em perda da capacidade de realização de projetos de desenvolvimento nacional autônomo. Essa hegemonia burguesa foi tecida a partir de forte campanha ante estatista promovida por grandes grupos de comunicação e da mídia, pautada no discurso de modernização da máquina burocrática estatal e de redefinição das funções estatais como condição para a inserção do Brasil no mercado mundial. O Golpeachment-2016 expressou uma aliança entre as direitas neoconservadora e neoliberal voltadas à conquista-manutenção do domínio e da hegemonia burguesa à brasileira. E tudo isto ocorreu a despeito da ampliação da política e da consolidação da democracia no Brasil das últimas décadas.

Na confluência contraditória da democratização inconclusa com o ajuste estrutural contrarreformista neoliberalizante foram se explicitando os pontos de convergências e divergências entre os projetos político-culturais dos sujeitos coletivos atuantes nesse processo, a proferir interesses e demandas de classes sociais e suas diversas frações e grupos aliados. Como projetos político-culturais em disputa, essas possibilidades estavam inseridas no quadro histórico da luta social e política do Brasil da “transição tutelada”, enunciadas nas conquistas democráticas do período. Possibilidades políticas consubstanciadas em projetos político-culturais contraditórios, complexos e heterogêneos, exatamente por estarem tencionados por interesses de classes, pelo movimento de expansão do capital, pelo nível de organização política do Brasil, pelas marcas históricas estruturais de sua formação social, com especial atenção à constituição do capitalismo, das classes sociais, do Estado e da sociedade civil em sua unidade-distinção. Embora o tempo histórico seja

limitado para ampla análise, é possível entrever uma crise da hegemonia burguesa viabilizadora da ascensão de forças político-culturais representadas pelo “Bolsonarismo”, a exigir um olhar atento para os desdobramentos deste processo em curso na vida brasileira estilhada durante a pandemia de COVID-19.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. Dimensões da Precarização do Trabalho: ensaios de Sociologia do Trabalho. Bauru: Canal 6, 2013.

AGAMBEN, G. .Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ALMEIDA, S. L. de. O que é Racismo Estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BEZERRA, Leila M. Passos de S. Pobreza e lugar(es) nas margens urbanas: lutas de classificação em territórios estigmatizados do Grande Bom Jardim, 2015. 450 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

_____. VOLUNTARIADO, SOLIDARIEDADE E CIDADANIA: significações híbridas no Brasil contemporâneo. Fortaleza: EDUECE, 2013.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945 a 1964). Revista Luz Nova: Revista de Cultura e Política. N. 15. V. 3. São Paulo, out. 1988.

CARVALHO, Alba M. P. de. Hegemonia como via de acesso ao pensamento de Gramsci: um foco na revolução passiva. In: Revista de Ciências Sociais vol. 35. Fortaleza, Ce: UFC, nº 2. 2004. P. 34-53.

_____. Reorganização do Estado brasileiro na contemporaneidade: desafios das políticas públicas como direito de cidadania. Fortaleza, maio, 2005. Digitado.

_____. DESMONTE DOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA: ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO CONSERVADORISMO. São Luís - MA, 2019 (Conferência de abertura do 40º Encontro de Assistentes Sociais - MA).

_____. BOLSONARISMO COMO FENÔMENO POLÍTICO NO BRASIL DO PRESENTE: uma composição de risco, um desafio à luta política. Fortaleza - CE, 2020.

CASIMIRO, Flávio H. C. A Nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHAVES, Luís de Gonzaga. Minorias e seu estudo no Brasil. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 149-168, 1971.

COUTINHO, Carlos Nelson. De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Gramsci. (Fontes do Pensamento Político, v. 2). Porto Alegre: L & PM Editores, 1981.

_____. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

COUTINHO, Carlos. N; NOGUEIRA, Marco A. (Orgs.). Gramsci e a América Latina. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

DAGNINO, Evelina. “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 95-110.

_____. Cultura, Cidadania e Democracia. A transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. (orgs.). Cultura e Política nos movimentos latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. São Paulo: Editora Unesp. 2018.

DREIFFUS, René. O jogo da direita. Petrópolis: Vozes, 1989.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FRASER, Nancy. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. Autonomia Literária: São Paulo, 2020.

FRESU, Gianni. Antonio Gramsci, o homem filósofo: uma biografia intelectual. São Paulo: Boitempo, 2020.

GALASTRI, Leandro. Gramsci, marxismo e revisionismo. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 3. Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. RJ: Civilização Brasileira. 2002.

_____. Cadernos do Cárcere. Vol. 1. Introdução ao Estudo da Filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. Caderno 11. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. RJ: Civilização Brasileira. 2004.

_____. Cadernos do Cárcere. Vol. 1. Introdução ao Estudo da Filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. Cadernos Miscelâneos. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed. RJ: Civilização Brasileira. 2004.

HARVEY, D. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2015.

IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

KANOUSI, Dora & MENA, Javier. *La revolución pasiva: una lectura a los cuadernos de la cárcel*. México, D.F., Universidad Autónoma de Puebla, 1985.

MALDONATO-TORRES, Nelson. *La descolonización y el giro des-colonial*1 Decolonization and the Decolonial Turn A descolonização e o giro des-colonial. *Tabula Rasa*, Bogotá/Colômbia, n.º. 9, julio-diciembre 2008.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia*. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?* *Cad. CRH [online]*. 2008, vol.21, n.54, pp.505-517.

SOUZA, Jessé. Subcidadania brasileira. 2 a ed. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

_____. A elite do atraso. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

TELLES, Vera Direitos Sociais. Afinal, do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Venezuela: crise orgânica e disputas pela sociedade rentista¹

Lorena Fréitez Mendoza²

Damellys López Heredia³

I. Introdução: nossos problemas

Desde o final do século XX, a crise orgânica latino-americana, marcada por uma crise de hegemonia ou de representatividade das classes dirigentes, assim como em uma crise do Estado em seu conjunto, tem dado lugar a intensas disputas entre projetos políticos progressistas que buscaram refundar seus Estados e suas economias dependentes, e projetos políticos conservadores que buscam sustentar ou restaurar formas-Estado a serviço do capitalismo monopolista de grandes potências que deram origem à crise.

Longe de pensar a crise como uma disfunção social latino-americana ou como uma catástrofe, a entendemos como expressão do dinamismo e inconformidade das sociedades latino-americanas com projetos

¹ Tradução de André Lima Sousa, professor na Universidade Estadual do Ceará.

² Psicóloga social formada pela Universidade Central da Venezuela. Mestrado em Análise Política e doutorado em Ciência Política na Universidade Computense de Madri.

³ Professora de Ciências Sociais, mestra em Estudos Latino-americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México.

político-ideológicos que não terminaram de expressar nem sintetizar as necessidades históricas do subcontinente (Oliver, 2016). A crise indica, então, que o conflito em torno da refundação do Estado, a luta hegemônica, permanece em aberto.

Nestas circunstâncias, pela mão dos núcleos de debate deste livro, neste capítulo, buscaremos apontar elementos e ferramentas de análise histórico-política, que levem à compreensão integral da crise do Estado, a partir da análise da relação Estado-sociedade civil ou da equação social na Venezuela.

Para entender a crise orgânica venezuelana e tentar explicar a crise do Estado, organizaremos o capítulo em torno de dois problemas. O primeiro, vinculado ao conceito de *forma primordial* de René Zavaleta, busca traçar chaves genealógicas da equação social venezuelana, ou seja, do processo de constituição nacional do Estado em sua relação com a sociedade. E segundo, que trabalha as tendências estratégicas que emergem das lutas pela renovação hegemônica do Chavismo no momento atual de crise orgânica acentuada.

Sobre a forma primordial venezuelana

A olho nu a equação social na Venezuela apresenta-se como uma equação fortemente desigual, onde o Estado, que tem controlado durante pelo menos 50 anos 90% das exportações nacionais do principal produto do país, o petróleo, impõe, com vantagens, uma relação de dominação sobre a sociedade civil, enquanto que não somente detém o monopólio da violência como também do monopólio da riqueza.

No entanto, para conseguir isso teve que articular um conjunto de alianças entre classes, manter equilíbrios geopolíticos, relacionados com seus modos de inserção no mercado internacional, organizar uma política interna de redistribuição de renda, trabalhar para a produção de sujeitos e construir uma cultura (ideologia) de massas que conceda um sentido nacional ao petróleo (TINKER, 2013; URBANEJA, 2013).

Manter o monopólio da riqueza através do controle do petróleo, exigiu que em torno do Estado se constitua uma rede de relações econômicas, sociais e políticas, marcada por importantes tensões que questionam permanentemente suas margens de manobra e sua autonomia⁴. Estas relações configuram uma sociedade que se organiza colocando todos os seus recursos para requerer e conquistar fatias de renda, e um Estado que se organiza para avaliar esses recursos que os setores sociais possuem e decidir quanta renda concede e a quem. A lógica da acumulação que se expande marca toda a cultura política sobre a reivindicação, ao Estado, de uma riqueza (uma renda) que não corresponde a um esforço produtivo, mas que é

⁴ Miguel Tinker Salas (2013), em seu trabalho: "Uma herança que perdura: petróleo, cultura e sociedade na Venezuela", explica muito nitidamente essas tensões: "a riqueza petrolífera gera reivindicações sociais que limitam a capacidade de manobra por parte do governo". Ainda que manter essas demandas como legítimas possa parecer irracional do ponto de vista econômico, também se sabe que desafiá-las provavelmente causaria uma forte resistência por parte de grupos sociais organizados e, também, pressões espontâneas. Como essas medidas envolvem grandes custos políticos, elas raramente são colocadas na agenda. Por consequência, para compreender as dinâmicas econômicas, políticas e sociais nas sociedades rentistas é de crucial importância identificar as exigências dos diferentes grupos sociais na sua ânsia por obter uma parte da renda" (TINKER, 2013:13).

recebida unilateralmente por intermédio de transferências internacionais. Nesse sentido, as classes não se articulam entre si para acumular, mas em torno do controle do Estado, para poder hegemonizar o controle da renda (URBANEJA, 2013).

Este esquema desenha um padrão de reprodução social onde o estado rentista e a sociedade rentista se retroalimentam. Parece que o Estado, para manter certos equilíbrios orgânicos, é obrigado pela Sociedade, de acordo com um conjunto de idéias, crenças e expectativas, a ser um distribuidor de renda; e a sociedade é obrigada pelo Estado, através de práticas políticas e administrativas, a funcionar somente com base na reivindicação das rendas públicas.

Deste ponto de vista, podemos dizer que a relação Estado-sociedade embora seja desigual não se restringe a ser somente uma relação de dominação do Estado sobre a sociedade. A sociedade existe como sociedade rentista, funciona como agente de reprodução desse tipo de Estado e nesse processo exerce tensões que condicionam seus movimentos. Este é o metabolismo do capitalismo rentista⁵venezuelano (URBANEJA, 2013).

Nesse sentido, partimos da premissa segundo a qual as relações que articulam o social e, dentro delas, o Estado, não se reduzem à relações de dominação no qual o vínculo entre Estado e sociedade não é de vítima

⁵ Conceito cunhado por Diego Bautista Urbaneja (2013), que define uma estrutura econômica articulada em torno das receitas provenientes da "renda da terra", o qual determina uma modalidade de produção de riqueza onde as receitas cobradas pelo Estado, enquanto proprietário da terra, não respondem a nenhum processo produtivo anterior.

e algoz. De forma que o uso do conceito de *momento constitutivo* de René Zavaleta (1995), nos seja útil para analisar de onde vem: "este modo de ser" social e político Venezuelano, onde vêm suas: "razões originais", aquele momento em que: "as coisas começaram a ser o que são", onde a sociedade começa a ser nacional e o Estado constituiu sua forma de dominação atual.

Desde deste percurso teórico, nos perguntamos: como foi possível a formação desse tipo de sociedade e da ideologia que a articula? Quais são os limites desse tipo de sociedade? Que tipo de Estado surge desta relação e como ela intervêm na articulação desse tipo de sociedade? E, se essa sociedade pode mudar, como ela pode fazer isso?

Sobre as tendências estratégicas que se impõem diante da crise orgânica venezuelana

Nosso segundo problema tem a ver com as ferramentas teóricas através das quais podemos analisar o Chavismo como dispositivo de transformação desta equação social e, a partir daí, revisar como, enquanto controla o Estado, gerencia a crise orgânica que a sociedade enfrenta em seu conjunto.

Concretamente, consideramos que o Chavismo dinamiza uma intensa mobilização popular que alcançou importantes alianças entre os setores subalternos e alguns setores da burguesia, obtendo conquistas políticas importantes para produzir transformações reais na estrutura com vistas a refundar o Estado. No entanto, desde 2013 com a presidência de Nicolás Maduro, período que poderíamos chamar de segundo momento do Estado chavista, vive-se uma crise múltipla, onde os confins da sociedade estão produzindo

soluções fáceis, demagógicas, que enfraquecem os vínculos entre sociedade e Estado, dificultando a organicidade que sustenta a função hegemônica. Em meio a esta crise: como se pode avançar para um Estado menos dependente da estrutura econômica global, menos sujeito às tensões financeiras da sociedade e a uma sociedade muito mais autônoma e diversificada? O que o chavismo está fazendo para renovar essa relação Estado-massa que alcançou no primeiro momento do estado chavista? Poderia emergir uma situação regressiva na gestão chavista da crise do Estado que conduzisse a um processo de passivização social impulsionado pelo Estado, a uma "Revolução Passiva" que produza efeitos (re)subalternizantes nas classes populares?⁶.

II. As disputas pela Sociedade rentista

Após a formação da República em 1830, foi muito difícil articular a nação em termos territoriais, econômicos e culturais. Um país fragmentado, pobre e despovoado como consequência de centenas de conflitos e uma guerra civil, só pôde constituir-se como nação e fundar seu Estado moderno com a chegada da exploração petrolífera (1914-1922) (URBANEJA, 2013, CORONIL, 2013).

Temos diante de nós uma forma primordial onde a estrutura irrompe de fora impondo uma reconfiguração total da subjetivação nacional através do que

⁶ Esta questão deriva de uma hipótese que elabora Massimo Modonesi (2012), segundo a qual os governos progressistas da América Latina do início do século XXI desenvolveram *revoluções passivas* no sentido gramsciano do conceito.

chamamos de "dispositivo⁷ petrolífero". Desde 1930 instala-se na Venezuela um grande dispositivo de modelagem cultural e acordos políticos que dão lugar a uma sólida *matriz ideológica constitutiva* que produz uma forma primordialmente rentista. Uma ideologia que transcende as posições de classe e se instala como marco constitutivo do social.

O dispositivo petrolero

Este dispositivo, que aglutina as principais linhas de mediação que amalgamam a relação Estado-Sociedade Civil durante o século XX, articulou-se em torno de dois movimentos: um modelo cultural e uma reforma estatal concreta.

O modelo cultural produz uma economia simbólica do petróleo para legitimar as desigualdades estruturais do capital rentista. Produziu um sistema de distinções baseado em inclusões e exclusões materiais e simbólicas, a partir da definição de certas "formas petrolíferas" de viver que copiavam valores, hábitos e costumes da cultura estadunidense, o qual leva à naturalização de privilégios pelo acesso preferencial às rendas públicas (TINKER, 2013; CORONIL, 2013). Este modelo constrói um forte marco de expectativas de ascensão social a partir da exportação do modelo de

⁷Entendemos *dispositivo* no sentido foucaultiano do termo, como: "um conjunto fortemente heterogêneo que compõe os discursos, as instituições, as habilidades arquitetônicas, as decisões regulatas, as leis, as medidas administrativas, os enunciados científicos, as proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) de natureza essencialmente estratégica; isto supõe que ali ocorre uma certa manipulação de relações de força, seja para desenvolvê-las nesta ou naquela direção, seja para bloqueá-las ou para estabilizá-las, utilizá-las (Foucault, *Dits et écrits*, Vol.III, pp. 229 e ss, cp. Agamben, 2011).

vida e subjetividade desde os trabalhadores petrolíferos para o resto da sociedade.

Mesmo quando as companhias petrolíferas puderam absorver proporcionalmente poucos venezuelanos⁸, estes tornaram-se as referências do trabalho eficiente, do mérito, do sucesso, e em suas distinções pessoais era projetado o progresso da nação. Tratou-se de uma potente operação ideológica desenvolvida entre 1930 e 1970, pelas companhias petrolíferas estrangeiras, orientada a conquistar o consenso das majorias através da projeção das classes médias como vanguardas do modelo petroleiro.

Implantaram campos petrolíferos urbanizados em zonas rurais empobrecidas da Venezuela (onde estavam os campos petrolíferos), com regimes fechados de disciplina moral-social-corporativa e um amplo leque de benefícios materiais. Ativaram importantes aparelhos de difusão ideológica que alcançaram toda a população: revistas culturais, programas de rádio e televisão que exportaram os valores petrolíferos, e fizeram intensa propaganda sobre os benefícios da indústria para o país. Eles implantaram políticas para estimular o crescimento do setor privado. De forma permanente, sustentaram um intenso lobby político internacional, marcado pela maneira como o petróleo venezuelano se inseria na economia mundial, e pelas alianças geopolíticas que

⁸ De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, entre 1941 e 1948, 50% da população venezuelana estava em idade de trabalhar, cerca de 2.500.000 pessoas. Tinker Salas (2013) observa, citando números da *Memória e Conta* (1947), do Ministério do Fomento, que as empresas petrolíferas só conseguiam incorporar nas suas folhas de pagamento 1,9% da disponibilidade da força de trabalho (cerca de 47.5000 pessoas) e, para 1948, este número chegou a 4,5%, tendendo a decrescer como consequências do desenvolvimento tecnológico.

sustentava com os Estados Unidos na busca por inserção (TINKER, 2013).

Concretamente, as *formas petrolíferas de ser e de viver* encarnam-se num sujeito político de aparente despolitização: o "sujeito petroleiro", um cidadão corporativo cujo mecanismo de acesso e ascensão dentro da indústria era o mérito individual, sob as lógicas da concorrência e da meritocracia. Pressupunha-se que estar dentro da empresa e desfrutar de seus benefícios era o resultado do esforço e do talento individual. Ainda assim, a realidade é que a hierarquização dos empregos era mediada pela raça e pela posição social: os mais altos cargos eram para estrangeiros brancos, os meios para venezuelanos brancos de classes médias altas, e os trabalhos manuais, sem contratação estável, eram para venezuelanos mestiços de baixa qualificação (TINKER, 2013).

Foi tal o alcance desta operação ideológica que nenhuma classe dirigente nem dominante, durante o século XX, pôde sair do cerco teórico-prático deste modelo. A partir desta matriz que produz o desejo de *viver petroleiramente*, pode-se entender como o conjunto da sociedade se modelou enquanto uma sociedade rentista, cujo sujeito político foi o "reclamador de renda". Uma subjetividade que gestou a dimensão estratégica do consenso e produz uma ética particular associada ao rentismo. A reivindicação por renda, portanto, coesiona a comunidade e a politiza: me faço sujeito quando estou ciente da renda que me é de direito por pertencer à comunidade nacional e a exijo. É o que Urbaneja denominou de "consciência rentista" (CORONIL, 2013; TINKER, 2013; URBANEJA, 2013; ARENAS, 1999).

A segunda dimensão do dispositivo petrolífero está ligada à expansão do Estado diante das novas

condições estruturais que impôs uma riqueza súbita proveniente do petróleo. Fernando Coronil (2013), explica como o estado petrolífero amplia suas áreas de atuação: começando a controlar a produção de minerais e seu processamento. Regula e promove a atividade econômica privada, da qual se tornou o primeiro financista, determina taxas de juros, estabelece taxas alfandegárias, concede licenças, aprova subsídios, fixa preços e salários. Controla centralmente setores sócio-culturais: educação, transporte e comunicações (distribuiu o papel destinado à imprensa gráfica e o aluguel de frequências às estações de rádio e televisão) (CORONIL, 2013).

Neste ponto, Gramsci é útil em suas reflexões sobre o Americanismo e o Estado Integral como mediação política e econômica em uma estrutura de transformações aceleradas (KANOUSSI e MENA, 1985). No caso Venezuelano o problema a se resolver foi como governar um país que recebe um fluxo de capital cuja estrutura econômica não está em condições de digerir e sofre intoxicações marcadas pela inflação e o aniquilamento da produção nacional (URBANEJA, 2013; PETERS, 2019). O fluxo de capital que vem de fora produz uma altíssima pressão no consumo interno, diante do qual o aparato produtivo não pode responder, então, a economia concentra sua atividade nas importações. Como consequência, classes trabalhadoras, elites nacionais e estrangeiras, se enfrentam na disputa sobre quem fica com mais ou menos fatias dessa riqueza que não é proporcional à produção nacional, cuja captura inicial é controlada pelo Estado. Esse, então, aparece como o mediador fundamental do conflito, e a luta de classes se move para o Estado (PETERS, 2019; URBANEJA, 2013).

A análise em torno do Americanismo e da Revolução Passiva serve para explicar como é possível a formação de um tipo de Estado cuja função é resolver as contradições prementes entre estrutura e superestrutura. Especificamente, a conceituação de Estado integral, que funciona como uma estrutura de instrumentos para o governo econômico e o governo das massas, que tem uma expressão fascista (a italiana), mas também tem a expressão do Estado do bem-estar (a americana) (GRAMSCI, 1981-1999; KANOUSSE E MENA, 1985).

Ainda que na Venezuela não se dê um processo de industrialização fordista para superar a crise e avançar rumo a uma nova etapa capitalista, a maneira como, desde a periferia, o país se insere na reconfiguração do capitalismo mundial a partir de uma relação direta com os Estados Unidos, sobrepõe fases de desenvolvimento econômico no país (em suas formas atrasadas e avançadas), que atingem toda a relação entre classes: as classes já não se aliam para acumular, mas se fragmentam em sua relação com o Estado (KANOUSSE E MENA, 1985, *cf.* 137-138).

O tipo de Estado que emerge é o de uma *revolução passiva* (americanista). Brutalidade factual da economia e passivação social, além de um Estado que neutraliza a ação das classes subalternas através do atendimento de demandas às quais responde com a distribuição discricionária de rendas. Tudo isso, para não tocar na forma de acumulação do grande capital internacional, o grande provedor de riqueza.

O principal ator do processo de passivação foram os partidos políticos que estavam no controle do Estado.

O "Pacto de ponto fixo"⁹ deu lugar à estabilização democrática através da distribuição equitativa da renda entre os setores "significativos" da sociedade (empresas, igrejas, partidos e sindicatos). A inclusão das classes populares junto ao Estado funcionou através da alocação de postos de trabalho, benefícios associados a políticas públicas e concursos públicos, que os partidos endossaram de acordo com negociações políticas, produzindo uma cultura política centrada na construção de redes de controle social com base na administração de rendas. (URBANEJA, 2013).

O dispositivo nacional-popular do chavismo

O trabalho de Tinker Salas (2013) sobre a cultura do petróleo proporciona três chaves políticas importantes para entender como a ideologia do petróleo representou um projeto de pacificação social antinacional que, embora tenha permitido o controle de setores subalternos por quatro décadas, se transformou na principal fraqueza hegemônica do regime pontofijista¹⁰, por onde penetrou o Chavismo.

A primeira explica como a implantação da subjetividade corporativa-meritocrática e a ampliação constante de privilégios, condenou os trabalhadores

⁹ O pacto de fundação da democracia venezuelana, assinado em 1958, se deu entre os partidos políticos mais importantes do país, logo após um longo período de ditaduras militares.

¹⁰ O "pontofijismo" tornou-se conhecido como um regime político resultante de um pacto de governabilidade entre as elites dos principais partidos do país de 1958 a 1999. Sua expressão estatal foi um: "Estado de compromisso - entre grupos econômicos e sociais com interesses e projetos historicamente distintos -" (OLIVER, 2016:150), reduzido à divisão de benefícios provenientes sem projeto nacional sólido.

petroleiros a salvar suas diferenciações e a pensar somente em preservar seus interesses corporativos, impedindo que superassem sua situação na hierarquia da sociedade venezuelana, para passar a disputar a condução da sociedade, fazendo-se síntese real e autônoma da complexidade nacional. A segunda, revela como o "sujeito petroleiro" foi criado para mimetizar os interesses das empresas petrolíferas com os da sociedade venezuelana, minando assim sentimentos nacionalistas que empurraram um cenário de nacionalização como o vivido no México (1938). E a terceira chave, indica a projeção da indústria petroleira como: "um estado eficiente dentro do Estado", que funciona para empurrar uma reforma estatal voltada ao apaziguamento do conflito de classes, através de novas políticas de redistribuição e ampliação de direitos, mas sem tocar no quadro de compromisso com as oligarquias e os capitais estrangeiros.

Poderíamos dizer que as contradições entre estrutura e superestrutura, em outras palavras, entre economia e "imaginários petrolíferos", não foram resolvidas pelas reformas estatais do século XX. A situação econômico-corporativa dos setores subalternos impediu o que Gramsci chama de "florescimento superestrutural", qual seja, os sujeitos produzidos pela ideologia petroleira são: "o mero resultado passivo do processo de desenvolvimento capitalista", porém não: "incorporam o novo tipo de homem em suas reformas organizacionais da consciência" (OLIVER *et. al.*, 2013: 65), com o qual as questões centrais da hegemonia e a integração política das massas ao Estado nunca foram resolvidas.

O chavismo é o resultado da crise da hegemonia do pontofijismo. Seu projeto político, suas apostas

ideológicas e sua ascensão ao poder do Estado, sua concretização como regime, pode ser entendido como um momento de reconstrução da sociedade porque gerou uma reconfiguração da relação Estado-Sociedade, bem como, das mediações que a suportam (ZAVALETA, 1995; TAPIA, 2013). Produziu um dispositivo nacional-popular voltado a transformar a forma primordialmente rentista ou a disputar as formas da sociedade e o Estado que herdava, centrando-se em três grandes núcleos estratégicos de construção de uma nova unidade política: 1) o nacional, 2) o popular e 3) o caráter policlassista da articulação política.

Juan Carlos Portantiero (1991) e Luis Tapia (2013) trabalham chaves teóricas sobre a noção de *nacional-popular* em Gramsci e em René Zavaleta, que oferecem critérios para entender por que o dispositivo chavista trabalhou para na construção de uma nova hegemonia ou "florescimento superestrutural": 1) a reorganização da cultura como nação (...) faz parte da disputa pela hegemonia" (TAPIA, 2013 *cf.* 91); 2) a nação, segundo Zavaleta, é: "um dos modos ótimos de rearticular Estado e sociedade civil onde o capitalismo produziu o estado de separação e destruiu outras formas de vida" (Tapia, 2013:90), ou seja, o que o capitalismo excluiu pode ser rearticular para produzir uma nova unidade política; 3) em Gramsci, o nacional-popular é "*vontade coletiva*", o qual supõe um processo de constituição de sujeitos sociais (Portantiero, 1991; 4), em Gramsci, a nova hegemonia rearticula: "fragmentos do que resta de formas sociais e culturais pretéritas, que aparecem como folclore, na organização de uma nova cultura que corresponde ao domínio e expansão ampliada do capitalismo" (TAPIA, 2013:90); 4) na América Latina, a construção do Estado tem sido

marcada pela: "identificação entre nação e povo; (onde) povo são sujeitos populares ou subalternos (camponeses, operários, camadas médias) e, em algumas circunstâncias e países, ao que se chama burguesia nacional (Tapia, 2013 *CF.* 93); 5) para Gramsci, "o nacional-popular" aparece como categoria determinante da mudança histórica (PORTANTIERO, 1991).

Os três núcleos da estratégia chavista respondem a estes critérios: refundam o nacional, produzem uma nova subjetivação política em setores sociais populares, e articulam fragmentos dispersos e diversos que estavam excluídos da unidade política anterior. Seus objetivos políticos giraram em torno da construção de uma nova "vontade política nacional-popular", através da mobilização das classes subalternas como alavancas para uma renovação ético-política da sociedade e do Estado. É por isso que o modelo político concentra esforços para criar mecanismos para que as massas passem a um exercício direto da política, que se denomina democracia *participativa e protagonista*.

A refundação *do nacional* confronta com o "cosmopolitismo" que produziu a penetração da hegemonia estadunidense promovida pelo dispositivo petrolero. O projeto bolivariano moveu-se em duas direções: deslocou a exploração petrolífera (Séc. XX) como fato constitutivo do Estado para realocar a independência nacional (Séc. XIX) como eixo da refundação nacional-estatal. Corte que significa um relato que antagoniza a IV República (Séc. XX) como uma república perdida para as classes populares com a V República (Séc. XXI), uma república emergente a partir das próprias raízes independistas do povo. Além disso, trabalhou na valorização das expressões folclóricas da cultura popular como símbolos "univer-

sais" (transversais) do ressurgimento dos "traços originários" da nação, com o intuito de construir um novo mito popular sobre o nacional.

Em termos de disputa estratégica, note-se que o Chavismo em sua construção do nacional não nega a dimensão rentista do ético-nacional que herda. Reconhece que mesmo quando "o petroleiro" tem uma importante carga ética exógena, amalgamou o nacional produzindo traços próprios. Assim não questiona de antemão o ético-nacional existente, evita situar-se como subjetividade alheia ao substrato do nacional, mas trabalha politicamente com isso para reconstruir os termos do conflito de classe.

A subjetivação política *do popular* se expressa, por um lado, na construção de um novo sujeito, o "poder popular", que fizesse a síntese política dos excluídos do modelo petrolífero e, enquanto sujeito, "transbordasse", com sua participação, ao Estado. Desta forma, se não se questiona o "reclamador de rendas", muda-se de lugar. O Chavismo move as classes subalternas do conflito corporativo que estruturava sua relação com o Estado, para dispô-las a unificar-se em torno de sua condição de excluídas e, a partir daí, reclama sua inclusão, disputando a forma-Estado. Sob esta operação, o Chavismo produziu um novo eixo de politização para os subalternos. O nacional deixou de ser traduzido em termos de "progresso-atraso" para passar a ser definido em termos de "igualdade-desigualdade". Onde a mobilização dos excluídos seria a única garantia da igualdade e o Estado o instrumento para alcançá-la.

O "poder popular" busca superar as mediações de controle partidário e mudar a correlação de forças que determinava a divisão da renda advinda do petróleo.

Já não decidiam os partidos, mas sim o povo. De concreto, isso significou a construção de mecanismos formais "para transferir poder ao povo"¹¹: foram transferidos recursos diretos (meios de produção) e articulou-se um sistema de governo (pelo menos formalmente), que transferiu competências para autogovernos territoriais. Isso permitiu o surgimento de sujeitos e organizações autônomas.

O terceiro núcleo da estratégia ainda na construção de um projeto que responde aos princípios teóricos de uma revolução popular ou proletária, mas também incorpora elementos dos diversos sujeitos que vão somando-se ao bloco de alianças que deve articular para alcançar eficácia política. Mudar a correlação de forças exigiu ao Chavismo implantar uma política de alianças policlassista no marco de articulações heterogêneas, trilhando formas de desigualdade, exploração e dominação que seus aliados reproduziam. O poder popular, então, é apenas um dos atores da equação chavista. Também incorpora classes proprietárias, setor militar e setores político-partidários aliados, que depois se articulam como um grande partido único.

Assim como o Chavismo recompõe seu projeto com base em suas alianças, o projeto reconfigura os próprios atores. O setor militar, por exemplo, histórico setor em termos de poder no país, sofre transformações institucionais: a doutrina educativa recupera uma

¹¹ Ideia que Hugo Chávez difundiu permanentemente para dar conta de seu modelo político. Por exemplo: em um contato telefônico com o programa Contrastes, transmitido pelo canal estadual, em 11 de outubro de 2011, explicava: "a transferência do poder para o povo é vital para alcançar a solução de todos os problemas, eliminar totalmente a miséria e a pobreza que herdamos com 200 anos de capitalismo na Venezuela".

importante noção de soberania e de sua dimensão bolivariana, a "profissionalização" das Forças Armadas e a acentuação dos limites entre o civil e o militar, implementada pelos governos do puntofijismo, foi substituída por uma necessária vinculação entre a vida política (civil) e a vida militar¹².

III. Crise orgânica e crise do Estado

No segundo momento do estado chavista, que começa com a presidência de Nicolás Maduro, em abril de 2014, cristaliza uma crise multidimensional de caráter econômico, político, institucional e cultural, que submeteu a uma revisão toda a economia social construída nos últimos 20 anos. Esta crise revela as fraquezas estruturais do Estado chavista: sua dependência petrolífera. A capacidade de resistência do Chavismo no Estado também mostra a profundidade das trincheiras ideológicas construídas no social.

Hugo Chávez, em 2007, já reconhecia a crise orgânica que agita o país:

Aqui na Venezuela não esqueçamos, há vários anos estamos em uma verdadeira crise orgânica, uma verdadeira crise gramsciana, uma crise histórica. O que está morrendo se recusa a morrer e ainda não termina de morrer e o que

¹² A Constituição de 1999 proporciona aos militares: "ativos o direito de voto e a possibilidade de desempenhar cargos públicos ainda efetivos em serviços" (Garay y Ramos, 2016: 241). As atividades militares também cresceram, os soldados saíram às ruas para desenvolver: "programas de melhoramento dos setores populares; de limpeza de ruas, escolas; de saneamento ambiental para combater doenças endêmicas; de recuperação da infraestrutura social em áreas urbanas e rurais" (HARNECKER, 2003:12).

está nascendo também não terminou de nascer. Estamos no epicentro da crise, boa parte dos anos vindouros farão parte dessa crise histórica até que não morra definitivamente a IV República e nasça plenamente a V, A república socialista e bolivariana da Venezuela¹³.

A este respeito, Chávez clama pela consolidação de um "novo bloco histórico" e produz uma reviravolta em sua construção política. Funda o PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela). Com este movimento desloca a centralidade da mobilização de massas, via movimentos sociais e diversos setores sociais, para a concentração da organização social num grande partido único e a formalização, desde o Estado, do "Poder Popular". Para vários analistas, isso introduz uma lógica burocratizadora ao processo, que enfraquece os vínculos entre Estado revolucionário e povo (ITURRIZA, 2017).

A morte de Hugo Chávez em março de 2013 representa o ponto de inflexão que detona todas as contradições que até então poderiam ser gerenciadas dentro de certos limites. Em termos estruturais, o detonante da crise foi a queda dos preços internacionais do petróleo (2016)¹⁴, mas em termos superestruturais, políticos e ideológicos, foi o enfraquecimento dos vínculos orgânicos entre povo e governo, entre massas e

¹³ Discurso de Hugo Chávez por ocasião da concentração Bolivariana Antiimperialista. AV. Bolívar - Caracas. Sábado, 2 de junho de 2007.

¹⁴ Para o ano de 2016 o preço por barril era de 35,15 dólares e, apesar de no ano seguinte haver um aumento para 42,46 dólares por barril, isto não chegou à média que se tinha tido entre 2011 e 2014 de 101,04 dólares e 88,42 dólares por barril respectivamente (Lander e Arconada: 2017). A isto se acrescenta a baixa na produção, questão que tem sido atribuída aos graves problemas que apresenta a principal indústria petrolífera do país, Petróleos da Venezuela (PDVSA).

classes dirigentes, aliado ao conflito político com organizações radicais opositoras ao Chavismo, somada a uma altíssima pressão internacional¹⁵ para a saída de Nicolás Maduro do poder, o que aguçou a crise.

No político-ideológico, o desprestígio da classe política como um todo se manifesta em um importante desafio político, dando conta do retorno a uma profunda crise de representação que o Chavismo já não pode conter. A tensão que o "Socialismo" gera na sociedade também é um indicador da crise de hegemonia que se atravessa¹⁶.

No estrutural, para Lander e Arconada (2017), o que estamos observando na Venezuela é: "a crise terminal do modelo extrativista petrolífero e o estado rentista clientelista", ficando sobre o tapete que o projeto bolivariano - embora tenha desenvolvido políticas sociais que beneficiaram grande parte da população mais necessitada - não conseguiu consolidar os projetos de transformação produtiva que o país requeria, ao contrário, se firmou a condição rentística do Estado, tornando-se este o principal controlador e distribuidor da renda, questão que se expressa, segundo os autores mencionados, no aprofundamento da dependência

¹⁵ O conflito político alterou todo o funcionamento institucional do país, manifestando-se uma "guerra" entre o poder legislativo, o poder executivo e o judicial. A pressão internacional, por sua vez, contemplou: desde sanções econômicas que confiscaram ativos do país no exterior, o bloqueio de suas operações comerciais e financeiras, até ameaças de intervenção militar estrangeira, e até tentativas fracassadas de golpes de Estados, atentados ao presidente e aventuras de mercenários visando gerar conflitos bélicos internos.

¹⁶ O estudo de Luis Salamanca (2010): "percepções sobre o socialismo nos setores D e E", no "Dossiê sobre as ideias políticas do Venezuelano", do Centro de Pesquisas e Ação Social "Gumilla", aprofunda essa tensão.

petrolífera que, para o ano 2017: "chegou a representar 96% do valor total das exportações" (LANDER e ARCONADA, 2017:18).

Se analisarmos a materialidade da forma primordial rentista-petroleira, bem como, o dispositivo de transformação social do chavismo, podemos refletir sobre o tipo de tendências estratégicas que emergem ante a crise venezuelana:

1. É evidente que a dependência da economia venezuelana da exploração petroleira é uma questão não resolvida que ainda condiciona a construção hegemônica e, como consequência, a estabilidade política. Em termos estratégicos, isso se traduz em um tipo de construção abstrata do Estado, que resulta de um frágil controle da estrutura econômica pelas classes dominantes que, ao operar somente no nível ideológico é, no entanto, impotente no que diz respeito à transformação econômica, tendendo a enaltecere a burocracia como decisória da condução política e da movimentação das massas.

Este não é um elemento conjuntural, a crise revela que uma forma abstrata ou absoluta do Estado poderia ser um traço fundamental da forma primordial venezuelana. A distinção que Gramsci sugere¹⁷, entre Estado como forma concreta de um tipo de desenvolvimento econômico, e Estado como forma abstrata própria do desenvolvimento teórico de setores intelectuais, permite compreender, no caso venezuelano, como a chegada de uma enorme riqueza súbita proveniente do mercado internacional do petróleo, perturbou todo o desenvolvimento dos setores produtivos venezuelanos, que se encontravam dispersos e atrasados, impedindo

¹⁷ Gramsci (1981-1999, 150, Caderno 1).

que pudessem amadurecer para disputar a condução da sociedade. Isto adveio de um Estado liderado por intelectuais que se forjam com a condução do Estado porque constroem uma interpretação da situação histórica na qual se produz esta riqueza, influenciada por correntes ideológicas de países mais avançados, mas sem se submeter nem às leis da eficiência econômica, nem às características (capacidades) da estrutura econômica real. A forma Estado resultante, então, derivou falida dada a lógica iluminista que produziu este modo de acumulação. Esta é a história de todos os partidos políticos democráticos, na Venezuela, e também é a história do Chavismo.

2. Que as mudanças na equação social se deram de cima, no contexto de uma estrutura onde o Estado é a espinha dorsal do social, não o entendemos como o núcleo central da fraqueza superestrutural do modelo chavista. De fato, na especificidade venezuelana, talvez não houvesse outra maneira de empurrar o desenvolvimento da sociedade civil. Recordemos o que Gramsci coloca a este respeito: "as classes subalternas, por definição, não estão unificadas e não podem unificar-se enquanto não puderem tornar-se Estado" (Caderno 24, nota 4), ou seja, para que a revolução popular fosse possível na Venezuela, a ocupação do Estado pelas massas populares era necessária. Ora, que um Estado sem controle real da estrutura econômica tivesse um peso tão determinante na fórmula de articulação de uma nova vontade coletiva, sim, isso pode representar uma debilidade hegemônica, porque a burocracia facilmente pode passar à condução política e produzir um processo de expulsão das massas do Estado, agravando os desequilíbrios Estado-Sociedade. Se esse padrão se mantivesse na Venezuela, estaríamos diante

de um processo de pacificação social que lançaria as bases de uma possível Revolução Passiva: um possível regime estabilizador do segundo momento do Estado chavista?

Poderíamos dizer que a Revolução Passiva (em sua expressão americanista) que articulou o momento constitutivo do Estado moderno (1930-1990), em meio à crise, retorna como estratégia já ensaiada pela formação político-social. No entanto, além da burocratização da condução política, essa tendência ainda não está suficientemente desenvolvida para aprofundar uma análise que, tendo como a outra faceta o uso do conceito de "guerra de posições", nos permita estudar, a partir desta ótica, as formas de recomposição do Chavismo neste segundo momento.

Outra explicação sobre o desequilíbrio da Relação Estado-sociedade em meio à crise orgânica, está relacionada ao critério elaborado por Gramsci sobre: "o fracasso da missão histórica da revolução", segundo o qual uma vez que as classes subalternas converteram-se em Estado e não conseguiram transformar a estrutura econômica (não superaram a fase econômico-corporativa inicial) e, por conseguinte, não consolidaram a fase ético-política, têm que continuar a manter o desequilíbrio entre sociedade política e sociedade civil, porque esta classe e seu Estado não cumpriram sua missão histórica" (MAYA, 1982 cp. BETANCES, 1986 *cf.* 278). Parece que tal como está a situação estrutural, se a sociedade alcançasse maiores capacidades ideológicas, a crise não seria manejável para a classe dominante por ter perdido força nos consensos.

3. Apesar da crise, o Chavismo resiste no poder político. Isto dá conta da profundidade de suas medicações e deixa transparecer sua capacidade de renovar-se.

Recordemo-nos que Gramsci é claro quando explica que a crise econômica, as contradições estruturais, são resolvidas no plano ideológico (Oliver, 2016; Oliver *et. al.*, 2013).

A este respeito, vale destacar algumas das principais "trincheiras ideológicas"¹⁸, com as quais conta o Chavismo desenha o tipo de sociedade civil que está resultando do processo. Em meio à crise, o partido (PSUV) destaca-se como a principal trincheira de resistência chavista. Junto ao partido operam fileiras do funcionalismo do público, bem como, os agentes do poder popular mais clientelizado que, em nome da defesa da nação ante as ameaças externas, levantam defesas que fecham espaços de debate e premiam a lealdade e obediência, administrando o acesso aos recursos públicos. Também setores autônomos do poder popular resistem não em apoio ao governo, mas em defesa das bandeiras da revolução: defendem "o poder do povo", seu caráter antineoliberal e soberanista, e a necessidade de superar o rentismo petrolífero. Da mesma forma, esses setores com muitas fraquezas trabalham para se unificar¹⁹.

¹⁸ "As superestruturas têm a função do sistema de trincheiras da Primeira guerra mundial: mesmo que a superfície externa da frente adversária seja destruída, sua linha defensiva permanece eficaz. Dessa forma, para Gramsci, em tempos de crise, as classes contrapostas à hegemonia das classes dirigentes de então não se organizam automaticamente, nem se tornam especificamente opositoras, já que as trincheiras ideológicas das classes dirigentes seguem de pé dentro da sociedade civil, inclusive em época de catástrofe financeira" (Gramsci, 1981-1999, Caderno 13, nota 24).

¹⁹ Foi criada A União Comuneira, união das comunas (autogovernos territoriais), com fins de intercâmbio econômico e articulação política de carácter nacional. Observatórios da sociedade civil foram criados para monitorar toda a exploração de recursos naturais. O conflito camponês continua aberto. Em setores intelectuais de esquerda

Ainda não sabemos se a sociedade rentista será superada, o que é verdade é que tanto a Revolução bolivariana como a crise orgânica (histórica), têm funcionado para ativar um processo de amadurecimento político das classes subalternas e colocar a sociedade em seu conjunto a pensar a sua própria equação social.

Bibliografia

AGABEM, G. "O que é um dispositivo?". *In: Revista Sociológica*. Vol. 26. pp. 249-264. Universidade Autônoma Metropolitana-Azcapotzalco, 2011. [acesso em: 01/02/2021] Disponível em: <http://www.sociologiamexico.azc.uam.mx/index.php/Sociologica/article/view/112>

ARENAS, N. As visões do petróleo 1940-1976. *In: Tópicos para discussão*, série Arbitrada, n. 3, Caracas: Cendes-UCV, 1999.

BETACES, E. **A concepção ampliada do Estado em Gramsci**. Cidade do México: Edições de Cultura Popular, 1986.

CORONIL, F. O Estado Mágico. Natureza, dinheiro e modernidade na Venezuela.

Nova Sociedade - Conselho de Desenvolvimento Científico e Humanístico, Caracas: Universidade Central da Venezuela, 2013.

começam a surgir alianças entre setores de oposição com visões progressistas e setores críticos do chavismo. E há plataformas que reivindicam uniões desse tipo para impulsionar espaços de diálogo político.

ELLNER, S. Explicações para a crise atual na Venezuela: o choque de paradigmas e narrativas. *In: Revista Discursos Do Sul*, julho/novembro 2019. pp. 133-151. DOI: <https://doi.org/10.15381/dds.v0i4.17029>.

GARAY, V. e Ramos, F. As relações civis-militares e o projeto ideológico bolivariano na Venezuela (1999-2014). **Revista de Relações Internacionais, estratégia e segurança**, Vol.11. n. 1, Granada: Universidade Militar Nova Granada, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Edições Foi: Cidade do México, 1981-1999. (6 tomos).

HARNECKER, M. Venezuela: militares junto ao povo. **Espanha: Velha Toupeira**. Caracas: Coleção Textos Inquietos, 2003.

ITURRIZA, R. **O Chavismo Selvagem**. Buenos Aires: Editorial O Coletivo, 2017.

KANOUSI, D. e Mena, J. **A revolução passiva: uma leitura aos cadernos do cárcere. México**. Puebla: Universidade Autônoma de Puebla, 1985.

LANDER, E. e Arconada, S. Venezuela: um barril de pólvora. **Nova Sociedade**, 2017. ISSN: 0251-3552. <www.nuso.org>.

MAYA, C. Conceito de Estado em Gramsci. **Cadernos Políticos**. N. 33, 1982.

MODONESI, M. "Revoluções passivas na América Latina. Uma aproximação gramsciana à caracterização dos governos progressistas do início de século". *In* Thwaites, M. **O Estado na América Latina: continuidades e rupturas**. Chile: Editora ARCIS-CLACSO, 2012.

OLIVER, L., Goutman, A., Guevara, A., López de la Vega, M., Morales, E., Nieto, L., Ortega, J., Quintero, R., & Savoia, F. **Gramsci. A outra política. Decifrando e debatendo os cadernos do cárcere.** Universidade Nacional Autónoma do México, Cidade do México: Editora Itaca, 2013.

OLIVER, Lúcio. **A equação Estado / Sociedade Civil na América Latina.** Cidade do México: Universidade Nacional Autónoma do México, Edições A Biblioteca, 2016.

PETERS, S. Sociedades rentistas. Chaves para entender a crise venezuelana. *In: Revista Europeia de Estudos Latino-Americanos e do Caribe.* Julho-Dezembro de 2019. pp. 1-19 . Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.2307/268789>>.

PORTANTIERO, J. Gramsci em chave latino-americana. *In: Nova Sociedade,* Setembro-Outubro 1991. ISSN: 0251-3552. <www.nuso.org>.

SALAMANCA, L. Sobre as ideias políticas do venezuelano. **Dossiê na Revista SIC,** Caracas, 2010.

TAPIA, L. O nacional-popular e a forma primordial: desenvolvimentos a partir de Gramsci. *In: Estudos Latino-Americanos.* Nova Época. N. 32 julho-dezembro 2013. pp. 85-99.

TINKER Salas, M. **Uma herança que perdura. Petróleo, cultura e sociedade na Venezuela.** Caracas: Editorial Galac, 2013.

URBANEJA, D. **Renda e reivindicação: ensaio sobre petróleo e economia política na Venezuela.** Caracas: Editora Alfa, 2009.

ZAVALETA, R. (1995). O Estado na América Latina. *In:*
**Revista de Economia da Faculdade de Ciências
Econômicas da UNAM.** Junho, 1995. México.

PARTE III:

**HEGEMONIA CIVIL E
SENTIDO COMUM**

O espectro da sociedade civil¹

*Robert Quintero*²

Parece que algumas vertentes contemporâneas da análise social sucumbiram muito facilmente a uma caracterização cartesiana da sociedade civil e do Estado. De fato, rigidamente colocados nestes dois extremos conceituais, eles tendem a entender a forma de organização política das sociedades modernas com base em uma divisão rígida e dualista, bem como para atribuir, a partir de uma axiologia arbitrária, uma correspondência valorativa na qual a sociedade civil é assimilada a uma instância democrática e deliberativa. Nela, fluem os projetos ético-políticos capazes de fazer avançar a agenda de transformação da ordem estabelecida, enquanto ao Estado é atribuído um papel como simples receptor dos desejos democráticos da sociedade civil, um mediador das aspirações dos cidadãos, ou um gendarme implacável do *status quo*. Pode-se alegar que não há falta de argumentos históricos para apoiar esta imagem dicotômica da configuração política das sociedades. No entanto, a questão é mais intrincada. A separação dessas esferas só faz sentido para organizar a explicação dos fatores e dinâmicas que envolvem as relações sociopolíticas em determinadas circunstâncias

¹ Tradução de Lia Pinheiro Barbosa

² Docente e pesquisador na Corporación Universitaria Minuto de Dios, na Colômbia.

históricas, ou seja, para reduzir o limiar de complexidade inerente ao problema. Portanto, a divisão afiada deve ser entendida mais como uma distinção metódica do que orgânica, como Gramsci corretamente assinalou.

Conforme alguns analistas, o retorno da discussão sobre a sociedade civil à reflexão político-acadêmica nas décadas de 1980 e 1990 do século passado foi parte da eclosão de vários movimentos que promoveram disputas sobre a democratização social e política em diferentes sociedades. O foco característico deste debate foi examinar a capacidade auto-organizativa e questionadora da sociedade civil diante do domínio despótico dos autoritarismos militares e regimes totalitários. Este tipo de análise levou a uma leitura normativa do conceito de sociedade civil, o que favoreceu uma interpretação que exaltou o potencial autorregulador das organizações presentes na sociedade civil. Assim, em algumas abordagens com raízes liberais e pós-marxistas, o conceito ficou envolto em uma densa camada de percepções idealistas; inclusive tornou-se mesmo um substituto nominal para o sujeito político emancipatório, chamados a desempenhar as tarefas democráticas instadas pelo presente. Enquanto isso, a partir de posições ultraliberais, a sociedade civil recebeu o papel de avalista da governança, um ator central na governabilidade, e cogestor do ajuste estrutural do Estado, com o qual, de forma aparente, lhe atribuía (ou devolvia) à sociedade um papel de liderança na condução dos assuntos públicos.

É pertinente revisitar o conceito a fim de esclarecer o que ficou opaco dentro das fronteiras analíticas de seu uso mais comum. que tem sido obscurecida dentro dos limites analíticos de seu uso mais comum e difundido, ou para enfatizar elementos

que têm sido negligenciados ou não e uso generalizado, ou para enfatizar elementos que foram negligenciados ou não plenamente afirmados no debate sobre a sociedade civil. Por este motivo, prévio ao desenvolvimento do componente central deste trabalho, apresentamos um levantamento de alguns trabalhos contemporâneos com o objetivo de identificar aspectos-chave em torno dos quais se estabeleceu a discussão teórica e política neste campo em particular. Mais do que uma contribuição teórica, ou seja, para propor algum entendimento novo ou original sobre este tópico, este texto visa resgatar algumas reflexões que emergem da perspectiva gramsciana sobre o assunto em questão, a fim de se referir a como essas abordagens podem contribuir para a compreensão da sociedade civil na América Latina, particularmente naqueles Estados onde as relações de dominação têm se baseado mais fortemente em mecanismos e instituições coercitivas. A partir deste ângulo teórico chegaremos ao conceito de *bad civil society* (má sociedade civil), com o objetivo de destacar como a sociedade civil é atravessada por grupos que assumem abertamente ou dissimuladamente posições que defendem a restrição ou exclusão social e política em vez da democratização. Finalmente, argumenta-se que tais grupos, por meio do Estado, apoiam ou irradiam um projeto hegemônico baseado no que René Zavaleta chamou de “hegemonia negativa”, uma expressão com a qual o intelectual boliviano queria indicar que “un acto de profundidad autoritaria genera creencias” (Zavaleta, 2009, p. 29). Ao conectar a ideia de *bad civil society* com a noção de “hegemonia negativa”, recuperamos a ideia gramsciana de que a disputa hegemônica ocorre no campo fluido das relações existentes entre a sociedade civil e a sociedade política,

e implica um processo no qual o poder político converge em torno da “dupla perspectiva” da coerção revestida de consenso e o consenso respaldado na coerção.

A espessa transparência da sociedade civil

O esforço para conceituar as mudanças ocorridas no seio da organização política das sociedades capitalistas modernas, produziu diferentes teorizações sobre o caráter qualitativo e específico dessas mudanças. As formas sociais e institucionais emergentes paralelamente ao processo de constituição do mercado em seu sentido moderno, ou seja, como uma esfera de transação orientada por transações abstratas de valor de câmbio, não só prejudicou a estrutura das relações e valores que sustentavam o Regime Antigo, mas também tornaram possível um tipo de mercado minou não só a estrutura de relações e valores que sustentavam o *Anciën Regime*, mas também tornou possível um tipo de organização social baseada na racionalização do mundo, para a qual a práxis e o pensamento burguês-liberal conseguiram oferecer um terreno útil para o desenvolvimento. No campo da filosofia, desde a tradição jusnaturalista, mas especialmente as correntes do idealismo alemão do século XIX, um corpo de ideias tomou forma que deram sentido ou justificaram processos sociais que culminaram, por exemplo na reorganização das premissas para a legitimação do poder político, que doravante obteriam seu escopo de validade com base no estabelecimento de uma esfera pública. Um aspecto crucial associado a esta transformação da estrutura política foi a consolidação de um Estado moderno e o surgimento da chamada sociedade civil.

Como destacado por Norberto Bobbio, este conceito foi definido como tudo aquilo que não corresponde ao Estado ou ao “conjunto de relações não reguladas pelo Estado”. A dificuldade ou complexidade associada ao discernimento deste “conjunto de relações” é determinada pelo debate político envolvido em sua definição; na medida em que, dependendo do lugar de enunciação ou dos fatores axiomáticos ou da ordem cronológica ligada à sua decifração, obtêm-se diferentes teorizações sobre como foi constituído o processo de organização das sociedades modernas (Lechner, 2013), em que esfera se produz a disputa pelo poder político e econômico e, conseqüentemente, qual deve ser o núcleo em torno do qual o que o(s) projeto(s) para a constituição de uma ordem social normativamente desejável deve(m) ser implantado(s). Em qualquer caso, uma primeira questão central no debate foi a definição dos limites conceituais que delimitariam a unidade-diferença entre o Estado e a sociedade civil. Neste sentido, vale destacar as referências contratualistas, hegelianas ou marxistas nesta reflexão, cada uma das quais coloca o lugar, a natureza ou a abordagem epistemológica do Estado e da sociedade civil em diferentes eixos de análise. Em particular, é crucial observar como, com base em uma interpretação dialética, na qual as reformulações específicas praticadas a partir do materialismo, a sociedade civil foi examinada não como estritamente oposta ao Estado (embora isso também não as torne assimiláveis), mas como uma esfera em que as condições materiais e as relações ético-políticas são produzidas e reproduzidas, e que estão ligadas à institucionalidade estatal, e para as quais qualquer tentativa de reconhecimento requer uma cuidadosa indagação histórica. Finalmente e à luz desta

formulação, é válido salientar que uma análise que capta melhor a complexidade das relações que orbitam entre a sociedade civil e o Estado, em abordagens como a de Bobbio, que, a partir de um diálogo com o trabalho de Hegel e Marx, afirma que “la sociedad y el Estado fungen como dos momentos, separados pero contiguos, diferentes pero interdependientes, del sistema social en su complejidad y en toda su articulación” (BOBBIO, 2000, p. 67). Este argumento também é ecoado pelo cientista político espanhol Fernando Vallespin (1996, p. 56), que prevê que a sobreposição ou interação ascendente entre o Estado e a sociedade civil durante o século XX “obliga a re-politizar nuestra visión de la sociedad civil, sin por ello renunciar a subrayar su autonomía. Significa romper con la idea de la existencia de una frontera claramente delimitada entre uno y otro ámbito, entre Estado y Sociedad”.

Um segundo aspecto importante da discussão tem sido orientado para estabelecer a forma que adoram as relações conflituosas ou contenciosas dentro da sociedade civil.³ De fato, será que estas tendem a se

³ Nos “Principios de la Filosofía del Derecho”, Hegel (1999, p. 360-364) mostrou como no sistema de necessidades, em torno do qual a sociedade civil está integrada, tendem a se formar contradições que devem ser controladas pela polícia ou mediadas pelas corporações, pois somente desta forma o aspecto universal e ético imanente na sociedade civil poderia ser preservado. Segundo Žižek (2015), na abordagem hegeliana, a sociedade moderna se reconcilia consigo mesma, enquanto na sociedade civil, a interação mediada pelo mercado enquanto na sociedade civil, a interação mediada pelo mercado (que está em constante conflito e concorrência feroz) “hace a los individuos completamente interdependientes y así crea el vínculo social definitivo” (p. 269). Entretanto, agrega Žižek: “el problema es aquí, desde luego, si la dinámica del mercado realmente proporciona lo que promete. ¿No genera de hecho una permanente desestabilización del cuerpo social, especialmente al incrementar las

concentrar em torno de um diagrama de força bipolar no qual diferentes grupos disputam a direção da sociedade com base em projetos econômico-políticos específicos? Em torno deste tema, há muitas apreciações: algumas colocam o aspecto mais descritivo das lutas que são suscitadas na sociedade civil e nas quais o Estado participa (Bobbio, 2000);⁴ outras apontam não apenas para o caráter contraditório dessa forma social, mas também um aspecto mais integrador, em relação ao qual é projetada a configuração da ordem política das sociedades por ocasião de uma disputa hegemônica (Oliver, 2019). Enquanto isso, em uma direção semelhante, outras abordagens postulam, baseadas em uma leitura gramsciana do conceito de hegemonia, a ideia da sociedade civil como um campo plural ou diversificado no qual a unidade é colocada como um problema político e cultural (ROSEBERRY, 2002, p. 216-220).

Entretanto, estas não são geralmente as concepções mais desenvolvidas na agenda de discussão sobre a sociedade civil. Como destacou Ellen Meiksins Wood (2000), a perspectiva que passou a dominar com maior

distinciones de clase y precipitando la creación de una turba privada de las condiciones más básicas para vivir? La solución de Hegel aquí es muy pragmática; optar por medidas paliativas secundarias como la expansión colonial y, especialmente, el papel mediador de los estamentos (Stände). Y su dilema es todavía el nuestro, doscientos años después. La indicación más clara del límite histórico de Hegel reside en su doble uso del término Sitten (costumbres, orden social ético): éste ocupa el lugar de la unidad orgánica inmediata que debía dejarse atrás (el antiguo ideal griego), y de la unidad orgánica superior que debería hacerse efectiva en un Estado moderno” (p. 270).

⁴ De acordo com o pensador italiano, uma definição aproximada da sociedade civil indica que “es el lugar donde surgen y desarrollan los conflictos económicos, sociales, ideológicos, religiosos, que las instituciones estatales tienen la misión de resolver mediándolos, previniéndolos o reprimiéndolos” (p. 43).

força as tentativas de analisar esta instância das sociedades modernas está ligada, sobretudo, a uma abordagem pluralista da sociedade que, embora não deixe de advertir “que la sociedad civil no es un ámbito de libertad o democracia perfectas” (p. 300), se outorga maior força explicativa à premissa de que nela reside um princípio democratizante e libertador por causa das correntes auto-organizadoras ou autoconstituintes contemporâneas (ARATO e COHEN, 2000, p. 53), nas quais se assenta “un asociacionismo libre y politizado y la reivindicación de la vida pública” (VALLESPIN, 1996, p. 53). Uma concepção semelhante é encontrada no trabalho de John Keane, para quem a sociedade civil define um âmbito não estatal baseado nos princípios da não-violência e da autorreflexão, e onde, dentro da estrutura da pluralidade, se busca o entendimento entre diferentes formas de vida através de um processo auto-organizativo (FEENSTRA, 2010).⁵ Estas abordagens teóricas não diferem substancialmente da perspectiva de Helmut Dubiel, um pensador da terceira geração da Escola de Frankfurt, cujo conceito de sociedade civil alude à capacidade de reflexão da sociedade, ou seja, um conjunto de “prácticas de comunicación, rituales discursivos y tribunas públicas en que actores colectivos disputan sobre la unidad y futuro de la sociedad” (Dubiel, 1994, p. 118).

⁵ Keane entende por sociedade civil uma “categoría ideal que describe e imagina una estructura compleja y dinámica de instituciones no gubernamentales protegidas legalmente que tienden a ser no violentas, auto-organizadas, auto-reflexivas, en permanente tensión con los diferentes grupos y con las instituciones gubernamentales que la estructuran, la estrechan y que posibilitan sus actividades (conforme citado por Feenstra, 2010, p. 119).

Sem dúvida, as referências analíticas destas construções conceituais são influenciadas pelas derivações do debate entre o comunitarismo e o liberalismo, assim como as discussões entre John Rawls e Jürgen Habermas; ainda que vistas com maior profundidade, as raízes destas construções conceituais estão enraizadas nas tendências antiabsolutistas que se desenvolveram desde o século XVII no Ocidente. Charles Taylor (1997, p. 282), converge em duas posições principais: uma inspirada em John Locke, que de um ponto de vista jusnaturalista argumenta que a existência da sociedade é anterior ao governo; e a outra por Montesquieu, que dá ao conceito de sociedade civil um caráter mais político ao apontar sua origem em corporações auto-organizadas legitimadas para mediar entre a sociedade e o Estado. Para Taylor, estas duas estruturas teórico-políticas encontram uma releitura e uma combinação na obra de Hegel (1997, p. 290). Entretanto, é importante observar duas questões sobre as consequências desta trajetória conceitual da sociedade civil: por um lado, é crucial enfatizar que os enfoques que tendem a privilegiar a sociedade como uma esfera auto-regulada e extra-política e auto-reguladora, são propensas a exaltar uma ideia prístina da sociedade civil; de fato, em alguns casos, esta corrente acaba deslizando para uma noção de democracia que pode ser totalmente reconciliada com as relações de produção capitalista. Assim, de acordo com a historiadora marxista Meiksins Wood (2000, p. 296), o “culto de la sociedad civil también tiende a reproducir las mistificaciones del liberalismo, ocultando las coerciones de la sociedad civil y confundiendo las maneras en que la propia opresión del Estado está

arraigada en las relaciones de explotación y coercitivas de la sociedad civil”.⁶ As ressonâncias particulares desta questão serão abordadas mais tarde quando nos referirmos ao conceito impreciso de *bad civil society*. Em segundo lugar, em relação à tendência de privilegiar um conceito de sociedade civil que está mais próximo dos contornos do pensamento liberal, uma terceira fonte de abordagem do conceito foi negligenciada, ou às vezes deturpada. ao conceito: isso pode ser visto no trabalho de Antonio Gramsci, que, a partir da filosofia da práxis, em seus Caderno do Cárcere, tenta-se outra maneira de enquadrar a questão. Tem sido comum chegar a esta abordagem pela pluma de Bobbio, que, embora tenha o mérito de ter destacado a influência hegeliana na

⁶ Neste argumento histórico, a autora reconstrói os fios da sociedade civil no processo de constituição do capitalismo. Assim, ela aponta que esta forma social (sociedade civil) é específica a ela, e assim argumenta que: “La ‘sociedad civil’ no sólo constituye una relación totalmente nueva entre lo ‘público’ y lo ‘privado’, sino que de modo más preciso es un ámbito ‘privado’ totalmente nuevo, con una presencia ‘pública’ distintiva y opresiones propias, una estructura única de poder y dominación, y un sistema lógico inflexible. Representa una red particular de relaciones sociales que no se limita a oponerse a las funciones coercitivas, ‘de vigilancia’ y ‘administrativas’ del Estado, sino que también representa la reubicación de estas funciones, o cuando menos de una parte significativa de ellas. Supone una nueva división del trabajo entre la esfera ‘pública’ del Estado y la esfera ‘privada’ de la propiedad capitalista y los imperativos del mercado, en donde la apropiación, la explotación y la dominación están separadas de la autoridad pública y la responsabilidad social, mientras que estos nuevos poderes privados dependen del apoyo del Estado, por medio de un poder de aplicación legal mucho más concentrado de lo que nunca antes había existido... En otras palabras, la coerción no sólo ha sido una enfermedad de la ‘sociedad civil’, sino también uno de sus principios constitutivos. En realidad, las funciones coercitivas del Estado se han ocupado en gran medida de ejercer la dominación en la sociedad civil” (p. 294).

concepção da sociedade civil delineada por Gramsci, acabou por reintroduzir o revolucionário italiano ao pensador que comparou a filosofia à coruja Minerva (Bianchi, 2007).⁷ Algo similar aconteceu com Axel Honneth (1999), que, embora tenha enfatizado a originalidade desta terceira fonte gramsciana, acabou por subsumir o trabalho do pensador comunista à obra de Habermas.

⁷ Portantiero (1988) também considera que o postulado da separação sociedade civil-Estado leva a uma análise rígida da constituição da teia de poder e das relações políticas que constituem as sociedades modernas. Em sua opinião, é em Gramsci que encontramos uma abordagem ideal para a questão na medida em que ele consegue reformular a visão mecânica do particular através de sua teoria de hegemonia. O autor argentino afirma que o giro conceitual de Gramsci está fundamentado na tradição hegeliana e não na tradição marxista. Portantiero considera que esta abordagem permite examinar, com maior precisão, as formas e modos de disputa política, porque assim é possível pensar de uma forma complexa a “los procesos sociales que ‘median’ economía con política en el capitalismo contemporáneo a través de una secuencia de transformaciones”. Neste contexto específico, o sociólogo latino-americano sugeriu que a noção de sistema político esclarece as relações entre a sociedade e o Estado, na medida em que esta categoria analítica facilita uma compreensão do “espacio en que se articulan y especifican las determinaciones generales que aluden a la naturaleza de clase de dominación y los acontecimientos políticos que aluden a la emergencia empírica de un régimen”.

Gramsci e a dupla perspectiva sobre a sociedade civil

La unidad histórica fundamental
[de las clases dirigentes],
por su concreción es el resultado
de las relaciones orgánicas
entre el Estado o la sociedad
política y “sociedad civil”.
Antonio Gramsci

A abordagem de Gramsci à sociedade civil o obrigou a explorar o espinhoso problema de como as relações de poder são exercidas nas sociedades modernas. O pensador italiano compreendeu, com considerável profundidade, a forma como as mediações sociais (como a escrita, a intelectualidade, os partidos políticos e até mesmo as expressões artísticas cristalizadas no folclore) sobre as quais essas relações são implantadas, são fundamentais para analisar como o conjunto social assume certos traços político-ideológicos, geralmente ligados a projetos intelectuais e morais; ou melhor, as complexas matrizes culturais que se assemelham mais a um *ethos* histórico, no sentido de que Bolívar Echeverría dá a esta expressão, ou seja, como o princípio da construção do mundo da vida (1996, p. 71).

Desvendar como ocorre o processo político e como adota formas institucionais e sociais que, no processo de organização das relações capitalistas, tendem a obstruir, com um certo grau de eficácia, o elemento catártico presente nas lutas históricas polimórficas dos subalternos, era a tarefa da obra do pensador comunista. Assim, sua aproximação ao conceito de Estado e sociedade civil se desprende do germe mecanicista para investigar (a partir da filosofia

da *práxis*), as formas orgânicas e conjunturais que envolvem o movimento das sociedades, e assim examinar os elementos sobre os quais a consolidação do domínio, o consenso passivo ou ativo dos governados, bem como as opções dos subalternos para se oporem a tal ordem. Sob o guarda-chuva teórico de Gramsci, a exploração da sociedade civil dispensa qualquer referência economicista, sem renunciar a um entendimento da forma como as forças materiais e históricas concorrem para a estruturação da ordem social. Pelo contrário, o mesmo motivo o impele aprofundar no processo fluido das relações que unem/diferenciam e integram/distinguem o Estado e a sociedade civil, mediante uma análise dúctil que pesa as âncoras culturais sobre as quais as práticas de organização/desorganização e coerção/consenso em que se fundamenta o poder do Estado ampliado. A fim de reconhecer os traços do conceito de sociedade civil na obra do pensador sardo, é essencial expor alguns dos elementos sobre os quais sua concepção de política é construída. Como é bem conhecido, isto encontra expressão concreta em uma teoria da hegemonia, que expressa a ligação entre a sociedade política e a sociedade civil. No entanto, é evidente que as notas dos Cadernos do Cárcere das quais se obtém o conjunto de impressões é parte de um projeto que assume que é imprescindível identificar a relação entre estrutura e superestrutura social, sem descuidar das mediações culturais e intelectuais sobre as quais esta relação se desdobra. Não surpreende, portanto, que Gramsci tenha argumentado sobre a tentativa de seus cadernos, que o “espírito popular creativo en sus diversas fases y grados de desarrollo está en la base de todos ellos en igual medida”. No centro destas reflexões, observações e notas

teórico-metodológicas, estava o interesse em explorar uma abordagem da hegemonia que explicasse a reorganização, as transformações e crises dos Estados e das sociedades civis na Europa pós Primeira Guerra Mundial, a ascensão e consolidação do fascismo e o triunfo da revolução bolchevique. Consequentemente, as reflexões contidas nos Cadernos aludem a uma série de questões de interesse urgente, a fim de esclarecer os contornos da sociedade capitalista que está emergindo no contexto das mudanças econômicas e políticas que ocorreram ao longo do século XIX e início do século XX (por exemplo, pense em suas notas sobre o Americanismo e o Fordismo).⁸

Com base nas mudanças ocorridas no seio das instituições políticas demoliberais, Gramsci nos oferece pelo menos três premissas poderosas para o estudo do Estado e da sociedade civil:

O primeiro aponta para a relação não-mecânica entre as dimensões da política e da economia, entre estrutura e superestrutura. Para Gramsci, a política não é uma instância que reflete as relações econômicas de

⁸ Algumas das múltiplas questões que são abordadas ao longo dos Cadernos estão intimamente relacionadas com questões significativas para o debate político da época em que foram escritas (e, na verdade, ainda são vigentes hoje), entre outras: 1. Quais reflexões a teoria revolucionária deve se basear nas mudanças políticas ocorridas nas sociedades demoliberais e no complexo desenvolvimento da sociedade civil e das instituições estatais que emergiram da dialética revolução-restauração durante o ciclo de lutas sociais entre os séculos XIX e XX. 2. Que aspectos estruturais são fundamentais para a constituição de um bloco histórico dominante e como o projeto de dominação e direção inerente a ele se relaciona com a formação de um bloco histórico nacional que procura fortalecer e integrar os setores subalternos? 3. Qual é o papel dos intelectuais nas situações de força entrelaçadas no curso da disputa sociopolítica pela primazia de uma ordem social?

produção, pelo menos não de modo absoluto. As temporalidades, lutas e processos de construção do político, podem estar em condição de desajuste com o elemento mais propriamente econômico da sociedade. Isto significa que a relação não é um *continuum*, mas sim um uma relação de tensão na qual às vezes uma adequação pode ser provocada, mas também uma estranheza relativa. Por sua vez, tais tensões, ou graus de relações de força, podem ser explicadas com maior profundidade se pensadas como situações historicamente forjadas. Esta perspectiva não é necessariamente redutível ao “Ocidente”, nem é exclusiva de um momento histórico particular, em que a “autonomia” do político pode emergir em condições insuspeitáveis.⁹ Na linha desta premissa, deve-se observar que, mesmo que Gramsci não estabeleça uma relação epifenomenal entre política e economia, não significa que as relações de produção sejam secundárias na explicação da ordem social; por fim, a sociedade civil também não é uma instância redutível ao superestrutural, sobretudo não é

⁹ Sobre esta questão, consideramos importante recordar o que expressou Zavaleta (1986, p. 61-63) sobre a famosa metáfora da política nas sociedades modernas como a passagem da guerra de movimento para a guerra das posições, e sua identificação espacial com o “Ocidente” e o “Oriente”: “Esto en realidad no sólo vale para las superestructuras en el capitalismo, donde el hecho es más visible por la reproducción en escala ampliada, sino para todo sistema: las superestructuras –el derecho, la ideología, el estado mismo– están hechas con relación o hacia el punto de determinación, no para transformarlo, sino para conservarlo”... Y agrega: “En realidad, el momento de eficacia determinativo de la sociedad civil es heterogéneo, es decir, una resultante, sobre todo errática en las sociedades complejas o abigarradas, en las sociedades no ligibles.”

constituída apenas de consenso, nem é um terreno exclusivo da organização ético-política da sociedade.¹⁰

O segundo elemento que nos parece ser uma contribuição fundamental para a compreensão do Estado e da sociedade civil, é sua célebre compreensão do Estado ampliado (sociedade civil + sociedade política ou hegemonia pela coerção). Tal enfoque é, a nosso ver, uma forma de perceber o que ele mesmo considerava ser o desafio para todo analista social: “Encontrar la identidad real bajo la aparente diferenciación y contradicción; y encontrar la sustancial diversidad bajo la aparente identidad, es la más delicada, incomprendida y no obstante esencial dote del crítico de las ideas y del historiador del desarrollo histórico” (GRAMSCI, 2000, C. 24, § 3). Em boa medida, esta perspectiva sustenta a primeira das premissas. De fato, ao contrário daqueles que aqueles que mantêm uma leitura hegeliana de Gramsci, segundo a qual o pensador italiano concedeu um *status* superestrutural à sociedade civil, conferindo o elemento ativo e absoluto na conformação da ordem hegemônica ao Überbau, acreditamos que a interpretação de Álvaro Bianchi (2007) - baseada em Giuseppe Prestipino (2005) e Guido Liguori - torna mais complexa e, ao mesmo tempo, adverte sobre a relação de unidade-distinção inscrita no Estado ampliado. De fato, de acordo com Prestipino, a superação do nexos dos distintos, de base croceana e analisada por Gramsci, lhe permite conceber a distinção

¹⁰ Bobbio argumenta que complexifica a dicotomia base/superestrutura, acrescentando a segunda à primeira. Ele conclui que Gramsci adota um caminho alternativo ao de Marx na questão da sociedade civil, o que o aproximaria um pouco do pensamento hegeliano sobre a sociedade civil.

“como una forma de oposición no antagónica en la que cada distinto se encuentra en una relación de tensión (dialéctica) con el otro” (conforme se cita em Bianchi, 2007). Gramsci captura, com base neste postulado filosófico, o nexos entre a sociedade civil e a sociedade política nas categorias de unidade e distinção; neste sentido, como afirma o pensador brasileiro-uruguaio:

La sociedad civil, tanto en un sentido –conjunto de organismos privados responsables de la articulación del consenso– como en el otro –locus de la actividad económica–, mantiene una relación de unidad-diferencia con la sociedad política... Sociedad civil y sociedad política (Estado stricto sensu) no están en una relación de antagonismo, sino de unidad-distinción (Bianchi, 2007).

A sociedade civil, situada na esfera das relações capitalistas de produção, é, portanto, um espaço de disputa de projetos ideológico-políticos cujo objetivo em jogo é a possibilidade de universalizar - através do Estado - certas coordenadas da ordem social ou do senso comum, que servem ao propósito de estabelecer um projeto hegemônico da sociedade. Este postulado se conecta com um terceiro aspecto do estudo do Estado e da sociedade civil na perspectiva gramsciana, que reconhece na “dupla perspectiva” do centauro maquiavélico, uma forma de entender as formas as formas de construção do poder político sócio-estatal:

Otro punto a establecer y desarrollar es el de la “doble perspectiva” en la acción política y en la vida estatal. Varios grados en los que puede presentarse la doble perspectiva, desde los más elementales hasta los más complejos, pero que pueden reducirse teóricamente a los grados fundamentales, correspondientes a la doble naturaleza del Centauro maquiavélico, ferina y humana,

de la fuerza y del consenso, de la autoridad y de la hegemonía, de la violencia y de la civilización, del momento individual y del universal (de la “Iglesia” y del “Estado”), de la agitación y de la propaganda, de la táctica y de la estrategia (Gramsci, 1999, C. 13, § 14).

A frase de Maquiavel, agora clichê, sobre como os governantes deveriam adotar a ferocidade do leão e a astúcia da raposa, serve para discernir as implicações da idéia de Gramsci sobre a “dupla perspectiva”. O uso da força e o consentimento dos dominados são dois momentos entrelaçados do exercício do poder político. A hegemonia encouraçada pela coerção, e a coerção encouraçada pela hegemonia, são duas modalidades de prática política e estatal, em que a capacidade do grupo dominante de sustentar a ordem social é colocada em tensão. Entretanto, e porque o Estado só em casos muito excepcionais consegue monopolizar a esfera do político e da política, e é desbordado por relações de poder que até mesmo disputam a pretensão do monopólio da violência física e simbólica, e porque o antagonismo social não pode ser absolutamente bloqueado pelo Estado, continua a ser a política uma arena de disputa social e de gestação de novas ordens e formas de organização da sociedade (THWAITES REY, 2007b).

Vale ressaltar que as três premissas gramscianas encontram uma espécie de confluência interpretativa do social no que foi postulado como a correlação entre política e história (OLIVER, 2013). Uma das virtudes desta perspectiva é entender a construção da política como uma *práxis* coletiva, na qual o horizonte hegemônico de uma sociedade (estruturas de significado que se materializam nos processos de socialização e subjetivação de indivíduos e comunidades) é escupido

por meio de interações sociais historicamente demarcadas. Assim, a história, como um produto de complexas inter-relações humanas naturais, e como forma de compreensão/justificativa da experiência humana, é um poderoso recurso para elucidar as trajetórias ou tendências inscritas em nos projetos da sociedade. A pergunta de como interpretar o conjuntural que emerge desprovida de conexões com o passado ou o orgânico que parece insondável no presente, encontra uma solução potencial nesta perspectiva. A política é uma forma de reinvenção da história, mas também uma forma de configuração social peneirada através da história.

Bad civil society e a hegemonia negativa

La tradición de los oprimidos
nos enseña que el “estado de excepción” en
el cual vivimos es la regla;
debemos adherir a un concepto de historia
que se corresponda con este hecho.

Walter Benjamin

A tentativa de análise sobre a sociedade civil delineada na obra de Gramsci nos permite, então, pensar que não se trata apenas de um elemento consensual que nela reside. A força (incluindo a violência simbólica) não é um aspecto exclusivo da sociedade política, embora esta tenha pretendido monopolizar o uso legítimo da força. Portanto, a sociedade civil não é apenas uma arena na qual os agentes competem pelo poder político, guiados por regras democráticas. Dependendo do específico processo de formação da sociedade civil e do Estado, há fatores e

grupos potenciais presentes na história das sociedades em torno dos quais se gesta uma ordem hegemônica, cujo projeto consiste tanto na integração como na supressão dos subalternos, incluindo qualquer cidadão. Novamente, é necessário advertir que a equação sociedade civil-sociedade política envolve processos de acúmulo que dão lugar a específicas configurações de formação social, que pode facilitar o surgimento de mediações sociais e políticas que promovam um *ethos* súdito, paroquial e autoritário, sobre a qual se assenta a conformação de organizações, sindicatos, associações civis etc., que agenciam uma ordem que não só nega a participação, mas também a existência do outro (contraditor). Trata-se de uma ordem excepcional que inclui por exclusão, como analisa corretamente Agamben, mesmo que neste caso tal prática e senso de poder não apenas provenha do Estado, mas também de membros da sociedade civil.

Em algumas sociedades latino-americanas, as pautas autoritárias de grupos sociais coincidiram, sobrepuseram-se ou convergiram, com as práticas coercitivas das instituições estatais, incrustando-se como um poder hegemônico no próprio seio da sociedade civil. Como temos discutido, isto não deve ser visto como uma anomalia, afinal de contas, esta forma social também afirma pautas organizativas que tendem a exercer lógicas de disciplinamento e controle social.¹¹ Esta

¹¹ Sobre este ponto, Wood argumenta no mesmo ensaio citado acima: “el capitalismo representa la culminación de un largo desarrollo, pero también constituye una ruptura cualitativa (que ocurrió ‘espontáneamente’ sólo en las condiciones históricas particulares de Inglaterra). No sólo se caracteriza por una transformación del poder social, una nueva división del trabajo entre el estado y la propiedad privada o clase, sino que también marca la creación de una forma

argumentação, é claro, não é alheia ou *sui generis* a algumas vertentes do marxismo que têm enfatizado como algumas correntes do marxismo está inextricavelmente ligada a um processo de acumulação enraizado na despossessão, destruição e aniquilação de comunidades, territórios e ecossistemas, bem como a despossessão, destruição e aniquilação de comunidades, territórios e ecossistemas, implantadas por empresas individuais ou práticas coloniais nas quais a “iniciativa privada” é combinada com as políticas estatais de espoliação dos bens comuns. Talvez por esta razão, apontar a existência do que autores como Simone Chambers e Jeffrey Kopstein (2001, p. 838) chamam de “Bad Civil Society” é um pleonismo ou uma ênfase desnecessária. Estes acadêmicos estado-unidenses entendem por tal conceito as associações, grupos ou coletivos dentro da sociedade civil que defendem ativamente uma política de ódio, da qual irradiam valores, crenças e ideologias que conformam uma agenda que desconsidera o princípio de reciprocidade ou igualdade inerente à sociedade civil que pretenda ser democrática. A experiência latino-americana nos permite concluir que, em mais de alguns casos, são as classes dominantes as que tendem a assumir tais plataformas excludentes e autoritárias; embora, sem dúvida, o surgimento de organizações, práticas, ideologias, discursos e relações nas quais tais abordagens se baseiam tenha proliferado igualmente em diferentes cantos do mundo (EDWARDS & FOLEY, 1997). A força com que esses setores específicos têm sido capazes de avançar

completamente nueva de coerción: el mercado, no sólo como una esfera de oportunidad, libertad y elección, sino como una compulsión, una necesidad, una disciplina social, capaz de sujetar todas las actividades y las relaciones humanas a sus requerimientos.

uma agenda de escolhas políticas estratégicas destinadas a construir um Estado autoritário não deve ser subestimada (Franco, 2009). Mesmo que a perspectiva sobre a qual construímos nossa reflexão contém um viés conservador na medida em que examina a composição da sociedade civil, com ênfase na análise do bloco dominante,¹² é apropriado aprofundar como, no curso histórico de diferentes países (pense nos casos colombianos ou guatemaltecos) foi estabelecida uma sociedade civil portadora de certas crenças, representações e práticas através das quais foi forjada um ordenamento da realidade que incentivou um desenho institucional já inclinado para a manutenção da ordem castrense. Ao nos aproximarmos de uma caracterização da estratégia destes setores do bloco dominante, nós caracterizando a estratégia destes setores do bloco dominante, observamos o uso convergente de dois processos que coexistem sem diluir um ou outro: coerção disfarçada de consenso e de consenso apoiado pela coerção; isto é, combinação de todas as formas de luta destinadas a fortalecer o poder político e econômico do bloco histórico. Embora a ponta de lança deste projeto continue, em grande parte, a ser o uso de aparelhos paraestatais falaciosamente autolegitimados sob o princípio de *recta intentio*, ou a justa intenção que lhes daria o fato de salvaguardar a ordem social da ameaça plebeia e com a qual eles reivindicam o *jus ad bellum* ou o direito ao uso da força (Franco, 2009), a grande tragédia histórica dessas sociedades não tem sido apenas o fato de a violência exercida por esses setores ter levado impunemente a vida das pessoas,

¹² O teor desta observação recuperamos de Norbert Lechner (2013, p. 84).

como se fossem meras vida que podem ser sacrificada para a manutenção da soberania; o que é mais aterrador e, ao mesmo tempo, surpreendente, é que este projeto tenha conseguido adquirir validade entre os membros da comunidade. Isto nos faz lembrar Boaventura de Sousa Santos quando discute como “el fascismo social puede coexistir con la democracia política liberal” (SANTOS, 2014: 36-38); ou seja, uma sociedade em que um regime social baseado em relações de poder “extremamente desiguais”, alavancadas numa dinâmica de apropriação/violência, podem convergir com uma democracia banalizada, onde até mesmo esta última se torna uma ordem política subsidiária e necessária para reproduzir as formas mais destrutivas do capitalismo. Segundo o sociólogo português, nestas sociedades emerge um fascismo territorial no qual:

Actores sociales con un fuerte capital patrimonial o militar disputan el control del Estado sobre los territorios donde ellos actúan, o neutralizan ese control cooptándolo o coercionando a las instituciones estatales y ejerciendo una regulación social sobre los habitantes del territorio sin su participación y en contra de sus intereses (p. 35).

Com relação a este último, observamos que, embora acreditemos que a análise do acoplamento do fascismo social com um tipo de democracia desubstancializada - algo que evoca o conceito de “confluência perversa” de Evelina Dagnino (2004) - pelo contrário, não concordamos plenamente com sua vaga expressão de fascismo territorial. Não apenas porque, em termos lógicos, acaba sendo inadequada (todo poder é afirmado sobre um território), mas também porque a descrição deste tipo de fascismo assume o Estado como um

sujeito passivo das redes autoritárias de poder que exercem sua influência a partir dos territórios.

Permita-nos atermo-nos um momento sobre este assunto para oferecer algumas reflexões sobre a forma e as funções que adotam alguns estados da América Latina, constituídas por uma espécie de dinâmica ambivalente de poder político. (MUNERA, 1998). Defendendo a hipótese segundo a qual o Estado, em países como a Colômbia, especialmente em alguns territórios, evita exercer ou cedeu o uso da força estrategicamente a atores terceiros, especialmente narco-paramilitares, que assumem o controle dos territórios e comunidades e, em alguns casos, chegam a impor uma ordem provisória da qual obtêm o consentimento passivo ou ativo. Este processo de constituição do poder territorial através de terceiros atores não significa que o Estado perca sua eficácia na sustentação da unidade e centralidade do poder político nacional (BOLÍVAR, GONZÁLEZ, VÁZQUEZ, 2002). Sob a lógica weberiana do Estado moderno, isto seria uma contradição, e talvez esta dedução não seja sem razão. Estamos lidando com estados construídos sobre processos de acumulação e ordens sócio-políticas duais (Palacios e Rojas, 1989), em que a legalidade- ilegalidade se combinam para instituir uma ordem que promove a preservação das estruturas de exploração impulsionadas, mais recentemente, sobre a entronização do dogma neoliberal. Isto configura um tipo de poder que poderíamos chamar, para usar uma expressão jurídica, de “por procuração”, em que, de forma misturada, existem partidos políticos em que chefes locais, as forças armadas e empresários ou comerciantes em forma de corporações, assim como atores ligados ao mundo da máfia.

Duas premissas selam a aliança entre esses atores e definem a ordem estatal bifronte (legal e ilegal):

1. A concordância dos grupos acima mencionados em um processo de acumulação em que o capitalismo criminoso, a apropriação de receitas públicas e atividades legais abarcam do agronegócio à financeirização (Estrada, 2010).

2. As razões políticas por trás do acordo entre estes setores estão relacionadas com a constituição de um “bloco de poder contra-insurgente” (Franco, 2009), que tomou como objetivo a manutenção da ordem estabelecida através de uma estratégia que combina a guerra de baixa intensidade contra adversários e comunidades organizadas, e o consentimento passivo e ativo dos subalternos em torno de uma cultura política que estimula o ódio contra aqueles que são identificados como inimigos por causa de suas posições políticas, e ao lado do qual é proibida ou promovida uma ordem mafiosa que exalta a ilegalidade e o despotismo como um esquema válido de comportamento social (MEJÍA, 2009).

À luz do exposto acima, é importante ressaltar mais uma vez que o bloco de poder contra-insurgente e autoritário que foi erguido em alguns Estados não foi forjado na ausência de um consentimento social mínimo. Apesar do fato de que a coerção e a violência, como argumentou René Zavaleta (2009: 323), “es un acontecimiento interpelatorio de primer orden, porque estar en la violencia es lo mismo que ponerse en estado de disposición”. Para ser construída uma ordem não é suficiente a mera disponibilidade do corpo social mediante a coerção, e isso se deve ao fato de que a força do grupo governante reside, sobretudo, em sua capacidade de traduzir esse momento coercitivo na força

das coisas (LECHNER, 2013). Visto de outro ângulo, violência e ideologia (que é a memória da força) são um recurso superestrutural para evocar na memória dos subordinados o momento de fundação da ordem (ZAVALETA, 1986, p. 63). Portanto, faz sentido pensar sobre a importância, mesmo para um projeto autoritário, da formulação de um estatuto de validade ou a constituição ideológica da ordem.

Em seu ensaio, “problemas de determinação dependente e a forma primordial”, Zavaleta denominou a representação do mundo que emerge de uma ordem de terror de “hegemonia negativa”. Com a expressão, ele procurou conceituar uma das suposições sobre as quais o modelo de dominação que os Estados Unidos “tentaram inserir” na região após a ameaça representada pela replicação da revolução cubana.¹³ Zavaleta endossou, em certo sentido, o que Norbert Lechner argumentou em uma obra de 1977, intitulada “Poder e Ordem: A Estratégia da Minoria Consciente”, em que o chileno propôs estudar como o poder do Estado autoritário não era mantido apenas pela força. Este último baseou-se em algumas das teses do sociólogo alemão Heinrich Popitz (2019: 194-197) para mostrar como o poder se baseia em sociólogo Heinrich Popitz (2019: 194-197) a fim de mostrar como o poder se baseia na possibilidade de validar ou legitimar uma ordem, de confundi-la com a realidade, ao conseguir que a força da minoria se converta em uma ordem factual e incontestável que define os padrões de comportamento normalizados pela sociedade.

¹³ A reorganização verticalizada da sociedade civil, a subordinação do modelo produtivo à transnacionalização da economia e a doutrina da segurança nacional completam as outras premissas.

Para o pensador boliviano, o ciclo de ditaduras que surgiu na década de 1970 veio com o estabelecimento de um poder político baseado no terror, mas um terror que procura se substituir às crenças coletivas, para servir como um “movimento de reconstituição ideológica”, incidir sobre o “horizonte de referências” do conjunto social; em outras palavras, para refundar a estrutura na qual a intersubjetividade se produz ou o mito de origem que serve à formação do Estado-nação ou de seu momento constitutivo. Em nossa concepção, esta forma de hegemonia reside na produção de uma ordem intelectual e moral cujo processo tem sido marcado pela “exclusão política repressiva” (MANTILLA e MUNERA, 2010).

Naturalmente, esta forma de sociedade civil hegemônica e emissão hegemônica não é apenas um produto da “diplomacia do terror” implantada pelos Estados Unidos; nem é redutível a uma fase ditatorial de nossos regimes políticos. Sua adoção em alguns países tem sido um produto da subordinação estratégica com a qual as classes dominantes têm procurado consolidar seu poder político e econômico mantendo uma relação de submissão com a potência imperial (Vega, 2015), mesmo sob a sombra da democracia representativa.

Por ser uma questão que não pode ser abordada apenas a partir da regularidade dos processos econômico-políticos mundiais, é necessário levar em conta a “consideración de los movimientos contradictorios entre el flujo” de la determinación dependiente y la forma primordial (ZAVALETA, 2009, p. 292). É por isso que são necessárias abordagens com enfoques históricos para analisar como, em algumas formações sociais, esta forma de organização passou a ser um princípio determinante para a manutenção da ordem

estatal, e na qual se esclarece por que prevaleceu um tipo de cesarismo regressivo, através do qual as lutas democráticas foram reprimidas ou subsumidas. Nesses casos, portanto, é uma questão de pensar em como “un acto con profundidad autoritaria genera creencias” (Zavaleta, 2009: 293); ou seja, para examinar os fatores históricos que causaram um excepcionalismo factual e constitucional que conseguiu legitimar, em um setor não negligenciável da sociedade civil, repúblicas oligárquicas (PALACIOS, 2006).

Hegemonía negativa” quizá resulte una noción un tanto elusiva para indicar lo que Gramsci esgrimió en su doble perspectiva del ejercicio del poder. La coerción aun en su uso extremo requiere de algún grado de consentimiento, y éste no sólo reside en la capacidad de apoyarse en la mega-máquina burocrática, sino de encontrar firmes voceros y respaldos entre la sociedad civil. Por otra parte, no ha de considerarse por ello que el Estado bifronte, la bad civil society en la que se apoya y la “hegemonía negativa” que sirve de argamasa político-ideológico a dicho proyecto, no sea susceptible de contestación o superación; las fisuras que se ahondan en las estructuras políticas de mando y obediencia en países como Colombia, son una muestra de lo que puede la potencia del común. En consecuencia, el que esta reflexión no se hubiera concentrado en el horizonte de las luchas subalternas, no indica que éstas sean anodinas para comprender la disputa hegemónica de la sociedad civil. Tan sólo se ha querido sostener que el análisis de los grupos dominantes que participan de la disputa hegemónica de la sociedad civil y el estado nos permite “destacar los elementos que contribuyen al desarrollo de una relación de poder, permitiendo vislumbrar oblicuamente las dificultades

que enfrenta la resistencia de los dominados (LECHNER, 2013: 84).

Bibliografía

ARATO, A. y Cohen, J. **Sociedad civil y teoría política**. México: FCE, 2000.

BIANCHI, A. Estado y sociedad civil en Gramsci. **Herramienta. Revista de debate y crítica marxista**, 34, 2007.

BOBBIO, N. **Estado, gobierno y sociedad civil**. México: FCE, 2006.

BOLÍVAR, I., GONZÁLEZ, F. y VÁZQUEZ, T. (n.d.), Teófilo Vázquez. **Violencia política en Colombia**. Bogotá: CINEP, 2002.

CHAMBERS, S. y KOPSTEIN, J. Bad civil society. **Political Theory**, 29(6), 837-865. 2001

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando**. Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización (p 95-110). Caracas: faces, Universidad Central de Venezuela. 2004.

DE SOUSA SANTOS, B. y MENESES, M. P. **Epistemologías del sur**. Madrid: Ediciones Akal. 2014.

DUBIEL, H. Metamorfosis de la sociedad civil. **Debates**, (50), 108-123. 1994

ECHEVERRÍA, B. El ethos barroco, **Debate Feminista**, 13, 67-87. 1996.

ESTRADA, J. **Capitalismo criminal: ensayos críticos.** Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 2008.

FENESTRA, R. A. (n.d.), El Concepto de sociedad Civil en la Obra de John Keane. **Argumentos-Revista de Filosofía**, (3).

FOLEY, M. W. y EDWARDS, B. La paradoja de la sociedad civil. **Este País**, (74), 2–10. 1997.

FRANCO, V. **Orden contrainsurgente y dominación.** Bogotá: Siglo del Hombre. 2009.

GERRATANA, V. **Prefacio a la obra en Cuadernos de la Cárcel de Antonio Gramsci** (Tomo 1), Ediciones Era. 1981.

GRAMSCI, A. **Los Cuadernos de la Cárcel**, Tomo V, Cuaderno 13. Ciudad de México: Ediciones Era-Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 1999.

GRAMSCI, A. **Los Cuadernos de la Cárcel**, Tomo VI, Cuaderno 24. Ciudad de México: Ediciones Era-Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2000.

HONNET, A. Concepciones de la sociedad civil. **Este País**, (102). 1999.

LECHNER, N. Poder y orden: la estrategia de la minoría consistente. **Revista Mexicana de Opinión Pública**, (15), 83–127. 2013.

MANTILLA, A. y MUNERA, L. **El poder político pastoral y la erosión del Estado Constitucional** en Cuando la excepción es la regla, pp. 33–74. Bogotá: Coordinación Colombia-Europa-Estados Unidos. 2005.

MEJÍA, O. **Cultura Política y Cultura Mafiosa en Colombia: Elementos epistemológicos para una aproximación Socio-cultural** en Estado y cultura

Mafiosa en Colombia (p. 13–70). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 2010.

MEJÍA, O. **Cultura política y justicia mafiosa en Colombia**. Diálogo de Saberes, (48). 2018.

MÚNERA, L. **Rupturas y continuidades. Poder y movimiento popular en Colombia 1968-1988**. Bogotá: IEPRI-Universidad Nacional. 1998.

OLIVER, L. **La teoría histórico crítica de la hegemonía ante las experiencias de progresismo populista en América Latina en Gramsci**. La teoría de la hegemonía y las transformaciones políticas recientes en América Latina (p. 227–254). Asunción: Centro de Estudios Germinal. 2019.

OLIVER, L. (org). Gramsci la otra política. México: UNAM-Itaca. 2013.

PALACIO, G. y ROJAS, F. **Empresarios de la cocaína, parainstitucionalidad, y flexibilidad del régimen político colombiano**. En La irrupción del paraestado. Bogotá: ILSA. 1989.

PALACIOS, M. **Violencia pública en Colombia, 1958-2010**. Bogotá: FCE. 2012.

POPITZ, H. **Fenómenos del poder**. México: FCE. 2019.

PORTANTIERO, J. **La producción de un orden**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. 1988.

ROSEBERRY, W. **Hegemonía y lenguaje contencioso** en Aspectos Cotidianos de la formación del Estado: la revolución y la negociación del mando en el México moderno (p. 213–226). México: Era. 2002.

TAYLOR, C. **Argumentos filosóficos**. Barcelona: Paidós. 1997

THWAITES, M. **El Estado “ampliado” en el pensamiento gramsciano**. En M. Thwaites Rey (ed.), *Estado y Marxismo, un siglo y medio de debates* (p. 129-161). Buenos Aires: Prometeo. 2007.

VALLESPÍN, F. *Sociedad civil y “crisis de la política”*. **Isegoría**, (13), pp. 39-58. 1996.

VEGA, R. **Injerencia de los Estados Unidos, contrainsurgencia y terrorismo de Estado**. En Comisión Histórica del Conflicto y sus Víctimas, *Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia* (p. 697-761). Bogotá: CHMH. 2015.

WOOD, E. **Democracia contra capitalismo: la renovación del materialismo histórico**. México: Siglo XXI. 2000

ZAVALETA, R. **Lo nacional-popular en Bolivia**. México: Siglo XXI. 1986.

ZAVALETA, R. **La autodeterminación de las masas**. Bogotá: CLACSO-Siglo del Hombre Editores. 2009.

ŽIŽEK, S. **Menos que nada: Hegel y la sombra del materialismo dialéctico**. Madrid: Ediciones Akal. 2015.

Movimento feminista e poder na Argentina¹

Laura Palma²

Um dos elementos que distinguem o movimento feminista na América Latina, e que explica em parte sua força, como destacou Silvia Federici (2020), é o encontro desse movimento com as lutas populares que cresceram nas últimas décadas em resposta às políticas neoliberais que empobreceram e transformaram a estrutura social de nossas sociedades.

Sua agenda aparece entrelaçada com a agenda da desigualdade, violência e deterioração do vínculo social na América Latina. Inclui os problemas ambientais, o problema da pobreza, o combate ao agronegócio e aos agrotóxicos, a desigualdade salarial, a educação, a luta por moradia digna etc. Os feminismos vêm crescendo fortemente nas áreas urbanas, se fortalecem nos bairros populares e nas chamadas "economias populares" na Argentina, parecem estar ampliando a sua força no meio rural junto com a luta contra o extrativismo, em defesa do território e os bens comuns na América Latina. Em outras palavras, muitas delas acontecem no "espaço social" em que mulheres e

¹ Tradução de Lucio Oliver Costilla

² É formada em História pela Universidade Nacional de La Plata e doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autónoma do México.

dissidentes *habitam* o neoliberalismo mais agressivo, o da periferia do planeta.

Ela é uma das causas de sua magnitude, e vai contra as ideias que a apresentam encerrada nos problemas das mulheres e da dissidência. Um de seus maiores pontos fortes é que inclui os problemas sociais que surgiram como resultado da aplicação das políticas neoliberais. Por isso, é muito difícil que sua agenda se limite ao âmbito das identidades e se desvincule da luta pelas condições materiais de vida.

Uma bandeira que unificou o movimento é a luta pela “defesa da vida”, slogan que aparece associado à sua degradação em todas as suas esferas: à própria vida humana e à natureza. E mostra-se unida e vinculada à esfera da reprodução da vida, na qual tradicionalmente as mulheres têm atuado, ao longo da história, e que hoje é nomeada como o espaço do "cuidado": o cuidado das pessoas, o cuidado das sementes, da terra, da água.³

O slogan foi proposto por feministas centro-americanas que lutam diariamente contra o extrativismo, posteriormente reformulado e rapidamente absorvido por grande parte do movimento em diferentes países. Na Argentina, por exemplo, as mulheres que compõem a União dos Trabalhadores da Terra (UTT) ⁴, que diariamente levantam a voz contra o agronegócio, a

³O atendimento das pessoas na América Latina é feminino e, em sua maioria, 70%, não é remunerado. Os restantes 30 por cento, também realizados por mulheres, recebem um salário e assumem a forma de trabalho em casas particulares e em outras áreas relacionadas com a educação e a saúde (BATTHYÁNY, 2020).

⁴A UTT é uma organização de trabalhadores e trabalhadoras da terra formada por pequenas famílias que produzem alimentos agroecológicos e que lutam pela soberania alimentar e pelo acesso à terra.

sintetizam na necessidade de "viver vidas vivíveis". Outras feministas a conceituaram e sintetizaram ao problematizá-la como o conflito ou contradição capital-vida. Em outras palavras, pode-se apontar que o feminismo coloca a vida no centro.

Por outro lado, é importante destacar que na América Latina, paralelamente à sua expansão, assistimos ao crescimento de projetos autoritários que conseguiram obter apoio social. O caso de Jair Bolsonaro no Brasil, juntamente com diferentes forças políticas e sociais, como as Igrejas Pentecostais, que foram um ator central durante o golpe de Estado na Bolívia, aparecem como forças que conseguiram se enraizar socialmente e, portanto, convém afirmar que se trata de uma direita política, social e cultural.

Tanto as novas alternativas autoritárias quanto o feminismo se apresentam como as novas forças do período, vêm crescendo com intensidade nos últimos anos, e o fazem em oposição. Ambas surgem como resposta ao empobrecimento, ao aumento do custo de vida e à desintegração do tecido social provocada por anos de políticas de ajuste estrutural. Uma propõe uma saída que canaliza o medo e a frustração em hostilidade; a outra propicia a diferença pela acentuação das hierarquias. Procura "culpados" entre os setores mais vulneráveis: pobres, negros, mulheres e migrantes. Politiza o racismo, o machismo, a xenofobia e estigmatiza a pobreza. O outro é inclusivo, assume a diferença, aceita todo o arco do que se poderia chamar de periferia de um centro normativo, e em sua luta contra o machismo direciona sua ação para a deshierarquização da sociedade. Portanto, apresenta-se como um efetivo muro de contenção que circunda, que limita o crescimento do novo direito social. Mas ambos

têm em comum o fato de serem forças que estão se enraizando na vida social, mudando o modo de pensar e de viver das pessoas. Avançam nos territórios, nos bairros, penetram na vida familiar.

Na Argentina, a irrupção do movimento feminista coincidiu especialmente com o governo de Mauricio Macri, que iniciou seu mandato no final de 2015. Nesse período, um direito que havia sido forjado anteriormente, durante o período em que o kirchnerismo permaneceu no poder (2003-2015), foi canalizado e institucionalizado pela *Proposta Pro-Republicana*, entidade que lhe deu forma e argumentos.⁵

Na Argentina coexistem historicamente três grandes tradições políticas, que em geral podem ser agrupadas em liberalismo, populismo ou tradição nacional-popular e esquerda. Essas tradições sofreram mudanças e transformações ao longo da história. Hoje eles aparecem atualizados e confrontados em termos de disputa político-cultural, e estão enraizados em diferentes franjas da sociedade na forma de "cultura política". O liberalismo, que atualmente aparece como o direito político e social, representa um segmento considerável da população (nas eleições de outubro de 2019 recebeu o apoio de mais de 40% do eleitorado - nesse percentual coexistem diferentes aspectos e expressões-). Durante sua gestão, o *PRO* expôs várias

⁵Entre os grandes beneficiários das políticas econômicas do governo presidido por Mauricio Macri estão o capital financeiro, que adquiriu relevância central, empresas agroexportadoras, bancos e empresas de energia elétrica. Esses setores, juntamente com o papel ativo de quase todos os meios de comunicação, um setor do sistema de justiça e o apoio de uma parcela considerável da classe média, constituíram o bloco político que deteve o poder por quatro anos na frente Cambiemos, formado por o *PRO* e a União Cívica Radical.

ideias fortes que marcaram sua doutrina: a da meritocracia em primeiro lugar, juntamente com a crítica à "política tradicional" descrita como corrupta e mafiosa; a primazia do mercado; a rejeição da função social do Estado, entre outros. Embora o corpus ideológico liberal continue a prevalecer nele, surge uma ideia-força socialmente enraizada que o vincula aos novos grupos neofascistas regionais: a estigmatização da pobreza. Era comum ouvir na rua, durante a era macrista, críticas à "falta de esforço", insultos do tipo "planero"⁶ a pessoas que recebiam um plano social, ou outros ligados à ação do Estado: "basta vagabundos, que trabalhem e paguem seus impostos". Vozes que se fizeram ouvir em parte significativa do tecido social e que mostram que uma franja da sociedade está disposta a apoiar um projeto político e ético conservador.⁷

Por outro lado, o Kirchnerismo aparece como a versão atualizada do projeto nacional-popular, e representa uma série de valores e crenças que pertencem a um setor considerável da sociedade, que também se expressa na forma de "cultura política". Atualmente faz parte da *Frente de Todos*, -a aliança eleitoral vencedora que reuniu uma gama desigual de forças sociais e políticas, de grande parte dos movimentos sociais e sindicatos a uma fração da direita peronista- e é equivalente, segundo a medições de consultores de opinião e outras fontes, em sua "dura" franja cristã, para 30 ou 35% da população.

Sobre algumas ideias gerais defendidas - uma política de distribuição de renda e expansão de direitos -

⁶ Como um dependente de bolsa família no Brasil

⁷Há alguns anos, a filósofa espanhola Adela Cortinas definiu a rejeição dos pobres com o termo "aporofobia", para descrever o sentimento de adversidade diante da migração na Europa.

aparecem outras que pertencem a essa tradição. Por um lado, o que chamamos de "ética dos direitos", que tem sua origem no passado, durante a ascensão dos governos populistas na América Latina nos anos 40 e 50 - Perón na Argentina, Cárdenas no México, Getúlio Vargas no Brasil-, que, diante do problema "moderno" das massas, propôs uma política de integração via políticas de incorporação social e ampliação de direitos, e assim concedeu "cidadania" a amplos setores da população que até então haviam permanecido excluído. A ética que durante os anos peronistas se enraizou em uma franja social, racionalidade que se transformou em crença, permaneceu nas décadas seguintes na forma de cultura política e reapareceu na superfície durante a fase kirchnerista.

Por outro lado, e ligada a ela, a ideia de Estado está presente hoje em seu imaginário como o sujeito no qual se deposita a esperança de uma vida melhor, considerado como freio aos abusos dos "de cima" e o principal ator responsável por acabar com as desigualdades sociais. Aparecem junto com um sentimento de "adoração" ao Estado. Por fim, uma questão a destacar, a ideia do Estado como único lugar possível da política aparece com muita força.

O ponto a considerar aqui é que o movimento feminista desafiou esta última ideia. Em outras palavras, há uma ruptura com a ideia, que faz parte da tradição política do projeto nacional-popular, que apresenta o Estado como o lugar privilegiado da política, o único cenário possível para as relações de poder e ação política.

À sua frente surge uma enorme e consistente rede social de organização feminista, tecida a partir de baixo, iniciada há cinco anos e que se expande

persistindo ao longo do tempo. Esta permanência e durabilidade é também uma marca de ruptura.

Milhares de mulheres e dissidentes estão exercendo a política a partir de suas organizações, de forma autônoma, dentro das instituições do Estado, em partidos e sindicatos. Organizações que assumem diferentes formas - coletivas, redes, plenárias, fóruns de debate e discussão - e são centenas. Um exemplo de sua magnitude é a participação de cerca de 250 mil mulheres no último Encontro Plurinacional de Mulheres e dissidentes realizado na cidade de La Plata em outubro de 2019. Por outro lado, dentro do conglomerado podem ser mencionadas algumas experiências que se destacam por sua organização e atividade: o coletivo "Ni una Menos", chave na denúncia de feminicídios, "Socorristas en Red", vinculado ao problema do aborto, o trabalho organizacional nos bairros vinculados à "economia popular", e a "Intersindical Feminista", que reúne mulheres trabalhadoras dos grandes sindicatos do país. Uma chave que dá força ao movimento e sustenta essa rede social é a transversalidade que perpassa suas organizações políticas, instituições e esferas sociais.

Mas essa ideia-força sobre o Estado -entendido como *sociedade política* (GRAMSCI, 1999) - não pertence apenas ao universo cognitivo do populismo-estatista, mas também faz parte de uma fração da esquerda na Argentina. Embora com uma leitura radicalmente diferente, para uma parte dela o palco decisivo e único objetivo da luta política é o Estado.

A esse respeito, Evelina Dagnino se refere a essa ideia como o ponto de vista "estatista" da política. Ele menciona que, sob a influência do estruturalismo marxista, o Estado foi concebido pela esquerda na

América Latina durante os anos setenta como uma "condensação das relações de poder e como um lugar específico de dominação na sociedade" (DAGNINO, 2001, p. 54). Ou seja, o Estado, considerado o "foco privilegiado de atenção na análise da política e da transformação política, (...), era o único cenário decisivo para as relações de poder e, portanto, o único lugar e objetivo relevante da luta..." (DAGNINO, 2001, p.54). Na Argentina, essa ideia ainda é forte e continua sendo reproduzida dentro de certas organizações quase por "herança" cultural. Nesse sentido, o movimento feminista também questiona essa tradição, que relega para segundo plano a luta e a disputa na sociedade civil.

Junto a isso, surge a questão de decifrar a relação do movimento feminista com o Estado. Apesar do exposto, o feminismo não negligencia sua relação com ele. Aponte sua luta para que ele aceite sua agenda. A enorme luta que se desenrolou pela legalização do aborto durante o ano de 2018, apelidado pela magnitude de sua força e as enormes manifestações de rua como a "maré verde", é um exemplo disso.

O movimento feminista luta pelo reconhecimento dos direitos, pela extensão dos direitos, mas não se esforça apenas nisso. Ao mesmo tempo em que mantém viva essa luta, questiona os vínculos e as relações de poder na sociedade, e a transforma agora, já está acontecendo, não é uma promessa para o futuro. E o faz mantendo sua enorme malha organizacional, construindo formas de luta onde aparecem *formas comunais* de organização, especialmente nas experiências de bairros e favelas. Talvez nesse sentido, Rita Segato menciona que a política feminista aparece enraizada no comunal-social (SEGATO, 2020). Essa nova forma de vínculo

político funda uma *nova politicidade*, à qual nos referimos mais adiante.

Pode-se apontar que o movimento político e social feminista é o mais importante do palco. Tornou-se visível nas cidades, principalmente a partir das mobilizações convocadas pelo coletivo "Ni Una Menos", desde junho de 2015. Foi ganhando força com as convocações para greves e protestos, muitos no marco do Dia Internacional da Mulher. saltou em 2018 do debate no Congresso pela legalização do aborto -legal, seguro e gratuito-. Quanto à sua magnitude e em referência ao impacto que esse novo ator político teve na sociedade, a socióloga Maristella Svampa mencionou em relatório recente que “mais do que um movimento social” é “sociedade em movimento” (SVAMPA, 2019, p. .3).

Em geral, pode-se dizer que é intergeracional, tem enorme força entre as mulheres muito jovens, e é transversal, como já mencionado, uma questão que permite que suas demandas sejam ampliadas e ocupem um lugar central no espaço público.

Um de seus sucessos é que conseguiu instalar sua agenda no debate público. Ocupa um espaço permanente nos meios de comunicação de massa e está presente nas principais esferas sociais: na cultura e nas esferas educacional e trabalhista. Ela conseguiu que muitas situações da vida sejam *revisadas publicamente* em uma chave feminista e avançou em aspectos que poderiam ser considerados fora de sua agenda. Por exemplo, recentemente parte dela interveio na ocupação popular de terras, fenômeno que se intensificou com a chegada da pandemia, na cidade de Guernica, província de Buenos Aires.

Em relação aos temas em pauta, em sua irrupção o questionamento e a denúncia dos feminicídios e da violência contra a mulher apareceu com ímpeto, o repúdio a todas as formas que adquire no cotidiano tanto no âmbito privado quanto no público. Mas o que começou denunciando formas explícitas de coerção acabou questionando tudo. Ficou claro que a violência surgiu como resultado de relações desiguais e patriarcais que se reproduzem em todas as esferas da vida: econômica, política e institucional, afetiva e doméstica. E nos permitiu repensar e distorcer tudo o que foi aceito, o que foi acordado, sem exclusões.

O feminismo aparece muitas vezes como a primeira forma de militância de muitas mulheres e dissidências que nunca tiveram qualquer tipo de militância política, ou seja, mulheres que ingressam na vida política via feminismo, e também aquelas que já participaram da vida política, deram a elas um novo significado. Isso, aliado ao tamanho de sua massa militante a que nos referimos acima, mostra a introdução no mundo da política de um segmento significativo da sociedade, ao qual o feminismo dá voz. Em outras palavras, incorpora um setor considerável à vida política e o faz em termos de questionamento das hierarquias sociais. Isso mostra, portanto, uma sociedade civil ampliada no sentido democrático e em disputa. Em disputa porque dentro ou dentro de muitas de suas instituições existem grupos, organizações, comissões ou secretarias que apresentam a perspectiva de gênero e propõem a luta contra a desigualdade, contra o patriarcado.

Essa constatação nos introduz diretamente a outra vinculada à relação entre democracia, sociedade e Estado, já que o questionamento da desigualdade de

gênero está democratizando nossas sociedades. Ou seja, neste caso específico, a democratização da sociedade aparece em parte pelo combate à desigualdade de gênero. A luta das mulheres negras no Brasil, que afirmam que enquanto durar o racismo não haverá democracia possível naquele país (Movimento de Mulheres Negras-MAHIM-), abre a questão sobre o caminho que a luta social está tomando na América Latina, e o lugar ocupado pelas lutas contra as hierarquias -de raça, gênero e classe- que ordenaram e ordenam nossas sociedades coloniais.

Silvia Federici (2020) analisou o lugar que as hierarquias ocupam na modernidade e destacou sua função de produtoras de desigualdades. Nesse sentido, ele menciona que o capitalismo não se assentou apenas na desapropriação e privatização dos meios de produção, mas baseou sua permanência na contínua recriação de divisões e hierarquias sociais, que têm o poder de se confrontar, por meio do salário, por exemplo, diferenciando trabalhadores homens brancos de mulheres, trabalhadores negros e indígenas (FEDERICI, 2019).⁸

As hierarquias designam as pessoas para ocupar um determinado lugar na sociedade, -segundo raça, gênero e classe-, "espaço social" ⁹que determina sua vida, ocupação e destino social. Intervêm na reprodução das relações sociais e de poder, na sua sustentabilidade ao longo do tempo.

⁸Federici aponta que esse aspecto, junto com a questão da reprodução, são duas questões que Marx não teria visualizado (Federici, 2020).

⁹Tomamos a ideia de "espaço social" ligada a hierarquias de Evelina Dagnino (Dagnino, 2001).

Nesse sentido, cabe perguntar em que medida as hierarquias atuam como elemento de *consenso*, nos termos em que Gramsci a pensou, como elemento de hegemonia. Repensar seu papel e lugar na reprodução das relações sociais é fundamental em nossas sociedades, para entender o significado de seu questionamento e a reação que provoca. A luta feminista produziu um forte sentimento de desconforto na direita latino-americana; as vozes contra a “ideologia de gênero” demonstram isso, talvez porque, ao questionar uma relação de poder, coloca em questão os outros –raça e classe-.

Por outro lado, outra característica importante a destacar, vinculada ao tópico anterior, é que o movimento feminista é um movimento *inclusivo*, no qual cabem todas as vozes. A luta contra a desigualdade de gênero o torna empático com outras experiências que lutam contra outros tipos de desigualdade. Portanto, nele surge a inclusão de diferentes subjetividades, as vozes de indígenas e negros e o reconhecimento de todas as identidades. Daí o nome extenso dos Encontros: Plurinacionais de Mulheres e Dissidências, Lésbicas, Trans, travestis, não-binários, bissexuais, intersexuais. Nesse sentido, devemos falar de feminismos no plural.

Há feminismos que se dizem anticoloniais, anticapitalistas, antirracistas, ecológicos, que lutam contra o extrativismo, pela defesa da terra, contra a violência, pelo reconhecimento das identidades indígenas, e de outras identidades, que lutam pelo reconhecimento de direitos, contra o tráfico, o machismo dentro dos sindicatos, partidos e organizações, mulheres faveladas que lutam por uma vida digna e moradia etc. Todos eles estão unidos pela luta contra o patriarcado.

Nas páginas seguintes, são apontadas três questões relacionadas à relação do movimento feminista com a sociedade, aspectos relacionados à sua política e as alianças sociais que tece em sua ação.

O *primeiro tema* está ligado à ideia de um feminismo que parece desafiar e questionar o "senso comum" social de diferentes maneiras, entendido em chave gramsciana (GRAMSCI, C. 11, §12 §13, 1999), uma vez que orienta e dirige sua palavra à sociedade como um todo e, nesse sentido, tem uma intenção generalizadora.

A luta com o "senso comum patriarcal" se expressa através da distorção dos comportamentos sociais presentes no vínculo social, muitas vezes relacionados à violência, e outros, com as diferentes formas pelas quais a desigualdade de gênero se manifesta. Slogans e lemas contra a violência sexista, especificamente no que diz respeito à não incidência e interferência do mercado, do Estado e da Igreja no corpo das mulheres e corpos feminizados: "Não é não", ou "Meu corpo é meu", que apareceram durante as mobilizações pela legalização do aborto em 2018, e outras formuladas pelo ativismo *gordex* que apontam para autonomia e soberania corporal. Outros, que se referem à divisão sexual do trabalho, e querem dar mais visibilidade ao trabalho doméstico e ao cuidado das pessoas: "Não é amor, é trabalho não remunerado", foram popularizados nos últimos anos pelo movimento.

Dessa forma, as mulheres puderam mostrar como a relação desigual de poder se traduz no cotidiano, em seus corpos, em suas vidas e nas relações sociais. Eles identificaram essas formas, conseguiram decodificá-las e expressá-las de forma sintética e controversa, na forma de questionamento e disputa.

Além dessa forma de interpelação social, outra, interessante pela polêmica que gera, é a introdução da linguagem inclusiva. A verdade é que por vários caminhos conseguiu instalar o debate, que aparece presente nas famílias argentinas, entre amigos, amigos e amigas, em todos os âmbitos da vida social.

A *segunda questão* está ligada ao que chamamos de uma *nova política* das mulheres e da dissidência. A este respeito, são levantados dois aspetos principais: por um lado, a forma como se apresenta o processo de “entrada” no espaço público e, por outro, são referidas algumas das suas características.

Em primeiro lugar, apontar que a entrada no espaço público de um grupo de mulheres e dissidentes se dá por um caminho diferente do tradicional, manifesta-se como a *politização do doméstico*, a problematização de aspectos da esfera privada. Esse processo se apresenta como a generalização e socialização daquelas questões que pareciam particulares e íntimas: o espaço doméstico se politiza na rua, na organização e na luta, embora permaneça uma estrutura social.

Para explicitar essa ideia, são recolhidas duas experiências, embora possam estar contidas em muitas outras: a experiência do *coletivo Socorristas en Red* e a de organizações formadas por mulheres que vivem em bairros e vilas populares.

Socorristas em Rede, a título de apresentação, é uma articulação de vários grupos que acompanham com segurança e cuidado mulheres e gestantes para interromper suas gestações. Até 2019, era composto por 54 organizações, compostas em sua maioria -70%- por mulheres muito jovens entre 20 e 32 anos. Presente em todo o país, está projetado para outros países da

América Latina e, em 2019, acompanhou 8.900 mulheres a abortar, a maioria com medicamentos.

Mas o interessante aqui é que muitas de suas integrantes passam por um processo de interrupção da gravidez e depois aderem à Rede de forma militante, amorosa e feminista.¹⁰ Ou seja, o fato sai da esfera do íntimo, rompe as barreiras do privado e se politiza. Os integrantes do socorrismo passam por um processo de formação política, realizam reuniões e oficinas e muitos fazem parte de organizações mistas (a rede como um todo foi mobilizada durante o debate da Lei de Legalização do Aborto em 2018, e faz parte da Campanha que luta por ela). Ou seja, de um problema que pertence à esfera “doméstica”, do “privado”, entram no espaço público, *politizando o doméstico*.

E esse processo abre outra questão: de que forma os militantes do socorrismo exercem a política se nela entram a partir de um ato de cuidado e acompanhamento. Como se apresentarão essas formas de política?

Por outro lado, a pandemia nos oferece outro exemplo ligado ao papel das redes de mulheres e feminismo em bairros e cidades, muitas das quais compõem as chamadas “economias populares”, economias que envolvem grande parte da população¹¹, estruturas consideradas que possibilitam a reprodução da vida, e espaços para a produção de valor (GT-CLACSO: Economia popular: mapeamento teórico e prático, 2020). Eles, que se sustentam em grande parte

¹⁰Entrevista com E., membro do *Socorristas em Rede*.

¹¹De acordo com um relatório recente do Fundo Monetário Internacional (FMI), o percentual da população que permanece na “informalidade” trabalhista na Argentina é de 47,2% (GT-CLACSO: Economia popular: mapeamento teórico e prático, 2020).

pela ação dos movimentos sociais, estão atuando como uma malha de contenção para a crise que se aprofundou durante a pandemia.

Nesse contexto, a atuação de mulheres e dissidentes é fundamental na atividade comunitária, tanto em tarefas relacionadas à organização de painéis populares, cozinhas e áreas de merendas, que diariamente garantem a alimentação de bairros inteiros, quanto em tarefas de saúde, realizando dos exames, acompanhamento e atendimento dos pacientes. Devido à sua atividade, eles exigem ser reconhecidos como trabalhadores “essenciais”.¹²

Em grande medida, a pandemia é responsável pela visibilidade e valorização em escala social das tarefas relacionadas ao cuidado, à reprodução da vida e sua feminização. Por outro lado, algumas feministas têm se referido ao trabalho das mulheres nos bairros e vilas, como extensão *da domesticidade* à vida comunitária (BARÃO, BASCUAS, BUSTOS, ROCO, 2020). As tarefas de cuidado são comunalizadas e, o que é interessante destacar aqui, é que nesse processo as mulheres e os dissidentes transformam sua atividade, que pertencia à esfera da vida privada, em fato político, em fato pertencente à esfera pública. É importante destacar que muitos deles são ou se tornam referentes das organizações sociais, políticas ou comunitárias que integram.

Em segundo lugar, nas linhas que se seguem, são delineados alguns aspectos da referida nova politicidade. Nesse sentido, os Encontros Feministas são um espaço privilegiado onde se expressa, um espaço que vem crescendo fortemente. Na mais recente, organi-

¹²Entrevista com J., Y. e A., membros de organizações de “economia popular”.

zada a cada ano em uma província diferente, milhares de mulheres e dissidentes se reuniram para debater em mais de 87 oficinas, cada uma dedicada a um tema diferente. As oficinas são o coração dos Encontros, e sua marca se mostra na forma como a reflexão aparece dentro delas, que é conjunta, empática, democrática e horizontal. A forma como a decisão política é apresentada é a do consenso, ou seja, não há votação: os debates, as diferentes posições e opiniões são publicadas, e são lidas no ato geral que encerra o evento. Essa nova forma de comunicação política não nega o conflito, ela o administra de maneira diferente: evita a luta pela imposição forçada de um "espaço" de poder sobre outro, como costumam fazer a política tradicional e uma parte da esquerda.

Além disso, mostra-se diferenciado da política em sua forma "profissionalizada". Seu discurso é claro e delineado, mas não é formal ou rígido: parece mais próximo das conversas das mulheres e da dissidência em refeitórios, parques e cozinhas. Nem parece impenetrável, sem possibilidade de modificação. A transversalidade também é um indicador disso.

Tradicionalmente, mulheres e dissidentes entraram na vida pública através da aceitação de formas "tradicionais" de política, de regras e normas patriarcais, e muitos o fizeram durante o processo de radicalização política nos anos 1960 e 1970. Argentina e na América Latina. A mudança está no fato de que centenas de mulheres estão entrando no espaço público carregando uma nova política, tão nova que é difícil descrevê-la, nomeá-la.¹³

¹³ Isso não implica que as formas tradicionais não existam na política feminista. Tenta-se aqui descrever os aspectos inovadores. Eles se

Por fim, outro tema de reflexão é a problematização do exercício do poder. Não apenas vinculadas àquelas pessoas e organizações que já ocupam espaços de poder, mas também com relação àquelas que pretendem fazê-lo em instituições do Estado e organizações da sociedade civil. É importante mencionar que há um grande impulso para ocupá-los dentro dos partidos e sindicatos, nas diretorias de escolas e hospitais e nos poderes do Estado, legislativos, etc. Embora o aspecto esteja circunscrito a uma franja de feminismos que se inscrevem principalmente no nacionalismo popular, também envolve um setor mais amplo. É importante mencioná-lo porque essa tradição faz parte da atual aliança governamental e integra o Ministério da Mulher, Gênero e Diversidade criado no final de 2019 quando Alberto Fernández assumiu a presidência, questão que também, por outro lado, levanta a tensão entre a sociedade do movimento e o Estado.¹⁴

Como o feminismo deve abordar a questão do poder e seu exercício é uma questão que apareceu claramente no último Encontro Feminista realizado em outubro de 2019. Conceitualmente, essa tira se opõe à ideia de exercê-lo de forma vertical e autoritária, como tem feito o patriarcado até então. Por isso, rejeita a ideia de se *transformar* no acesso aos lugares de decisão política e social, e defende que a melhor forma de o fazer é colectivamente: "o poder não se trata individualmente", "não somos vai fazer sozinho", foram vozes que foram ouvidas no último encontro.

expressaram, por exemplo, no último Encontro com a resistência de algumas organizações que faziam parte da comissão organizadora para nomear ou renomear os Encontros Plurinacionais.

¹⁴O peronismo e/ou kirchnerismo é o único partido tradicional que integra, com força militante, o movimento feminista.

O *terceiro e último tema* está ligado às greves feministas lideradas por mulheres e dissidentes que ocorreram no período em que Mauricio Macri governou. Durante as greves, -a primeira foi contra o feminicídio de Lucía Pérez em 2016, e outras duas ocorreram em 8 de março de 2017 e 2018-, forjou-se o slogan "Trabalhadores Somos Todos", que tentava unir os trabalhadores sindicalizados - que também foram exibidas juntas no "Intersindical Feminista" -, com as que compõem a "economia popular", e as que o fazem dentro dos lares.

Além da efetiva união de diferentes estratos da sociedade -setores médios e populares-, esse lema também implicou o *reconhecimento* de trabalhos que costumam ser considerados como tarefas naturais para as mulheres, os do lar e outros trabalhos invisíveis desempenhados pelas mulheres. e dissidência que fazem parte da "economia popular". Nesse sentido, *reconhecer*, neste e em outros aspectos, é fundamental para o movimento feminista.

Para encerrar o capítulo, são mencionadas duas reflexões relacionadas à greve feminista. A primeira é a de Silvia Federici ligada ao significado e alcance do slogan "Trabalhadores Somos Todos". Segundo a autora, ela criou um "terreno comum" que se desvaneceu e quebrou a divisão e a barreira histórica entre trabalho doméstico e trabalho extradoméstico, este último sempre remunerado menos (FEDERICI, 2018).

A segunda, ligada à conceituação do trabalho e à natureza restrita daqueles que são considerados trabalhadores. Verónica Gago menciona que a convocação da greve permitiu colocar no centro do debate o que entendemos por trabalho, "o que chamamos de trabalho e qual o valor do que produzimos" (GAGO, 2020, p.3). A greve reconheceu aqueles que exercem

empregos historicamente desvalorizados, como os trabalhadores da economia popular, e o interessante na perspectiva é que abre caminho para o reconhecimento de outros empregos precários. Nesse sentido, ela diz que "a perspectiva feminista não apenas ilumina, torna visível e valoriza o trabalho das mulheres e dos corpos feminizados, mas a partir daí nos permite ler de forma situada a condição geral de precariedade..." de todos os trabalhos (Gago, 2020, p.3). Por fim e atrelada a isso, a greve feminista também colocou em questão o modelo estreito dos "sujeitos da greve", que eram tradicionalmente homens, brancos, assalariados e sindicalizados, e que hoje inclui outros considerados periféricos na vida social (GAGO, 2019 , p.13).

Nessas linhas, foram analisados aspectos distintivos do movimento feminista, aspectos ligados às suas características políticas e à relação com a sociedade e o Estado. E deve-se destacar, por fim, o fato de que esse processo de luta está produzindo mudanças imediatas, nas relações sociais e de poder. Em outras palavras, sua ação não é apenas uma projeção no futuro, ela está transformando a sociedade agora. Já está acontecendo.

Bibliografia

BARON, C., Bascuas M., Bustos A.J., Roco J. (2020). A casa disputada. No Tricontinental Institute for Social Research, *Uncovering the Crisis Podcast, Volume 2*. Recuperado em agosto de 2020 em <https://www.thetricontinental.org/es/>

BATTHYANY, K. (2020). Desigualdades, gênero e pandemias: a crise da reprodução social. Apresentação no *V Congresso de Estudos Pós-coloniais e VII Conferência sobre Feminismo Pós-colonial*, CLACSO, de 1 a 4 de dezembro de 2020. Recuperado de www.clacso.org

DAGNINO, E. (2001). Cultura, Cidadania e Democracia: Os Discursos e Práticas Mutantes da Esquerda Latino-Americana. Em Escobar A., Álvarez S. e Dagnino E. (eds.) *Política Cultural e Cultura Política. Um novo olhar sobre os movimentos sociais latino-americanos* (pp.51-85). Bogotá: Touro.

FEDERICI, S. (2020). O feminismo é o diamante de uma insurgência internacional. Reporte a Silvia Federici. *Revista digital Vamos ser desinformados*. Recuperado em 27 de fevereiro de 2020 em <https://desinformemonos.org/>

_____ (2019 a). O movimento feminista pode ser uma força hegemônica porque se concentra na reprodução da vida. Na *Revista Catarse N°1*, pp. 11-18.

_____ (2019b). Apresentação do livro: Re encantando o mundo: Feminismo e a política dos comuns na Feira Internacional do Livro Zócalo na Cidade do México. De 9 a 18 de outubro de 2020. Recuperado de <https://cultura.cdmx.gob.mx/>

_____ (2018). Este mundo já é outro: informe Silvia Federici. No jornal *Página 12*, suplemento *Las12*. Recuperado em 26 de outubro de 2018 em <https://www.pagina12.com.ar/>

GAGO, V. (2019a). O poder feminista: o livro de Verónica Gago: tão forte quanto o desejo : entrevista com Verónica Gago. No jornal *Página 12* , suplemento *Las12* . Recuperado em 22 de novembro de 2019 em <https://www.pagina12.com.ar/>

_____ (2019b). *O poder feminista ou o desejo de mudar tudo*. Buenos Aires: Editorial Tinta Limón.

GRAMSCI, A. (1999). *Cadernos da Prisão*: Edição Crítica do Instituto Gramsci. México: Universidade Autônoma de Puebla.

GT-CLACSO: Economia popular: mapeamento teórico e prático. (2020). *Relatório: Economias Populares na Pandemia: Mapeamento Provisório em Tempos de Isolamento e Crise Global* . Recuperado em julho de 2020 em www.clacso.org .

LEDWITH, M. (2019). Antonio Gramsci e o feminismo: A natureza elusiva do poder. *Na Revista Catarse N°1*, pp. 19-26.

SEGATO, R. (2020). A política das mulheres não reconhece as vanguardas: informe Rita Segar *para* [versão eletrônica]. *Na Revista Catarse. N° 2*, pág. 55-65. Recuperado de <https://catarsisrevistaargentina.wordpress.com/>

SVAMPA, M. (2019). O feminismo, mais do que um movimento social, é a sociedade em movimento. Reporte-se a Maristella Svampa. *Na revista Amazon*. Recuperado em 19 de fevereiro de 2019 em <https://www.revistaamazonas.com/>

O sentido comum no tabuleiro da esquerda uruguaia¹

Susana Dominzain²

Itzel Ibarгойen³

Los amos de la tierra reinan, por robo
robado o por robo heredado,
sobre inmensidades vacías.

Eduardo Galeano

Introdução

O século XXI trouxe para América Latina mudanças transcendentais. Logo após dos anos noventa abriram fileiras governos progressistas no continente, que auguravam transformações importantes para as sociedades latino-americanas. A alegria e a euforia inicial do triunfo eleitoral ofereceram esperanças de que a virada de timão apontaria novos rumos.

¹ Tradução de Guillermo Johnson

² Doctora en Ciencias Sociales. Universidad Gral. Sarmiento. Buenos Aires - Argentina. Directora del Centro de Estudios Interdisciplinarios Latinoamericanos. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Udelar. Montevideo-Uruguay. Integrante del Sistema Nacional de Investigadores. ANII

³ Maestranda en Ciencias Sociales. Facultad de Ciencias Sociales, Udelar. Montevideo-Uruguay

Quando se começou a falar na América Latina do giro à esquerda, com o trunfo de Lula, Bachelet, Vázquez, Kirchner, Chávez e Morales, pareceu mostrar uma reação homoganeamente progressista do eleitorado latino-americano; no Uruguai, mostraram-se diferenças.

A Frente Ampla permaneceu quinze anos no governo e trinta anos na gestão municipal. Manteve um moderado e aristotélico equilíbrio que o levou a buscar um ponto intermédio (LANZARO, 2013) baseado mais no republicanismo que no futuro socialismo.

Em 2019 a esquerda frenteamplista perdeu as eleições nacionais para o Partido Nacional, encabeçando uma coalizão formada por cinco partidos de centro-direita e direita. Contudo, em setembro de 2020 ganhou novamente a eleição municipal em Montevideú. Um fato histórico que deu lugar à denominada «coabitação», circunstância que já tinha acontecido entre 1990 e 2004, quando os prefeitos frenteamplistas de Montevideú conviveram com presidentes pertencentes a algum dos outros dois grandes partidos tradicionais (MOREIRA; VENEZIANO, 1991).

Ao longo destes anos as esquerdas governantes – a Frente Ampla não é exceção – não lograram conceber um projeto nacional que tomasse a dianteira na pugna pela instauração de uma nova hegemonia que expresse a construção de um *sentido comum*, “portador de um núcleo de verdade do qual no se possa prescindir”, que deve ser recuperado e desenvolvido (NOSETTO, 2017). Partimos da suposição de que o *sentido comum* dominante se fragmenta, de acordo com García Linera, e dá lugar à ação coletiva e ao desenvolvimento de transformações revolucionárias. Revisitando Gramsci, García Linera, assinala que isto permite “gerar novos

processos de hegemonia na luta pelo sentido comum... a capacidade de propor alianças entre os setores que disputam as forças de transformação, na possibilidade de desmontar os conformismos e na possibilidade de desmontar a rede de saberes, de consensos e expectativas que estão presentes ainda quando se tenha conseguido uma quebra do sentido comum” (GARCÍA LINERA, 2019).

No que tange ao Uruguai se evidencia a presença de intelectuais que são críticos, mas não deixam de ser funcionais desta permanência ideológica ao momento de estabelecer as bases de um projeto diferente que dê lugar a um novo imaginário social inclusivo, solidário, tolerante, democrático y diverso. Têm sido votadas leis para importantes setores da sociedade, mas este processo resulta exíguo ao não ser acompanhado pela configuração dos saberes com a política e que se aprecia na falta de reflexão, discussão e intercambio entre aquelas figuras que trabalham com o pensamento, elaboram ideias e colocam em xeque questões que preocupam a sociedade.

Perante essa ausência, os valores e as matrizes liberais reaparecem e tendem a ser emparentadas com as concepções de esquerda. Falero (2008) denomina este fenômeno como perda de recursos, fazendo referência a que o possível é aquilo garantido pelo governo, perdendo credibilidade toda mobilização e reclamo que transborde estes limites (CASTRO et al., 2014).

Aqui propomos umas ideias iniciais que buscam apresentar alguns delineamentos críticos. Para tal nos ocupamos da relação entre *sentido comum*, ausência da produção de pensamento crítico próprio e hegemonia na esquerda governante em Uruguai. Especificamente reflexionamos a partir de certa distância que a esquerda

tem construído com o corpo social e o seu *sentido comum*, em particular com os feminismos, movimento capaz de elaborar e reformular um *sentido comum* específico e que tem sido eludido como um “tema de mulheres”, “minoritário” e limitado no seu reconhecimento a um tema de desigualdades entre sexos.

Este eixo da nossa reflexão nos interessa especialmente, já que entendemos que além do processo de autocrítica que a esquerda uruguaia experimenta atualmente seja necessário admitir os enganos, os desacertos e o fato de não ter compreendido que “sempre há um sentido comum” e que este pode mudar de sentido (GARCÍA LINERA, 2019). A esquerda tem se mostrado frágil e com falta de compreensão de fenômenos políticos que alteram hoje o contexto nacional e mundial. Esta situação nos leva a repensar o que Fernández-Savater (2020) denomina o problema dos imaginários das mudanças sociais, uma reimaginação que vai além da revolução como milagre e quebra do existente ou do afundamento econômico como possibilidade de transformação revolucionária (FERNÁNDEZ-SAVATER, 2020, p. 261).

Na busca do “bom” sentido comum

Persistem em Uruguai crenças, produto de uma elaboração teórica de intelectuais que influenciaram no sentido comum de quem ordinariamente compõe a sociedade (BERGER, LUCKMANN, 2006, p.124). Durante o governo frenteamplista, os avanços e reformas de transcendência, assim como a aprovação de leis significativas para importantes setores da sociedade civil viram sua luz: a lei que regulamenta a jornada de trabalho e regime de descanso dos trabalhadores rurais,

a lei de igualdade de direitos e oportunidades entre homens y mulheres, as leis relacionadas ao matrimônio igualitário, a despenalização do aborto e a regulação do mercado da maconha, a lei de empregabilidade para pessoas em situação de incapacidade ou a lei integral para personas trans, entre outras. Elas têm dado lugar ao reconhecimento de direitos longamente esperados y resultam plausíveis como estímulos/desafios rumo a uma renovada sociedade com valores que no futuro orientem para maior tolerância, diversidade, justiça e solidariedade. O qual pode ser visto como uma antecipação na busca por uma hegemonia própria. Ainda assim, de maneira geral as decisões não transcenderam o normativo e não se articularam para a construção de uma nova hegemonia que concorrera e conseguira deslocar os *sentidos comuns* e as concepções predominantes em Uruguai. A sempre arrogante convicção de constituir uma sociedade hiperintegrada e amortecedora levou a fortalecer a autopercepção de excepcionalidade do Uruguai e o diferenciou do resto de América Latina.

Deduzimos a presença de um vácuo enquanto a falta de reconhecimento daquilo que Gramsci definiu como “*sistema de pensamento*” (disperso, não coerente, inclusive contraditório). O denominado *sentido comum* que toda sociedade possui são formas de pensar dissimiles e desarticuladas que se aninham na mente, muitas vezes de forma simultânea num mesmo indivíduo. Para Gramsci é através do *sentido comum* que os indivíduos conferem significação à realidade, adotando e adaptando formas de pensamento de acordo com as suas necessidades. Gramsci sustenta que a sociedade, ao estar imersa num sistema capitalista, assume valores que não lhe são os próprios, mas

adverte, ao mesmo tempo, que é transformável e está nas mãos do Estado modificá-la (Gramsci, 1984).

Esta realidade convive com a existência de outros *sentidos comuns* que se expressam em alguns setores da esquerda frenteamplista, que não logram superar a frustração e a derrota que significou a queda do socialismo. Persistem tais sentimentos que impedem ver os efeitos do sucedido, no entendimento de que a derrubada da União Soviética e os países do Leste não só quebrou o equilíbrio de poder e deixou o Ocidente como dominador, senão que, além disso, obrigou a reelaborar toda a agenda programática, já que as medidas que se acreditavam adequadas para marchar na direção do socialismo são as mesmas que levaram à implosão de um sistema que ficou em ruínas (DOMINZAIN; SOSA, 2015).

Se suma a isto a ofensiva neoliberal, que incorpora novas tensões à agenda social ante as quais as formas clássicas de luta se mostraram inoperantes. Em Uruguai redundou em que as organizações sociais fizeram uso da democracia direta, incorporando a este mecanismo um carácter contestatário. O paradigma modernizador se impôs ao amparo de políticas neoliberais que expressavam a rapidez e a agressividade com que, terminada a Guerra Fria, o capitalismo se globalizava; um processo que estará saturado de contradições, onde, por um lado se globaliza e integra e por outro se fragmenta e desintegra (ALFIE, 1995). Isto introduz novas tensões nas agendas políticas e sociais, coloca em evidência o incompleto e não universal da democracia e deixa a descoberto que o processo de modernização já não se apresenta em longo prazo nem atua como um processo integrador, senão ao contrário (Calderón, 1995).

Durante os anos noventa a sociedade exteriorizou e conduziu suas protestas pela via institucional dando lugar à formação de uma “arena cívica” onde as organizações sociais e os partidos políticos, em particular a Frente Ampla, articularam, potenciando-se em defesa da soberania, do patrimônio e da democracia. Neste novo cenário, que pautava mudanças, mas ao mesmo tempo mantinha continuidades, a estabilidade e a defesa da democracia eram apreciadas por todos os atores e os agentes sociais. Tudo isso se produz no marco do que Evelina Dagnino denominou uma *confluência perversa* entre, por um lado, um projeto neoliberal que se instala e um projeto democratizante e participativo, que emerge a partir dos regimes autoritários. Um cenário marcado pela disputa político-cultural de ambos os projetos (DAGNINO, 2011).

Os processos de liberalização, a reforma do Estado e, em particular, as privatizações, se convertem no eixo estratégico da competência partidária e incidem de maneira decisiva no realinhamento político. Uma parte do eleitorado acompanha a “revolução reformista”, entanto que outra se localiza em atitudes de resistência y de rejeição, com posturas acordes à tradição estatista que tem predominado historicamente em Uruguai (LANZARO, 2013). Consideramos que ambos os sinais quiçá expliquem que a esquerda como força política governante não tenha sido capaz de incorporar novos valores e aprofundado outros que tenderam a ser eliminados ou eclipsados pelo pensamento neoliberal.

Ambos os sinais convivem e dão lugar à percepção de que quiçá a esquerda somente buscou interpretar e atender ao *sentido comum* dos subalternos e não conseguiu perceber que a aplicação de políticas públicas tinha mudado e beneficiado às condições de

vida de certos setores cujas expectativas se mostraram exigentes ao atingir um status que não estavam dispostos a perder. Somado ao fato de que os *sentidos comuns* se fragmentam e dão lugar à persistência de *sentidos comuns* velhos e conservadores que durante estes quinze anos permaneceram adormecidos e irrompem subitamente com brutalidade e ferocidade. Perante a ausência de hegemonia da esquerda na busca pela condução e direção do sentido comum dominado, para García Linera (2019), este se detém e “é altamente provável que dê passo imediatamente a uma contraofensiva do velho sentido comum e de elementos arcaicos de velhos sentidos comuns que se sobreponham ao sentido comum progressista que vai ocupando determinados espaços”. É assim como “as possibilidades de transformação das realidades injustas que atravessamos, então, dependerão da continuidade da luta pela hegemonia que podem levar adiante as classes subalternas e não abandonar a disputa pelo poder material do Estado” (García Linera, 2019).

Qual tem sido o papel dos intelectuais?

O critério que permite distinguir a atividade dos intelectuais das restantes dos outros grupos, não pode – afirma Gramsci – buscar-se nas características intrínsecas de dita atividade, dado que “em qualquer trabalho físico, incluso o mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, é dizer, um mínimo de atividade intelectual criadora (...), a intervenção intelectual não pode excluir-se de nenhuma atividade humana, o homo faber não se pode separar do homo sapiens” (GRAMSCI, 1984, p. 80).

Este autor não dá lugar à visão idealista que concebe aos intelectuais como um grupo que existe por cima e por fora das relações de produção, isto é, como uma elite que monopoliza as distintas formas culturais de conhecimento, criação e expressão. Por outro lado, Enzo Traverso, entende que os intelectuais já não são uma elite e seu status social já não é o mesmo. O intelectual se converteu num trabalhador a mais, “se desclassou (...) se subproletarizou. Sua ótica mudou e não é mais externa, senão que surge de um observatório submetido às tensões e conflitos sociais” (TRAVERSO, 2014, p. 55).

Órfãos de novas utopias, desconectados dos movimentos sociais dos jovens que não os reconhecem como porta-vozes, os intelectuais devem redefinir-se, conjuntamente a uma imprescindível autocrítica com o reconhecimento de sua própria cegueira (Traverso, 2014, p. 12).

O modo de ser do novo intelectual -escreve Gramsci- já “não pode consistir na eloquência motora, exterior e momentânea dos afetos e das paixões, senão que o intelectual deve aparecer inserido ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasivo permanente, não como simples orador” (Gramsci, 1984, p.80).

Svampa entende que estamos ante a noção de intelectual anfíbio, que coloca a necessidade de comunicar diferentes mundos: o mundo do campo intelectual ou do campo acadêmico, e o mundo das organizações sociais. Não é uma figura fácil - aponta Svampa - porque está entre dois mundos e tenta ser reconhecido e ter legitimidade em ambos. Também não é no sentido de que sempre encontra questionamentos para dentro do próprio campo acadêmico, entre aqueles

que têm uma leitura hiperprofissional e que fomentam a figura do experto ou a do intelectual mais despolitizado (Svampa, 2010). É conhecida a posição de Zygmunt Bauman que diferencia entre dois tipos de intelectuais: *os legisladores*, que assumem o papel de autoridade ou juízes competentes em controvérsias de opiniões, e os *intérpretes*, que se dedicam às tarefas mais modestas e incertas da compreensão e a comunicação de saberes, sem pretensão legislativa alguma. A diferenciação coloca a ênfase no deslocamento do intelectual-legislador pelo intérprete (Bauman, 1993, p. 5). Mas, além destas interpretações entendemos que em Uruguai a relação entre Estado e sociedade civil não deixou de ser distante. Isto deu lugar a desencontros e distâncias e fez ainda mais complexa a construção de certa hegemonia cultural que permitirá a ampliação de um Estado que incluso permaneceu estreito e, em alguns casos, manteve traços excludentes.

Enclave feminista

A ausência de hegemonia sob os governos da esquerda uruguaia e do papel pouco empático dos intelectuais ou diretamente funcional à manutenção do institucionalmente estabelecido, facilitou a chegada da direita amparada em ventos conservadores que tendem a eliminar o conquistado e se expressa, como afirma Rolnik na “inesperada aliança das forças neoliberais e conservadoras”, que compartilham “uma mesma moral e modelo de identificação subjetiva: o inconsciente colonial-capitalístico. Daí que o objetivo da nova “caça de bruxas neoliberais” sejam os coletivos feministas, homossexuais, transexuais, indígenas ou negros que encarnam no imaginário conservador a possibilidade de

una autêntica transformação micropolítica” (ROLNIK, 2019, p. 11).

A partir do pensamento radical, Zibechi considera que isto responde também à desconfiança que o coletivo social mostra face às formas tradicionais de “fazer política”. Em alguns casos o corpo social tem-se visto traído ou não compreendido nos seus interesses. Outra das razões tem sido a de não alcançar a compreender que hoje as lutas têm-se feminizado e isso leva a impregnar não só os entremeados espaço-temporais senão as lógicas performativas de suas demandas, dando como resultado “outra forma” de concretizar as práticas emancipatórias (ZIBECHI, 2020).

Não obstante, ante a questão em torno da articulação entre política e vida cotidiana, no marco de uma história social geral, têm sido o movimento feminista, diverso, heterogêneo e complexo, que tem propiciado a criação de múltiplas possibilidades de ampliação do político. Não sem grandes tensões e confrontações com o pensamento neoliberal dominante que vem reagindo com suma violência ante o movimento feminista. Assim como também, diferenças e distâncias com a própria esquerda em várias dimensões. Os feminismos vêm questionando radicalmente o “primado da consciência da teoria política clássica. A transformação não pode confiar-se somente a uma mudança ideológica, senão que passa pela alteração dos comportamentos cotidianos”, colocando, nesse gesto, que vincula o pessoal com o político, a reflexão sobre outros imaginários coletivos de mudança social (FERNÁNDEZ- SAVATER, 2020, p. 56).

Um olhar micropolítico nos permite dar conta de maneira mais detalhada e com maior reconhecimento dos novos sujeitos que se manifestam e interpelam a

esquerda e a desafia. Voltemos assim a Gramsci para resgatar a mudança, a revolução como um estado permanente, em chave de impulso de uma nova visão de mundo, como gesto na vida cotidiana. Um processo revolucionário que modifica maneiras, que desliza, corre às velhas visões do mundo, ao dizer de Gramsci, se trata da “construção de hegemonia”: não existe poder sem hegemonia, sem controle sobre os gestos da vida corrente, à tomada do poder deve preceder, conclui Gramsci, uma «tomada» da sociedade civil (FERNÁNDEZ-SAVATER, 2020).

O conceito gramsciano de hegemonia nos permite ir além da visão representativista da produção cultural em direção à compreensão das formas de regulação e controle social que se sucedem através do simbólico, imperceptíveis, onde a produção cultural é fundamental. Neste novo eixo de reflexão se passa a outro modo de pensar a transformação radical da sociedade “da lógica do assalto ao poder se passa à lógica da construção de hegemonia, à lógica da revolução como processo” (BURGOS, 2012, p. 251).

Estas questões são relevantes para revermos o lugar dos movimentos sociais nestas novas ou não tão novas configurações, suas formas de organização, antagonismos, seu vínculo com o Estado e verificar o lugar que ocupam no horizonte político das lutas pelo simbólico no que Álvarez et al. (2000) denominam a política cultural dos movimentos sociais, é dizer, o processo pelo qual o cultural se torna político; e que se traduz nas lutas pela redefinição do próprio sentido de noções convencionais de desenvolvimento, cidadania, representação política e participação (ÁLVAREZ et al., 2000, p. 16).

A respeito da relação entre a esquerda no governo e a confrontação com os aspectos do movimento feminista mais explicitamente disruptivos com a norma dominante de pensamento e ação política, nos interessa mencionar sinteticamente dois fenômenos⁴. Em primeiro lugar, o desprezo que “a grande política” tem sobre os comportamentos cotidianos como âmbitos fundamentais das transformações coletivas. Em segundo lugar, certa diminuição das reivindicações feministas, para demandas restritas, específicas, que não possuem caráter geral ou “universal”, aquilo que Segato (2016) denomina minoritismo, uma ideologia que busca converter fenômenos transversais em questões marginais.

Segundo Segato, o problema do peso do velho imaginário revolucionário, patriarcal e vanguardista, esconde a existência da colonialidade e do patriarcado ao interior dos movimentos sociais de esquerda, assim como da esquerda no governo (SEGATO, *apud* FERNÁNDEZ-SAVATER, 2020).

Lefebvre sugere que a cristalização da alienação e da ideologia nas práticas repetitivas da rotina diária é a melhor garantia contra a revolução, ao implantar um sentido do evidente e inevitável na experiência do ser humano. Por consequência, o cotidiano é uma sede do poder, “o próprio terreno sobre o qual a grande

4 Para o caso uruguaio o desenvolvimento do feminismo não se pode compreender sem atender aos processos no campo da esquerda, e a estes últimos no contexto da transição democrática. Assim como também às diferenças dentro do próprio movimento entre as “institucionalizadas” e as “radicais”. Ver De Giorgi, A (2015) *A la calle con la cacerola. El encuentro entre la izquierda y el feminismo en los ochenta*. Buenos Aires: CLACSO y Sapriza, G (2015) “Nos habíamos amado tanto”. Años revueltos. Mujeres, colectivos y la pelea por el espacio público. *Estudios Feministas*, Florianópolis.

arquitetura da política é construída” (LEFEBVRE apud SEVILLA, 1976, p. 89).

Os feminismos, junto com outros movimentos sociais, nos lembram de que também é necessária a organização coletiva em torno de problemáticas sustentadas sobre a identificação com formas de opressão que operam fora da esfera estritamente econômica ou política. A crítica de certa esquerda reducionista que assume que os direitos específicos, por definição, não são universais e, por conseguinte, as lutas por esses direitos específicos só fragmentam os processos políticos, parecem não reconhecer as formas de como se constroem esses universais no seu vínculo com o poder e seus determinantes históricos. Nesse sentido é importante que redefinamos o que se entende por direitos universais e quais as suas medidas, como também quão restritas são as reivindicações específicas que se associam às categorias mulheres, negros ou índios. Qual é sua especificidade intrínseca?

Um caso ilustrativo sobre as peculiares conformações dos direitos universais e o direito à diferença se torna evidente, por exemplo, na reivindicação contra a violência obstétrica. Onde um fato e direito universal, o direito a nascer em condições plenas e respeitadas, se torna um problema de “mulheres”, uma violência dirigida e, portanto, uma reivindicação específica e por definição, não universal. Deixa de ser um problema coletivo, comum, sobre a forma socialmente construída de como decidimos que a humanidade nasça. Se restringe o comum, entanto mulheres, invisibilizando seu caráter social mais abrangente e sua capacidade política transformadora de uma relação hierárquica capitalista organizada pelo saber médico.

Poderíamos fazer uma leitura similar sobre outros fenômenos aos quais, no seu caráter de lutas identitárias por direitos específicos, que respondem a uma questão de classe no seu sentido abrangente e complexo, não reduzido ao econômico, borram seus núcleos coletivos mais amplos, seus “bons” sentidos comuns. Assim como sua recondução por direitos mais gerais de inclusão em formas jurídicas clássicas (matrimônio homossexual, etc.) que minimizam seu potencial alternativo.

O governo da Frente Ampla promoveu diversos direitos, porém, sem modificar substancialmente as categorias e noções de mundo neoliberais dominantes, aos quais também responde, explícita o veladamente. Segato vai dar um passo a mais ao afirmar que quando se fala de um mundo radicalmente plural, como meta última deveria dizer que o projeto histórico é o de um mundo sem hegemonia, “e é isso o que as esquerdas convencionais e apegadas ao que já passou e não chegou a destino não conseguem nem entender nem vislumbrar” (SEGATO apud FERNÁNDEZ-SAVATER, 2020, p. 377), a construção de um novo projeto histórico que deveria conceber-se sem hegemonia.

Desta forma nos perguntamos se o conceito de hegemonia é apropriado para a nossa análise, no entendimento de que o temos aplicado sem sempre considerar todas as nuances e complexidades do próprio Gramsci, para incorporar outras visões – como as de García Linera, por exemplo – revisitando Gramsci e incorporando diversas experiências políticas.

Reflexões finais

Em Uruguai, durante os governos progressistas fortaleceu-se o ideário republicano, do qual a esquerda não conseguiu se deslindar. Isto providenciou bases para as mudanças, mas, por sua vez, provocou um forte distanciamento e tensões com a sociedade civil. Outra das ausências reside na evasão do enfrentamento ao colapso do sistema socialista, ante o qual os intelectuais não interviram contribuindo com a compreensão do sucedido e oferecendo um novo marco crítico de referência.

Além do mais, se desconhecaram as dimensões culturais que implicam na construção da hegemonia, considerando a necessidade de governar a partir do macro e perdendo de vista a dimensão micro, em outras palavras: seguir governando desde a grandiloquência política a sujeitos que deixavam de representar e, com isso, confirmar o patriarcado, o colonialismo e as hierarquias nos diversos níveis. Foram se restringindo sob o paradigma da política pública como forma de governo, as dimensões do sensível, cotidiano, que puderam gerar a possibilidade de mudanças de mentalidades e atitudes habilitadoras de práticas instituintes capazes de uma reorganização da vida em favor de modificações políticas profundas.

América Latina vivencia fortes mudanças que se expressam em sociedades inseguras e temerosas, onde persistem os contrastes e as desigualdades, funcionais ao neoliberalismo no qual estamos inseridos e onde não se vislumbra sua desapareção senão possíveis transmutações a través de governos neoconservadores. Mas, por sua vez, nossas sociedades se mobilizam, demandam e saem para reivindicar seus direitos, a manifestar suas

opressões e despojos, mantêm a esperança em mudanças possíveis.

Estamos transitando uma mudança de época que pugna pela emancipação num mundo que já não admitiria hegemonia das esquerdas senão reconhecimento das minorias e das maiorias, em particular das mulheres. Deste modo se coloca em cena a possibilidade da resistência e da emancipação, na tensão entre as dinâmicas de reprodução de valores neoliberais e rupturas profundas que dê lugar a novas práticas e acontecimentos instituintes, a outros *sentidos comuns*. Ante isto nos perguntamos: Que implicâncias sobre a construção da hegemonia teria de repensar as formas de ação política desde a perspectiva da vida cotidiana e os afetos que ali se desdobram? Em que medida a Frente Ampla percebe a recomposição da direita e se coloca levar adiante estratégias para gerar a ruptura ou a fragmentação do sentido comum dominante, que ajuda a fortalecer uma hegemonia conservadora nunca perdida?

Certamente as esquerdas latino-americanas têm muito para debater e refletir sobre sua própria história e desenvolvimento na conjuntura atual, assim como os movimentos feministas têm possuem uma relevância incontornável neste processo.

Bibliografía

ALFIE, M. (1995). Movimientos sociales y globalización. *Actores, clases y movimientos sociales, año 10, no 27*. Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad-Azcapotzalco.

ÁLVAREZ, S, DAGNINO, E, ESCOBAR, A. (2000). *Cultura e política nos novos movimentos sociais latinoamericanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG.

BURGOS, R. (2012). Los avatares de una herencia incómoda: el complicado diálogo entre Gramsci y la izquierda en América Latina. *Controversias y concurrencias Latinoamericanas*, Nro. 5 año 3. Mayo de 2012. Santiago de Chile, Ediciones ALAS

CALDERÓN, F.; Dos Santos, M. (1995). *Sociedades sin atajos*. Buenos Aires: Paidós.

CASTRO, D.; ELIZALDE, L.; MENÉNDEZ, M.; SOSA, M. (2014). Grietas en la hegemonía progresista uruguaya, entre consensos y resistencias. Buenos Aires, OSAL Observatorio Social de América Latina.

CREHAN, K. (2018). *El sentido común en Gramsci. La desigualdad y sus narrativas*. Madrid: Ediciones Morata.

DAGNINO, E (2018) Confluencia perfecta. Desplazamiento de sentido y crisis discursiva en *Antología del pensamiento crítico brasileño contemporáneo (Coord. Breno Bringel- Antonio Brasil)*. Buenos Aires. CLACSO.

DOMINZAIN, Susana (2011). *Sociedad en movimiento. Acciones institucionales y prácticas ciudadanas en Uruguay de los años noventa*. Montevideo. Editorial: Publicaciones CSIC, Udelar

DOMINZAIN, Susana; Sosa, Álvaro (2015). ¿Hegemonías en pugna? Aproximaciones gramscianas al caso uruguayo en *Transformaciones recientes del Estado Integral en América Latina. Críticas y aproximaciones desde la sociología política de Antonio Gramsci*. Coord. Lucio Oliver. Programa de Apoyo a Proyectos de

Investigación e Innovación Tecnológica PAPIIT. México, UNAM.

FALERO, A (2008). *Las batallas por la subjetividad. Construcción de derechos, luchas sociales y dominación simbólica en Uruguay*. (Montevideo: UDELAR -FCS - CSIC / Fanelcor).

FERNÁNDEZ-SAVATER, A. (2020). *Habitar y Gobernar. Inspiraciones para una nueva concepción política*. Madrid: Ned Ediciones.

GARCÍA LINERAS, Á. (2019) "Hay un sentido común dominante que ordena las jerarquías". Recuperado el 24 de noviembre de 2020 en https://www.megafonunla.com.ar/notas/2019-04-04_hay-un-sentido-comun-dominante-que-ordena-las-jerarquias

GRAMSCI, A. (1984) *Cuadernos de la cárcel*, Tomo 3, Cuaderno 7, Puebla. Ediciones Era-Universidad Autónoma de Puebla.

LANZARO, J. (2013). Continuidad y cambios en una vieja democracia de partidos. Uruguay 1910-2010. *Revista Opinión Pública, Campinas, vol 19, n. 2*. Consultado en: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762013000200001

MOREIRA, C; Veneziano, A, (1991). «Cohabitación y conflicto: relaciones entre el gobierno de Montevideo y el gobierno nacional (1990-1991)» en *Revista Uruguaya de Ciencia Política*. Montevideo. Fundación de Cultura Universitaria / Instituto de Ciencia Política.

NOSETTO, L. (2017). El sentido común en la teoría de Estado de Antonio Gramsci: Reflexiones con vistas al porvenir sudamericano. Madrid. Las torres de Lucca.

ROLNIK, S. (2019). *Esferas de la insurrección. Apuntes para descolonizar el inconsciente*. Buenos Aires: Tinta Limón.

SEVILLA, A. (2014). Hegemonía, gubernamentalidad, territorio. Apuntes metodológicos para una historia social. *Revista Empiria Revista de Metodología de Ciencias Sociales*. n.27, enero-abril, Universidad Politécnica de Madrid.

SVAMPA, M. El intelectual tiene que molestar. Consultado en <https://kaosenlared.net/el-intelectual-tiene-que-molestar/>

ZIBECHI, R. (2020). *Nuevas derechas, nuevas resistencias*. Madrid: Zambra Baladre

O momento militar: pensar a relação Estado-Crime organizado-Sociedade civil no México¹

*Pilar Godínez Mejía*²

“Y en ese claroscuro surgen los monstruos...”

Este capítulo é resultado de uma pesquisa realizada pela Organização Internacional Save The Children, intitulada “Crescer entre fogos cruzados”³, cujo objetivo primário é o de visibilizar as consequências que a violência do crime organizado tem na vida das meninas, meninos e adolescentes no México. Devido ao caráter descritivo desta pesquisa, me parece que a questão merecia uma reflexão teórica mais profunda, sobretudo para entender a responsabilidade do Estado mexicano para com a sociedade, pelo qual me coloquei a tarefa de pensar distintos cenários teóricos que pudessem estabelecer um itinerário de pesquisa sobre uma equação social elaborada a partir da questão da violência.

O primeiro cenário, é a equação/relação entre Estado, sociedade civil e o crime organizado é de

¹ Tradução de Joana A. Coutinho

² Mestre em Sociologia Política pelo instituto de Investigação José Maria Luis Mora. Pesquisa povos indígenas e Estado integral em México, além de segurança e reinserção social.

³ Agradeço a Alicia Rios de la Cruz o convite para participar da equipe de pesquisa nesta consultoria.

separação: uma mãe que recrimina a uma funcionária pública a impunidade, o desinteresse e a criminalização da população como parte de uma política de guerra contra o crime organizado. O segundo cenário: uma das fossas clandestinas encontradas em Jojutla, estado de Morelos, em 2017⁴. A mulher acusou a participação do governo para a escavação e disposição dos corpos de dezenas de pessoas que presumivelmente foram executadas e enterradas sem aviso a suas famílias e amigos, em possível cumplicidade entre o governo mexicano e os grupos do crime organizado que operam naquela localidade.

É uma cena onde os coletivos, aos quais pertencem essa mãe, reivindicam sua organização autônoma e desinteresse legítimo para realizar⁴ as atividades que deveriam desenvolver o Estado: a busca, identificação e exumação das vítimas; a reparação dos danos, a restauração do estado de justiça social. Esta separação é uma consequência concreta dos últimos quinze anos de políticas do Estado mexicano que procuraram resolver o problema do narcotráfico como parte das atividades do crime organizado. Uma separação que René Zavaleta (1984) apresentava como um paradoxo, hoje em México é uma realidade.

Muitos críticos, políticos profissionais, bem como investigadores e acadêmicos, chamaram a atenção para o fracasso do Estado na sua capacidade original como garantidor da segurança no país. Contudo, devido a proclamada capacidade do crime organizado para destruir e moldar relações sociais a sua conveniência,

⁴ A cena a que faço alusão é parte do documentário “Volvete a ver” (2020), que narra a odisséia de familiares de desaparecidas e desaparecidos nas fossas de Jojutla.

parecia que havia um oco a preencher. Na teoria como na análise, tudo se centra na relação bilateral Estado-crime organizado; e a sociedade civil não aparece, apesar de que a disputa pela sociedade civil que origina tanto as atividades destes grupos, como a fonte de legitimidade do Estado.

Este é um problema que, para a teoria crítica do Estado integral, deve ter um destaque especial, pois se trata do limite máximo da capacidade de prefiguração do Estado, do momento militar da disposição da sociedade e de uma prova da capacidade de disputa hegemônica de grupos que aparentemente suplantam as funções do Estado a partir da violência. Nas páginas subsequentes se encontrará o desenvolvimento preliminar de somente uma destas categorias a propósito de refletir desde Gramsci: trata-se do momento militar como categoria transversal entre os três grandes sujeitos desta relação: o Estado, como Estado integral, a sociedade civil como espaço integrado e autônomo, e os grupos do crime organizado, como entidades que disputam a hegemonia em determinados espaços no México. Vou esboçar, então, os elementos para entender o problema, como uma equação social de alcance médio.

A academia securitizada: uma visão sociológica da questão

Primeiro, parece pertinente fazer uma menção dos teóricos que não utilizaram no *mainstream* da ciência social, para analisar em suas particularidades este

problema, especialmente na ciência política⁵. Por um lado, existem enfoques securitizados (Madrado, Romero y Calzada, 2017) que seguem a lógica do planejamento e execução dos grandes operativos da segurança nacional. Por outro lado, os enfoques que pensam no “problema das drogas” como uma questão de mercado, e que se ocupam de encontrar as conexões entre consumidores, produtores e de decifrar as grandes rotas de transporte e comercialização de narcóticos. No entanto, há que reconhecer o trabalho de denúncia que realizam com este tipo de pesquisa, pois aprofunda na ação e inação do Estado apesar de que esse mesmo universo é seu limite; consideram que o Estado é uma estrutura ou sistema cuja existência é autônoma ainda que não distante do mercado e da sociedade civil.

Estas abordagens têm sua marca na definição mesma do que se entende como crime organizado. Usualmente são conceptualizações jurídicas, que pouco pensam nas relações sociais destruídas pela violência, pois enfocam no castigo ao delito. Entendem esta questão como um problema branco e preto, pois pressupõem o Estado como um ente universal, racional e institucionalizado por completo, inclusive quando falha ou está ausente. Também, existem abordagens que não concebem a ditas organizações como um sujeito, o qual explicaria a capacidade política que tem para organizar relações sociais a seu modo.

No que se segue, entenderei o crime organizado a partir da definição que apresentou a Oficina das Nações Unidas contra o Crime e Delito (UNODC) no informe de

⁵ Cabe mencionar que las corrientes de análisis a las que me refiero son las pertenecientes al Colegio de México y al programa de Política de Drogas del Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE).

2012, que se perfila como a aproximação mais perto a uma forma sociológica de abordar a questão, pois classifica os grupos do crime organizado a partir de sua presença e raízes territorial e o desenvolvimento de suas dinâmicas econômicas: grupos vinculados ao território, cujo exemplo paradigmático são as praças e os grandes cartéis do narcotráfico; e redes de transporte, entre as quais se destacam as atividades de tráfico de pessoas e distribuições de narcóticos e outras mercadorias ilegais, o qual nos leva a questão das consequências históricas para a sociedade. O interessante é que apesar de que são descritas como sujeitos sociais, não são considerados como tais.

Estas abordagens não explicam o que Rafael Pérez-Taylor (2013) descreve de forma triste e eloquente em seus trabalhos de antropologia da violência: populações do Norte de México arrasados tanto pelas atividades do crime organizado, como pelo deslocamento forçado que o exército provoca com os fogos cruzados.

Tampouco explica o fenômeno dos desaparecidos no México, nem as famílias inteiras que se dedicam a raspar papoulas na serra guerrrerenense. Limitam-se a descrever o apoio mecânico a partir do medo e da coerção de populações inteiras ao *narco life style* mas não indagam as consequências. Todos estes fenômenos localizados territorialmente e cujas consequências estão subordinadas as grandes categorias de segurança, paz e guerra, são caracterizadas na retórica oficial do Estado como danos colaterais. Estas concepções não integram a sociedade civil como parâmetro de análises e de reflexão, o que as colocam longe da situação nacional e internacional. Também são parte das abordagens que buscam observar a imagem mais geral, isto proporciona análises no nível macro que lhes permitem realizar

projeções regionais e sugerir políticas públicas para o nível estatal. Contudo, seu eixo é o da sociedade civil entendida como um espaço de disputa, de heterogeneidade, de encontros e desencontros.

A partir deste contexto — da questão na academia —, penso que seja necessária uma abordagem que mude a retórica, que conte a história da sociedade civil ao longo deste conflito e que se encaixe a análise do papel do Estado e do crime organizado nesta relação. É necessária uma visão sociológica, política e histórica da questão. Nesse sentido, considero que uma teorização de alcance médio, é dizer, localizada especialmente nas regiões mais afetadas pela produção, temporalmente localizadas no começo das estratégias do Estado e com uma visão epistemológica, dialética e materialista vai permitir delimitar em função das relações de forças gerais.

Retomar a Gramsci para ir além do Gramsci

A proposta, então, é pensar a partir de um parâmetro que permita integrar de forma dinâmica e concreta as arestas sociais, políticas e culturais dessa problemática. Perguntei-me se a abordagem crítica gramsciana da hegemonia (Gramsci, 1999; Oliver, 2016; Zavaleta, 1984) teria os elementos para regressar a sociedade civil ao lugar central de análises a partir de uma controvérsia com um par de premissas que tem sido paradigmas na teoria existente e que já mencionei anteriormente: por um lado, se concebe o Estado como uma entidade separada por completo da sociedade civil; e, por outro lado, considera-se as organizações do crime organizado como meras relações econômico-corporativas, a qual apresenta um problema para toda teoria do

Estado: se o crime organizado não é um sujeito político o social, como é que logra exercer poder político e em algumas situações substituir o Estado como educador, dirigente e dominante em regiões inteiras do país?

Parece-me que, inicialmente, existem dois cenários histórico-políticos que poderiam ser úteis para a análise: a crise orgânica e a *equação Estado-sociedade*, que têm como referência a existência de um Estado Integral em México. A crise orgânica é a manifestação das contradições na estrutura econômica, resultado de 30 anos de neoliberalismo e Estado de concorrência e valorização do capital no México e no mundo, como retrata Oliver (2016): as maquiadoras no norte e centro do México, que se alimentam dos exércitos de trabalhadores precarizados, a existência de um sistema agrícola subsumido a dinâmica internacional que expulsa dia-a-dia milhões de imigrantes; a perda de soberania sobre as políticas do trabalho — sobretudo, o desmantelamento dos grandes sistemas de mediação do Estado —, deram origem não somente a uma massa desprotegida, ignorante e dependente das políticas de transferência de renda. Também geraram todo um campo de disponibilidade tanto para grupos políticos que vem a oportunidade do clientelismo, como para outro tipo de grupos cujo fim é a acumulação de riquezas nos mercados ilegais e clandestinos. Aparentemente, o Estado já não interessa ser o mediador e o articulador da equação social

Entendo a *equação Estado-sociedade* como “o grau em que a sociedade existe em relação ao Estado e vice-versa, mas também as formas de sua superação o estranhamento” (ZAVALETA, 1984). É dizer, não somente a forma ou a relação que o Estado tem para com a sociedade civil, que poderíamos qualificar de

harmônica, conflitiva, etc., senão a forma em que o Estado media entre grupos sociais, movimentos, comunidades, em ordem de estabelecer a hegemonia a partir de um equilíbrio de compromisso (GRAMSCI, 1999) que poderíamos chamar busca de consenso (ainda que nem todos os grupos estejam em igualdade de condições). Aqui, me alinho as abordagens críticas que consideram a hegemonia e o Estado como uma relação social, histórica e concreta, e não como algo automático que responde a uma fórmula simples que pressupõe a existência de dominantes e dominados.

Portanto, as formas de separação ou estranhamento do Estado em função da equação social são uma maneira de analisar para entender, em sua justa medida, orgânica, a crise orgânica. No momento em que o Estado mexicano começou com a política de precarização social, como forma de mediação ante as mudanças que lhe exigiram o sistema econômico neoliberal, deu início ao momento de sua relação com outros agentes que aspiram organizar as relações sociais a sua conveniência, espaço que foi aproveitado pelo setor financeiro privado.

Neste cenário, entra a questão da ação do Estado para conter e, em alguns casos suprimir, a violência causada pelo crime organizado e, a propósito dele, o momento militar gramsciano. Gramsci (1999) considera que a análise das relações de forças políticas e sociais, se podem visualizar pelo menos três momentos: o econômico, ligado a estrutura, que corresponde as formas das relações econômicas; o político, que implica a formação do sujeito político ou da consciência coletiva; e o militar, que fala da ação direta do Estado a partir da administração da violência. Ademias, através de outras passagens dos Cadernos do Cárcere, insinua uma

função disciplinar das massas que o Estado terá disponível como exército, polícia ou aparato de inteligência e vigilância.

Não se trata somente da conjuntura, como também de novo, insinua a necessidade de entender as condições sociais da disponibilidade — como falaria Zavaleta — e as consequências das mobilizações da ação estatal, que não estão na ação do Estado, mas no próprio território da sociedade civil, tanto a que executa as organizações do Estado como a que está ao seu arredor.

O fato como a madre — que mencionei no início — recrimina as ações e inações do Estado mexicano, é só um exemplo de como este há se separado em alguns momentos e como se há incorporado, em outros, ao campo de disputa, que é a sociedade civil. Separa-se quando a impunidade e a corrupção se tornam parte do aparato de operação de justiça e segurança. Tornam-se a integrar quando a exigência das organizações e coletivos seja que o Estado cumpra com sua função de segurança e bem-estar material e cultural.

Três chaves para armar a equação Estado integral- Crime-organizado-Sociedade Civil

A partir deste marco conceptual, me pareceu que um itinerário teórico que parte da equação social teria como premissa a forma em que o Estado mexicano se unifica e se distingue do crime organizado e da sociedade civil. Portanto, estaria conformada os seguintes componentes:

a) o grau de envolvimento do Estado com o crime organizado;

b) as múltiplas respostas organizativas e recreativas da sociedade civil ao Estado e ao crime organizado;

Em seguida explico em linhas gerais a composição de cada uma dessas variáveis.

a) O grau de envolvimento do Estado com o crime organizado.

No cenário da crise orgânica, o Estado

No cenário da crise orgânica, o Estado assume quatro papéis: o de organizador do momento miliar para conter aos grandes cartéis do narcotráfico e das redes transportes. É a mediação na crise orgânica do capital que cria um momento de disponibilidade para o crime organizado ao precarizar a vida de grandes massas de grupos sociais e indivíduos. Está envolvido não somente nas operações de produção e tráfico de estupefacientes, mas também em atividades de tráfico de pessoas e venda legal e ilegal de armas. E, ao mesmo tempo, é a garantia dos direitos humanos de meninas, meninos, adolescentes, mulheres e homens, que não são afetados diretamente pela violência.

A propósito de seu papel como organizador do momento militar, se pode comentar teórica e concretamente o seguinte. Gramsci entende o militar como um mecanismo de ação política das massas jacobinas em um momento revolucionário, essa reflexão de Gramsci concentra-se no Caderno 13, também compreende o militar como um momento de disposição de massa precarizada. É dizer, como se vai levar a cabo as ações e a organização dos aparatos de segurança do Estado. Que tipo de policiais se necessita, que tipo de exército que existe em um país determinado, alianças políticas e econômicas, estratégias de Inteligência e sistemas de

informação. Todos os elementos que o permitam administrar a violência legal e legítima que reclama para si.

Nesse sentido, o Estado mexicano tem configurado uma estratégia de guerra frontal contra o narcotráfico desde 2006, mesmo tendo como parâmetro de ação o Plano Mérida (2007), um tratado de cooperação que consiste no financiamento e facilitação da infraestrutura entre o Estado norte-americano e o mexicano. Isto significa uma submissão da soberania mexicana a uma potência estrangeira — o que implica uma oportunidade para visualizar as relações de forças internacionais; ademais, é uma estratégia que se localiza territorialmente em pontos estratégicos.

Poderia dizer que inclusive sua forma legal se adaptou para ser suficientemente operativa para o Plano Mérida, mas não cumpre com o trabalho do Estado de compromisso, que é garantir os direitos humanos fundamentais.

A questão da cooperação com os grupos do crime organizado é muito mais difusa e requer uma reflexão mais cuidadosa, pois se bem a categoria de Estado falido e a não mais escandalosa etiqueta jornalística de Narcoestado, são descrições conjunturais que buscam chamar a atenção a esse momento em que o equilíbrio de compromisso é roto. Estas conceitualizações não se ocupam das raízes das consequências sociais que tem tido a dita cooperação⁶.

Poderia dizer, então, que o momento de participação do Estado mexicano na equação está determinado

⁶ Aquellas que han podido ser comprobadas, como los casos abiertos por lavado de dinero, reventa de armas y los casos abiertos por omisiones del Ejército y la Marina.

pelo momento militar e oscila contraditoriamente entre sua função de garantidor dos direitos humanos da população — o que inclui suas formas de separação da massa precarizada— e a manutenção de um aparato legal que permite a impunidade e os espaços de oportunidade de cooperação com o crime organizado. Não obstante, um elemento a considerar deve ser a diferença entre governo e Estado, porque vai permitir advertir de maneira mais concreta a distinção entre o orgânico e o contingente na dita relação.

b) O grau de recomposição orgânica do crime organizado na sociedade civil

Quiçá uma tarefa ainda mais audaz seja a de definir os parâmetros de participação do crime organizado nesta equação, pois sua definição está cheia de inconsistências e imprecisões e de um titubeio entendível pela situação de violência e o delicado que são suas consequências para os cidadãos e cidadãs comuns. Não obstante, se tem avançado muito tanto na ampliação do termo — que em sua origem somente se referia ao narcotráfico e invisibilizava atividades como o tráfico de pessoas e de armas — como na definição de suas operações, visualizá-lo desde um ponto de vista sociológico, é um desafio que merece uma reflexão mais aprofundada. Contudo, podemos encontrar claves para entendê-lo como parte da equação social, das consequências de suas atividades.

Por um lado, o subsolo político (TAPIA,2008) é seu lugar de nascimento e organização política e

econômica⁷. Teriam uma forma de organização cuja legitimação e mecanismo de socialização é a violência em todas suas formas e teriam ao menos dois espaços de produção econômica de mercadorias; as redes de transporte e comunicação e a produção de estupefacientes e outras mercadorias ilegais. Estas estabelecem dinâmicas sociais diferentes pois as raízes territoriais são distintas.

A partir delas é que os grupos do crime organizado reconfiguram relações existentes ou espaços vazios e logram com o mecanismo da violência, em todas suas formas. Tanto aquelas que são diretas, espetaculares, como as demonstrações de força armada e o recrutamento forçado. Ademais, fazem uso de formas que estão normalizadas por ser cotidianas, e cujo estudo tem classificado com o nome genérico de “cultura da violência”: programas de televisão que jogam com a figura do narcotraficante como empresário e anti-herói, simulacros de tiroteios em jardins de infância e primário do norte de México ou a crescente onda de meninas, meninos, adolescentes, mulheres e homens desaparecidos que impacta a nível nacional.

Esse seria o cenário do momento de disponibilidade da massa precarizada: excluídos pelo Estado — o educador e socializador por excelência — sem nenhum tipo de meio de subsistência e com uma capacidade de organização nula — que nem com o Estado ou com a sociedade civil são integrados —o crime organizado oferece uma opção de vida, de socialização. No entanto, esta segurança se apresenta, no concreta, de forma

⁷ Aquel espacio donde se conjuga todo lo excluido por la categoría de ciudadanía y que es lugar de encuentro por igual de la masa alienada y los grupos clandestinos de toda índole.

fugaz, e a prova está na centena de mortos que provocou seus enfrentamentos com os diversos aparatos de segurança e justiça do Estado.

Aqui entrariam as dúvidas se este é um processo hegemônico, pois em efeito trata-se da reconfiguração de relações sociais em um espaço onde é o Estado o que arbitra as relações sociais. Contudo, a disputa somente se origina nos espaços urbanos, onde cidades como Nuevo Laredo, Cidade Victória, Juaréz ou Chilpancingo⁸ tem certo grau de autonomia da sociedade civil. Outros espaços como as periferias: Ecatepec, Ciudad Neza, A serra Tarahumara, a serra Guerrerense, o espaço rural em Sinaloa ou inclusive os espaços cibernéticos, não são ocupados.

Diríamos, então, que a violência armada organizada é sua forma de obter domínio sobre grupos e indivíduos, mas seu objetivo não é criar um bloco histórico; seu objetivo é a acumulação. Por isso que não se pode falar de hegemonia neste ponto, teria que falar de uma ocupação do espaço e a população precarizada. Assim, como o subsolo político é o espaço de organização e de nascimento do crime organizado, o momento militar é igual ao do Estado, na sua forma permanente.

c) As múltiplas respostas organizativas e reativas da sociedade civil ao Estado e ao crime organizado

Considero que começar por entender que tipo de sociedades civis está disputando o crime organizado e o

⁸ Esta disposición espacial, o territorialidad, debería ser pensada en función de la teoría crítica del Estado integral, pues supone una de las tareas de vanguardia en los últimos años que involucra directamente los medios de vida de los seres humanos.

Estado, é uma tarefa fundamental, pois esta é a substância que origina e legitima toda ação estatal e é a matéria prima das atividades do crime organizado. Conecta-se diretamente com o momento de crise orgânica, pois se trata de sociedades altamente precarizadas, cujas formas de organização oscilam entre duas formas. Por um lado, estaria a reação de uma sociedade civil corporativizada; é dizer, que se alinha as formas de arbítrio do Estado, que inclusive formam parte do pressuposto e estratégias de gestão do mesmo. Neste espectro se encontram todas as formas de organização do chamado terceiro setor, pois tem uma gama enorme de mecanismos de participação, mas sua vinculação jurídica e suas formas de incidência no aparato estatal são limitados. São organizações que não tem um projeto de transformação do Estado, pois apelam para a contradição deste (participar das atividades lucrativas do crime organizado, ser gerente de direitos) e não a uma política diferente.

Por outro lado, está a sociedade civil organizada cooperativista, que não responde a formalidade do Estado, mas se apoia em grande medida na capacidade de criação e transmissão de informação e da capacidade de tradutibilidade das ONGs. É uma forma organizativa que tem uma capacidade de autonomia enorme, que cria redes de comunicação e apoio, como demonstram os coletivos de busca e identificação de desaparecidos.

Ademias, intentam incidir no aparato jurídico, em alguns casos com relativo êxito, outros com trabalhos de micro impacto que procuram reconstruir relações básicas como as famílias ou os vínculos comunitários. Em outras palavras, buscam restaurar relações que o Estado deixou à deriva com sua política de precarização. Contudo, não tem a capacidade na

infraestrutura, pressuposto, organização e disposição de capital humano que tem o Estado; a sensação de decepção e abandono é completamente justificada.

Pareceria que a heterogeneidade da sociedade civil é atravessada pelo elemento militar, pois se organizam em torno ao momento, dentro do momento e em função dele mesmo. Outro exemplo são algumas formas de autodefesa que respondem a mesma lógica de securização que tem tanto o Estado como o crime organizado: reação com as armas, mas não vão mais além da defesa dos bens materiais. Esse seria um exemplo do momento econômico-corporativo de Gramsci (1999, C 13, &17), pois é uma reação mecânica ante a ameaça a vida. A diferença de alguns sistemas de polícia comunitária (GODÍNEZ, 2016), que repensam uma forma de organização para a administração da justiça que busca a conciliação e indaga as raízes da ruptura de relações sociais. Ainda que não logrem igualar nem enfrentar o *fire power* do crime organizado.

De forma preliminar podemos consignar que a sociedade civil, então se perfila como espaço de disponibilidade, como agente político (em alguns casos com projeção a ser sujeito) e como reação ante a violência dos grupos do crime organizado. Uma tarefa pendente deve ser indagar sobre as características que originam cada uma destas ações, pois uma linha para uma política de transformação do Estado deve colocar especial atenção as consequências das políticas estatais.

Ademais da existência destas três formas da sociedade civil, outros movimentos que não surgido implicam diferentes respostas a violência e sugerem outras formas sociais que devem ser igualmente integradas para poder ter a sociedade civil como protagonista. A tarefa também por especial ênfase na criação de uma

capacidade organizadora da vida social naqueles espaços tão lastimados pelas ações do Estado e o crime organizado e sobretudo entender este como um projeto de alcance regional, pois México não se encontra isolado da questão centro-americana e sul-americana da relação Estado-Sociedade civil-Crime organizado.

Bibliografía

ESTRADA, César. La iniciativa Mérida y el combate al narcotráfico. *Revista del Colegio de San Luis. Nueva época*. Año II, número tres, enero-junio 2012.

GODÍNEZ, Pilar. *El momento político: caracterización de la disputa política entre la CRAC-PC y el gobierno del estado de Guerrero*, Tesis de maestría. Instituto Mora, México, 2016.

GRAMSCI, Antonio Cuaderno 13. *Cuadernos de la cárcel Tomo 5* (pp. 13-170). México: Ediciones Era y Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 1999.

MADRAZO, Romero y Calzada. Los combates: La “Guerra contra las drogas” de Felipe Calderón. *Nexos*. 1 de abril de 2017. Recuperado el 04 de enero de 2021 de <https://www.nexos.com.mx/?p=31818>

OLIVER, Lucio. La ecuación Estado-sociedad en América Latina. En *La ecuación Estado-sociedad civil en América Latina Movimientos sociales y hegemonía popular*. (pp. 19-50). México: Ediciones La Biblioteca-UNAM, 2016.

Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (2012). *Delincuencia organizada transnacional en América Latina y el Caribe. Una evaluación de las amenazas*. Informe preliminar.

PÉREZ-TAYLOR, Rafael. Antropología de la violencia en el desierto de Sonora. En *Antropología del desierto: etnicidad e identidad* (pp. 289-310). México: UNAM/ Instituto de Investigaciones Antropológicas, 2013.

RÍOS, Alicia y GODÍNEZ, Pilar. *Creecer entre fuegos cruzados. Afectaciones de la violencia y el crimen organizado en la niñez y adolescencia en México*. México: Informe de trabajo. Save the Children, 2021.

TAPIA, Luis (2008). Subsuelo político en *Política Salvaje*, Muela del Diablo. La Paz: Comuna y CLACSO, 2008. pp. 85-109

ZAVALETA, René. El Estado en América Latina. En *La autodeterminación de las masas* (pp. 321-355). Bogotá Colombia: Siglo del hombre editores-CLACSO, 1984.

Sociedade civil e crise orgânica do Estado no Chile no ciclo 2006-2020¹

*Cristian Jamett*²,
*Alexander Pérez*³,
*Victoria Cornejo*⁴,
*Jean Samit*⁵⁶

Introdução

Com o crescimento exponencial do protesto social durante o ciclo 2006-2020 e sua progressiva capacidade de condicionar o processo político geral, a sociedade civil foi definida como sinônimo de movimen-

¹ Tradução de Lucio Oliver Costilla

² Chileno, Doutor em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México, Mestre em Estudos Internacionais pela Universidade de Santiago do Chile e Sociólogo pela Universidade Arturo Prat. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa “Sociedade, Estado e Região”, SER.

³ Chileno, Mestre em Políticas Públicas pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Sociólogo pela Universidade Arturo Prat. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa “Sociedade, Estado e Região”, SER.

⁴ Chileno, Estudante de Sociologia, Universidade Arturo Prat. Assistente do Grupo de Estudos e Pesquisa, “Sociedade, Estado e Região” SER.

⁵ Chileno, Estudante de Sociologia, Universidade Arturo Prat. Assistente do Grupo de Estudos e Pesquisas, “Sociedade, Estado e Região”, SER.

tos sociais progressistas, seja em termos "autonomistas" ou "político-estatais" (Nogueira, 2004). Isso expressou uma ruptura do "senso comum neoliberal" dominante desde a ditadura e foi produto da liderança histórico-crítica da luta estudantil, principalmente contra a educação de mercado (MASSARDO, 2011, SALAZAR, 2012, GARCÉS, 2012, MAYOL, 2012, MÖNCKEBERG, 2013), em um contexto de mesocratização da sociedade vinculada à expansão das classes médias e do ensino superior público e privado (RUIZ e BOCCARDO, 2015).

As situações sociopolíticas desse ciclo também estiveram associadas a movimentos sociais contra o sistema de poupança forçada de capitalização individual, mobilizações feministas, mapuches, socioambientais, entre outras ações coletivas. No entanto, as consequências políticas das mudanças culturais e ideológicas estiveram longe de ser explosivas e imediatas a partir de cada situação específica (Coutinho, 2011), no sentido de constituir uma nova vontade coletiva unitária. Assim ficou demonstrado durante este período com a permanente disputa entre diferentes projetos societários, políticos e culturais, pelo senso comum e a capacidade reconstitutiva do bloco dominante como referentes intelectuais-morais progressistas, primeiro durante as eleições de 2013 e sua capacidade de interpretar efetivamente as demandas de uma sociedade de direitos com ênfase na educação. Assim como a posterior vitória dos setores neoconservadores em 2017 em torno de um programa de governo voltado para a expansão do consumo e do crescimento econômico.

Esses projetos políticos tinham como denominador comum tentar recompor as relações entre o Estado e a sociedade civil dentro dos limites do projeto estatal neoliberal herdado, em tanto se conformava e

consolidava - com avanços e retrocessos - um novo consenso ativo progressivo no nível da sociedade civil, como será expresso na última conjuntura que começou em novembro de 2019 e será reafirmado posteriormente com os resultados do plebiscito constitucional de 25 de outubro de 2020 no Chile. Nesses comícios votou 78,27% a favor de uma nova constituição e 78,99% porque que fosse elaborada a partir de uma convenção cidadã, como transição de uma crítica minuciosa ao governo no poder para uma “crítica histórico-social que atinge grandes grupos, para além dos responsáveis imediatos e para além da equipe dirigente” (Gramsci, 1975 /1999:33) , direcionado fundamentalmente ao projeto estatal e suas mediações jurídicas, políticas, militares, econômicas e culturais, evidenciando com ele um processo de crise estatal mais profunda.

A compreensão desse processo requer uma matriz teórica conceitual que permita abordar a crise do Estado a partir de uma perspectiva ampla e não apenas político-institucional, bem como outra compreensão da sociedade civil como um campo em permanente disputa ético-política, e não como uma instância normativa, progressiva e consolidada, bem como analítica dos processos de construção de uma hegemonia popular ainda em curso, com suas respectivas limitações e alcances.

Estado expandido e crise orgânica

O Estado tem sido explicado fundamentalmente como o conjunto de instituições políticas e jurídicas que compõem a sociedade política com capacidade monopolista sobre um determinado território e "que, embora possam ser legitimadas pela sociedade, prevalecem

separadamente e dela diferenciadas " (OLIVER, 2009: 13). No entanto, desde o século XIX há evidências de um processo de expansão orgânica do Estado e do político para a sociedade civil e suas instituições, como atesta Engels em 1895:

...o tempo dos ataques surpresa, das revoluções feitas por minorias conscientes postas à cabeça das massas inconscientes, passou. Onde quer que se trate de uma transformação completa da organização social, as massas têm que intervir diretamente, tendo compreendido por si mesmas do que se trata, por que dão seu sangue e suas vidas. Isso nos foi ensinado pela história dos últimos cinquenta anos. E para que as massas entendam o que precisa ser feito, é necessário um trabalho longo e perseverante (ENGELS, 1895/1972:32).

Processo de alargamento do Estado sobre o qual Gramsci mais tarde concluiu que um autor estava certo na conclusão de que os acontecimentos mais importantes da história política desde a segunda metade do século XIX na Europa, "não se devem a iniciativas de órgãos políticos oriundos do sufrágio universal, mas a órgãos privados (empresas capitalistas, Estado-maior, etc.) (...) por Estado deve-se entender, além do aparelho governamental, também o aparelho privado de hegemonia ou sociedade civil" (Gramsci, 1984: 105). Onde irradiam importantes conjuntos de mensagens, ideias, teorias, crenças ou filosofias, bem como valores e comportamentos associados às concepções intelectuais e morais de uma certa articulação de setores, classes e grupos dominantes ao nível da sociedade civil e política (GYARMATI, 1984).

Nessa perspectiva, uma capacidade reprodutiva e relativamente estável do Estado se caracterizaria por configurar organicamente uma "ordem sócio-política e socioeconômica baseada em um equilíbrio hegemônico" (FONTANA, 2004:45), onde se articulam força e consenso sem que a força prevaleça demais sobre o consenso (GRAMSCI, 2000), cujo desequilíbrio ou crise ocorreria quando o Estado e suas "formas associadas de regulação da sociedade civil, não podem continuar a ser reproduzidas por meio de políticas, práticas e objetivos liberais" (Hall, 2018:165), para limitar-se a uma reprodução burocrática ou coercitiva da ordem estatal, num contexto de divórcio progressivo entre dirigentes e dirigidos, bem como de perda de eficácia das mediações privadas e públicas.

No entanto, a sociedade civil e suas relações sociais estão amplamente estruturadas sob a dominação e organização do capital, da propriedade e do dinheiro, bem como o peso de legados culturais e institucionais passados, que permitem que lógicas capitalistas mais profundas sejam reproduzidas de baixo para cima. Em última análise, a sociedade civil é um espaço onde "ocorre o conflito por poder e vantagens; há também uma concorrência econômica e egoísta pelo lucro e os mercados (...) a sociedade civil está dividida em vários grupos e facções, onde a harmonia e a comunidade são mais bem ideais a que se aspira" (Fontana, 2004: Quatro. Cinco). Um cenário onde também setores subalternos historicamente "conquistaram direitos, liberdades e valores; a partir dessa situação, torna-se possível que os movimentos sociais realizem uma disputa política ideológica de projetos e influências na sociedade civil" (OLIVER, 2017: 30).

Multidão, hegemonia da diversidade e crise como método de conhecimento

Produto da crescente diversidade identitária, organizacional e política dos novos e antigos movimentos sociopolíticos, estes nos aparecem à primeira vista como uma espécie de "multidão", como "multiplicidade irreductível", onde "as diferenças sociais singulares que constituem a multidão encontram sempre a sua expressão, e nunca se nivelam na uniformidade, na unidade, na identidade (...) algumas singularidades que atuam em comum" (NEGRI e HARDT, 2004:133).

Singularidades sem a possibilidade de um projeto comum que obedecesse às dificuldades e contradições político-estratégicas próprias de um processo de conformação potencial de um novo bloco dominante e histórico (BENSAÏD, 2006), ao invés da impossibilidade ontológica de construir projetos hegemônicos para sempre referenciar às singularidades antagonistas, como consequências da hegemonia do trabalho imaterial e da diferenciação dos setores assalariados.

Em outras palavras, trata-se de "deslocar as reflexões tradicionais centradas no problema da hegemonia na (e sobre) diversidade" para uma percepção da "hegemonia da diversidade" onde "a parte dominante não seria outra coisa, dependendo do caso, que um momento histórico na - e da - diversidade. Em outras palavras, é essa diversidade social e histórica que produz hegemonia (...) nossa fórmula ("hegemonia da diversidade" vs. "hegemonia sobre a diversidade) aponta para essa mudança de perspectiva analítica" (Antezana, 2009 :120).

Nesse sentido, Zavaleta propõe um conceito de articulação social como um "meio composto" mais amplo do que a noção lógico-formal de classe social, e que nos permite dar conta dos processos e espaços onde as possibilidades dessa hegemonia são definidas em e da diversidade, onde

o âmbito em que as classes e estratos não-classe ocorrem, ou seja, remete a um hibridismo (...) seja a família, o bairro ou a cidade, coexistem mais de uma categoria de classe. É um conceito que nasce da mera impossibilidade de análise de classe com o manejo de categorias analíticas. O que importa então é o espaço que define o composto do meio, pois se supõe que ali a diferença dos fatores deve concluir-se em uma unidade hegemônica" (ZAVALETA, 1983/2013:579).

O que se reafirma no caso de "formações sociais *abigarradas* (variadas)" como as da América Latina, onde as diferenças e a diversidade não seriam fruto exclusivo de um processo recente, mas também características de uma série de momentos constitutivos concomitantes das formações estatais, para o qual,

Corresponde analisar de onde vem esse modo de ser das coisas, as razões originárias. Há um momento em que as coisas começam a ser o que são e é o que chamamos de momento constitutivo ancestral ou arcano, ou seja, sua causa remota, o que Marc Bloch chamou de "a imagem das origens". É o caso, por exemplo, da agricultura ou da domesticação do *habitat* nos Andes: é também o caso do caso senhorial, da conquista. Ambos são momentos constitutivos clássicos; temos, por outro lado, o momento constitutivo da nação

(porque uma sociedade pode tornar-se nacional ou deixar de sê-lo) e, por fim, o momento constitutivo do Estado, ou seja, a forma *atual de dominação* e a capacidade de conversão ou movimento da formação socioeconômica (após a leitura, a ação sobre ela)” (ZAVALETA, 1983/2013: 622).

Onde as crises orgânicas permitiram que os processos emancipatórios fossem dotados de melhores níveis de autoconsciência e autodeterminação diante do Estado — sempre dentro dos limites e alcances permitidos pela história e momentos constitutivos desses setores —, revelando as superestruturas de dominação e a possibilidade de criar outras definições ideológicas, como um método de conhecimento social e histórico de um tipo que,

ilustra sobre o que pode ser chamado de conhecimento horizontal da sociedade, se pensarmos o conhecimento culto como conhecimento vertical. Aqui a experiência da massa (no sentido de força de massa, que é pensada como natureza produtiva *per se*) não se refere apenas à construção da autoconfiança da classe, que explica sua personalidade ou temperamento e seus fracassos, mas também a um modo de conhecer” (ZAVALETA, 1982/2013:590)

Entendido como uma acumulação dentro da classe⁷, capaz de gerar sistemas ideológicos

⁷Por acumulação dentro da classe, Zavaleta entende “a relação entre memória coletiva, supressão-consagração e enunciação ativa, ou seja, é uma metáfora referente aos mecanismos de seleção positiva e negativa nos movimentos de conhecimento coletivo. (...) O que é crucial aqui é o pressuposto da aquisição. Sempre seguimos o conceito de massa. Não é, portanto, o ato de um especialista e nem mesmo de um intelectual orgânico, mas sim a incorporação ou aquisição da massa” (ZAVALETA cit. Por ANTEZANA, 2009: 126).

singulares baseados em preconceitos positivos (arcanos) e julgamentos (reflexivos) (ZAVALETA, 1982, ANTEZANA, 2009), produto de uma progressiva "saída do campo semântico e dos códigos de dominação dos setores tradicionais para gerar outro espaço cultural, outros termos, outro senso comum (...) culturas, histórias, práticas cognitivas e estratégias próprias" (ARBONA, CANEDO, MEDEIROS, TASSI, 2016: 94 e 95).

Nesse sentido, os antagonismos setoriais ou territoriais podem ser a expressão de processos embrionários de purificação de um "núcleo saudável do senso comum, que poderia justamente ser chamado de bom senso e merece ser desenvolvido e tornado unitário e coerente" (GRAMSCI, 2001: 249), seja limitando-se ao controle de um determinado território e condicionando assim a presença do Estado, seja como suporte para um projeto maior que resulte em um processo de "catarse histórica", no sentido de que núcleos importantes da sociedade passam de um "momento meramente econômico (ou egoísmo apaixonado) ao momento ético político, ou seja, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa também a passagem do objetivo ao subjetivo, da necessidade à liberdade" (GRAMSCI, 2010:142).

Vontade de reafirmação do Estado que exige a formação de um "arauto e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar as bases para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular para a realização de uma forma superior e total de civilização moderna" (GRAMSCI, 1999:17), a partir de uma nova concepção do político e da política,

como expressão de uma vontade coletiva das massas em ação.

Crise orgânica do Estado no Chile e a possibilidade de uma nova hegemonia popular

Os setores que lideraram a transição para a democracia no Chile limitaram-se subalternamente a dar continuidade a um projeto de Estado de cunho neoliberal e neoconservador herdado da ditadura cívico-militar, mantendo uma série de enclaves institucionais e culturais no nível das sociedades civil e política, e abandonando a vontade de sua própria liderança histórica de continuar exercendo "hegemonia sobre as classes populares e subalternas locais e, por outro lado, reconfigurando-se intencionalmente como setores subordinados aos interesses da grande empresa, do capital estrangeiro e das elites" dos países avançados" (ZAVALETA cit. por ARBONA, CANEDO, MEDEIROS, TASSI, 2016: 83), como será expresso no caso de outros países latino-americanos.

O projeto de Estado herdado da ditadura foi resultado de uma síntese específica entre uma determinação neoliberal dependente e uma forma nacional primordial com resquícios conservadores, ou seja, entre os "fluxos dos centros mundiais (...) para a periferia na segunda metade do século XX. O século XX e a "combinação típica da formação econômico-social como particularidade, ou seja, o modo de recepção do insumo central" (ZAVALETA, 1974/1990: 141), produzindo o articulação ideológica e hegemônica de um novo bloco dominante localizado no Estado constituído por uma aliança entre setores "gremialistas" (jovens conservadores com pronunciadas tendências corporativas e

autoritárias) que refletiam uma série de influências derivadas do hispanismo e do franquismo espanhol” (VALDÉS, 2020:25), uma elite acadêmica “revolucionária” de economistas neoliberais formados na escola de Chicago entre 1957 e 1970, militares educados sob a doutrina de segurança nacional dos Estados Unidos de América, EUA (GAZMURI, 1999, VÁLDES, 2020), e uma burguesia monopolista que se manifestava contra o poder econômico do Estado que vinha se desenvolvendo durante a segunda metade do século XX (MARINI, 1978).

O projeto Liberal - projeto autoritário com interesse em reformar intelectual e moralmente o Estado e a sociedade com base em um sistema ideológico que é liberal na economia, conservador na cultura e nos valores (MAIRA, 1998, VÁLDES, 2020), autoritário na política e de classe no social e no racial (JAMETT, 2018). Sendo a Constituição de 1980, a conotada síntese histórico-jurídica dotada de coerção jurídica dos setores triunfantes da sociedade política e civil a partir de uma definição da liberdade econômica como sinônimo de liberdade individual, da naturalização da propriedade privada como valor jurídico inquestionável e da superioridade da ciência econômica neoclássica sobre outros tipos de concepções, teorias, filosofias e conhecimentos (CRISTI e RUIZ-TAGLE, 2014, VALDÉS, 2020).

Temas como nação, religião, história ou tradição cultural passaram a definir e restaurar um sentido de propósito moral como forma de coesão orgânica, que inicialmente lhes permitiu formar um "centro estável" do corpo social e político, com a capacidade de gerar um clima de consentimento ao seu redor, já que seu objetivo histórico estratégico moderno “é contrabalançar o efeito

desintegrador do caos de interesses individuais, que o neoliberalismo invariavelmente produz” (HARVEY, 2007:90).

Essa política enfatizou, por exemplo, definições restritivas em torno da política do corpo e da sexualidade (GEORGE, 2007/2009), e durante os primeiros anos da transição para a democracia ela conseguiu se tornar uma hegemonia civil e subordinar outras ideologias liberais com menor peso específico, “dentro do empresariado, com pouca influência na mídia e pouca expressão orgânica ao nível dos partidos de direita” (BRUNNER, 1995:1), tornando-se poderes factuais que garantem o projeto neoconservador.

No Chile o Estado neoliberal autoritário gerou uma série de antagonismos sociopolíticos desde a segunda metade da década de 1990 em torno de demandas econômico-corporativas, como reivindicações salariais e benefícios particulares no caso do movimento estudantil, como consequência do desmonte e precarização da educação e saúde pública, bem como pela emergência de novos antagonismos desde o início dos anos 2000, a partir de reivindicações sexuais e reprodutivas, dos homossexuais e ambientais, mas sem um questionamento geral do modelo estatal em sua complexidade. Isso aconteceu num contexto de enfraquecimento das organizações tradicionais que mediou, estruturou e liderou parte significativa da sociedade civil desde a ditadura até os primeiros anos da transição para a democracia: sindicatos, associações, movimentos populacionais e partidos de esquerda.

Estas (micro)subjetividades políticas foram reconfigurando a sociedade civil a partir de novas definições de direitos, liberdade e valores coletivos entre os setores subalternos, também vinculados a processos

de precarização material neoliberal de importantes setores assalariados e populares, povos indígenas e regiões com maior autoconsciência socioambiental diante de um modelo econômico monoexportador e neoextrativista.

Diversidade que foi articulada inicialmente pelo movimento estudantil secundarista de 2006, que se caracterizou por apresentar uma crítica histórica aos andaimes constitucionais em matéria educacional, além de inovar no repertório das mobilizações populares, gerando importantes e massivas conjunturas sociopolíticas como oportunidade de aprendizagem coletiva em torno de sistemas ideológicos ancorados na defesa do público, e que em 2011 foram retomados pelas mobilizações universitárias contra o lucro na educação e o direito à educação gratuita; assim também em 2018, o maio feminista nas universidades contra o assédio acadêmico e por uma educação não sexista, constituindo-se o movimento estudantil durante grande parte desse período na síntese conotada de uma nova sociedade civil.

O posterior desmantelamento das organizações estudantis, produto das transformações de sua base social material com a conquista da gratuidade universitária e da burocratização parlamentar dos partidos políticos surgidos a partir da conjuntura de 2011 fez com que as ações seguintes do movimento estudantil se limitassem a uma função de desencadeamento do conflito social, mas desta vez sem a capacidade de processar a diversidade sociológica e política das massas em ação, como aconteceu no caso das mobilizações secundárias contra o aumento do transporte público e a "explosão social" de outubro de 2019.

Para Goicovic (2021), a situação iniciada em outubro de 2019 foi interpretada desde uma perspectiva funcionalista pela intelectualidade orgânica conservadora, ou seja, como uma espécie de evento que explode inesperadamente sem qualquer previsão. Na sua opinião a conjuntura ter-se-ia caracterizado por um desenvolvimento dialético limitado, ou seja, teria começado como uma “revolta popular” que atingiu um grau de expansão territorial e um radicalismo sem precedentes, que também levaria a uma "mobilização massiva, extensa, sustentada ao longo do tempo, que altera o funcionamento do sistema de dominação, mas que não necessariamente desafia as bases sobre as quais repousa o sistema de dominação" (GOICOVIC, 2021:52). Posteriormente esta seria perfilada como uma "rebelião popular de massas" que "se opõe à forma como as relações de poder são construídas (...) (GOICOVIC, 2021:52), que se expressa, por exemplo, na série de assembleias cidadãs autoconvocadas como exercício político autônomo da cidadania em rejeição às formas institucionais da política profissional.

Por fim, para este autor, essa situação não poderia levar a um processo revolucionário de maior alcance histórico, no sentido de transformar radicalmente "os fundamentos do sistema de dominação" (GOICOVIC, 2021:52), em consequência da dificuldade dos próprios setores populares em realizar um direcionamento estratégico das mobilizações para uma forma de resolução autônoma da crise. Por isso a situação sofreu novamente com a iniciativa dos setores dominantes mais organizados da sociedade política, como aconteceu anteriormente com as conjunturas sociopolíticas de 2006 e 2011, por ter redirecionado a crise por meio de uma agenda constituinte consensual

dentro da própria elite com base no “Acordo de Paz Social e Nova Constituição” de novembro de 2019, dividindo o campo popular entre setores com importante tradição republicana constitucionalista versus setores minoritários próximos a uma perspectiva popular autonomista, em um cenário caracterizado por uma exaustão crescente e uma retirada da energia social como resultado dos altos níveis de violência social e repressão estatal.

Como apontará Agacino (2021), essa mudança na correlação de forças, do campo popular aos partidos do “Acordo”, e posteriormente à aliança entre o governo e os militares através da configuração de uma espécie de dominação burocrática-sanitária produto do Estado de exceção com o início da pandemia, acabou desativando a rebelião popular. O posterior triunfo das candidaturas independentes de esquerda e progressistas nas eleições municipais e regionais de 2021, fundamentalmente ligadas às lutas educativas, territoriais, comunitárias, identitárias, originárias, sexuais e reprodutivas da última década, além de lideranças emergentes no calor das mobilizações da revolta de outubro de 2019, somadas à incorporação da paridade de gênero e dos povos indígenas por meio de vagas reservadas na Convenção Constitucional e, por fim, o triunfo da Frente Ampla nas primárias presidenciais de julho. Em 2021, de mãos dadas com um ex-líder estudantil, consolidou-se a hegemonia da estratégia político-institucional, dentro do campo popular, como expressão da tradição vigente na sociedade chilena de uma cultura institucionalista mais profunda, mas também dos limites ético-políticos constitutivos do último ciclo no que diz respeito à superação do Estado capitalista em suas diferentes dimensões como horizonte utópico.

Conclusão

A noção de hegemonia na e da diversidade, bem como a noção de meio composto proposta por Zavaleta (1983) e recuperada por Antezana (2009), permite compreender os processos de articulação sociopolítica entre frações de classes, comunidades, movimentos, instituições, mídia etc., quer em termos territoriais, quer na articulação de diferentes setores sociais face à dominação geral do Estado, cujo alcance unitário depende das contradições históricas de um processo de constituição de uma nova hegemonia popular mais ampla, mais do que da impossibilidade de articular as diferenças em termos de um projeto histórico comum, onde a crise das mediações estatais e suas respectivas conjunturas críticas constituiriam uma oportunidade para as massas desenvolverem seus próprios esquemas interpretativos, com seus respectivos alcances e limites ideológicos como uma acumulação subjetiva e cognitiva dentro da classe.

Nesse sentido, a crise orgânica do Estado ampliado no Chile durante o ciclo 2006-2020, expressou o desenvolvimento de um processo de hegemonia popular que seria inaugurado com uma importante liderança moral e intelectual do movimento estudantil contra a educação de mercado, permitindo a articulação em torno de uma série de setores ligados às classes médias críticas e setores populares precarizados pelo modelo educacional neoliberal, enquanto paralelamente outros movimentos o fizeram contra a dominação conservadora patriarcal, colonialista, centralista e extrativista da ideologia dominante, configurando um novo consenso ativo no nível da sociedade civil.

O movimento estudantil chileno durante esse ciclo histórico se constituiu na conotada síntese da sociedade civil, expressando suas conquistas histórico-críticas, mas também seus limites reprodutivos diante da hegemonia dominante, refletida na crítica ao acesso ao ensino superior e não em seus aspectos culturais e ideológicos dominantes (JAMETT, 2018), diferentemente do movimento feminista universitário de 2018. Posteriormente, tornou-se a formação de novos instrumentos partidários que tentariam articular as demandas dos movimentos sociais com a luta eleitoral: como no caso do Partido "Revolução Democrática" formado em 2012, constituído de ex-dirigentes estudantis, que dariam vida à Frente Ampla junto com outros partidos de esquerda e progressistas.

Esses novos atores não ficaram isentos das contradições típicas de um processo de formação de uma nova hegemonia estatal popular, com capacidade de processar e articular coerentemente os diferentes subsistemas ideológicos em desenvolvimento, ao nível da sociedade civil e comunitária, em torno de um projeto político comum. No entanto, o fato de serem forjados no calor do último momento constitutivo da crise do Estado neoliberal, permite-lhes expressar melhor, como nova esquerda, as diferentes subjetividades emergentes.

Em última análise, a série de conjunturas e suas formas de resolução ao longo do último ciclo devem nos remeter ao momento constitutivo da referida crise estatal e, com ela, ao aprendizado sobre os preconceitos arcaicos presentes nos diversos setores da sociedade, incluindo suas forças progressistas, como consequência de uma reforma intelectual e moral insuficiente.

Diante da sempre latente possibilidade de rearticulação a partir de cima, seja por meio de uma passiva

revolução *gato pardista* das elites liberais na economia e - agora liberais nos valores como forma de concessão cultural aos setores subalternos -; ou, pela implementação de um novo cesarismo autoritário baseado em um senso comum tradicionalista de importantes setores da sociedade, como foi feito na época pela "extraordinária aliança entre militares e economistas" (Valdés, 2020: 9), cujo projeto estatal cultural durou quase meio século.

Bibliografia

AGACINO, Rafael (2021) Análisis crítico de la coyuntura y los desafíos del pueblo frente al proceso constituyente, em *¿Qué pasó con la revuelta popular de octubre de 2019?*, Chile: Escaparate/CIPPSAL.

ANTEZANA, Luis (2009) *Dos conceptos en la obra de René Zavaleta Mercado: Formación abigarrada y democracia como autodeterminación*. Argentina: CLACSO.[http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/olive/07antezana .pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/olive/07antezana.pdf)

ARBONA, Juan, CANEDO, María e TASSI, Nico (2016) *El proceso de cambio popular: un tejido político con anclaje en el país*. Bolívia: Vice-Presidência do Estado Plurinacional da Bolívia/CEI.

BENSAÏD, Daniel (2006) *Clases, Plebes, Multitudes*. Chile: Palinodia.

BRUNNER, José (1994) Notas sobre elites e ideologias em el Chile contemporáneo, em <<http://www.socialismo-chileno.org/PS/avance/notas-sobre-elites-e-ideolog-as-en-el-chile -contempor-neo-notes-for-a-conversation.html>>

COUTINHO, Carlos (2011) *Marxismo y política, dualidad de poderes y otros ensayos*, Chile: Lom Ediciones.

CRISTI, Renato e RUIZ-TAGLE Pablo (2014) *El constitucionalista del miedo*. Santiago de Chile: Lom Ediciones.

ENGELS, Friedrich (1972) Introducción, em Carlos Marx, *Las luchas de clases en Francia de 1848 a 1850*. Argentina: Ateneo.

FONTANA, Benedetto (2004) Consenso y conflicto: sociedade civil en Gramsci, em Dora Kannoussi (ed.) *Poder y hegemonia hoy*, México: Plaza y Valdés/Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.

GARCES, Mario (2012) *El despertar de la sociedad, movimientos sociales en América Latina*. Chile: Lom Ediciones.

GAZMURI, Cristian (1999) *El "48" chileno: igualitarios, reformistas, radicales, masones y bomberos*. Chile: Editorial Universitaria.

GOICOVIC, Igor (2021) El 18 de octubre y el ejercicio de la violencia política popular, em Juan Leyton (editor) *¿Qué pasó con la revuelta popular de octubre de 2019?*, Chile: Escaparate/CIPPSAL.

GEORGE, Susan (2009) *El pensamiento secuestrado*. España: Sol 90.

GRAMSCI, Antonio (1984) *Cuadernos de la Cárcel*. México, ed. Era/Buap. Volume 3.

GRAMSCI, Antonio (1999) *Cuadernos de la Cárcel*. México, ed. Era/Buap. Volume 5.

GRAMSCI, Antonio (2001) *Cuadernos de la Cárcel*. México, ed. Era/Buap. Volume 4.

GYARMATI, Gabriel (1984) *Las profesiones. Dilemas del conocimiento y del poder*. Chile, Santiago: Ed. Universidad Católica de Chile.

HALL, Stuart (2018) *El largo camino para la renovación*. España: Lengua de trapo,

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio (2004) *Multitud*. Argentina: Debate.

HARVEY, David (2007) *Breve historia del neoliberalismo*. España: Akal.

JAMETT, Cristian (2018) Alcances y límites histórico-críticos del movimiento universitario chileno durante la coyuntura de 2011: el caso de la Confederación de Estudiantes de Chile (CONFECH) en un contexto neoconservador. Tesis de Doctorado en Estudios latinoamericanos, México, UNAM, In: https://repositorio.unam.mx/contenidos/alcances-y-limites-historico-criticos-del-movimiento-estudiantil-chileno-dur-la-coyuntura-del-2011-the-case-of-the-c-74947?c=564mwq&d=false&q=*&i=2&v=1&t=search_0&as=0

MAIRA, Luis (1998), *Los tres Chiles durante el siglo XX*. Chile: Lom Ediciones.

MARINI, Ruy Mauro (1978) *América Latina, dependencia y globalización*. Argentina: Clacso.

MASSARDO, Jaime (2011) *Gramsci en Chile, apuntes para el estudio crítico de una experiencia de difusión cultural*. Chile: Ediciones Lom.

MAYOL, Alberto (2012) *El derrumbe del modelo, la crisis de la economía de mercado en el Chile contemporáneo*. Chile, Ediciones LOM.

MÖNCKEBERG, María (2013) *Con fines de lucro, la escandalosa historia de las universidades privadas en Chile*. Chile: Debate.

NOGUEIRA, Marco (2004) “La sociedad civil como campo de lucha, como recurso gerencial y como espacio ético”, em Dora Kanoussi (ed.) *Gramsci en Rio de Janeiro*. México: PLAZA Y VALDÉS.

OLIVER, Lucio (2009) *El Estado ampliado en Brasil y en México*. México: Unam.

OLIVER, Lucio (2017) Gramsci y la noción de catarsis histórica, su actualidad para América Latina, em *Las Torres de Lucca*, España: N°11, julho-dezembro.

RUIZ, Carlos (2015) *De nuevo la sociedade*. Chile: Ediciones LOM.

RUIZ, Carlos e BOCCARDO, Giorgio (2014) *Los chilenos bajo el neoliberalismo, clases y conflicto social*. Chile: Nodo XXI/El desconcierto.

SALAZAR, Gabriel (2012) *Los movimientos sociales*. Chile, UQBAR.

VALDES, Juan (2020) *Los economistas de Pinochet*: Chile,

ZAVALETA, René (2013) *Obra completa*. Bolivia: Plural. Volume II.

ZAVALETA, René (1990) *El Estado en América Latina*. Bolivia: Los amigos de libro.